

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

ARTHUR DE ARAÚJO FILGUEIRAS

**FORMAÇÕES DISCURSIVAS ATRAVESSADAS E IDENTIDADES EM TRÂNSITO:
uma análise discursiva de/sobre sujeitos transexuais**

RECIFE-PE

2019

ARTHUR DE ARAÚJO FILGUEIRAS

**FORMAÇÕES DISCURSIVAS ATRAVESSADAS E IDENTIDADES EM TRÂNSITO:
uma análise discursiva de/sobre sujeitos transexuais**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências da linguagem da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Linguagem.

Área de concentração: Linguística
Linha de pesquisa: Análise de Discurso
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nadia Pereira da Silva
Gonçalves de Azevedo

RECIFE-PE

2019

F481f Filgueiras, Arthur de Araújo.

Formações discursivas atravessadas e identidades em
trânsito : uma análise discursiva de/sobre sujeitos transexuais
/ Arthur de Araújo Filgueiras, 2019.

343 f. : il.

Orientador: Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Doutorado
Ciências da Linguagem, 2019.

1. Análise do discurso. 2. Transexualidade. 3. Sujeito. I. Título.

CDU 801

Catarina Maria Drahomiro Duarte - CRB/4-463

ARTHUR DE ARAÚJO FILGUEIRAS

**FORMAÇÕES DISCURSIVAS ATRAVESSADAS E IDENTIDADES EM TRÂNSITO:
uma análise discursiva de/sobre sujeitos transexuais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da linguagem em 13/12/2019.

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em 13/12/2019

Prof. Dr^a. Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo
Orientadora - FONOAUDIOLOGIA – UNICAP

Membro externo: Prof. Dr^o. Luiz Francisco Buarque de Lacerda Junior (UFPE)

Membro externo: Profa. Dr^a. Elaine Pereira Daroz (USP)

Membro interno: Profa. Dr^a. Maria de Fátima Vilar de Melo (UNICAP)

Membro interno: Profa. Dr^a. Rossana Regina Guimarães Ramos Henz (UNICAP)

RECIFE-PE

2019

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Aurélio e Vera Greice, de quem sempre recebi o combustível necessário para seguir com novos desafios profissionais.

A Rômulo, um sujeito (quase) abandonado, que tanto partilhou de discussões sobre o objeto de pesquisa. Com (muita) paciência e compreensão, fez-se presente em minha ausência quase que diária, nos momentos em que mergulhar na escrita demandava noites em claro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e sempre a Deus que tem me dado forças além do esperado para fechar mais um ciclo em meus estudos.

A meus pais, minha grande torcida. A todos os meus familiares que sempre torceram por meu sucesso.

A Rômulo, sempre presente, paciente, confidente, compreensivo... um porto seguro em meio ao escasso tempo para escrever a tese.

A minha querida professora e orientadora Nadia Azevedo.

Aos queridos amigos que adocicaram tantas aulas e momentos de orientações no decorrer de 4 anos: Dalexon, Reginaldo, Carminha, Cristiane, Érica, Kelly, Vitor, Claudemir, dentre outros.

Aos queridos professores do PPGCL UNICAP.

A Silmara Dela Silva e a Chico Lacerda pelas ricas contribuições na qualificação do projeto inicial da tese em 2017.

Aos queridos professores Chico Lacerda e Elaine Daroz que tanto contribuíram com esse trabalho no momento de sua qualificação.

Aos queridos professores que se dispuseram a contribuir com nossa pesquisa na banca de avaliação final da tese: Chico Lacerda, Elaine Daroz, Fátima Vilar e Rossana Regina.

A tantos amigos e colegas de trabalho que somaram para estarmos fechando esse ciclo, dentre os quais, Ana Karla e Rinaldo Beltrão.

Eu tento acreditar que aquela pessoa era eu antes. Eu não consigo juntar as duas pessoas, mas eu sinto como se eu fosse muito amigo daquela menina que tá lá e eu tivesse passado por tudo com ela. Tudo que ela passou eu tava lá junto [...]. eu vejo uma menina que foi um padrão que não se sentia confortável, mas que não sabia que não podia sair dele. E que... quando descobriu o tamanho do universo... O tamanho da imensidão que poderia chegar. Conseguiu se afastar daquilo e buscar aquilo que realmente sentia. Eu digo que... aquela menina dali, se não fosse ela, eu não seria quem eu sou hoje (Entrevistado Thammy Miranda).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o movimento de embates entre as formações discursivas no dizer dos sujeitos transexuais sobre a sua identidade de gênero. Como objetivos específicos, busca-se investigar as formações discursivas e ideológicas dos sujeitos analisados na pesquisa; analisar os efeitos de sentido que ecoam no dizer sobre o nome social de sujeitos transexuais, bem como sobre suas vestimentas e objetos discursivos. Busca-se, também, investigar a produção de efeitos de sentido no processo de transição para a transexualidade, via procedimentos cirúrgicos e, ainda, a produção de efeitos de sentido na constituição da identidade transexual, a partir dos embates entre as formações discursivas nas materialidades discursivas presentes nos relatos de histórias de vida. Para tais fins, a pesquisa tem como aporte teórico-metodológico a Análise de Discurso Francesa, fundada por Michel Pêcheux, a partir dos conceitos de formação discursiva, posição-sujeito, interdiscurso e memória discursiva, além da noção de sujeito do inconsciente trabalhada por Jacques Lacan que tem implicações no processo de subjetivação do sujeito. Como tratamos de identidade de gênero e sexualidade, recorreremos também a teóricos como Berenice Bento, Judith Butler, Michel Foucault, dentre outros que segmentam as análises dos relatos. A pesquisa foi desenvolvida a partir de entrevistas semiestruturadas com quatro sujeitos transexuais, dois do gênero masculino e dois do gênero feminino, para posterior análise. Escolhidos os sujeitos, houve a análise da materialidade discursiva coletada em gravações, a fim de buscar os efeitos de sentido que são construídos a partir da interdiscursividade e da heterogeneidade discursiva. A partir das análises, observamos que a construção da identidade de gênero de sujeitos transexuais ocorre em meio a sua subjetivação, por ação da ideologia e do inconsciente, em um processo de alteridade. Nele, há um fluxo de embates entre formações discursivas que marcam a posição-sujeito ocupada por eles, em meio à produção de efeitos de sentido não desejados pela ideologia dominante binária. Com isso, corpo, nome social e objetos discursivos produzem efeitos de sentido em meio a um discurso de resistência aos discursos hegemônicos preconceituosos, denunciando tentativas de silenciamento da existência de identidades que fissuram padrões de uma inteligibilidade cultural de gêneros. Além disso, nossas análises também apresentam, como efeito de conclusão, a compreensão de que a constituição da identidade de gênero e a orientação sexual de tais sujeitos configuram-se a partir de um fluxo contínuo no movimento de embates entre as formações discursivas, em determinadas formações ideológicas, que não cessam de produzir efeitos de sentido, em meio às materialidades discursivas que lhe são correspondentes.

Palavras-chaves: discurso, formação discursiva, transexualidade, interdiscurso, sujeito.

ABSTRACT

This research aims to analyze the movement of clashes between discursive formations in the transsexual subjects' telling about their gender identity. As specific objectives, we seek to investigate the discursive and ideological formations of the subjects analyzed in the research; To analyze the effects of meaning that echo in the saying about the social name of transsexual subjects, as well as about the clothing. It also seeks to investigate the production of meaning effects in the process of transition to transsexuality, via surgical procedures and also the production of meaning effects in the constitution of transsexual identity from the clashes between discursive formations in discursive materialities present in the reports of life stories. For such purposes, the research has as theoretical and methodological support the French Discourse Analysis founded by Michel Pêcheux from the concepts of discursive formation, subject-position, interdiscourse and discursive memory, besides the notion of subject of the unconscious developed by Jacques Lacan that has implications on the subject subjectivation process. As we deal with gender identity and sexuality, we also use theorists such as Berenice Bento, Judith Butler, Michel Foucault, and others who will segment the reports analysis. The research was developed from semi-structured interviews with four transsexual subjects, two male and two female, for further analysis. Once the subjects are chosen, the discursive materiality collected in recordings were analyzed in order to search for the effects of meanings that are constructed from interdiscursivity and discursive heterogeneity. From the analysis, we observed that the construction of gender identity of transsexual subjects occurs in the midst of their subjectivation through the action of ideology and the unconscious in a process of alterity. In it, there is a flow of clashes between discursive formations that mark their subject-position, in the midst of the production of meaning effects not desired by the binary dominant ideology. Thus, body, social name and discourse objects produce meaning effects in a discourse of resistance to prejudiced hegemonic discourses, denouncing attempts to silence the existence of identities that crack patterns of a cultural intelligibility of genres. In addition, our analyzes also present, as a conclusion effect, the understanding that the constitution of gender identity and sexual orientation of these subjects are formed from a continuous flow in the movement of clashes between discursive formations, in certain ideological formations, that they do not cease to produce effects of meaning amid the corresponding discursive materialities.

Keywords: discourse, discursive formation, transsexuality, interdiscourse, subject.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar el movimiento de los enfrentamientos entre formaciones discursivas en los transexuales que hablan sobre su identidad de género. Como objetivos específicos, buscamos investigar las formaciones discursivas e ideológicas de los sujetos analizados en la investigación; analizar los efectos del significado que hacen eco en el dicho sobre el nombre social de los sujetos transexuales, así como a través de la ropa. También busca investigar la producción de efectos de significado en el proceso de transición a la transexualidad, a través de procedimientos quirúrgicos y también la producción de efectos de significado en la constitución de la identidad transexual, a partir de los enfrentamientos entre formaciones discursivas en materialidades discursivas presente en las historias de historias de vida. Para tales fines, la investigación tiene como soporte teórico-metodológico el Análisis francés del discurso fundado por Michel Pêcheux, a partir de los conceptos de formación discursiva, posición del sujeto, interdiscurso y memoria discursiva, además de la noción de sujeto del inconsciente, trabajada por Jacques Lacan, que tiene implicaciones en el proceso de subjetivación del sujeto. Como tratamos de la identidad de género y la sexualidad, también utilizamos teóricos como Berenice Bento, Judith Butler, Michel Foucault y otros que segmentan las análisis de los informes. La investigación ha desarrollado a partir de entrevistas semiestructuradas con cuatro sujetos transexuales, dos hombres y dos mujeres, para un análisis más detallado. Una vez elegidos los sujetos, fue analizado la materialidad discursiva recogida en las grabaciones para buscar los efectos de los significados que se construyen a partir de la interdiscursividad y la heterogeneidad discursiva. Del análisis, observamos que la construcción de la identidad de género de los sujetos transexuales ocurre en medio de su subjetivación a través de la acción de la ideología y el inconsciente, en un proceso de alteridad. En él, hay un flujo de enfrentamientos entre formaciones discursivas que marcan su posición de sujeto en medio de la producción de efectos de significado no deseados por la ideología dominante binaria. Así, el cuerpo, el nombre social y los objetos del discurso producen efectos de significado en un discurso de resistencia a los discursos hegemónicos prejuiciosos, denunciando los intentos de silenciar la existencia de identidades que rompen los patrones de una inteligibilidad cultural de los géneros. Además, nuestros análisis también presentan, como un efecto de conclusión, la comprensión de que la constitución de la identidad de género y la orientación sexual de estos sujetos se forman a partir de un flujo continuo en el movimiento de enfrentamientos entre formaciones discursivas en ciertas formaciones ideológicas que no dejan de producir efectos de significado en medio de las correspondientes materialidades discursivas.

Palabras llave: discurso, formación discursiva, transexualidad, Interdiscurso, sujeto.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Analogia ao nó borromeano.....	26
Figura 02: Funcionamento do interdiscurso.....	54
Figura 03: Funcionamento do interdiscurso e do intradiscurso.....	56
Figura 04: Produção de um efeito de memória.....	57
Figura 05: Objetos culturais.....	61
Figura 06: memória e interdiscurso.....	66
Figura 07: Representação do Nó Borromeano para Lacan.....	105
Figura 08: A homossexualidade no decorrer dos séculos.....	135
Figura 09: Bandeira do Orgulho transgênero.....	139
Figura 10: Homens trans e seu filho.....	147
Figura 11: Transpondo as barreiras binárias.....	149
Figura 12: Uma possível construção da identidade humana.....	152
Figura 13: Dash nu.....	164
Figura 14: Modelo trans nu.....	165
Figura 15: Consciente e conteúdo recalçado.....	185
Figura 16: Homem trans ativista.....	191
Figura 17: A dura escolha.....	202
Figura 18: Esteban.....	212
Figura 19: Cantora Conchita Wurst – nem homem nem mulher.....	257
Figura 20: Heterogeneidade da FD binária trans.....	261
Figura 21: Banheiro social.....	269
Figura 22: Leo enxerga traços masculinos em seu corpo.....	273
Figura 23: Família tradicional.....	282
Figura 24: Homem trans ferido por palavras.....	293
Figura 25 - Preconceito e AIE/ARE.....	314
Figura 26 - Imbricamento dos AIE.....	315

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Formações imaginárias.....	72
Quadro 02: Formações imaginárias e o referente.....	73
Quadro 03: Informações biográficas do convidado João Neri.....	180
Quadro 04: Processo de inscrição na FD.....	214
Quadro 05: FD e posição-sujeito.....	215
Quadro 06: FD e posição-sujeito.....	215
Quadro 07: FD e posição-sujeito.....	215
Quadro 08: Dados biográficos da entrevistada Rogéria.....	218
Quadro 09: Rogéria e a inscrição nas FDs.....	247
Quadro 10: Identificação à FD e posição-sujeito.....	248
Quadro 11: Dados gerais sobre a entrevistada Léo.....	249
Quadro 12: Formações imaginárias a partir de Pêcheux (2014 [1988]).....	265
Quadro 13: FD e posição-sujeito do sujeito Léo.....	280
Quadro 14: Sujeito Thammy.....	281
Quadro 15: FD e processo de inscrição.....	305
Quadro 16: Funcionamento da ideologia.....	306
Quadro 17: Posições-sujeito de Thammy e de João.....	309
Quadro 18: FD binária trans dos quatro sujeitos entrevistados.....	312
Quadro 19: FD religiosa.....	313
Quadro 20: Orientação sexual dos sujeitos entrevistados.....	316
Quadro 21: Posição-sujeito e objetos discursivos.....	317
Quadro 22: Discurso/médico jurídico dos sujeitos entrevistados.....	319

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise de Discurso Francesa

AIE – Aparelhos Ideológicos do Estado

ARE – Aparelhos Repressores do Estado

AIRE – Aparelhos Ideológicos Repressivos do Estado

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CID – Classificação internacional de doenças

DSM-5 - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais

FD – Formação discursiva

FI – Formação imaginária

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros

OMS – Organização Mundial da Saúde

STP - Stop Trans Pathologization

SUS – Sistema único de saúde

TSE – Tribunal Superior Eleitora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA: UMA NOVA PERPECTIVA ANALÍTICA SOBRE O DISCURSO DE/SOBRE SUJEITOS TRANSEXUAIS.....	25
1.1 Lacan, Foucault e Pêcheux: contribuições teóricas para o estudo analítico do discurso do sujeito trans.....	32
1.2 Individualidade e resistência do sujeito trans: a língua de madeira e a língua de vento.....	39
1.3 O bom (cis) e o mau sujeito (trans): desdobramentos do sujeito na AD.....	46
1.4 Entre maquiagens, roupas e acessórios: noções de interdiscurso e de memória discursiva na AD.....	53
1.4.1 Noções de repetição, memória e objeto discursivo na AD.....	58
1.5 Formações imaginárias: efeito de antecipação, preconceito e sujeito trans.....	71
1.6 O corpo discursivo: elemento de ressignificação da identidade do sujeito trans.....	73
1.7 A produção de efeitos de sentido: um movimento incessante na constituição da identidade do sujeito.....	78
2. O SUJEITO DO INCONSCIENTE LACANIANO: IMPLICAÇÕES NA INVESTIGAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DE SUJEITOS TRANSEXUAIS.....	81
2.1 O sujeito do inconsciente: de Freud a Lacan.....	82
2.1.1 Das noções de Signo Linguístico ao significante que desvela o inconsciente.....	88
2.1.2 O sujeito do inconsciente e a sexualidade de Freud a Lacan.....	92
2.1.2.1 Sigmund Freud, inversão e homossexualidade.....	93
2.1.2.2 2.1.2.2 O sujeito do inconsciente lacaniano e suas implicações para o estudo da transexualidade.....	99
3. IDENTIDADE, IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE.....	109

3.1 Identidade e diferença: por um conceito de identidade na AD.....	110
3.2 Foucault: sexualidade e poder.....	116
3.3 Compreendendo gênero e identidade de gênero.....	120
3.4 A respeito da (homo) sexualidade.....	128
3.4.1 Homo (sexualidade) e discurso religioso cristão ocidental.....	130
3.5 Sobre a transexualidade.....	136
3.5.1 Corpo e nome social: aspectos legais.....	140
3.5.2 Corpo e nome social: aspectos discursivos.....	145
3.6 Preconceito, resistência e dificuldades do sujeito transexual.....	153
3.6.1 Preconceito e discursivização do sujeito transexual.....	157
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	167
5. ANÁLISE DISCURSIVA DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	179
5.1 Sujeito entrevistado 01 – João Neri.....	180
5.1.1 Questionamentos sobre o corpo.....	180
5.1.2 Questões sobre o nome social.....	186
5.1.3 Questionamentos sobre os objetos discursivos.....	192
5.1.4 Questionamentos sobre preconceito e sociedade.....	194
5.1.5 Questionamentos sobre identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico/jurídico.....	203
5.2 Sujeito entrevistado 02 - Rogéria.....	216
5.2.1 Questionamentos sobre o corpo.....	216
5.2.2 Questionamentos sobre o nome social.....	227
5.2.3 Questionamentos sobre objetos discursivos.....	233
5.2.4 Questionamento sobre preconceito e sociedade.....	234
5.2.5 Questionamentos sobre identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico-jurídico.....	240
5.3 Sujeito entrevistado 03 – Léo Áquila.....	249
5.3.1 Questionamentos sobre o corpo.....	249
5.3.2 Questionamentos sobre o nome social.....	254
5.3.3 Questionamentos sobre objetos discursivos.....	255
5.3.4 Questionamentos sobre preconceito e sociedade.....	257

5.3.5	Questionamentos sobre identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico/jurídico.....	271
5.4	Sujeito entrevistado 04 – Thammy Miranda.....	281
5.4.1	Questionamentos sobre o corpo.....	282
5.4.2	Questionamentos sobre o nome social.....	289
5.4.3	Questionamentos sobre objetos discursivos.....	294
5.4.4	Questionamentos sobre objetos discursivos.....	296
5.4.5	Questionamentos sobre identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico/jurídico.....	301
	DISCUSSÃO DAS ANÁLISES E EFEITOS DE CONCLUSÃO.....	307
	REFERÊNCIAS.....	324
	APÊNDICE 01.....	334
	ANEXO 01 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	
	ANEXO 02 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO	
	ANEXO 03 - APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	

INTRODUÇÃO

Como já enunciou a feminista Simone Beauvoir (1980), “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Parafraseando-a, podemos também afirmar que “ninguém nasce homem, torna-se homem”, deslocando os sentidos de ambos enunciados sobre tornar-se homem ou tornar-se mulher para a esfera da identidade de gênero. Trata-se, pois, da ampla discussão que presenciamos na atualidade promovida por entidades governamentais, educacionais, religiosas ou ainda pela comunidade científica que chega, certas vezes, a se digladiar quando busca explicações sobre a diversidade humana no âmbito da transexualidade. É sobre essa questão que iremos nos debruçar na presente tese, com foco no discurso de/sobre sujeitos transexuais, quando levantarmos uma série de análises discursivas em torno de questionamentos a respeito de elementos como corpo, nome social, objetos discursivos, preconceito social e identidade de gênero.

Pessoas transexuais são aquelas que podem apresentar uma incompatibilidade entre o sexo anatômico e o gênero (masculino ou feminino) que tentam lhe atribuir exclusivamente com justificativa em sua genitália e/ou também sobre sua disposição hormonal e cromossômica. Logo, para ser homem bastaria o sujeito apresentar altos níveis de testosterona e para ser mulher, altos níveis de estrógeno e progesterona (hormônios femininos). Mesmo apresentando níveis hormonais “cientificamente coerentes” com sua identidade de gênero, esses sujeitos sofrem com o preconceito social que sempre os rotulará como transgêneros – são sentidos colados a um sexo biológico de nascimento e que agregam valores de marginalização e de negação de sua participação nas mais diversas esferas sociais. Um exemplo dessa questão é o que ocorreu com a jogadora de vôlei Tiffany, a primeira transexual a disputar a Superliga (torneio de elite do vôlei brasileiro). Envolvida em várias polêmicas, ela foi alvo de comentários transfóbicos do ex-técnico da seleção brasileira Bernadinho (em abril de 2019) que atribuiu seu excelente desempenho ao fato de ter nascido biologicamente como homem, além de outros envolvendo a ex-jogadora Ana Paula que também criticou sua participação em um time feminino. Mesmo após todos os procedimentos cirúrgicos e terapias hormonais para manter os níveis de testosterona dentro do recomendado pelos órgãos reguladores esportivos, a jogadora tem sua identidade de gênero feminina

negada/questionada, na contrapartida da afirmação de uma masculinidade “cromossômica” que lhe daria vantagem física sobre as demais jogadoras femininas.

Outro ponto relevante diz respeito à sexualidade desses sujeitos, que, diversamente do que é imposto socialmente pelos padrões heteronormativos, uma mulher transexual, pode, por exemplo, ter orientação homossexual, relacionando-se sexualmente e afetivamente com outra mulher. O mesmo é passível de ocorrer com homens transexuais que, nascidos mulheres biologicamente, identificam-se com o gênero masculino e, não necessariamente, precisam performar sua sexualidade com o gênero oposto.

Como afirma Orlandi (2016), vivemos em uma sociedade em amplo movimento e que individua os sujeitos através das suas instituições e dos seus respectivos discursos. Institucionalmente, são produzidos questionamentos, estudos e ainda projetos de lei que legitimam o preconceito, a marginalização e a condenação de pessoas transexuais com ancoragem no discurso religioso, médico e jurídico. Por outro lado, há os que buscam sua inclusão social através de um discurso de resistência a todo um aparato ideológico que sempre buscou qualificar como certas ou erradas determinadas práticas, comportamentos e condições humanas de existência.

Fruto dessa resistência, podemos observar, nos últimos anos, uma crescente divulgação de relatos de homens e de mulheres transexuais que passaram a adotar o nome social em seus locais de trabalho, de estudo ou, ainda mesmo, tiveram êxito na mudança de sua documentação de identificação onde constem seu novo nome e gênero que as identifique com sua identidade de gênero a partir de políticas públicas inclusivas que ganharam forma de lei no Brasil. Avanços como esses, foram proporcionados por leis como o Decreto Número 8.727, de 28 de abril de 2016, sancionado pela então Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, que dispõe sobre o uso do nome social e sobre o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Outros fatos são relevantes e merecedores de atenção: no dia 4 de julho de 2016, por exemplo, foi noticiado no portal do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) que houve um aumento de 46% no número de travestis e transexuais que utilizaram o nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no ano de 2016 se comparada com a edição anterior (278

inscritos). De fato, houve 842 solicitações de uso do nome social, todavia, apenas 408 pessoas foram atendidas por terem cumprido as exigências do edital do exame. Ainda segundo o INEP, a primeira vez em que se possibilitou o uso do nome social foi no ano de 2014 – marcado por 102 pedidos.

A observação de tais demandas encontra na análise de fenômenos interdiscursivos, a partir de entrevistas semiestruturadas, o processo de inscrição e de embates entre as formações discursivas (FDs) em que se inscrevem sujeitos transexuais a partir do funcionamento da ideologia. Essa análise precisa levar em consideração outros dispositivos do discurso como o silêncio que é constitutivo a cada prática enunciativa e que se faz crucial para a compreensão da escolha do nome social por homens e mulheres transexuais. Logo, ao silenciarem seus nomes de registro civil, o discurso dos transexuais significa e produz novos efeitos de sentido a partir da escolha do novo nome adotado em sua identidade de gênero (ou ainda identidade, tal como iremos desenvolver esse conceito a partir de Orlandi (2016)).

Conceituado como efeito de sentido entre interlocutores para Michel Pêcheux, o discurso a que nos ateremos em nossas análises está segmentado na Análise de Discurso Francesa (doravante AD), que teve sua origem em 1969, com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso*. Fundada na tríade teórica Marx-Lacan-Saussure, a AD trabalha com um sujeito que é duplamente clivado: pela ideologia e pelo inconsciente, o que lhe atesta a condição de ser dividido e de ter a ilusão de autonomia sobre seu dizer.

A língua é o meio pelo qual Pêcheux encontra a materialização da ideologia e, através da linguagem (sujeita a falhas), encontra-se a compreensão do sujeito em sua relação com o inconsciente, aqui configurado como uma “manifestação na cadeia significante de algo que se revela a despeito do suposto ‘querer dizer’ de quem enuncia, algo que se mostra e diz diferente dos sentidos ‘evidentes’” (MARIANI; MAGALHÃES, 2013, p.104). Trata-se, pois, de um “dizer diferente” que evidencia não somente as influências de uma interpelação ideológica sobre um sujeito em determinadas práticas discursivas, como também a produção de novos efeitos de sentido marcados pelo interdiscurso¹.

¹ Como veremos no primeiro capítulo sobre a Análise de Discurso Francesa, o interdiscurso faz referência aos discursos anteriores que produzem efeitos de sentido a partir do dito em sua relação com os não-ditos que são silenciados no discurso.

Além do nome social, nos ateremos também à análise discursiva de objetos que atuam na resignificação da identidade de gênero e no processo de identificação de sujeitos transexuais a uma FD que chamaremos de trans. São roupas, acessórios, dentre outros elementos, que produzem efeitos de sentido quando adotados por eles. Vale destacar também a importância de analisarmos todo processo de intervenções clínicas feitas no corpo que também produzem efeitos de sentido enquanto corpodiscurso e marcam a posição-sujeito do sujeito como homem ou como mulher transexual.

São intervenções cirúrgicas, tratamentos hormonais e alterações em documentos que podem evidenciar os apagamentos discursivos característicos de novos contextos discursivos, quando os sujeitos se inscrevem em novas formações discursivas, o que é altamente relevante para se compreender as atuais demandas sociais de sujeitos que não encontram uma identificação com seus corpos biológicos e sinalizam, com a negação de seu primeiro nome de registro civil, todo um processo de subjetivação que os identifica a uma nova identidade de gênero.

Eis, então, a grande dificuldade do sujeito trans: a garantia de respeito e de inserção nas mais diversas esferas sociais do nosso país, já que carrega um prefixo (trans) que irá lhe marcar negativamente em meio a toda uma carga de preconceito. Resistindo a toda essa ideologia dominante que o aponta como um desvio da norma e como um corpo errante, ele é individuado em sujeito através de um mecanismo de (res) significação que perpassa seu corpo e seu inconsciente, via interpelação ideológica. É o momento em que sua formação discursiva (FD) (ela determina o que pode e deve ser dito pelo sujeito em uma dada posição) dominante se distancia dos saberes da FD binária em meio à produção de novos efeitos de sentido que são reverberados no processo da construção de sua identidade de gênero. Daí a problemática da presente tese: como se dá, a partir do discurso, o trânsito entre as FDs na (res) resignificação da identidade de gênero de sujeitos transexuais?

A partir de tal problemática, e considerando a construção da identidade de gênero de sujeitos transexuais como nosso objeto de estudo, nossa tese apresenta, como objetivo geral, analisar o movimento de embates entre as formações discursivas no dizer dos sujeitos transexuais sobre a sua identidade de gênero. Como objetivos específicos, busca-se investigar as formações discursivas e ideológicas dos sujeitos analisados na pesquisa; analisar os efeitos de sentido que

ecoam no dizer sobre o nome social de sujeitos transexuais, bem como as condições de produção do discurso que produz efeitos de sentidos através das vestimentas. Busca-se, também, investigar a produção de efeitos de sentido no processo de transição para a transexualidade, via procedimentos cirúrgicos e, ainda, a produção de efeitos de sentido na constituição da identidade transexual a partir dos embates entre as formações discursivas nas materialidades discursivas presentes nos relatos de histórias de vida.

Cientes de que a AD trabalha com os modos de identificação do sujeito a determinadas formações discursivas, iremos avançar nesse aspecto e propor um conceito discursivo de identidade que englobe as noções de identidade de gênero, tal como é proposto por Butler (2014), e que também envolva sua construção a partir de dispositivos sociais e culturais, tal como proposto por Silva e Woodward (2007). Isso será feito, considerando a influência cultural e social a que estão submetidos os estudos de gêneros, pois como veremos em nossas análises, discutir gênero é expor todo um aparelho artificialmente construído para legitimar a dominação de um grupo cisgênero e heteronormativo.

A partir do exposto, afirmamos que a constituição da identidade e da identidade de gênero de sujeitos transexuais pode ser perpassada por fatores como a escolha de um nome social, a adoção de vestimentas e acessórios, bem como por possíveis processos de intervenções cirúrgicas que o levem a uma identificação com um gênero oposto. Tudo isso ocorre em meio a um processo de resistência à ideologia dominante que age na tentativa de anulação de sua subjetivação como transgêneros, o que só reforça a importância do estudo da heterogeneidade discursiva e da alteridade nesse processo de construção identitária. O trabalho da ideologia será, nessas condições, de extrema relevância, visto que seu funcionamento não cessa, mesmo após o sujeito “achar” que já se encontra no estado desejado.

A respeito das vestimentas e dos acessórios, elas dizem respeito a um processo de identificação e de afirmação de pertencimento desses sujeitos transexuais a um corpo enquanto comunidade e que partilha dos mesmos ideais, funcionando como lugares de memória, noção que tomaremos a partir de Indursky (2011), considerando ainda as posições-sujeito que eles ocupam ao se significarem com o uso desses acessórios. A relevância de seu estudo a partir das entrevistas é ainda justificável por marcarem o fluxo das formações discursivas no processo de

subjetivação do indivíduo via identificação, contraidentificação ou desidentificação à FD dominante, via memória discursiva, na constituição de sua identidade (PÉCHEUX, 2014 [1988]).

Quanto ao corpo, a relevância de sua análise na pesquisa é justificável por este ser um portador de discursividade, como destaca Orlandi (2004), já que é a partir da entrada do indivíduo no simbólico, mediante a linguagem, que ocorre seu processo de subjetivação. É nele, e através dele, que o indivíduo marca sua autoria e se distingue dos demais, afirmando ainda seu pertencimento a um grupo social. Ele representa também o local onde o não sentido faz sentido, o local onde o real da língua se materializa em meio a um sentimento de incompletude e de falta, como afirma Ferreira (2013). São mudanças que vão desde um simples corte de cabelo a alterações físicas mediante o uso de hormônios ou através de intervenções cirúrgicas, muitas vezes, irreversíveis. Nesse cenário, é bastante comum ouvir problemáticas de pessoas que afirmam ter uma alma incompatível com o corpo de nascimento, bem como outras que se encontram em conflito com sua própria identidade a ponto de viverem num constante fluxo identitário. Butler (2014) trata dessa relação entre corpo e alma, sem necessariamente passar pelo discurso religioso, tomando de Foucault sua descrição, ao afirmar que a alma aprisiona o corpo. É a contrapartida que utiliza para argumentar contra os discursos pré-construídos que defendem que o sexo de nascimento deverá determinar o gênero e o respectivo papel social de cada sujeito.

A identidade de gênero de sujeitos transexuais e seu processo de identificação a diferentes formações discursivas são, pois, fruto de uma constante (res) significação dessas FDs, daí a incompletude do sujeito transexual, que só pode ser apreendida em sua discursividade. Logo, pela linguagem, que materializa a ideologia em meio a processos históricos e culturais, constituintes dos objetos simbólicos, e que marcam esse sujeito, em meio às condições de produção de seu corpodiscurso e de suas vestes.

O processo de transito identitário dos sujeitos transexuais encontra nas formações discursivas, como descreve Orlandi (2015 [1999], p.42), sua caracterização por uma constituição contraditória, heterogênea e com fronteiras fluidas, “configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”. Daí, os grandes debates entre os diversos profissionais que acompanham pessoas que se afirmam transexuais e optam pela cirurgia de redesignação de gênero, sobre

os riscos da irreversibilidade dos resultados dos procedimentos cirúrgicos, o que pode levar, inclusive, alguns transexuais, a não optarem pelo procedimento. Há, ainda, aqueles que afirmam, na posição-sujeito transexual, que não precisam fazer a cirurgia por se sentirem sujeitos “plenos” com o corpo que tem, marcando a heterogeneidade da posição-sujeito trans. É nessas condições que tomamos de Orlandi (ORLANDI, 2015 [1999], p.47) a formulação do sujeito do discurso como “uma posição entre outras posições, dado o lugar que ocupa para ser sujeito do que diz” - o que o torna intercambiável em virtude da formação discursiva a qual está inscrito.

Nessas condições, também é possível observar a necessidade de análise da produção de efeitos de sentido na constituição do discurso desses sujeitos, o que também é fruto de uma migração de sentidos para objetos simbólicos (nome social, caracterização física e vestimentas) quando a censura se faz presente. Trata-se do silêncio constitutivo como descrito por Orlandi (2007): momento em que as palavras utilizadas silenciam outras e há uma interdição de dizeres por padrões sociais da ideologia dominante sob a forma dos modos de produção da sociedade capitalista. Ocorre então a produção do preconceito e um conseqüente discurso de resistência que ecoa efeitos de sentido na constituição da identidade de gênero de sujeitos transexuais.

Conceitos como o de identidade de gênero e de sexualidade, frutos dos estudos na Psicanálise de Freud e de Lacan sobre o sujeito do inconsciente, tornam-se, ainda, cruciais para a compreensão das condições de produção do discurso do sujeito trans e sua inscrição em uma determinada formação discursiva, o que viabiliza uma análise do interdiscurso e da produção de efeitos de sentido que se deslocam nas relações entre gênero e sexualidade. Elas merecem atenção por serem integrantes dos processos discursivos que marcam as posições-sujeito em determinadas formações discursivas e legitimam o dizer do sujeito como homossexual, heterossexual, bissexual ou pansexual, em sua relação com a identidade de gênero com a qual se identifica. Além disso, estudar essas relações entre identidade de gênero e sexualidade pode apontar para a artificialidade e necessidade de regulação das sexualidades trans a partir da sexualidade cisgênero.

Com o exposto, a relevância de se investigar o discurso de/sobre transexuais consiste nas contribuições que a análise dos fenômenos linguísticos, através de interações interdiscursivas, pode trazer à compreensão de demandas

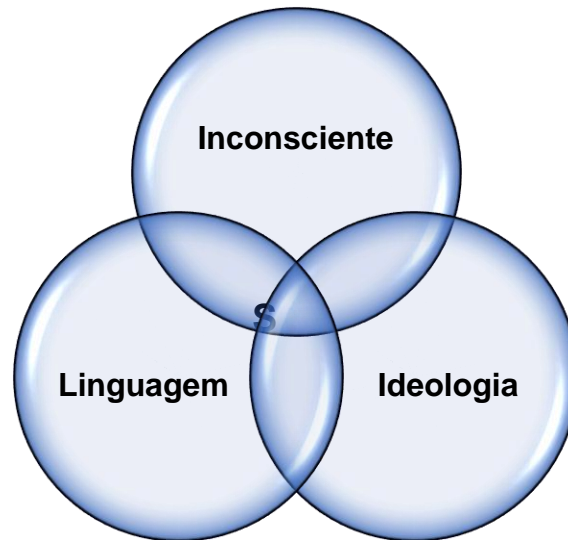
sociais emergentes desses sujeitos na busca pela plenitude de sua identidade – se é que assim podemos nominar esse processo de transição, haja vista a incompletude do sujeito afetado pela ideologia. Nesse contexto, e com foco na noção de discurso proposta pela AD, torna-se importante a relação entre exterioridade, origem do interdiscurso em seu eixo vertical (como nos atesta Pêcheux (2014 [1988]), e as materialidades linguísticas e históricas, que incidem em um sujeito ideologicamente perpassado e que também é da ordem do inconsciente).

1. ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA: UMA NOVA PERSPECTIVA ANALÍTICA SOBRE O DISCURSO DE/SOBRE SUJEITOS TRANSEXUAIS

Antes mesmo de adentrarmos na construção teórica sobre a Análise de Discurso Francesa (doravante AD), precisamos ratificar sua relevância para as análises que serão desenvolvidas no capítulo cinco em torno de questões como o corpo, nome social, objetos discursivos, preconceito e sociedade. Como nosso objeto de estudo é o discurso de sujeitos transexuais no que se refere à sua construção identitária (de gênero) sobre tais questões, nada seria mais promissor do que mobilizar conceitos como os de sujeito, interdiscurso, formação discursiva, memória, dentre outros, para que possamos compreender os efeitos de sentido que emergem quando sujeitos desidentificados ao gênero de nascimento reivindicam uma identidade de gênero com a qual encontram identificação e conforto para se expressarem socialmente. Nessa perspectiva, diversos conceitos, aqui desenvolvidos, serão mobilizados, reconfigurados e/ou ainda ampliados para atender essa demanda analítica que tem tanta relevância social em nosso país. Isso será feito com bastante tranquilidade, respeito e consideração a toda uma produção teórica que a disciplina vem construindo no Brasil e no exterior, uma vez que a AD não pode ser configurada como uma teoria fechada e acabada em si mesma, estando aberta a novas interfaces, como a nossa, e a novas engrenagens teóricas. Sigamos com seu percurso de fundação.

A AD é fundada por Michel Pêcheux na França e tem na obra *Análise Automática do Discurso*, publicada em 1969, seu marco inicial e bases epistemológicas. Sua base teórica surge em meio ao auge do paradigma estruturalista linguístico que se deu nas décadas de 50 e 60, buscando na anulação do “sujeito”, uma formalização linguística. Nesse contexto, ele toma como alicerce teórico a tríade Marx-Lacan-Saussure, dos quais há um imbricamento, respectivamente, do materialismo histórico (ideologia), da Psicanálise (inconsciente) e da linguística. Para Mariani e Magalhães (2013), é no discurso que essas três áreas se confundem na relação entre língua, história e sujeito, propondo, em analogia ao nó borromeano de Lacan, o seguinte imbricamento teórico (Figura 01):

Figura 01 - Analogia ao Nó borromeano



Fonte: MARIANI; MAGALHAES, 2013, p.100.

Como se observa na figura 01, o sujeito (representado pela letra S) encontra-se em uma região de interseção entre as três áreas, todavia, para a AD, isso representa o fato dele ser estruturado simultaneamente na esfera de atuação de cada uma delas, não podendo haver exclusão ou análise sob a ótica particular de cada uma, o que acarretaria em uma desconfiguração teórica acerca do processo de subjetivação do indivíduo em sujeito de seu discurso.

De acordo com Mariani e Magalhães (2013), a noção de ideologia desenvolvida por Pêcheux é alicerçada no materialismo histórico de Louis Althusser; configurando um sujeito que é clivado por ela, mas que também é da ordem do inconsciente - noção que é segmentada na Psicanálise de Jaques Lacan (numa releitura da Psicanálise de Sigmund Freud). Há, ainda, que se considerar, na formulação teórica da AD, as influências do Estruturalismo linguístico de Ferdinand de Saussure com a noção de língua como sistema (SAUSSURE, 2006) que se inscreve entre a fundamentação teórica de Lacan e a de Althusser. Essa tríade proposta por Pêcheux, constitui-se na essência “para a compreensão de sujeito dividido, da noção de língua como sujeita a falhas, de discurso como efeito de sentidos e da noção de real como o impossível de tudo dizer” (MARIANI; MAGALHAES, 2013, p.100).

Destacamos, ainda, que a ideologia é trabalhada em concomitância ao inconsciente por Pêcheux na obra *Semântica e Discurso*, encontrando sua

materialização no discurso, e estudada em sua relação com a língua. É, pois, na língua, que encontramos aquilo que Pêcheux descreve como efeito de evidência:

[...] o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências subjetivas*, devendo entender-se este último adjetivo não **como que afetam o sujeito**, mas **nas quais se constitui o sujeito** (PÊCHEUX, 2014 [1988]) (grifos do autor).

Exemplificando essa assertiva a partir de nosso objeto de estudo, vislumbramos o atravessamento do sujeito transexual pela ideologia dominante (como veremos mais ainda nesse capítulo e no capítulo 5) e que, através de sua inserção na linguagem, materializa, no discurso, sua resistência e discordância às tentativas de enquadramento dentro dos padrões sociais binários. Nessas condições, o transexual acredita ter autonomia sobre seu dizer e sobre seu processo de subjetivação, o que é consequência do trabalho do inconsciente (sujeito desejante, marcado pela falta/falha) que o subjetiva e, juntamente com a ideologia, trabalha no apagamento necessário dos sentidos postos como evidentes. Com isso, a negativa de uma identidade de gênero imposta pela sociedade, lhe é evidente (ilusão de autonomia) graças ao trabalho interpelador da ideologia e do inconsciente que reverbera efeitos de sentido quando busca enquadrar, no gênero oposto, seu corpo incongruente/errante/incompleto.

É por estar proposta nessa tríade teórica que Orlandi (2015) classifica a AD como uma des-disciplina, fazendo questionamentos em torno da linguística a partir da “historicidade que ela deixa de lado”, do materialismo, “perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele” (ORLANDI, 2015, p.18). Daí a relevância desse imbricamento teórico para a análise do discurso de sujeitos transexuais. São efeitos de sentido produzidos no corpo, por exemplo, que não podem ser apreendidos sem a consideração de que ele é afetado pelo inconsciente e pela ideologia dominante, podendo se submeter a essa última, ou resistir ao seu funcionamento, o que leva a novos modos de subjetivação desse sujeito. Ideologia e inconsciente serão, pois,

materializados a partir da língua enquanto sistema em uma acepção diversa da proposta por Ferdinand de Saussure.

Vejamos a crítica que Pêcheux traz à noção de língua como sistema tal como proposta no Curso de Linguística Geral de Saussure:

[...] a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um sistema, deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela se torna um objeto cujo funcionamento uma ciência pode descrever. [...] A consequência desse deslocamento é, como sabe a seguinte: o 'texto', de modo algum, pode ser o objeto pertinente para a ciência lingüística, pois ele não funciona [...] (PÊCHEX, 2014b [1975], p.60).

A língua, todavia, é o meio pelo qual encontramos a materialização da ideologia (ALTHUSSER, 1974) e através da linguagem (sujeita a falhas), temos a compreensão do sujeito em sua relação com o inconsciente, aqui tomado como uma “manifestação na cadeia significante² de algo que se revela a despeito do suposto ‘querer dizer’ de quem enuncia, algo que se mostra e diz diferente dos sentidos ‘evidentes’” (MARIANI; MAGALHAES, 2013, p.104). Trata-se, pois, de um “dizer diferente” que evidencia, não somente as influências de uma interpelação ideológica sobre um sujeito em determinadas práticas discursivas, como também a produção de novos efeitos de sentido marcados pelo interdiscurso. Dito de outra forma, quando o sujeito enuncia, ele acredita na univalência dos sentidos e no controle sobre seu dizer, mas os sentidos podem migrar para novos sítios de significação e isso não pode ser controlado nem previsto por ele. Daí o surgimento desse “dizer diferente”, que escapa aos sentidos evidentes, e que recebe as influências de discursos anteriores (efeito interdiscursivo), na produção de novos efeitos de sentido.

A AD distancia-se, assim, dos estudos linguísticos que tomam a língua como abstrata, transparente e fechada em si mesma, voltando sua atenção para os estudos do discurso em sua opacidade, já que é produzido por sujeitos em determinadas situações, posições e condições na história. É o que o Orlandi (2015) afirma sobre a importância de serem consideradas as relações entre a linguagem e

² Uma explanação mais aprofundada sobre o inconsciente e sobre questão da manifestação da cadeia significante será desenvolvida no capítulo 2, a seguir, na seção intitulada “Das noções do signo linguístico ao significante que desvela o inconsciente”.

sua exterioridade para que se possam encontrar as regularidades da linguagem no discurso.

Foco da AD, o discurso é tomado como um objeto sócio-histórico que tem sua materialização na língua. Ele é também o local onde se materializa a ideologia. Daí Orlandi (2015) afirmar a relação língua-discurso-ideologia quando conceitua, a partir dos estudos de Michel Pêcheux, o discurso como efeito de sentido entre interlocutores e o local onde se observa as relações “entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2015, p.15).

São sentidos que não se encontram “colados” nas materialidades linguísticas tomadas como *corpus* pelos analistas. Eles não buscam “o que significa um objeto discursivo”, voltando seu dispositivo analítico para “como esse objeto significa” a partir de gestos de interpretação que ultrapassam os limites da simples interpretação. Buscam compreender, ainda, seu funcionamento e “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2015, p.24). Há que se ponderar que, por consequência da interpelação do sujeito pela ideologia (como exploraremos mais adiante), não há discurso sem sujeito e a relação sujeito-ideologia não pode ser dissociada.

Quanto à ideologia, ela não é ocultação da realidade, como proposto nos estudos da sociologia, tampouco representa uma ausência de consciência como proposto nos estudos de Marx. Seu papel é subjetivar o indivíduo de forma inconsciente, com atuação indispensável na constituição dos sentidos. Para Orlandi (1994, p.296), é ela que realiza o apagamento necessário para o sujeito, “de seu movimento de interpretação, na sua ilusão de dar sentido: a produção do efeito de evidência”, de modo que o sujeito acredite estar no centro da decisão de seu dizer e que este tem uma interpretação única, evidente e que não foge ao seu controle.

Quando nos referirmos a esse termo em AD, é importante creditá-lo a Althusser nas releituras que faz de Marx. Para ele, “a ideologia exprime sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, jurídica, política) posições de classe” (ALTHUSSER, 1974, p.23). Ela representa uma forma de controle por parte da classe dominante, operando sob a forma dos Aparelhos repressivos do Estado (ARE) e dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Em nossa tese, associaremos à ação desses aparelhos, as tentativas de censurar e de punir corpos transgêneros, por se significarem além das fronteiras dos padrões binários da classe dominante. Para

Pêcheux (2014a [1988]), ela representa uma relação de produção que se dá entre homens, aos quais também chama de “animais racionais”, e desempenha papel crucial no delineamento das condições de produção do discurso. Fundamental para a compreensão das lutas de classe, Gregolin corrobora como pensamento do filósofo sobre essa questão e apresenta o seguinte conceito sobre ideologia:

[...] um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social. Assim, a linguagem é determinada em última instância pela ideologia, pois não há uma relação direta entre as representações e a língua (GREGOLIN, 1995, p.13).

A ver a divisão da sociedade entre oprimidos (transgêneros) e opressores (cisgêneros), veremos, em meio às análises no último capítulo da tese, o papel da ideologia em interpelar indivíduos em sujeitos através do discurso – o que Pêcheux (2014b [1975]) classifica como materialidade ideológica. Ao conjunto de ideologias que atuam em cada classe, ele chama de formações ideológicas, a ver, por exemplo, a atuação da religião cristã, da família, do Estado e do discurso médico que se concatenam em torno de uma ideologia dominante (o complexo de tais formações ideológicas) a fim de anular a existência de sujeitos transgressores do binarismo adâmico homem/mulher cisgênero. Trata-se, nessas condições, de formações ideológicas religiosas e políticas, funcionando enquanto AIE e ARE (conjuntamente – AIRE – Aparelhos ideológicos repressivos do Estado), para tentar impor uma ideologia dominante³ (materializada no discurso bíblico) a esses sujeitos. Tais aparelhos, para Pêcheux (2000, p.9), são plurais e não homogêneos, existindo em relações desiguais, contraditórias e de subordinação tais que suas propriedades regionais “contribuem desigualmente para o desenvolvimento da luta ideológica entre duas classes antagonistas, intervindo desigualmente na reprodução ou na transformação das condições de produção”. Como veremos, em meio às análises,

³ Para Althusser (1974), a ideologia dominante configura-se como uma forma de poder a partir da junção dos seus diversos aparelhos ideológicos materializados na/pela atuação das instituições, como é o caso da que promove à caça aos transgêneros. Ela é representada, conjuntamente, pela atuação da igreja, da família, do poder político e também do poder médico. Como veremos, nas seções de análise sobre preconceito e sociedade, há uma interseção, às vezes, difícil de ser explicitada, sobre onde começa e sobre onde termina a atuação de cada AIE. Eles atuam, muitas vezes, de forma conjunta, buscando a humilhação e submissão do sujeito trans aos padrões binários cisgêneros.

os sujeitos trans encontram-se nessa relação de desigualdade quando a ideologia dominante de nossa sociedade coloca o “ser cisgênero” sob a égide da perfeição e do padrão a ser seguido por todos os sujeitos.

Como afirma Ferreira (2007), o discurso, no momento de fundação da AD na França, tinha um papel de intervenção nos meios sociais, político e histórico, funcionando como um objeto sócio-histórico; daí o motivo de seu esfriamento após o maio de 1968. No Brasil, todavia, seus estudos continuam a crescer em grupos espalhados em diversas instituições, ousando na investigação das mais diversas materialidades, inclusive a da esfera política, o que tem levado a um movimento de interlocução com a França e a retomada pelos franceses dos estudos do discurso em parceria com laboratórios de pesquisa de nosso país.

O marco inicial da disciplina em nosso país se deu na década de 1970 com Eni Orlandi, em Campinas/São Paulo, que foi a responsável por reterritorializar a AD, oriunda dos estudos de Pêcheux na França. A estudiosa já era professora da Universidade de São Paulo quando deixa o Brasil, no auge da ditadura, e parte para a França. Momento em que se encontra na Universidade de Vincennes, que reunia todos os movimentos de esquerda. Foi na livraria Maspero que teve contato com a recém-publicada obra de Michel Pêcheux, *Análise Automática do Discurso* (1969), e que atendia justamente a seus anseios de estudo na linguagem (ORLANDI, 2012).

Ao retornar para o Brasil com a obra em 1970, Orlandi se depara com o país vivendo um forte processo de censura instaurado pela ditadura. Era o regime militar com forte atuação sobre a população, calando a imprensa, censurando e perseguindo aqueles que se opusessem às determinações militares e ameaçassem a então ordem nacional. Foi o momento de extinção dos partidos políticos e de opressão sobre qualquer tipo de manifestação grevista. Sua propaganda buscou saturar a sociedade com a propagação de um discurso que vendia um modelo de democracia que não existia e que condenava aquilo que chamava de ameaça comunista. O Ato institucional de número 5 (AI5), de Costa e Silva, legitimou o poder dos militares. Com isso, a censura atingiu seu auge, perseguindo intelectuais, estudantes, jornalistas e artistas que faziam das palavras o seu local de manifestação (ORLANDI, 2012).

Com a censura instaurada, surgiu, inevitavelmente, a resistência. Foram movimentos que se rebelaram contra o golpe militar e brigaram pela democratização do país. Surgiu um grito popular por eleições diretas. A AD viveu essa efervescência

política em que “a discursividade dominante suscitava a necessidade de desvirar os discursos, de mostrar outros sentidos. De aprender a ler outras palavras naquelas palavras” (ORLANDI, 2012, p. 19). Ainda para a autora, tinha-se que dizer com outras palavras aquilo que era proibido de se falar. A nascente teoria se fez presente em um momento “em que a luta pela palavra é fundamental e em que o silêncio trabalha politicamente, significando o que não pode ser dito”⁴ (ORLANDI, 2012, p.20). Foi o momento em que a interpretação textual (na busca pelo que se quer dizer) acabou sendo sobreposta pela análise discursiva (como esse texto significa em determinadas condições de produção).

Desde então, a teoria ganhou adeptos e pesquisadores que fizeram, a partir dela, interlocuções com suas próprias formulações sobre os estudos discursivos, sem perder, todavia, a essência e o diálogo com Pêcheux. Como afirma Ferreira (2007, p.16), seus estudos são então marcados por uma manutenção da “fidelidade teórica sem que isso implique submissão à teoria”. Além disso, a AD tem sido responsável por mudanças no modo como o discurso tem sido produzido por outras áreas de conhecimento. São campos de estudo de diversas áreas que tem se beneficiado e tomado novos direcionamentos a partir das noções língua, sujeito e ideologia nela trabalhados. Vejamos, a seguir, uma breve discussão sobre as contribuições de Lacan e de Foucault para a compreensão do conceito de sujeito por Pêcheux.

1.1 Lacan, Foucault e Pêcheux: contribuições teóricas para o estudo analítico do discurso do sujeito trans

A partir do exposto, e antes de iniciarmos a descrição dos estudos da Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux, é importante discutirmos as aproximações que a Psicanálise lacaniana e os estudos de Foucault têm sobre as formulações acerca do que se convencionou como o objeto de estudo da AD: o discurso em suas condições de produção. Por conseguinte, atentaremos para o fato de que os diferentes conceitos acerca da subjetividade de cada autor se fazem presentes na constituição do sujeito na teoria pecheutiana.

⁴ Para maior aprofundamento sobre o silêncio enquanto elemento do discurso, indicamos a leitura da Obra de autoria de Eni Orlandi. Ver referências – Orlandi (2017).

Como afirma Grigoletto (2008, p.50), o objeto de estudo da AD é a constituição dos sentidos e do sujeito através da história, onde o trabalho da ideologia e do inconsciente (materializados na linguagem) se fazem presentes no momento em que o indivíduo é clivado em sujeito do discurso. Sob a ótica de Foucault, há que se destacar o modo como os indivíduos são transformados em sujeitos a partir da cultura vigente⁵ e através das tecnologias (o que ele também chama de modos de subjetivação). Em contraste à noção de ideologia althusseriana, presente na AD, Foucault desenvolve a noção de poder, “deslocando o centro do conflito da tensão institucionalizada entre classes, para qualquer modalidade de prática, por força de um efeito capilarizador dessa noção” (FERREIRA, 2008, p.39-40). Apesar de apresentarmos esse contraponto, iremos observar, em meio às análises discursivas, no capítulo 5, especialmente na seção que trata do preconceito e sociedade, o modo como as relações de poder atuam em meio ao trabalho dos AIE e dos ARE. Além disso, veremos, no capítulo 3, na seção “Identidade e identificação: por um conceito de identidade na AD”, como tais relações se fazem presentes na imposição das identidades consideradas hegemônicas a partir da negação de outras que são marginalizadas. Como exemplo, teríamos a relação desigual estabelecida entre sujeitos cisgêneros (considerados como a norma) e sujeitos transgêneros (considerados a exceção da norma).

Sobre a noção de sujeito, Gadet et al (2014 [1990]) ancoram-se em Althusser (1974), de onde fazem apropriação do termo forma-sujeito para discorrer sobre o fato de que o sujeito só existe por conta da ação da ideologia. Trata-se, pois, do sujeito enquanto “efeito ideológico elementar” (p.31) e que “todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito” (*ibidem*). São, pois, as práticas sociais em que indivíduos transexuais são subjetivados enquanto sujeitos de seu discurso e constituídos como tais, em meio a relações de preconceito, de humilhação e de resistência. Foucault (2004, p.15) também se refere a essas práticas (permeadas em relações de poder), que estenderemos a esse conjunto de relações, como uma série de “ações que são exercidas de si para consigo, ações pelas quais nos assumimos, nos modificamos”. Assim como na

⁵ O fator cultural será de relevante importância quando tratarmos de objetos culturais (e do conceito de memória - mais adiante exposto), que ganham contornos discursivos quando associados aos gêneros masculino e feminino. Como exemplo, podemos citar o caso de brinquedos como boneca e bola, endereçados, culturalmente e respectivamente, para meninas e para meninos.

teorização de Althusser, elas exercem forte influência no processo de subjetivação do sujeito, conceituado, para Foucault como:

[...] uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembleia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas de sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. (FOUCAULT, 2004b [1984], p. 275)

Logo, são relações diferentes que constituem o sujeito, em meio a diversas práticas e esferas sociais, em que ele se apresenta e se posiciona, assumindo posições na sociedade enquanto sujeito do discurso. Em nossa pesquisa, trata-se do modo como os sujeitos trans são subjetivados, quando se posicionam (assumindo posição de luta) politicamente e de forma militante, resistindo a práticas sociais de subjetivação que lhes são impostas pelos padrões de gênero e de sexualidade considerados como “a norma” a ser seguida em espaços legitimados para homens e mulheres biológicos.

Tendo em vista tais considerações sobre o conceito de sujeito em Pêcheux e em Foucault, há que se destacar as aproximações teóricas e influências da Psicanálise de Lacan sobre o “sujeito pecheutiano” que, como veremos mais adiante e no capítulo seguinte, é clivado pela ideologia, não é fonte dos sentidos e, conseqüentemente, não é estruturado psicologicamente como fora proposto pela psicologia positivista. Ainda corroborando com a indiscutível presença, em uma zona de tensão, do materialismo histórico althusseriano, da psicanálise (noção de sujeito do inconsciente) e da noção de língua (sujeita ao equívoco), tal como discute Pêcheux (2014 [1988], p.269-281), apresentamos o conceito de sujeito da AD, formulado por Grigoletto (2008, p.51), por sinalizar a presença dos elementos culturais e dos mecanismos de poder que é alvo dos estudos de Foucault:

[...] é o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia, interpelação que o identifica a um grupo (qualquer que seja a extensão desse grupo), partícipes de uma mesma formação ideológica; é também o sujeito singular que se manifesta nos lapsos do inconsciente, movido pelo desejo; e é, ainda, o sujeito produzido por modos de objetivação sobre os indivíduos em uma dada cultura, modos nos quais estão

imbricadas determinadas formas de poder (GRIGOLETTO, 2008, p.51).

São, pois, características que relacionam a língua inscrita na história e um sujeito desejante⁶ (marcado pela ausência/falta/falha), em uma zona de tensão, que precisa ser abordada de modo a encontrar suas intersecções. Intersecções que são possibilitadas pelo deslizamento dos significantes numa cadeia infinita e sujeita a falhas “produzidas pela irrupção do não-sentido do inconsciente”, responsável por desequilibrar os sentidos. (GRIGOLETTO, 2008, p.53)⁷. Tais falhas são constitutivas da língua, da ideologia, e conseqüentemente, do sujeito que é por ela interpelado a partir do funcionamento do interdiscurso. Ainda sobre os modos de subjetivação, o indivíduo é transformado em sujeito a partir da cultura em que está inserido, considerando aquilo que Foucault caracterizou como um efeito de dominação de um sujeito por outro sujeito ou, ainda, sobre si próprio:

Esses modos de subjetivação são de duas ordens: os que vêm do exterior – dos dispositivos, mecanismos presentes na sociedade, em diferentes instâncias – e constituem as tecnologias de dominação; e os modos de subjetivação do próprio sujeito sobre si, os quais constituem as tecnologias do eu (GRIGOLETTO, 2008, 55).

De modo similar, na AD, a forma sujeito-histórica do sujeito moderno é determinada pelo sistema capitalista, caracterizando o sujeito jurídico com seus direitos e deveres. Como veremos adiante, nessa forma de individuação, o indivíduo passa por um processo de alienação que é consequência da venda de sua força de trabalho para esse sistema. Como consequência, ocorre uma segunda etapa de individuação que é aquela efetivada pelo Estado e pelas instituições (ORLANDI, 2016). Temos aí, por analogia, uma aproximação dos AIE, que materializam essas instituições, com as tecnologias de dominação que vêm do exterior, representadas, por Foucault, pela ação da cultura. Já o processo de autosubjetivação do indivíduo descrito por ele, pode ser tomado, em analogia, como resultado da ação de

⁶ Sobre o sujeito que é desejante, pedimos ao leitor que acompanhe a seção “2.1 Das noções de Signo Linguístico ao significante que revela o inconsciente”, no capítulo seguinte que irá tratar do sujeito do inconsciente segundo a psicanálise lacaniana. De antemão, afirmamos que o sujeito da AD é desejante por ser constituído pela falta, por uma incompletude inatingível e que é desvelada na linguagem, na ideologia e no inconsciente.

⁷ A autora corrobora com os estudos lacanianos sobre significante e significado que serão apresentados no capítulo seguinte.

resistência do sujeito, por exemplo, às tentativas de imposição de valores heteronormativos aos transexuais, com o uso da língua de madeira. Como veremos na seção adiante, ela subjuga a discursivização do corpo do sujeito, tentando lhe negar seu efeito de autoria e de subjetividade própria. Todavia, ele resiste, não se dobra às imposições sociais de tal língua e dos mecanismo de dominação, já que “é do interior mesmo dos dispositivos que surgem as resistências” (ORLANDI, 2016, p.55). Trata-se, pois, de uma resistência ao funcionamento da ideologia dominante, o que leva ao seu funcionamento às avessas, como ainda veremos nesse capítulo, e a novos modos de subjetivação.

Como afirmam Gadet et al (2014 [1990], p.49), Freud e Lacan não figuram como bibliografia na obra inaugural da Análise de Discurso escrita por Pêcheux – *Análise Automática do Discurso* (1969). Em sua escrita, são feitas pequenas referências e poucas tentativas de aplicação dos conceitos psicanalíticos dos referidos teóricos da Psicanálise. Nesse momento é dada pouca ênfase a questão do inconsciente, prevalecendo uma teorização do seu funcionamento e de seus efeitos, visto que Pêcheux se ocupava, ainda, da noção de discurso como maquinaria discursiva.

Pêcheux se faz presente no seminário 11 de Lacan, em maio de 1964, intitulado “Os 4 conceitos fundamentais da Psicanálise”. É da publicação, fruto deste seminário, que o filósofo mostra sua maior aproximação com a Psicanálise lacaniana ao tratar da falha e da incompletude que resulta da falta (FERREIRA, 2008). Ao dialogar com o marxismo trabalhado por Althusser, ele delimita o campo dos estudos do discurso, considerando a relação (que já abordamos) entre três regiões do conhecimento, a ver:

O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; A teoria do discurso, como teoria de determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (PÊCHEUX; FUCHS, 2014b [1975]).

Trata-se, pois, da subjetividade em que se inscreve a Psicanálise e aproxima Pêcheux a Lacan. É na obra *Semântica e Discurso*, considerada o auge da produção do filósofo sobre a AD (haja vista todos os conceitos nela já elaborados e

outros reformulados à luz de Foucault) que podemos observar o estreitamento teórico da produção de Pêcheux com a Psicanálise lacaniana: desde a compreensão de que a inserção do indivíduo no simbólico, através da linguagem, é constitutiva do sujeito, à sua condição de sujeito de seu discurso, quando clivado pela ideologia, sob o funcionamento do interdiscurso. Para Borba-Rodeguer (2013), trata-se ainda de uma aproximação em que o real representa o impossível, o intangenciável pela linguagem já que é anterior a ela, porém, encontra-se com ela relacionado. É nele que está a realidade psíquica, o que não se pode simbolizar, tal como veremos no capítulo seguinte, na seção 2.1.2.2 “O sujeito do inconsciente lacaniano e suas implicações para o estudo da transexualidade”.

Para Lacan (1998 [1964], p.52), “o real é [...] o que retorna sempre ao mesmo lugar – a esse lugar onde o sujeito, na medida em que ele cogita, [...] não o encontra”, estando em estreita relação com o inconsciente. Somente *alingua* pode tocá-lo (tangenciá-lo através do inconsciente) e o faz pelo motivo de a linguagem e o inconsciente serem por ela constituídos (LACAN, 1982). *Alingua*⁸ é anterior à linguagem e aos sentidos nela postos. Representa a incompletude e o furo no sentido, onde o não sentido é anterior aos sentidos e só pode ser apreendido no inconsciente. Como “A Língua é o todo do não-todo” (MILNER, 1987, p. 72), essa parte desconhecida implica numa dimensão que só pode ser apreendida quando ocorre a manifestação do inconsciente, materializado na língua.

Ao tomar esse conceito de real, Pêcheux faz sua reformulação e o incorpora à Análise de Discurso para dar conta das falhas/furos que constituem a linguagem em sua opacidade:

Supor que [...] há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano [...] ‘há real’, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode ser ‘assim’ (PÊCHEUX, 1997 [1983], p.29).

Dessa forma, o real que representa o impossível na AD encontra-se em estreita relação com a *alingua* da Psicanálise lacaniana, por permitir o furo, o tangenciamento, que se processa a partir das relações entre o sujeito, o inconsciente e a ideologia que age ao clivar esse sujeito a partir de sua entrada no

⁸ De acordo com Ferreira (2010), esse neologismo gráfico de Lacan tem por finalidade fazer a distinção entre a língua da linguística e a língua do inconsciente.

simbólico. Com isso, observamos que o inconsciente, alvo dos estudos da Psicanálise, e a ideologia althusseriana, presente nas relações imaginárias da AD, cada qual a seu modo, fazem-se presentes na teorização sobre o sujeito da presente teoria. São faces distintas de uma moeda que trabalham na constituição do sujeito que é ideologicamente interpelado e que também se apresenta a partir das manifestações do inconsciente:

O sujeito é sempre e, ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação (HENTY, 1992, p.188)

É, pois, no discurso, que ambos, ideologia e inconsciente, serão materializados, sendo possível observar o não sentido do real (do sujeito do inconsciente) emergir na fala do sujeito no momento em que o trabalho desta primeira, sob um efeito de evidência, lhe garante autonomia sobre seu dizer, já que trabalha com os sentidos postos como evidentes. Logo, é sob a ação da ideologia e do inconsciente, que é produzido o efeito de ilusão nesse sujeito que acredita estar/ser na/a origem dos sentidos. Como teoria de entremeio, cabe destacar o que Orlandi (2013, p.28) descreve como polissemia em sua relação com a interdiscursividade: um movimento de fluidez em que não existem fronteiras que delimitam essas três áreas de conhecimento, tendo o interdiscurso como motor de seu funcionamento e a inscrição em formações discursivas como o local em que ocorrem as (des) filiações a determinados sentidos em um estado de pluralidade, de suspensão e de movimento⁹.

Na seção seguinte, veremos, com um maior detalhamento, aquilo que já foi alvo de uma breve explanação quando tratamos dos modos de subjetivação do sujeito por Foucault e os relacionamos aos movimentos de resistência do sujeito transexual: a noção de língua de madeira e de língua de vento. Tais conceitos serão de extrema relevância para as análises posteriores, visto que sujeitos transexuais são impelidos a negar sua identidade de gênero, sob um efeito de humilhação, mediante imposições de “valores cristãos” e de uma moral que se alicerça nessa

⁹ Como veremos mais adiante, sobre as formações discursivas (especialmente durante as análises no último capítulo), elas representam o local provisório de morada dos sentidos, daí falarmos em um estado de pluralidade, movimento e suspensão, uma vez que os sentidos das palavras não são estanques, sendo constituídos e (re)significados na medida em que o sujeito se filia a uma ou outra formação discursiva.

língua, rígida como uma madeira, e intolerante quanto à fluidez de novos sentidos produzidos por “corpos errantes” da norma.

1.2 Individualidade e resistência do sujeito trans: a língua de madeira e a língua de vento

É a partir da relação língua-discurso-ideologia que se pode caracterizar o sujeito da Análise de Discurso Francesa. Como já sabemos, o discurso é o efeito de sentidos entre locutores, onde a ideologia se materializa no discurso que tem sua condição de possibilidade através da linguagem. Para Orlandi (2016), a compreensão dos processos discursivos deve considerar uma não neutralidade da ideologia, a clareza de uma sociedade que não é transparente, assim como o fato de que existem furos, falhas, incompletudes, rompimentos e apagamentos em tais processos que tornam opacas as interpretações discursivas, sendo possibilitada a partir da consideração das conjunturas históricas em que ocorre a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia.

Vejamos como Orlandi (2016) analisa os conceitos de alienação, humilhação e resistência, a partir dos estudos de Karl Marx sobre o sistema capitalista, na tentativa de situarmos o indivíduo que é interpelado ideologicamente em meio a processos históricos e políticos que levam a sua constituição como sujeito.

Ao retratar os estudos de Karl Marx, Orlandi (2016) afirma que o processo de alienação do indivíduo ocorre através das relações de produção do modelo do Estado Capitalista. Ao vender sua força de trabalho, o indivíduo passa por um processo de autonegação por produzir um bem material externo a si mesmo, e que é regulado pela classe burguesa. Logo, o processo de individualização do sujeito (estabelecido através das relações sociais) é perpassado pelo regime de produção capitalista que normatiza/regulamenta e subjuga o indivíduo através de um processo de empobrecimento de sua alma e espírito, na medida em que se dedica ao trabalho. O homem se torna estranho a si mesmo, aos demais indivíduos e ao ambiente em que vive.

É, pois, na sociedade capitalista que se relacionam três elementos - o político, o jurídico e o administrativo - tendo a burocracia como instrumento de dominação e a língua de madeira como o próprio lugar simbólico-político da

dominação (ORLANDI, 2016). É nessa língua que é materializada a ação dos AIE, responsáveis por naturalizar os sentidos condizentes com a ideologia dominante, no caso, a capitalista. Tal língua coloca em dois polos o certo e o errado: ser correto é seguir o destino biológico – portar-se dentro dos padrões que a sociedade legitima para quem nasce com pênis e/ou vagina. Define socialmente/moralmente o que é incorreto (ser transexual), na tentativa de impor e subjugar o que se encontra fora de determinados discursos socialmente cristalizados sobre masculinidades e feminilidades não biológicas. Como consequência, tem-se a produção de um efeito de humilhação sobre sujeitos que não são assujeitados (pela ideologia dominante) tal como manda o roteiro heterocisterrorista¹⁰.

Ainda para Orlandi (2016), esse efeito é tomado como uma prática social. É um discurso em que se contrapõem o simbólico e o político a partir da ação da ideologia. Faz parte das relações sociais e resulta no processo de segregação – toca na constituição da identidade/individualização/subjetivação do próprio indivíduo. “Toca o eu, sua identidade¹¹ e sua existência” (ORLANDI, 2016, p.221).

Coloca-se, então, a questão do outro e de sua existência: ele tem a mesma igualdade de direitos e a mesma capacidade de alterar o seu próximo. Como ambos coexistirão? Como tratar esse outro que tem um corpo desviante do binarismo dos gêneros? A resposta a tais questionamentos, para Orlandi, coloca-se sob a escolha de respeitá-lo ou de eliminá-lo, através da violência, ou, ainda, através da humilhação que tem como consequência, o preconceito:

A representação que prevalece na vontade de humilhar é a de uma distinção central e definitiva entre duas espécies humanas [...]: aqueles que têm o direito de viver e aqueles que não têm o direito de existir. [...] o preconceito incide sobre a existência mesma do indivíduo, negando-lhe a vida [...]. O segregado não faz parte da sociedade, por definição: está fora e, estando fora, é não existente. É o resto que se elimina (ORLANDI, 2016, 224).

¹⁰ Termo por nós criado para fazer menção às práticas transfóbicas e homofóbicas que buscam subjugar sujeitos transgêneros a respeito de sua identidade de gênero e de sua orientação sexual.

¹¹ O conceito de identidade tem raízes nas ciências sociais. Nós, todavia, o abordaremos e o desenvolveremos segundo uma perspectiva do discurso (na seção 3.1 Identidade e identificação: por um conceito de identidade na AD), que considera as influências dos fatores sociais e culturais em sua construção, como também o trabalho do inconsciente (sujeito desejante) e da ideologia (sujeito assujeitado). Ela se constrói em meio ao trânsito das FDs, em um movimento descontínuo, de instabilidade e de resignificação do sujeito do discurso. Logo, quando tratarmos do termo identidade, iremos considerá-lo sob essa ótica discursiva que envolve conceitos sociais, discursivos e ainda considerando os efeitos de resistência (Foucault, 1988) do sujeito sob a humilhação.

Fruto dessa humilhação reside o preconceito que resulta em um processo de segregação do sujeito, que é colocado à margem da sociedade, tendo sua identidade de gênero negada em um processo de individualização que aqui chamaremos de isolamento – como poderemos observar em meio às análises discursivas sobre a difícil realidade de vida enfrentada por sujeitos transexuais, como o entrevistado João Neri, que sofre com um processo de negação e de preconceito por alguns setores da sociedade, a ver seus relatos sobre humilhação e preconceito nos ambientes escolares e familiares (seção 5.1.4 “Questionamentos sobre preconceito e sociedade”) que o enxergavam como um indivíduo “anormal” e com distúrbios psicológicos.

Como afirma Pêcheux (2014 [1988]) e retoma Eni Orlandi em seus estudos, o indivíduo, nesse processo de individuação, é interpelado em sujeito pela ideologia, que consiste em um ritual sujeito a falhas. Trata-se de uma interpelação em que o sujeito se identifica a uma FD e que o constitui como sujeito de seu discurso. Para o autor, “a formação discursiva que veicula a forma-sujeito¹² é a *formação discursiva*¹³ *dominante*, e que as formações discursivas que constituem o que chamamos de seu interdiscurso *determinam a formação discursiva dominante*” (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.151) (grifos do autor).

Como já afirmamos, a ideologia não consiste em uma ocultação, mas sim em um mecanismo materializado no discurso em que a falha é constitutiva da identidade desse sujeito. Nesse ritual sujeito a falhas¹⁴, o sujeito pode irromper em outras discursividades, o que pode representar a resistência¹⁵: o sujeito, no caso o transexual, passar a adotar a identidade de gênero com a qual se identifica em um eventual processo de negação ao seu sexo biológico e às práticas discursivas que legitimam o discurso – via língua de madeira – do que vem a ser homem e do que

¹² O termo forma-sujeito é trazido por Pêcheux na obra *Semântica e Discurso* a partir dos estudos de Althusser (1978 [1973], p.67): “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma sujeito*. A forma ‘sujeito de fato’, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”. É importante não confundir o conceito em questão com o termo “posição-sujeito”. Também chamado de sujeito discursivo, refere-se à posição social que o indivíduo ocupa na sociedade.

¹³ Trataremos com mais afinco da terminologia formação discursiva na seção seguinte.

¹⁴ Trataremos da falha no capítulo seguinte quando abordarmos o ato falho segundo a psicanálise. Veremos, no decorrer da pesquisa, como a discursivização da transexualidade pode ser significada a partir dessa falha.

¹⁵ Trataremos da noção de resistência também na seção 3.2 “Foucault: sexualidade e poder”, da qual tomaremos posição para análise do discurso dos sujeitos trans entrevistados quando emergirem efeitos de sentido de humilhação que representa a outra face das relações de poder (FOUCAULT, 1988).

vem a ser mulher. Trata-se, pois, de um discurso binário em torno do que se legitima como o que pode ser homem ou mulher que é perpetuado na sociedade através de “enunciados que tem o poder de interpelar os indivíduos em sujeitos” (PAYER, 2005, p.9)¹⁶ e estão relacionados com a configuração da sociedade e de tais sujeitos.

Tais enunciados buscam regular a constituição identitária dos sujeitos e blindar a classe dominante dos efeitos de sentido que podem ecoar a partir dos discursos que emergem, por exemplo, de sujeitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), já que tal propagação discursiva representa uma ameaça ao que chamam de transgressão de valores tradicionais familiares. Infelizmente, essa temática torna-se bastante atual e recorrente no discurso político-religioso de lideranças do cenário governamental brasileiro que despontaram com a eleição à presidente de Jair Bolsonaro, notadamente LGBTfóbico, machista, sexista e misógino e que busca, a todo custo, silenciar o público LGBT em suas mais diversas formas de expressão.

Retomando Orlandi (2016) para segmentar o parágrafo anterior, tais enunciados são produzidos por instituições e funcionam como “máximas” que visam direcionar as ações e comportamento do sujeito sobre o modo de proceder para se obter recompensas ou punições. Vejamos o caso de enunciados na ordem religiosa e do Estado¹⁷ que representam os AIE, em uma tentativa de naturalização desses enunciados sobredeterminados. Para a primeira, a máxima consiste na obediência à lei divina para se obter a salvação da alma. O descumprimento a essa obediência terá como consequência a perda da alma que é parte essencial da constituição do sujeito. Já para a segunda ordem, a máxima é a obediência às leis jurídicas para se poder exercer a liberdade de expressão. Caso haja descumprimento às leis, o sujeito pode ser privado de sua liberdade mediante a interdição de seu corpo (PAYER, 2005).

Nesse cenário, podemos observar uma estreita relação das máximas dessas ordens com a língua de madeira enquanto instrumento de controle e que pode ser descrita da seguinte forma:

¹⁶ A presente citação faz parte da obra *Linguagem e sociedade contemporânea – sujeito, mídia e mercado*, de autoria de Onice Payer.

¹⁷ Para Althusser (1974), o Estado representa o Outro no funcionamento da ideologia no trabalho de assujeitamento do sujeito. Iremos trazer essa questão ao final da seção 2.1.2.2 “O sujeito do inconsciente laciano e suas implicações para o estudo da transexualidade”, no capítulo seguinte, quando iremos diferenciar o Outro da ideologia daquele que advém do interdiscurso.

Espaço da artimanha e da linguagem dupla, linguagem de classe secreta onde o “bom entendedor” encontra sempre sua salvação, a língua da ideologia jurídica permite conduzir a luta de classes sob a aparência da paz social [...]. Os diferentes aparelhos ideológicos de Estado da sociedade burguesa funcionam [...] na medida em que o seu regime discursivo combina as propriedades “regionais” de seus objetivos especializados ([...] no direito, no conhecimento, na política, no trabalho, na informação, na cultura, etc.) com posições de classe no mais das vezes inconfessadas: os objetos ideológicos são sempre fornecidos concomitante com a maneira de se servir deles, com a pressuposição de seu “sentido”, quer dizer também com sua orientação (PÊCHEUX, 1990 [1982], p.11-12).

Vemos, aqui, como as máximas, acima expostas, estão intimamente relacionadas a essa língua que tem seu funcionamento diretamente ligado à interdição de sentidos (proibidos) produzidos por corpos transdesviados do padrão cisgênero. É, pois, o que afirma Pereira (2008) ao descrever a língua de madeira como da ordem do político, responsável pela rigidez e inflexibilidade dos sentidos, pelo controle e pela normatização do dizer, visando sua transparência. Daí, retomamos ao exposto anteriormente por Pêcheux (1990[1982]), ao abordá-la em estreita ligação com a língua da ideologia (em sua relação com o inconsciente), baseada na ilusão de controle do dizer pelo sujeito - assim como fazem as máximas. Nessa ilusão de transparência, fruto de um “controle” exercido pelos AIE, é o momento em que se abrem os precedentes para uma língua que foge a essa configuração de tentativa de dominação de uma classe sobre outra.

Na ordem da lei jurídica, há uma aproximação da assertiva anterior com a língua de vento. Ela concebe uma ilusão de liberdade ao sujeito em seu dizer, o que é um efeito do trabalho da ideologia: “o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é produzido como causa de si” (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.238). Isto se deve ao fato de seus dizeres sofrerem uma regularização por parte dos AIE, como afirma Payer (2005). Temos então, na língua de vento, a marca da resistência do sujeito trans que será assujeitado pela ideologia de um modo diverso e não “desejado” pelo Estado.

Em nosso estudo, temos os sujeitos transexuais imersos em um processo de busca por afirmação/aceitação/respeito a sua identidade pela sociedade (via língua de vento) e de oposição a um discurso legitimado pela ordem do religioso (via língua de madeira) que afirma ser pecaminosa e ilegítima a posição-sujeito de

pessoas que não possuem uma identificação com o gênero de nascimento. Essas pessoas são, dentro da teoria de Pêcheux, classificadas como maus sujeitos, como veremos na seção seguinte.

Antes disso, todavia, precisamos abrir uma breve discussão sobre o processo de preconceito e resistência dentro do grupo dos transexuais. Até então, falamos sobre o binarismo que legitima identidades de homem e de mulher na sociedade. Mas como esse preconceito pode ocorrer dentro de um grupo de indivíduos que ocupam a mesma posição-sujeito na sociedade? Os fatores envolvidos nesses embates são os mais diversos e podem ser de ordem religiosa, socioeconômica ou, ainda, aqueles envolvendo a adesão, ou não, a intervenções cirúrgicas para readequação da identidade de gênero desses sujeitos. Vejamos como esse fenômeno é discursivizado, a partir da heterogeneidade discursiva da posição-sujeito¹⁸ como proposto por Cazarin (2005).

Como afirma Orlandi (1999), o sujeito discursivo é considerado uma posição entre outras. Uma posição que é marcada por uma forma-sujeito do discurso que é constitutivamente heterogênea. Logo, teremos FDs também heterogêneas e porosas na constituição da identidade desse sujeito, conseqüentemente heterogêneo, e que pode, a ver sua posição social na sociedade, ocupar diferentes posições-sujeito quando inscrito em uma mesma FD.

É a partir dessa consideração que Cazarin (2005, p.4), entende que a heterogeneidade resulta “da coexistência de diferentes posições-sujeito no interior de uma mesma FD. [...] Trata-se também de pensar a heterogeneidade no interior de uma mesma posição-sujeito, porque, nela, há a possibilidade da diferença interna”. Dessa forma, há que se considerar a necessária ilusão de homogeneidade tanto da FD como da posição-sujeito para que o sujeito, na posição de enunciador, possa organizar sua discursividade, garantindo o efeito de unidade discursiva que representa tal posição. Tal efeito de ilusão, como afirma Pêcheux (2014 [1988], p.238), é resultado do processo de interpelação do indivíduo a partir do funcionamento da ideologia. Com isso, ele se encontra identificado a uma FD, garantindo esse efeito de ilusão/evidência sobre os sentidos.

¹⁸ Essa temática será bastante explorada em meio às análises no capítulo 5. A título ilustrativo, o leitor poderá direcionar sua leitura para a seção 5.3.4 “Questionamentos sobre preconceito e sociedade” quando entrevistados o sujeito Léo Aquila que retrata situações de preconceito sofridas por outras mulheres transexuais.

Ainda para Cazarin (2005), esse efeito de unidade discursiva abre possibilidade (mediante o efeito imaginário de homogeneidade), para a existência da diferença no interior de uma mesma posição-sujeito. Essa diferença se apresenta sob a forma do discurso-outro que é incorporado a partir da contradição (inerente a todo discurso) e ainda pela negação que convivem nessa mesma posição já que “nem todos os sujeitos enunciadore^s, que nela se inscrevem, se relacionam de forma idêntica” (CAZARIN, 2005, p.8) com esse efeito de unidade discursiva. Tal temática será de extrema relevância, em nossas análises, na medida em que iremos nos deparar com discursos contraditórios de sujeitos transexuais que ocupam a mesma posição-sujeito (de mulher trans, por exemplo) e se encontram inscritos em uma FD que iremos denominar de FD trans. Tal como são porosas as fronteiras das FDs, possibilitando que o discurso de um sujeito trans, seja transfóbico, assim também serão porosas e instáveis àquelas que delimitam a posição-sujeito ocupada por esse sujeito, podendo ele transitar para outra posição-sujeito, como veremos a seguir.

Quando o sujeito enunciador extrapola os limites de uma posição-sujeito em suas contradições internas (correspondentes aos limites inscritos na FD inerente à sua posição-sujeito ideologicamente sobredeterminada), temos, como consequência, sua inscrição em outra posição-sujeito - o que Cazarin (2005) denomina como efeito de divergência: as contradições agora são tomadas no campo de uma mesma FD, porém entre diferentes posições-sujeito. Vejamos como ela sintetiza os conceitos de diferença e de divergência:

a diferença como diversidade, variedade de pontos de vista que não são iguais, mas convivem em uma mesma posição-sujeito; e a *divergência* como discordância, ou seja, como posições de sujeito que progressivamente se afastam e que, embora convivam no interior de um mesmo domínio de saber, isto é, de uma mesma FD, marcam essa convivência pela tensão (CAZARIN, 2005, p.8).

Essa conceituação é de suma relevância em nossa pesquisa para apreendermos as questões relativas ao preconceito e resistência em meio aos próprios transexuais. Consideremos que esse grupo se encontre inscrito em uma mesma FD (que aqui chamaremos de FD trans) e que nessa FD haja diferentes posições-sujeito ocupadas por eles. Logo, enquanto grupo que luta pelos mesmos direitos na sociedade, observamos uma homogeneidade ilusória da tomada de

posição desses sujeitos discursivos na sociedade. Pode haver, pois, uma vasta heterogeneidade dentro da própria “posição-sujeito homem/mulher trans” a partir do momento em que diferentes sujeitos colocam-se na posição de enunciadores do discurso de resistência, aqui tomado como os movimentos de embate de sujeitos cisdesviantes (sujeitos trans) aos mecanismos de poder representados pela ideologia dominante nos AIRE.

Logo, o discurso do outro (que emerge pela negação ou pela contradição) irá ganhar contornos que fogem da pseudo-homogeneidade da posição-sujeito, abrindo espaço para a possibilidade de diferentes pontos de vista que se digladiam em uma mesma posição-sujeito - seja sobre a posição social de travestis e transexuais, sobre a necessidade ou não de se submeterem a intervenções cirúrgicas, seja ainda por questões envolvendo crenças religiosas ou ainda por considerar a transexualidade como passível de tratamentos psicológicos. Trata-se, pois, de posições-sujeito heterogêneas, dentro de uma mesma formação discursiva que ecoam discursos não só de resistência como também de preconceito. Esse último poderá ser visto não somente na divergência como também na diversidade da posição-sujeito de transexuais que, por resistirem aos valores binários da ideologia dominante, são classificados como maus sujeitos, temática que será alvo de nossa atenção na seção seguinte.

1.3 O bom (cis) e o mau sujeito (trans): desdobramentos do sujeito na AD

Questão crucial em nossa pesquisa, por tratar da resignificação da identidade/identidade de gênero de sujeitos trans, a compreensão dos conceitos de bom e mau sujeito, apresentados por Pêcheux (2014 [1988]), pode ser vislumbrada a partir da noção de formação discursiva que já tratamos de forma breve anteriormente. Em analogia ao nosso objeto de estudo, classificaremos o sujeito transexual como o mau sujeito, já que não aceita às imposições da classe dominante para ser assujeitado como um bom sujeito – cisgênero. Vale destacar que o conceito de FD trazido pelo autor foi primeiramente apresentado na obra inaugural da AD, sendo, posteriormente, retomado na obra *Semântica e Discurso* de 1988. Todavia, antes de apresentarmos o conceito de FD que hoje utilizamos nos estudos do discurso, faz-se importante descrever sua creditação a Michel Foucault.

É na obra *A arqueologia do saber*, originalmente publicada em 1969, que Foucault tenta descrever o funcionamento e a ordem do discurso a partir das relações entre enunciados, considerando suas formas de descontinuidade, de cortes e de limites ao longo do tempo (FOUCAULT, 2000 [1969]). Para isso, ele se faz valer de quatro hipóteses para explicitar os laços entre os enunciados nas ordens da medicina, da gramática e da economia. Vejamos cada uma delas:

Primeira hipótese [...]: os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto. [...] definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distâncias que reinam entre eles [...]. Segunda hipótese [...]: sua forma e seu tipo de encadeamento. [...] Se há unidade, o princípio não é, pois, uma forma determinada de enunciados [...] outra hipótese: não se poderia estabelecer grupos de enunciados, determinando-lhes o sistema dos conceitos permanente e coerentes que aí se encontram em jogo? [...] Finalmente, a quarta hipóteses para reagrupar os enunciados, descrever seu encadeamento e explicar as formas unitárias sob as quais eles se apresentam: a identidade e a persistência dos temas (FOUCAULT, 2000 [1969], p.36-40).

Após propor e discutir essas quatro hipóteses, a conclusão a que chegou, é a de ter falhado em suas proposições, encontrando apenas na ordem da dispersão dos enunciados dos três temas anteriormente elencados, a possibilidade de se obter os princípios de individualização e da unidade de um discurso. Logo, a compreensão de um discurso se tornou inatingível pela tentativa de se unir as partes/fragmentos (das famílias de enunciados) que o compõem, já que não havia “um domínio de objetos cheio, fechado, contínuo, geograficamente bem recortado [...]” (FOUCAULT, 2000 [1969], p.42). Encontrou-se, todavia, o contrário ao exposto, já que se tratavam de:

[...] formulações de níveis demasiadamente diferentes e de funções demasiado heterogêneas para poderem-se ligar e se compor em uma figura única e para simular, através do tempo, além das obras individuais, uma espécie de texto ininterrupto (FOUCAULT, 2000, p.42).

Essas últimas afirmações de Foucault já prenunciavam alguns dos efeitos característicos do discurso como sua heterogeneidade e inacabamento quanto a sua

estruturação, visto que possui uma regularidade estrutural que é apenas aparente (com começo, meio e fim pré-definidos), pois é suscetível à produção de vários efeitos de sentido, a ver as suas condições de produção no tempo e na história. A essas condições de produção tão difundidas na AD francesa, podemos tomá-las em analogia ao que o autor já descrevia como regras de formação: “as condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2000 [1969], p.43-44).

Haja vista a supracitada impossibilidade de se sustentar as famílias de enunciados em uma ordem fechada e contínua, Foucault apresenta como sugestão a importância da adoção da descrição de sistemas de dispersão para se compreender o campo do discurso. É o momento que apresenta o conceito de formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2000 [1969], p.42).

Logo, à luz do que fora enunciado por Foucault (2000 [1969]), Pêcheux faz uma releitura da supracitada noção a partir do conceito de ideologia de Althusser (1974) e da questão das lutas de classe, reformulando-a com a seguinte conceituação:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de lutas de classes, determina *o que pode e dever ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.147).

É a partir dessa noção de FD que Pêcheux propõe as noções de bom sujeito e de mau sujeito, considerando ainda o sujeito do discurso como fruto de um processo de interpelação do indivíduo por formações discursivas - na linguagem - as formações ideológicas correspondentes, que correspondem à instância ideológica

sob a forma dos AIE. Como fruto dessa interpelação, ocorre a identificação do sujeito com uma FD, aqui tomada como a dominante (PÊCHEUX, 2014 [1988]).

Nesse processo, o autor ressalta a existência de um desdobramento do sujeito do discurso: um fazendo referência ao sujeito da enunciação (que toma posição e responsabilidade sobre os conteúdos colocados); e outro que é chamado de sujeito universal, também chamado de sujeito da ciência. A esse desdobramento, Pêcheux (2014 [1988]) distingue três principais modalidades que tomaremos como aporte teórico para a discussão e análise do trânsito das FDs no processo de constituição da identidade de sujeitos transexuais que ocorre em meio à inscrição do sujeito a uma determinada formação discursiva. A respeito da primeira é afirmado o seguinte:

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) entre o *sujeito da enunciação* e o *sujeito universal*, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade”). (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.199)

O “Sujeito” em questão faz referência ao sujeito do inconsciente (desejante), clivado e assujeitado pela ideologia. A seu turno, é através do interdiscurso (também chamado de memória discursiva para Pêcheux, fazendo referência aos discursos anteriores) que será veiculada a FD dominante, responsável por caracterizar a dominação da forma-sujeito do discurso. Quanto à segunda modalidade, Pêcheux afirma o seguinte:

[...] caracteriza o discurso do “mau sujeito”, discurso no qual o *sujeito da enunciação* “se volta” *contra o sujeito universal* por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) *com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”*: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. [...] Em suma, o sujeito, “mau sujeito”, “mau espírito”, *se contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso” (grifos do autor) (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.199).

A partir do exposto, observamos que a primeira modalidade representa o sujeito que está identificado a uma FD. É o “bom sujeito”, assujeitado e, como já afirmamos, ligado ao inconsciente¹⁹. Logo, é representado por Pêcheux (2014 [1988]) como “Sujeito” e tem seu processo de identificação à FD dominante de forma livre ou ainda cega/assujeitada, inconscientemente, através do interdiscurso (o que é consequência da ação da ideologia que garante ao sujeito a ilusão de controle sobre seu dizer – conforme discorre Althusser (1978 [1973])). Em nossa pesquisa, poderíamos representá-lo como o homem ou a mulher cisgênero:²⁰ performa sua identidade de gênero em consonância com o sexo biológico de nascimento e o faz sem qualquer tipo de questionamento, acreditando (efeito de evidência) que se trata de uma ordem natural a ser seguida socialmente. Vejamos o que afirma Pêcheux a essa respeito:

[...] o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências “subjetivas”*, devendo entender-se esse último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito” (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.139).

Já a segunda modalidade representa o sujeito contraidentificado a uma FD. Ele permanece inscrito na mesma FD, todavia, afasta-se dela e passa a questioná-la, o que é característico dos efeitos do discurso-contra ou ainda chamado de contradiscurso, como afirma Pêcheux (2014 [1988]). Sob a perspectiva de nosso objeto de estudo, tomaremos esse último efeito, considerando sujeitos que se encontram em conflito com sua identidade de gênero e buscam sua identificação com o gênero diverso daquele do seu nascimento. Tratam-se, pois, de questionamentos e dúvidas sobre um trânsito identitário e de identificação a uma FD que são inerentes a todos os sujeitos, visto que somos clivados, pela ideologia dominante, a reproduzir uma identidade de gênero cisgênera. Todavia, nem todos os indivíduos são clivados pela ideologia dominante, tal como regulam os AIE.

¹⁹ É a partir das formações do inconsciente que o trabalho clivador da ideologia “assujeita” o indivíduo em sujeito de seu discurso. Como já discorremos anteriormente, ideologia e inconsciente são instâncias distintas, mas não autônomas, e que trabalham em um terreno de tensão onde o sujeito busca uma completude inatingível.

²⁰ Esse conceito será melhor trabalhado no terceiro capítulo da presente tese. De modo geral, o sujeito cisgênero é aquele que apresenta uma identificação do seu corpo biológico com sua identidade de gênero (o indivíduo apresenta corpo de homem e se reconhece socialmente como homem, por exemplo).

Como afirma Pêcheux, “[...] é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nas quais essa ideologia [a ideologia dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna dominante” (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.131). Conseqüentemente, quando um sujeito questiona os valores de tal ideologia e sua regulação, há o estabelecimento daquilo que o autor descreve como lutas de classe que ocorrem em relações contraditórias, desiguais e subordinadas ao interesse das classes às quais eles servem, como veremos adiante nos relatos dos sujeitos sobre a ação da Igreja, do Estado, da Família, dentre outros, que se fazem valer de um discurso religioso para regular e punir identidades transdesviadas da norma cisgênera.

Além das duas modalidades apresentadas, Pêcheux (2014 [1988]) ainda descreve, à luz da “prática política do proletariado sobre a forma sujeito” e da “prática da produção do conhecimento” (também chamada de efeito das ciências), uma terceira modalidade. Nela ocorre uma tomada de posição não-subjetiva como consequência da desidentificação do sujeito do discurso com a FD dominante em que está inscrito e com a qual já se contrapõe no processo de contraidentificação. Apesar dessa tomada de posição, ele salienta que não há uma anulação da forma sujeito ou, ainda, uma dessubjetivação através de sua fragmentação ou ruptura, já que o indivíduo continua a ser interpelado em sujeito através da ideologia, o que se observa é uma mudança em seu funcionamento:

Na realidade, o funcionamento dessa **terceira modalidade** constitui um *trabalho* (transformação-deslocamento) da forma sujeito e não sua pura e simples *anulação*. [...] esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas de novo tipo*. A ideologia [...] enquanto processo de interpretação dos indivíduos em sujeitos – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo às *avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do **desarranjo-rearrajando** do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo) (PÊCHEUX, 2014[1988], p.202) (grifos do autor).

Como se pode observar, a ideologia realiza um papel determinante nessa mudança da forma-sujeito, o que é também justificável pela razão de serem as formações discursivas governadas pelo complexo de formações ideológicas, e que, através de um funcionamento “às avessas”, como já descrito, faz com que o sujeito abandone sua antiga FD e se inscreva em uma nova. É o que o filósofo vem a

chamar de “não-sujeitos” quando afirma que o “trabalho desidentificador da ideologia [...] se desenvolve [...] através de novas identificações em que a interpelação funciona às avessas” (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.248) (grifos do autor).

É nessa modalidade que iremos enquadrar os sujeitos transexuais, onde iremos, posteriormente, marcar a diferença entre os termos ‘transexual’ e “transgênero”. Primeiramente contraidentificados, para posteriormente serem considerados desidentificados a uma FD, que chamaremos de binária, os transexuais passam a se identificar e se inscrever em uma nova FD (nova forma-sujeito – FD binária trans). Momento em que se encontram em uma nova posição-sujeito: homem ou mulher transexual com orientação sexual heterossexual/homossexual/bissexual/pansexual²¹. Esse fenômeno, todavia, pode seguir caminhos os mais diversos possíveis, já que, analogamente ao trânsito das FDs, que convergem para uma identidade transgênero, a orientação sexual desses sujeitos também pode estar suscetível a esse trânsito, todavia, de forma mais opaca e nebulosa, como veremos na terceira seção desse trabalho a respeito das relações entre orientação sexual e identidade de gênero.

A tomada dessa nova posição-sujeito é, como já vimos, fruto do funcionamento da interpelação ideológica contra si mesma em um “processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos (reapresentação da necessidade real na necessidade pensada)” (PÊCHEUX, (2014 [1988], p.247). Ainda de acordo com Pêcheux, a produção do conhecimento é consequência da transformação “de matérias-primas ideológicas em objetividades materialistas *através do desenvolvimento de ideologias novas e de formas novas de interpelação ideológica*” (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.247). A ver nosso objeto de estudo, tais ideologias novas representam a possibilidade de fluidez das identidades de gênero e de orientação sexual. São, ainda, uma quebra aos rótulos impostos pela classe dominante sobre os padrões familiares tradicionais e, conseqüentemente, uma ameaça a sua hegemonia, uma vez que expõem as fragilidades do modelo heterocisnormativo. Em suma, isso significa, aos transexuais, uma necessidade pensada que se materializa

²¹ A identidade de gênero se refere ao modo como o sujeito se expressa e se reconhece socialmente dentro dos valores socioculturais que classificam as pessoas em homens ou mulheres. Isso independe de sua genitália e/ou de sua orientação sexual que pode ser heterossexual (interesse por pessoas do gênero oposto), homossexual (interesse por pessoas do mesmo gênero), bissexual (interesse por pessoas de ambos os gêneros) e pansexual (interesse por pessoas, independente do gênero e de sua identidade de gênero). Quando nos referimos ao gênero, estamos abordando a questão de ser homem ou mulher – masculino ou feminino.

a partir de tais ideologias, em meio à produção do conhecimento e da apropriação da ciência, acerca do que simboliza passar por todo um processo de mudanças no nome de registro, nas vestimentas e no corpo a fim de ressignificar sua identidade .

Vale destacar que tal movimento das FDs não pode ser tomado de forma unilateral, homogênea ou ainda definitiva, pois o sujeito é continuamente interpelado pela ideologia, em meio a sentidos historicamente regularizados, o que pode lhe levar, posteriormente, a se identificar a uma nova FD. Trata-se do real da língua, que não se pode tocar, nem afirmar o momento de se obter uma significação, já que os significantes²² encontram-se em constante deslizar na cadeia de tal significação, como iremos discutir no capítulo seguinte sobre os estudos de Lacan em torno da psicanálise e sua relação com o sujeito da AD, que também é o do viés do inconsciente.

Para a sociedade, todavia, o transexual, mesmo em sua nova posição-sujeito, permanece como mau sujeito. Isso é consequência do preconceito que individua, via marginalização, sujeitos que se encontram inscritos em uma FD que não seja aquela em que se inscrevem pessoas de determinados setores (em uma FD institucionalizada pela cultura dominante – Estado) que busca padronizar/catequizar/exorcizar, via língua de madeira, esses sujeitos, tomando-os como “desvios” ao que se é normatizado como o correto – ser homem ou ser mulher cisgênero. Mas o que possibilita todo esse debate em torno do modo como o sujeito se inscreve em uma FD? Trata-se daquilo que move o discurso – o interdiscurso. É sobre seu conceito e sobre o conceito de memória discursiva que nos ateremos a seguir.

1.4 Entre maquiagens, roupas e acessórios: noções de interdiscurso e de memória discursiva na AD

Nesta seção, iremos apresentar e discutir conceitos que são cruciais para a compreensão do funcionamento do discurso de sujeitos transexuais, em meio ao seu trânsito identitário, sobre o que significa ser um homem/mulher trans em meio a objetos discursivos que trabalham na ressignificação de sua identidade de gênero.

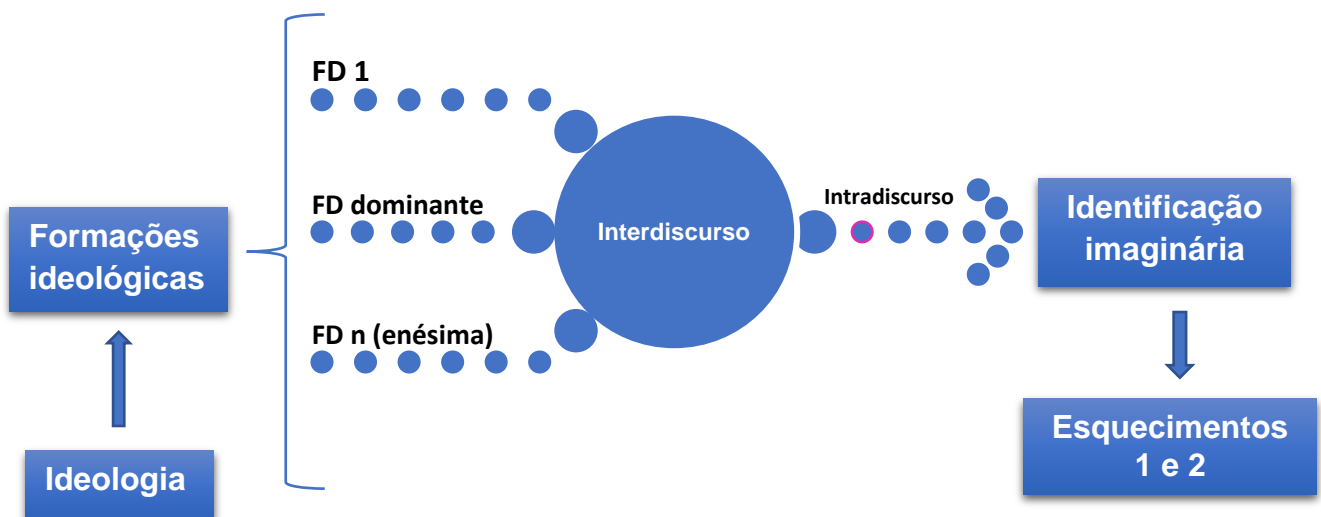
²² Como veremos no próximo capítulo, na seção 2.1.1 “Das noções de Signo Linguístico ao significante que revela o inconsciente”, o sujeito da psicanálise é tomado como um significante sobre outro significante, que tem primazia sobre o signo e sobre o significado (PÊCHEUX, 2014 [1988], 2014, p.239).

O desdobramento do sujeito do discurso, a partir das três modalidades anteriormente elencadas, só é possível de se realizar a partir do funcionamento do interdiscurso e do intradiscurso. Tomaremos, inicialmente, a noção de interdiscurso desenvolvida por Pêcheux (2014 [1988]) que, assim como Orlandi (2015), não faz distinção de seu conceito com o de memória discursiva, tomando-os como sinônimos:

[...] propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2014 [1988], p. 149).

A fim de elucidarmos esse conceito, propomos o seguinte esquema (Figura 02). Salientamos, todavia, que iremos trabalhar com o conceito de memória discursiva proposto por Indursky (2011) que, diferentemente desses dois autores, não a conceitua como sinônimo de interdiscurso, discurso transversal ou pré-construído. Vejamos:

Figura 02 - Funcionamento do interdiscurso



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

Como se pode observar, e à luz do conceito descrito, o interdiscurso é materializado no/através do intradiscurso e veiculado no complexo de formações discursivas através de uma FD dominante que, por sua vez, é governada pelo

complexo das formações ideológicas²³. São essas formações ideológicas e o interdiscurso que garantem o funcionamento da ideologia no processo de interpelação/assujeitamento do indivíduo, o que ocorre, segundo Pêcheux (2014 [1988]), sob a forma de uma certa autonomia - no imaginário do sujeito – já que não reconhece sua subordinação. Representamos por FD n (enésima), o complexo incalculável de FDs que atravessam o indivíduo no processo de interpelação em sujeito de seu discurso. Convém ainda elucidarmos outros termos presentes em nosso esquema.

Caracterizamos o intradiscurso como a formulação própria do enunciado. Para Pêcheux (2014 [1988], p.242), ele funciona na identificação imaginária do sujeito que acredita que seu dizer apresenta apenas um sentido, ocorrendo a nível enunciativo. Essa identificação, que é um dos efeitos do intradiscurso, está ligada a uma zona de esquecimento chamada de número 2,

[...] pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formulação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relações de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada* (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.161) (grifos do autor).

O funcionamento de tal zona de esquecimento poderá ser observado quando nos depararmos com a análise de relatos dos nossos sujeitos entrevistados, por exemplo, na seção 5.2.1 “Questionamentos sobre o corpo” em que Rogéria nega a necessidade de submeter à cirurgia de readequação de gênero para retirada do pênis, alegando que a presença do órgão não lhe faz “menos mulher”. Todavia, os sentidos transbordam, em outros relatos, e veremos, em tal seção, que a ideologia da classe dominante a faz considerar a presença da genitália masculina como um símbolo que reduz/ameaça/prejudica sua feminilidade – efeito analítico possibilitado pelo interdiscurso.

Já a zona de esquecimento nº I é marcada pelo funcionamento da ideologia, processada no viés do inconsciente, e “que dá conta do fato de que o

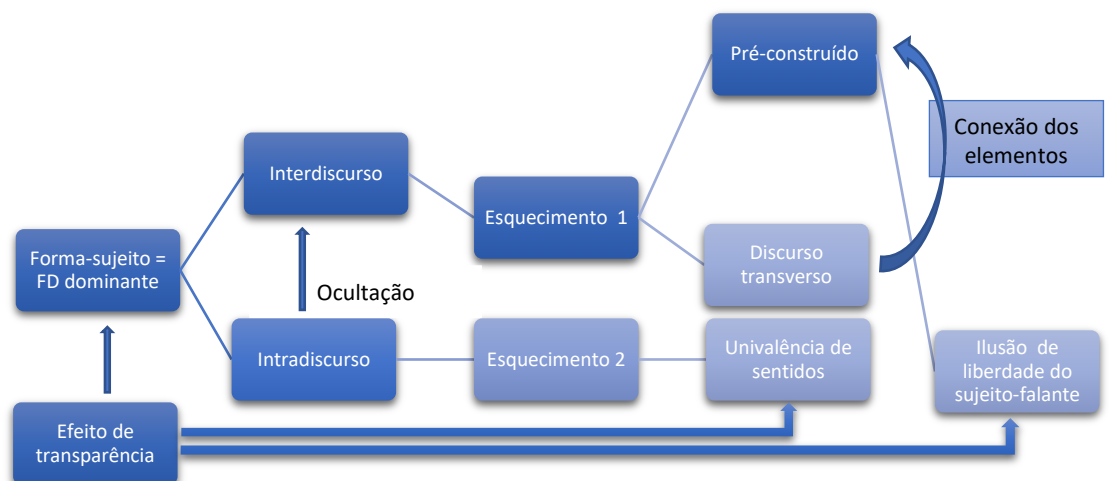
²³ Sobre o conceito de formações imaginárias, que será desenvolvido na próxima seção, Pêcheux (2014 [1969]) o define como as relações imaginárias que são estabelecidas entre os sujeitos do discurso, A e B, considerando, também, a imagem que eles constroem sobre um referente, que é consequência do efeito de antecipação.

sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2014 [1988], 162). O autor toma ainda seu funcionamento em analogia ao recalque do inconsciente²⁴, sendo nesse exterior que será determinada a FD dominante.

É através dos efeitos do interdiscurso (pré-construídos e discursos transversos) que o sujeito tem a falsa impressão da realidade sobre o seu pensamento enquanto sujeito-falante, acreditando ser o dono de seu dizer. Podemos, ainda, afirmar a primazia do interdiscurso sobre o intradiscurso, cientes de que ambos trabalham na produção dos sentidos a partir das formações imaginárias. É no interdiscurso que se encontra o esquecimento de número 1, pois o indivíduo retoma outros discursos, via memória discursiva, com a falsa ilusão de que são seus. Já o intradiscurso, como já afirmamos, encontra-se na zona de esquecimento nº 2, pois ao elaborar determinado enunciado, ele acredita que o sentido do que diz é único e está fora da pluralidade de sentidos. Todavia, esse dizer só lhe será facultado a partir dos enunciados que estão circunscritos a sua FD dominante.

Vejamos o seguinte esquema (Figura 03) que nos ajudará a visualizar o funcionamento do interdiscurso e do intradiscurso a partir do que já descrevemos:

Figura 03 - Funcionamento do interdiscurso e do intradiscurso



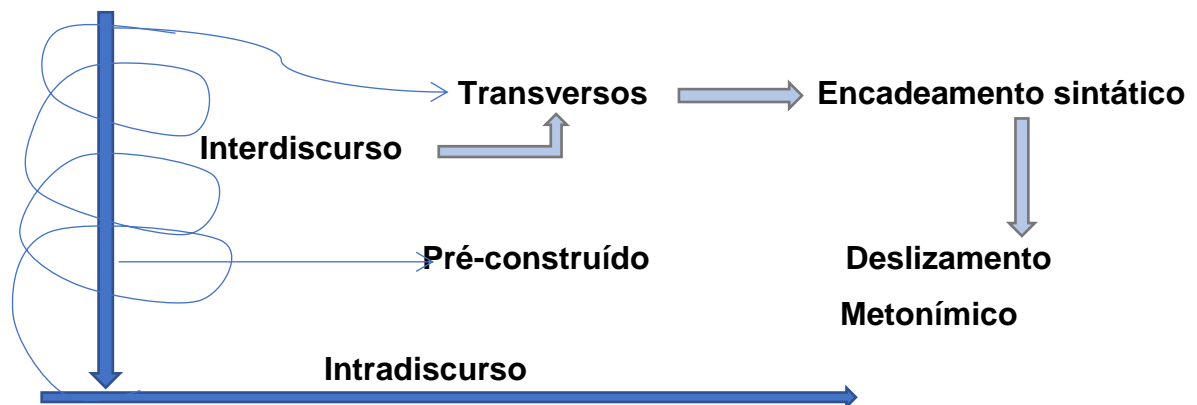
Fonte: Figura elaborada pelo autor.

²⁴ O conceito de recalque será elucidado no capítulo seguinte quando tratarmos da Psicanálise e aplicado na análise discursiva do sujeito João Neri na seção 5.1.1 “Questionamentos sobre o corpo”.

Como se pode observar, a formação discursiva dominante é configurada, nos estudos de Pêcheux (2014 [1988]), como a própria forma-sujeito do discurso, que via ideologia, garante ao sujeito que enuncia, um efeito de transparência/autonomia sobre seu dizer através das formulações do interdiscurso (referente ao esquecimento de número 1) e do intradiscurso (referente ao esquecimento de número 2). Para o autor, ela é responsável pelo mascaramento dos efeitos do interdiscurso, que se processa através do intradiscurso, evidenciando o primado daquele sobre esse último.

Corroborando com os estudos de Pêcheux, Sargentini (2011) afirma que é na relação do interdiscurso com o intradiscurso que se produz um efeito de memória, conforme podemos visualizar na figura 04, a seguir:

Figura 04 - Produção de um efeito de memória



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

A partir da figura, observamos que é na zona intradiscursiva que se processa a irrupção do enunciado - em um eixo de horizontalidade. Enquanto que, na zona interdiscursiva, sob um eixo verticalizado, ocorre o encadeamento, via discursos transversos, dos elementos do discurso pré-construído, por meio de um encaixe sintático. É nesse encadeamento sintático que ocorre o efeito metonímico, responsável pelo deslizamento/deslocamento do sentido das palavras. Tal deslizamento marca a formulação de um sentido no discurso do sujeito, identificando-o a uma determinada FD. Logo, esse deslizar pode levar, sob a ilusão de autonomia do sujeito transexual, por exemplo, a sua desidentificação a uma FD

binária, criticando os saberes dessa FD, afetado pela zona de esquecimento nº 1. Atentemo-nos, a seguir, a um melhor detalhamento da noção de memória discursiva e de elementos presentes na figura 4, como discurso transverso e pré-construído.

1.4.1 Noções de repetição, memória e objeto discursivo na AD

Noção fundamental para compreensão da produção de efeitos de sentido de um discurso, a memória discursiva tem papel de extrema relevância em nossa pesquisa, quando nos ativermos a elementos como os objetos culturais (operadores de uma memória social). Sobre isso, cabe uma reflexão (que veremos em meio às análises e também no capítulo três) sobre as condições de produção de discursos que legitimam, por exemplo, o uso de bonecas por meninas biológicas e carrinhos para meninos biológicos. Logo, a partir de simples objetos como batons, roupas íntimas e brinquedos infantis, será possível avançarmos na compreensão do mecanismo de funcionamento da ideologia, “às avessas”, na resignificação desses utensílios, dentre outros, quando adotados por sujeitos transexuais ao relatarem sua importância para a construção de uma nova identidade de gênero que contrasta daquela imposta pela ideologia da classe dominante.

Como já afirmamos, Pêcheux, na obra *Semântica e Discurso*, não faz distinção entre os conceitos de interdiscurso e de memória discursiva. Outros conceitos como “pré-construídos”, “discurso-transversos” e “repetição” também são tomados por ele como sinônimos de memória discursiva, a ver sua conceituação como “[...] aquilo que, face a um texto, que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ ([...] os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.)” (PÊCHEUX, 2015b [1999], p.45-46). Para Indursky (2011), todavia, todos esses elementos acima descritos são diferentes mecanismos de funcionamento do discurso, responsáveis por materializar a memória, mas não são tomados de forma indistinta. Vejamos a caracterização de cada um deles a partir das considerações da autora e de outros estudiosos que também discorrem sobre a necessidade de se fazer tal distinção.

Para Indursky (2011) e para Courtine e Marandin (1981), o discurso produzido pelo sujeito funciona sob o regime da repetição que, assim como a memória, tem seu funcionamento ligado às noções de pré-construídos e discurso-transverso. É no interdiscurso que eles funcionam, sendo o discurso-transverso

tomado em associação com a articulação. Reforçamos que ambos funcionamentos são possibilitados pelo esquecimento de que os discursos já existem, sob o efeito de ilusão de liberdade do sujeito-falante. Vejamos o que Pêcheux traz a respeito deles:

[...] o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*. (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.153).

Logo, o efeito de pré-construído simula um encaixe no discurso de quem fala como se esse enunciado fosse origem de seu dizer (na zona de esquecimento de nº2). A respeito do discurso-transverso, o autor afirma que seu funcionamento ocorre através de um encadeamento (como vimos na figura 4) que atravessa os elementos que formam o sentido de um discurso de forma perpendicular, unindo-os na relação “da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa” (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.153). Trata-se, pois, do próprio funcionamento da metonímia que é associado de forma direta ao processo de articulação/sustentação dos sentidos do discurso (mediante seu deslocamento):

[...] o processo metonímico pode dar conta ao mesmo tempo da inscrição dos sujeitos na estrutura sintática e do esquecimento dessa inscrição pelo mecanismo de identificação do sujeito ao conjunto da estrutura, permitindo a reprodução desta (HERBERT, 1995 [1968], p. 75).

Com isso, ao atravessar o discurso do outro, metonimicamente, o discurso-transverso tem seu funcionamento sustentado pelo intradiscurso, via linearização. É o fio do discurso do sujeito, que toma seu dizer de forma orientada e relacionada, ao dito anteriormente, tendo a ilusão de que não reproduz a estrutura social tal como é posta pelos mecanismos imaginários da ideologia. No caso de sujeitos transexuais, observaremos esse fenômeno quando os questionarmos sobre o fato de não estarem fortalecendo (reprodução da ideologia dominante) as estruturas sociais binárias (homem com pênis e mulher com vagina) ao se submeterem a procedimentos cirúrgicos de readequação de gênero (seção “Questionamentos sobre o corpo”).

Pêcheux ainda afirma que, ao evocar a relação do sujeito com o “Sujeito” da Ideologia, o discurso transversal, em seu funcionamento de atravessamento, coloca em conexão a matéria constitutiva dos elementos do pré-construído, que é responsável por colocar o sujeito em posição de “sujeito-falante” a ver a FD que o domina. Isso será observado no momento de menção dos sujeitos entrevistados ao que já está posto pelos AIE como elementos culturais (de conduta social) que ensejam posturas femininas/masculinas socialmente corretas, quando eles se colocam como sujeitos falantes que interagem e se significam, em meio a um universo de gênero que lhes é proibido pela igreja, pela família e pela escola.

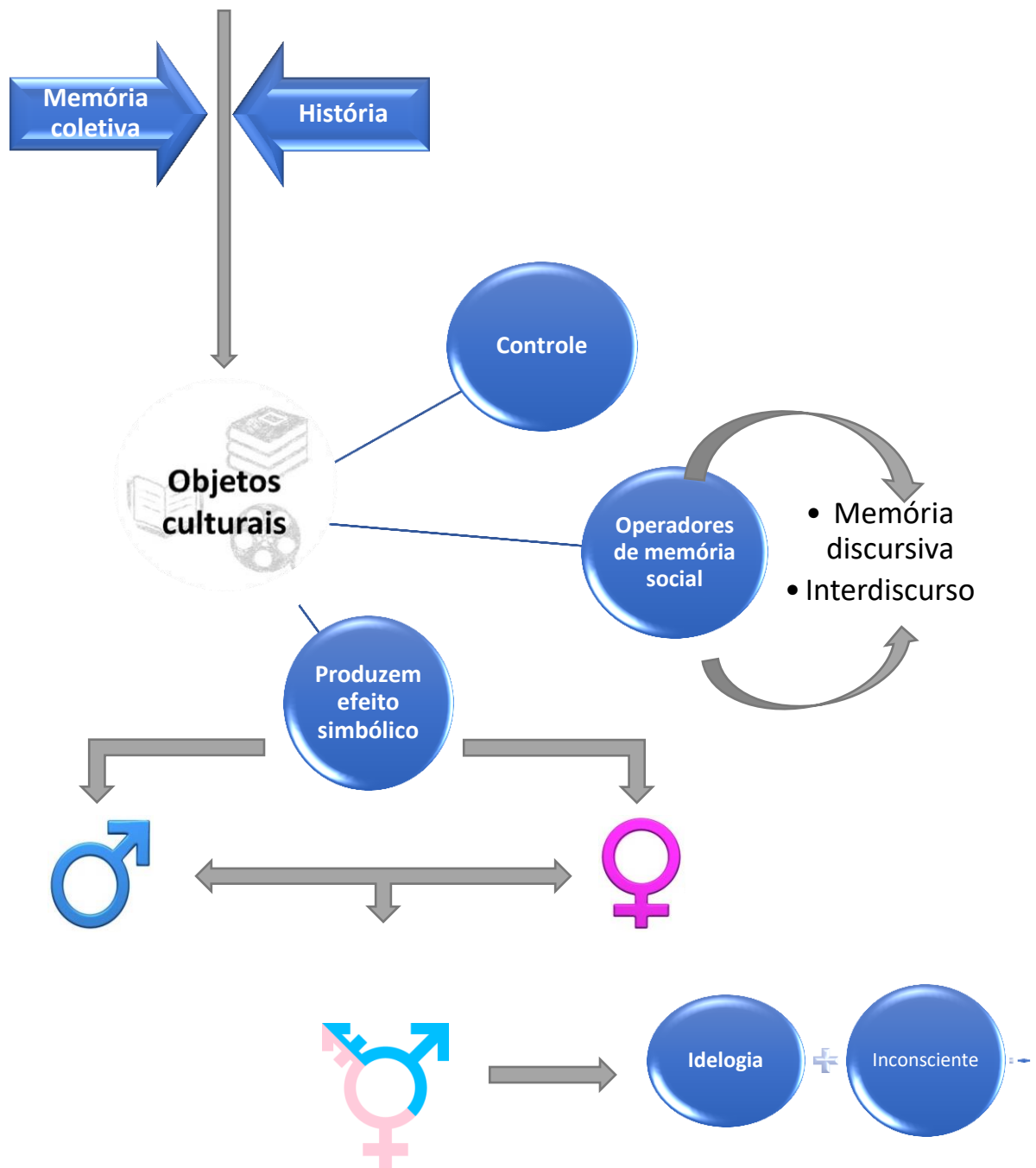
Antes de diferenciarmos memória discursiva e interdiscurso, vejamos o que Pêcheux (2015b [1999]) traz a respeito da memória social e dos objetos culturais como operadores dessa memória. Para ele, ela tem uma dupla dimensão: é simultaneamente um fato societal²⁵ e de significação mas para operar, é necessário que “o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade e, sobretudo, que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social” (PÊCHEUX, 2015b [1999], p.23). Ainda para o autor, essa memória é considerada como interna e coletiva, podendo, no entrecruzamento como a história, perdurar através do tempo, o que é possibilitado pela ação dos objetos culturais. Eles são definidos como “o conjunto dos objetos concretos (livros, escritos, imagens, filmes, arquitetura, etc.) que resultam de uma produção formal e são destinados a produzir um efeito simbólico” (PÊCHEUX, 2015b [1999], p.33). Convém frisar que esse efeito simbólico está atrelado ao trabalho da ideologia que os atravessa, encontrando no sujeito do inconsciente (desejante²⁶), o local de sua realização.

Como operadores da memória social que são materializados no seio da sociedade, os objetos culturais compõem uma memória externa à coletiva e abrem a possibilidade de fazer o seu controle, uma vez que “esse controle está de fato estreitamente ligado ao funcionamento formal e significativo desses objetos; e que, por último, ele é um fato social não desprezível” (PÊCHEUX, 2015b, p.25). Vejamos o esquema a seguir, representado na figura 05:

²⁵ Quando um acontecimento histórico torna-se um elemento vivo de uma memória coletiva, em meio a um acontecimento memorizado, temos o fato societal como operador de uma memória societal (PÊCHEUX, 2015b, p. 24).

²⁶ O sujeito trans - do desejo/da falta, encontra, nesses objetos, possibilidades de materialização daquilo que lhe falta ao corpo e a sua completude enquanto sujeito que não se sente 100% mulher/homem caso não adote, para si, o uso de certos objetos em sua rotina identitária.

Figura 05 - Objetos culturais



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

A partir desse esquema, observamos, no entrecruzamento entre a cultura, a história e o simbólico, que os objetos culturais, sob o regime de repetibilidade, produzem novos contextos discursivos de significação com os símbolos neles apresentados, a ver a segmentação de nossa sociedade no binarismo entre os gêneros masculino e feminino. Esse binarismo define o que é ser homem/mulher, segmentado em discursos cristalizados e, ainda, o que não caracteriza e não

legítima as identidades masculinas e femininas. Local onde enquadrámos os transexuais. Logo, é inegável que tais objetos reproduzem o discurso da ideologia dominante, sob a ação dos AIE (meio de controle), “convencendo” os transexuais de que é necessário aderir a determinados comportamentos e fazer uso de acessórios específicos para sua autoafirmação como mulher/trans.

Na função, acima relatada, de produzir efeitos simbólicos, esses objetos são ressignificados pelos membros da comunidade transexual, definindo objetos próprios que trabalham na construção da nova identidade que é resultado da identificação desses sujeitos a determinadas FDs. São, por exemplo, imagens e filmes que produzem efeitos de sentido e legitimam como deve se portar socialmente, falar e se vestir uma mulher/homem para que assuma posições-sujeito daquele gênero. É o momento em que a memória social opera e legitima acessórios, roupas e utensílios voltados para o gênero masculino e feminino, cores e brinquedos tipicamente desenvolvidos para ‘meninas’ ou para ‘meninos’, o que é um efeito da atuação da ideologia da classe dominante (cisgênera). Acessórios esses que funcionarão, pois, como lugares de memória, como nos ateremos a analisar nas posteriores entrevistas. Eles são configurados por Indursky, que corrobora com os a noção desenvolvida por Pierre Nora, como “objetos, instrumentos, instituições, documentos, vale dizer, traços vivos constituídos no entrelaçamento do histórico, cultural e simbólico” (INDURSKY, 2011, p.73). Por se tratar de uma noção cara ao autor, vejamos, a seguir, uma breve discussão sobre sua elaboração.

Para Nora (1993), os lugares de memória são definidos no entrecruzamento da história e da memória, fazendo menção a unidades de significação constituídas por elementos materiais e/ou imateriais, como os rituais religiosos de um grupo, por exemplo. São, ao mesmo tempo, representados na esfera material (como arquivos), simbólica (inscritos na história) e funcional (a ver sua funcionalidade, como um testamento). Vejamos como ele os conceitua:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade um coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; **sinais de reconhecimento e de pertencimento**

de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p. 12-13) (grifos nossos).

Valer frisarmos, a ver tal conceituação, nossa ênfase sobre os elementos materiais, na busca como eles são ressignificados por homens e por mulheres transexuais, sem ignoramos, todavia, a influência daqueles de ordem imaterial, a ver o materialismo histórico, a partir do trabalho da ideologia em tal ressignificação. Nessas condições, consideraremos, em nossas análises sobre objetos discursivos, acessórios, maquiagens e roupas íntimas como lugares de memória, pois “só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (NORA, 1993, p.22). Sob a ótica discursiva do sujeito trans, esses objetos ecoam efeitos de sentido de resistência à ideologia dominante e também podem marcar sua necessidade de pertencimento a um grupo identitário oposto, com a ressalva de que a sociedade (leia-se, a classe dominante) tende a não reconhecer e acolher como “iguais” indivíduos que sejam “diferentes” do seu padrão de normalidade (como grifamos em Nora anteriormente).

Ainda sobre o funcionamento da ideologia, algo curioso que iremos inferir, em meio às análises, é que, ao resistirem aos valores impostos pelos AIE, que delimitam objetos para homens e mulheres, eles fazem adesão a elementos que lhes são negados como consequência de seu sexo biológico. Com isso, podemos refletir sobre uma eventual reprodução dos valores da ideologia dominante/fortalecimento do binarismo social quando mulheres trans, por exemplo, passam a utilizar roupas “rotuladas como femininas”, tal como iremos abordar na seção das entrevistas “Questionamentos sobre o corpo”.

Ampliando essa noção de lugares de memória, propomos a noção de objeto discursivo para caracterizar os objetos que são portadores de discursividade não somente por estarem no entrecruzamento do histórico, com o cultural e com o simbólico, mas pelo fato de ecoarem e reverberarem efeitos de sentido, através da repetição, os objetos culturais. Logo, eles sofrem uma “metamorfose dos sentidos” no momento da (re) significação da identidade de gênero de sujeitos trans, estando intimamente ligados à ideologia dominante que, ao atravessar o discurso desses sujeitos, no complexo das formações discursivas, faz com que haja uma identificação e incorporação desses objetos na significação do seu corpodiscurso.

Como discutiremos ainda no presente capítulo e daremos maior ênfase durante as entrevistas, a noção de corpodiscurso faz referência ao corpo como portador de discursividade, produtor de efeitos de sentido no/sobre o sujeito e que se reveste de elementos culturais e simbólicos (na linguagem) no entrelace com o real do corpo, responsável pela instabilidade dos sentidos, em meio a uma busca infundável por uma completude identitária. Trata-se, pois, do corpo adornado por maquiagens, acessórios, indumentárias, marcado por bisturis e ressignificado por terapias hormonais, que marcam a identificação do sujeito a uma nova FD e, conseqüentemente, a construção de uma nova identidade. Ele reverbera efeitos de sentido, ainda, pela escolha de um nome social que, eventualmente, pode o identificar a uma nova identidade de gênero. Corpo material, corpo imaterial, fluido e transbordante de novos sentidos. Ele materializa, na carne, a ilusão de autoria do sujeito transexual (efeito clivador da ideologia) sobre as intervenções que acredita fazer para satisfazer uma necessidade pessoal de reconfiguração física a um novo gênero.

Nas condições expostas, os objetos discursivos não podem ser tomados de forma dissociada do corpodiscurso dos sujeitos, pois afirmam e ratificam seu pertencimento a um grupo social, cultural, religioso, dentre outros. No caso da construção de uma identidade de gênero feminina ou masculina por transexuais, encontra-se no interdiscurso, mediante os pré-construídos, os objetos que são próprios e constitutivos na/para legitimação dessas identidades.

A fim de elucidarmos a definição e funcionamento da memória discursiva, remontemos ao que Indursky (2011, p.75) denomina como regime de repetibilidade. Para a autora, ele é consequência de uma exaustiva repetição de um discurso ao longo do tempo até que ganhe regularização – torne-se memorável. Ao se tornar memorável, esse discurso passa a integrar a memória coletiva²⁷. Analogamente, os objetos discursivos são definidos culturalmente pela sociedade, sob o regime de repetibilidade e, ao longo do tempo, legitimam quem pode e deve usá-los: homens ou mulheres. Logo, tornam-se memoráveis sob a sustentação das redes de memória e, como afirma Indursky (2011, p.76), seus sentidos passam a ser objeto de repetição:

²⁷ Conserva do passado somente o que ainda se encontra vivo em um grupo de pessoas (INDURSKY, 2011).

[...] e de repetição da repetição, até cristalizarem e, por conseguinte, regularizem um conjunto de sentidos e saberes que discursivizaram esse acontecimento histórico. Tais saberes se organizam em *redes discursivas de formulações* que garantem o regime de repetibilidade destes, sustentando, dessa forma, *as redes de memória* que sustentam o memorável (INDURSKY, 2011, p.76) (grifos da autora).

Apesar dessa cristalização, os objetos discursivos não são estanques, podendo, como já afirmamos, reverberar efeitos de sentido em novas discursividades, o que é possível mediante sua incorporação por sujeitos discursivos e pelo fato da memória ser “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas” (PÊCHEUX, 2015b [1999], p.56). Logo, um objeto, por si só, só será discursivo quando dissimulado no discurso de um sujeito, em seu processo de individuação, podendo ecoar novos efeitos de sentido caso seja incorporado “a partir de outra posição-sujeito ou de outra matriz de sentido” (PÊCHEUX, 2015b [1999], p.56). Sob nosso viés analítico, podemos discorrer sobre o objeto “esmalte para pintar unhas”. Para uma mulher cis, ele pode representar um simples cosmético feminino para colorir suas unhas. Para uma mulher trans, todavia, os efeitos de sentido sobre sua utilização podem ser os mais diversos: desde um ato político de resistência ao efeito de homogeneidade e de rotulação de que esse cosmético só pode ser utilizado por mulheres (com vagina), como também um convite a toda forma de violência gratuita por estarem transgredindo tal restrição. Avancemos.

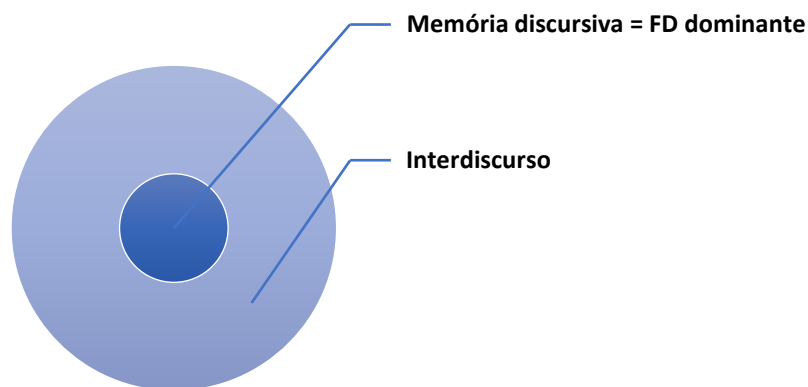
Essa ação dos objetos culturais na memória social é, pois, uma arena de lutas: de um lado, sujeitos que encontram em produções formais elementos constituintes de sua identidade de gênero (a ver seu nome social adotado, por exemplo) que se materializam em seus corpos e atitudes a partir da dupla ação do inconsciente (atestando a falta) e a da ideologia (dissimulando a autonomia do sujeito sobre seu discurso). De outro, encontramos toda uma ideologia dominante que traz todo um interdiscurso de não aceitação e de preconceito à vivência de identidades de gênero que não tenham sido orientadas pelo sexo. Vejamos a diferenciação entre interdiscurso e memória discursiva.

Para Indursky (2011), a memória discursiva e o interdiscurso fazem parte da memória social, todavia, não podem ser tomados como sinônimos, haja vista suas diferenças:

A memória discursiva é regionalizada, circunscrita ao que pode ser dito em uma FD e, por essa razão, é *esburacada, lacunar*. Já o *interdiscurso* abarca a *memória discursiva referente ao complexo de todas as FD*. Ou seja, a memória que o interdiscurso compreende é uma memória ampla, totalizante e, por conseguinte, *saturada* (INDURSKY, 2011, p.88) (grifos da autora).

Dessa forma, a memória discursiva refere-se à própria FD dominante, já que se encontra sob a égide de uma FD dominante no complexo das formações discursivas. Como é saturado, uma vez que contém todos os já-ditos, o complexo das FDs (o interdiscurso) abarca esse memória. Ela apresenta natureza lacunar por depender da FD responsável por configurá-la. Vejamos como se dá sua representação gráfica (Figura 06):

Figura 06 - Memória e interdiscurso



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

É ainda na relação entre interdiscurso, intradiscurso e memória discursiva que podemos analisar os não ditos a partir daquilo que é dito, já que “o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva” (ORLANDI, 2015, p.81). Para a autora, o discurso dito encontra-se em estreita relação com o que não é dito, de modo que ao dizer X, o não dito Y, também é portador de uma significação necessária na construção dos sentidos que são estabelecidos com o já dito. Como veremos nas análises posteriores, é no entremeio do dito e do não dito, que os sentidos emergem e marcam, a ver as condições de produção do discurso, o trabalho clivador da ideologia, “às avessas”, que marca a inscrição do sujeito trans a uma FD trans e nos permita inferir sentidos que são da ordem do interdiscurso (discurso do outro), bem

como, eventualmente, aqueles da ordem do inconsciente - materializados no intradiscurso (na fala propriamente dita).

Há que se considerar nessa relação, o funcionamento do silêncio, que assim como o interdiscurso, trabalha, na AD, os “não ditos” que ecoam efeitos de sentido, através da memória discursiva, a ver as condições de produção do discurso. É nesse ponto que tomaremos bastante cautela, no proceder de nossas análises discursivas, a fim de considerarmos, como afirma Orlandi (2007), os “não ditos” sob a forma do silêncio, que têm uma relevância significativa para a compreensão do funcionamento do discurso dos sujeitos entrevistados, na busca pelos diferentes modos como produzem sentidos.

É através do funcionamento do silêncio que também poderemos analisar a censura e sua conseqüente resistência, como já descrevemos anteriormente, sobre o processo de individuação do sujeito. Chamaremos de autocensura, as intervenções que transexuais fazem em seus corpos como o uso de faixas e cintas para esconder os seios femininos que apresentam uma forte carga simbólica na construção da identidade de gênero feminina. Vejamos o que Orlandi (2007), (2012) descreve como silêncio, tomando como foco o silêncio do oprimido que é responsável pelo discurso da resistência – “uma forma de oposição ao poder” (ORLANDI, 2007, p.101):

- i. Ele não é transparente, assim como as palavras em sua recorrente ambigüidade. Tampouco, ele é ausência de palavras. Elas são carregadas de silêncio já que, ao serem formuladas na enunciação, calam outros sentidos em um jogo de contradição e de identificação do sujeito.
- ii. Como contradição e confronto de sentidos, trabalha ainda “[...] no confronto das diferentes formações discursivas em seus limites instáveis” (ORLANDI, 2007, p.108).
- iii. É impossível traduzi-lo em palavras, já que ele não fala, significa. Todavia, é possível compreender seu sentido a partir do funcionamento do discurso.
- iv. Representa o que é colocado à margem, apagado, excluído, não podendo ser confundido com os implícitos, já que eles fazem menção ao não-dito que se relaciona com o dizer.

Há, nessas condições, duas principais modalidades de silêncio: o fundador e a política do silêncio. A primeira faz referência ao silêncio “que é necessário aos sentidos” (ORLANDI, 2012, p.128) e “que existe nas palavras, que

as atravessa, que significa o não-dito e que dá um espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar” (ORLANDI, 2012, p.128). Já a política do silêncio é concretizada no momento em que a possibilidade de dizer algo significa também calar alguma informação: ao dizer, o sujeito não diz ou diz outros sentidos através de uma interdição. É o silêncio que está no próprio dizer e subdivide-se em constitutivo e local.

O silêncio constitutivo é aquele responsável pelo apagamento das palavras no momento do dizer. Logo, “para dizer, é preciso não dizer” (ORLANDI, 2012, p.128), “produzindo um silêncio sobre os outros sentidos” (ORLANDI, 2012, p.128). Para a autora, as palavras são carregadas de silêncio. Ele as atravessa e trabalha na não evidência dos sentidos que sempre poderão ser outros, a ver as condições de produção do discurso (posição-sujeito, memória discursiva e interdiscurso). Já o silêncio local é a própria censura responsável pela interdição de dizeres possíveis, mas que são proibidos. Para ela, tal censura apresenta a seguinte definição:

[...] é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. [...] a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento. Desse modo, impede-se que o sujeito, na relação com o dizível, identifique-se com certas regiões do dizer pelas quais ele se representa (socialmente) como responsável [...] (ORLANDI, 2007, p.104).

Em alusão ao que será analisado em nossas entrevistas, tal interdição é materializada socialmente, em meio à atuação dos AIE, na negativa da identidade de transexuais e de sua conseqüente inscrição em uma FD trans. Lhes é negado o direito de serem quem são, em sua essência, e de ocuparem espaços de trabalho e posições sociais por reivindicarem uma identidade de gênero divergente do seu sexo biológico. Eles são corriqueiramente silenciados, seja nas instituições de ensino, na sua família, quando negam seu nome social, nas esferas públicas, quando são agredidos por usarem um banheiro público ou na ordem religiosa, por serem considerados aberrações malignas. Logo, como um processo de identificação que relaciona o sujeito ao dizível, Orlandi (2007) toma a censura como um fato heterogêneo pelo fato de ser produzida nas mais diversas ordens sociais, a ver as

relações de força e de poder, em dadas circunstâncias, que proíbem certos dizeres - em nosso objeto de estudo - certos corpos, identidades e vivências de gênero.

Dessa forma, a censura encontra-se no eixo horizontal do intradiscurso, já que se trata da proibição de dizeres “historicamente dizíveis” na enunciação. Por serem proibidos, os dizeres censurados indicam a possibilidade de existência de outros sentidos, e isso se deve ao fato de agirem diretamente na constituição da identidade do sujeito. Com isso, é a partir da censura que se opera a resistência do indivíduo em seu processo de subjetivação (ORLANDI, 2007). Trata-se, em nossa pesquisa, da resistência de transexuais. Eles resistem a toda uma ideologia dominante que atravessa discursos e marca as formações discursivas de sujeitos que, de forma institucionalizada, buscam reprimir e silenciar seus corpos e vozes que, em resistência²⁸, são subjetivados (nas palavras de Foucault (1988 [1976]), eles se autossubjetivam. A ver a atuação da ideologia, “às avessas”, para Pêcheux (2014 [1988]), eles são assujeitados). Mesmo quando censurados/silenciados, Orlandi (2012, p.130) afirma que os sentidos produzidos migram para objetos simbólicos/discursivos, já que se trata uma necessidade histórica no processo de subjetivação do indivíduo.

Ainda nas palavras da autora, sentido e sujeito se constituem simultaneamente, em um movimento passível de falhas, já que as migrações ocorrem quando a censura é efetivada: “à errância do sentido, à sua capacidade de migração, corresponde à errância do sujeito que muda de posição, que falha. [...] e temos afirmado que o silêncio é uma das instâncias em que se efetua o movimento” (ORLANDI, 2012, p.131).

É na relação de jogo entre censura e resistência, ao trabalharem a mesma região de sentidos, que Orlandi (2007) apresenta a noção de esteriótipo como um mecanismo discursivo responsável pela resistência do sujeito. Na medida em que sinaliza para a existência de outros possíveis sentidos interditados ao falante, a censura também corrobora para um fluxo e para uma intensificação da relação do sujeito com sua identidade. É nesse fluxo que a autora apresenta o esteriótipo como ponto de fuga dos sentidos:

²⁸ Na AD, a resistência é um movimento que se contrapõe à censura e suas tentativas de silenciar dizeres, sujeitos e identidades. A partir disso, o sujeito é subjetivado na contramão do imposto pela ideologia da classe dominante. Para Foucault (1988), o movimento de resistência é consequência das relações de poder, levando o sujeito a uma autossubjetivação. O termo, tal como está posto, refere-se à noção trabalhada por Orlandi (2007).

[...] é o lugar em que o sujeito resiste, em que ele encontra um espaço para, paradoxalmente, trabalhar sua diferença e seus outros sentidos. É uma forma de proteger sua identidade no senso comum, pois [...] cria condições para que o sujeito não apareça, diluindo-se na universalidade indistinta (ORLANDI, 2007, 126).

Logo, ele apresenta sentidos que migram de ordens discursivas interditas para objetos simbólicos quando submetidos à censura. Tais objetos recebem esses sentidos proibidos (que serão ressignificados), trabalhando na (re)significação da identidade de gênero do sujeito transexual que resiste a toda uma ideologia dominante, que legitima discursos pré-construídos carregados de preconceito em meio à discursivização de sua identidade.

Em nossa pesquisa, é partir do esteriótipo que poderemos analisar a produção de novos efeitos de sentido quando da escolha do nome social, do modo de falar, de se portar socialmente e de se vestir que marcam as posições-sujeito de homens e de mulheres na sociedade (quando tomamos os elementos discursivos oriundos dos pré-construídos). São efeitos de sentido produzidos em uma relação não harmoniosa e deveras conflituosa já que, ao preservarem suas identidades, no senso comum, elas ganham nova discursivização a partir de seus corpos. Conseqüentemente, novos efeitos de sentido podem ecoar: desde uma regularização, no imaginário, do que é ser homem/mulher a outras que não sejam “legitimadas” socialmente.

A presença dos estereótipos poderá ser vislumbrada na seção “Questões sobre preconceito e sociedade” em que iremos analisar o discurso da transexual Leo quando ela relata a questão da passabilidade de outras mulheres transexuais e também na análise do discurso do sujeito Thammy que também faz alusão ao termo quando se denomina um homem trans passável. Para eles, a passabilidade é uma instância em que homens e mulheres transexuais não são reconhecidos como tais pela sociedade. Dito de outra forma, sua aparência física chegou a um nível de aproximação a sujeitos cisgêneros em que não se consegue diferenciá-los. Eles são, tal como descritos anteriormente, diluídos em uma universalidade indistinta – binária e cisgênera, de modo a serem “resguardados” do preconceito que é um ônus aos que carregam a marca do prefixo “trans”.

Passemos, adiante, a uma breve discussão sobre as formações imaginárias. O conceito desenvolvido por Pêcheux (2014 [1969]) irá nos possibilitar

a compreensão das condições de produção do discurso de sujeitos trans em meio aos relatos em que narram o preconceito sofrido por religiosos, como poderemos observar no relato da convidada entrevistada Leo na seção 5.3.4 “Questionamentos sobre preconceito e sociedade”.

1.5 Formações imaginárias: efeito de antecipação, preconceito e sujeito trans

As condições de produção de um discurso e a produção de efeitos de sentido precisam considerar aquilo que Pêcheux (2014 [1969]) denomina como formações imaginárias e seu conseqüente efeito de antecipação. Esse efeito pressupõe as relações imaginárias que são estabelecidas entre os sujeitos na enunciação – emissor e destinatário – na medida em que formulam conceitos sobre si, sobre o outro e sobre o objeto da enunciação (referente). Logo, para Pêcheux,

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem, nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). (PÊCHEUX, 2014 [1969], p.82) (grifos do autor).

Tais regras de projeção implicam, conforme quadro a seguir (Quadro 01), na formulação de questões por Pêcheux para fazer referência às relações imaginárias que os sujeitos A e B se atribuem no discurso, sob o efeito da antecipação, considerando a posição-sujeito ocupada por eles e aquela que eles acreditam que o outro ocupa em determinadas condições de produção do discurso. Em nossa pesquisa, veremos como as posições-sujeito ocupadas pelos sujeitos transexuais implicam/influenciam na construção das formações imaginárias que eles fazem de si e do outro (representado por religiosos) que irão despontar, em meio a relatos de preconceito religioso. Vejamos o quadro:

Quadro 01: Formações imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A { IA(A) IA(B)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Quem sou eu para lhe falar assim?
	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
B { IB(B) IB(A)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	Quem sou eu para que ele me fale assim?
	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem é ele para que me fale assim?

Fonte: PÊCHEUX, 2014 [1969], p.82.

Tal quadro será utilizado, no capítulo 5, na seção de análise sobre o discurso da transexual Leo Áquila, para podermos analisar seus embates discursivos com sujeitos evangélicos - momento em que despontará a questão do preconceito. Nesse contexto, envolvendo uma religião cristã, ainda representada por protestantes pregadores do Evangelho, a salvação da alma, pode ser caracterizada, a partir do que já descrevemos anteriormente, como o referente que se relaciona diretamente com o contexto de enunciação em que se colocam os sujeitos *emissor* (evangélico) e *receptor* (sujeito trans pecador). Vejamos mais um quadro (quadro 02), elaborado por Pêcheux, para representar as relações imaginárias em que os sujeitos A e B são posicionados quando o referente é posto em questão:

Quadro 02: Formações imaginárias e o referente

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	IA (R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	IB (R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Fonte: PÊCHEUX, 2014 [1969], p.83.

Nesse jogo de pontos de vista, Pêcheux (2014 [1969], p.83), caracteriza o referente como a situação na qual aparece o discurso; é um objeto imaginário, já que se refere ao ponto de vista do sujeito. No discurso, fruto das entrevistas, a posição social ocupada por cada sujeito e a FD que domina seu interdiscurso (sob ação da ideologia) irão influenciar diretamente no processo discursivo, considerando que tal referente supõe, “por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, sobre a qual se funda a estratégia do discurso” (PÊCHEUX, 2014 [1969], p.83). Em outras palavras, e tomando, nosso objeto de pesquisa como exemplo, quando o sujeito evangélico enuncia, o faz a partir da consideração de discursos pré-construídos, que integram seu interdiscurso (bíblico), sobre a reação que espera ter do seu receptor (sujeito transexual): a aceitação do Evangelho, sua conversão ao cristianismo e a renúncia a elementos como o corpo “transviado”. É sobre esse elemento que iremos nos ater na seção seguinte.

1.6 O corpo discursivo: elemento de resignificação da identidade do sujeito trans

Mas o que representa o estudo do corpo enquanto discurso no presente estudo? Como já adiantamos anteriormente, iremos concebê-lo enquanto corpodiscurso, já que é produtor de efeitos de sentido e carrega, na carne, as marcas do assujeitamento ideológico que (res) significa a identidade de homens e mulheres transexuais.

É a partir dos estudos de Orlandi (2004, 2006 e 2016) que tomaremos nossas análises em torno do corpo enquanto portador de discursividade, constituído na/pela linguagem, no campo do simbólico - e que produz efeitos de sentido na constituição do sujeito, em seu corpo orgânico e, ainda, em suas vestimentas. Nessas condições, Henry faz as seguintes considerações a respeito do sujeito:

O sujeito é sempre e, ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação. (HENRY, 1992, p.188)

Trata-se, pois, de um atravessamento em que o indivíduo se relaciona com o grupo – relação corpo e grupo – considerando o grupo como a esfera coletiva que irá marcar seu pertencimento ou diferenciação a ele, a ver a FD em que estão inscritos. Como afirma Orlandi (2006), é a linguagem que possibilita esse entrecruzamento do indivíduo com o grupo, logo, com a sociedade. Um entrecruzamento, às vezes tenso, entre o corpo do sujeito com o corpo social, como se observa com os transexuais em seu processo de afirmação social (pertencimento ao grupo/gênero) e de lutas em meio a uma recorrente transfobia. É nesse momento que ocorre a individuação do sujeito, ao se distinguir dos demais da sociedade e, ao mesmo tempo, marcando seu pertencimento a um determinado grupo: como ele se significa enquanto transexual e como a sociedade o significa como tal, marcando assim, a produção de diferentes efeitos de sentido.

Como já afirmamos e retomamos de Ferreira (2003), o processo de individualização do sujeito ocorre através de sua interpelação através da ideologia, que o constitui enquanto posição-sujeito (a posição social que irá ocupar socialmente), e também do inconsciente, já que é desejante, carregado de subjetividade. “A posição-sujeito corresponde ao sujeito enquanto corpo simbólico [...]” (ORLANDI, 2006, p.28) já que o corpo é região de significação, portador de discursividade e inscrito na/pela linguagem. Como veremos no capítulo seguinte, nos estudos de Lacan acerca do processo de constituição do sujeito, sua entrada no campo do simbólico ocorre através da linguagem que tomaremos a partir do estudo dos Três tempos de Édipo.

Ainda sobre a individuação a que nos referimos anteriormente, o corpo e as vestimentas integram esse processo de subjetivação e de constituição da

identidade do sujeito. É parte de um processo de afirmação de si, de diferenciação a outros grupos e de resistência na sociedade que o transexual tem seus discursos cristalizados, via língua de madeira. Como afirma Orlandi (2016, p.87), ele tem seu corpo textualizado a ver o modo como está nele significado e o seu deslocamento “na sociedade e na história: corpos segregados, corpos legítimos [...]. Corpos fora de lugar. O comum, o normatizado, o hegemônico [...]”. No contexto transexual, são corpos segregados que, ao se submeterem a procedimentos cirúrgicos, textualizam-se em busca de uma normatização sobre o que é ser homem/mulher. Serão, mesmo após todos os procedimentos, ilegítimos, pois há uma memória discursiva, que sempre fará ecoar efeitos de sentido sobre o prefixo trans como alguém que já foi aquilo que não queria ser. São, sob essa ótica, corpos normatizados pela medicina, mas “fora do lugar” para a classe dominante inscrita em uma FD binária transfóbica.

Voltemos à questão da textualização. Ela também tangencia toda uma série de objetos que adornam o corpo como maquiagens, acessórios e vestimentas. A respeito dessas últimas, Orlandi afirma o seguinte:

A vestimenta se apresenta assim não somente como uma sobre-pele contendo o envelope individual corporal e psíquico, ela é também uma pele social, uma pele emblema, um signo de distinção para os de fora do grupo e uma marca de pertencimento a um conjunto. [...] Fora dessa pele e das identificações que ela organiza não há salvação [...] não há identificação possível. (ORLANDI, 2006, p.24-25).

Homes e mulheres-transexuais, por sua vez, podem ratificar, através de suas vestimentas, seu pertencimento a um grupo, no caso, a um novo gênero que difere daquele que os significou no nascimento e do qual foram habituados/impelidos a usar determinados acessórios e roupas para marcar uma posição-sujeito homem ou mulher. Tais posições são, à priori, dadas como um efeito de origem em si, posto como a ordem natural dos gêneros, mascarando o trabalho clivador da ideologia dominante de assujeitar os indivíduos.

Retomando o que já descrevemos, é a partir da entrada do indivíduo no simbólico, através da linguagem, que se dá o seu processo de subjetivação. Para Orlandi (2004), é a letra, materializada na escrita, que lhe faculta a autoria, marcando-lhe como sujeito. Além da letra, a autora afirma que por sermos seres históricos e simbólicos, as palavras são insuficientes para que signifiquemos e nos

signifiquemos (ORLANDI, 2016, p.88). Daí a necessidade de significar que se materializa no/sobre o corpo. É nele que o sujeito produz a escritura de si, textualizando-se em busca de sua unidade significativa, já que é o “lugar material em que ocorre a significação” (ORLANDI, 2004, p.121).

São mudanças no corte de cabelo, tratamentos hormonais e/ou ainda intervenções cirúrgicas que modificam o corpo como novas formas “de significação na própria carne” (ORLANDI, 2004, p.122) e levam os transexuais a uma forma de subjetivação que os afirma como indivíduos pertencentes a um grupo de resistência. No espaço urbano em que se encontram inseridos, são corpos em movência e em estreita relação com o corpo social, buscando a significação de sua identidade através da linguagem. Para Orlandi (2016), esse corpo social é constitutivo dessa significação, não sendo apenas um simples fator externo irrelevante. Ele marca, para o transexual, uma necessidade de pertencimento a um gênero e/ou de militância, em resistência às diversas negativas que a transfobia social institucionalizada atesta sobre seu corpo transgressor dos padrões.

Como portador de discursividade, o corpo é também o local da instabilidade de sentidos, uma vez que eles deslizam em busca da unidade de afirmação do sujeito acima descrita. É um deslizar que marca o próprio movimento da FD, via memória discursiva, na subjetivação do indivíduo, que é incessante e tem como mola propulsora a ideologia. Para Orlandi (2016, p.88), “o sujeito e o sentido constituem-se ao mesmo tempo” em um movimento de incompletude: “o sentido não se fecha, assim como o sujeito também é itinerante/errante”. Nós, como analistas do discurso, precisamos localizar e analisar os gestos de interpretação que nele ocorrem, considerando os espaços simbólicos que o significam, uma vez que há uma movência de sentidos a partir dos símbolos.

É um movimento justificado ainda pelo trânsito identitário do sujeito, em nossa pesquisa, o transexual, em busca de sua significação diante do outro, a ver, sua tomada de posição e necessidade de se distinguir dos demais “em um local onde o sentido ainda não faz sentido” (ORLANDI, 2004, p.125). Cada qual irá significar no corpo de forma distinta, uns através de procedimentos cirúrgicos, outros através da administração de hormônios, ou por simples cortes de cabelos e trajes, e aqueles que já se afirmam como homens/mulheres, independente de tais intervenções, e que as consideram irrelevantes em seu processo de subjetivação e de construção de sua identidade de gênero.

Mas como o corpo do sujeito significa? É na sua relação com a ideologia que encontraremos essa resposta, a partir do que Orlandi (2016, p.85) convencionou chamar de corpodiscurso: “Enquanto corpo simbólico, corpo de um sujeito, ele é produzido em um processo de significação, onde trabalha a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso”. Para a autora, a ideologia é uma prática que “envolve, afeta e faz parte do processo de significação do corpo do sujeito.” (ORLANDI, 2016, p.87). Logo, o corpo só será portador de discursividade e produtor de efeitos de sentido quando interpelado pela ideologia, produzindo sua forma histórica que é a do modelo capitalista.

Como a ideologia tem sua materialidade no discurso e este, na língua, é na materialidade do sujeito que o corpo significa em uma relação, para Orlandi (2016), não transparente e de negação desse sujeito como origem de si e dos sentidos, já que é interpelado ideologicamente, o que abre possibilidades para a produção de outros sentidos. Para ela, trata-se ainda de um corpo atado ao corpo social, visto que “o sujeito relaciona-se com o seu corpo já atravessado por uma memória, pelo discurso social que o significa, pela maneira como ele se individualiza” (ORLANDI, 2016, p. 93).

É através da memória discursiva que o corpo é significado antes mesmo do sujeito pensar em fazê-lo. São discursos cristalizados e estabilizados sobre a imagem do corpodiscurso que se espera alcançar, a ver nossa pesquisa, de homens e mulheres, a ver sua identidade de gênero e sua orientação sexual. Ainda atado ao corpo social, o corpo do transexual é, pois, clivado pela ideologia e (re) significado, como afirma Orlandi (2016), a partir dos “modos de produção da vida material” das instituições e da sociedade, em meio às suas práticas, responsáveis por sua individuação.

Nesse cenário, o corpodiscurso do sujeito trans constrói a identificação com um gênero (significa-se) no momento em que o indivíduo é subjetivado pelo inconsciente e pela ideologia, a partir do simbólico e na história. Produz, pois, efeitos de sentido, em meio a outros já em circulação, a respeito da afirmação de sua identidade e do silenciamento discursivo da sociedade sobre o corpo transexual. É, pois, sobre a produção de efeitos de sentido que iremos nos ater, a seguir, na última seção do presente capítulo.

1.7 A produção de efeitos de sentido: um movimento incessante na constituição da identidade do sujeito trans

Para finalizar nossa exposição teórica, traremos uma breve reflexão sobre a produção de (efeitos de) sentidos na AD, considerando o que já descrevemos anteriormente, acerca da plurivalência desses sentidos que é resultante de uma linguagem não transparente, em práticas discursivas marcadas pelas ações da ideologia e do inconsciente. Seja no corpo, seja no nome social, em roupas utilizadas, bem como no discurso sobre tais elementos, o sujeito trans, ao enunciar, faz materializar sentidos, aparentemente óbvios e únicos, mas que, dada sua subjetividade, faz ecoar outros - não intencionais, que estão à margem do dizer e que nos permitem inferir quão diversos e transexuais todos nós somos, sejamos cis ou transgêneros.

É na relação entre movimentos de paráfrase (o mesmo) e polissemia (o diferente) que se encontra a dinâmica da construção dos sentidos na AD. Como afirma Orlandi (2007, p.94), “dizemos o mesmo para significar outra coisa e dizemos coisas diferentes para ficar no mesmo sentido”. Aqui entra o papel da ideologia, responsável pelo processo de produção de sentidos, de uma materialidade discursiva, e que nos garante sua interpretação em um dado contexto (que na AD, chamamos de condições de produção de um discurso). Logo, e retomando o que já afirmamos, ela não oculta os sentidos, mas como afirma a autora, é responsável por saturá-los, dando-lhes o efeito de evidência e ainda o de autoria sobre seu dizer. Mas como ocorre esse funcionamento da ideologia? Vejamos.

O funcionamento da ideologia ocorre a partir do que Pêcheux (2014 [1988]) caracteriza como a ação das formações ideológicas. É esse complexo que regula o funcionamento das FDs. Logo, o movimento parafrástico e polissêmico tem seu funcionamento ligado às FDs, pois o sentido das palavras poderá variar de acordo com a inscrição do sujeito em uma ou em outra FD que tem, na matriz de sentidos, o estabelecimento do que pode e deve ser dito em seu interior (INDURSKY, 2011, p.68). Como já exemplificamos anteriormente, e veremos com mais detalhes, nas análises discursivas, os sentidos sobre o uso de um batom, irão variar conforme a FD em que inscreve o sujeito. Sobre a menstruação²⁹, por

²⁹ A discussão sobre essa questão encontra-se no capítulo 5, seção 5.1.1 “Questionamentos sobre o corpo”, quando entrevistamos o sujeito João Neri.

exemplo, o sujeito entrevistado João Neri, ao descrevê-la, faz reverberar efeitos de sentido de grande incômodo, sofrimento e de vulnerabilidade quando a descreve, já que se encontra inscrito em uma FD trans binária, ocupando a posição-sujeito homem trans. Para uma mulher cis, inscrita em uma FD binária, na contrapartida, falar sobre essa questão pode fazer ecoar outros sentidos, como o de ser um momento rotineiro em que libera óvulos como consequência de sua anatomia feminina. A esse respeito, Orlandi (2012b, p.145) afirma que a FD é o local onde os sentidos são construídos. Eles não estão “colados” nas palavras, sendo determinados “pelas posições ideológicas postas em jogo no processo social-histórico em que as palavras, expressões e preposições são produzidas”.

Logo, a pluralidade dos sentidos e o modo de funcionamento do discurso, na AD, se sobrepõem ao conteudismo interpretativista, que busca o significado de discursos em classificações que os acorrentam a sentidos únicos e estanques, ao afirmarem que um objeto discursivo só pode significar X e nunca significar Y. Todavia, em condições de produção específicas, e a depender das FDs em que se inscreve, ele pode deslizar incessantemente para bem além de X e Y ou, ainda, a partir de outras condições de produção, um objeto discursivo Z, pode silenciar X ou Y, atribuindo-lhes significado mediante o deslizamento de sentidos. Consequentemente, trata-se do trabalho das formações ideológicas, que atuam sobre o complexo das FDs, sob a ação de uma FD que domina o discurso do sujeito e marca a produção de efeitos de sentido, tem seu mecanismo de funcionamento explicado por Pêcheux (2014 [1988]) a partir da ação do inconsciente – sob o efeito metafórico. A esse aspecto, o autor afirma que as FDs são o local provisório dos sentidos e que o efeito de transparência dos sentidos que nelas é produzido é garantido pelo trabalho do interdiscurso:

De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. [...] Na verdade, a metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada [...] por uma região do interdiscurso (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.240).

Ainda na mesma obra, o autor ainda esclarece que é no domínio do inconsciente – no ‘*non-sens*’ - que se processa o trabalho da metáfora: um efeito da

cadeia de significantes que se confrontam revestidos de sentidos. É o que podemos afirmar sobre uma palavra ser tomada por outra, como resultado do deslizar dos sentidos nessa cadeia. Nesse contexto, a FD configura-se como um simples local transitório e de transferência, por onde migram os sentidos produzidos.

É sobre essa questão do significante que trataremos no capítulo seguinte, com os estudos da psicanálise de Lacan que o configura a partir da noção de signo linguístico, proposta por Saussure. Ele estabelece o primado do significante sobre esse último. E como afirma Pêcheux, o processo de interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso que é realizado pela ideologia, é efetivado em meio ao funcionamento de estruturas do inconsciente. Prossigamos, a seguir, no entendimento dessas e de outras questões, em torno de conceitos psicanalíticos freudianos e lacanianos, que serão cruciais à compreensão do trânsito identitário de sujeitos transexuais.

2. O SUJEITO DO INCONSCIENTE DE FREUD A LACAN: IMPLICAÇÕES NA INVESTIGAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DO SUJEITO TRANSEXUAL

A compreensão do sujeito do inconsciente, na AD, só pode ser apreendida se fizermos a devida retomada dos estudos psicanalíticos desenvolvidos por Freud, por Jacques Lacan e que Pêcheux utiliza para composição dos estudos do discurso, juntamente com a noção de ideologia, proposta por Althusser, e com os do campo linguístico proposto por Saussure. Conceito fundamental para a compreensão do funcionamento do discurso de sujeitos transexuais, o sujeito psicanalítico lacaniano é marcado pela falta, pela falha e pelo desejo, daí sua introdução no construto teórico de Pêcheux (2014 [1988], p.277), quando faz uma retomada a Lacan, afirmando “Só há causa daquilo que falha”. É, pois, na falha do ritual ideológico, que se manifestam os traços do sujeito do inconsciente, como os chistes, atos falhos, lapsos e o recalque, que retornam ao consciente, através da linguagem, e ratificam a noção de sujeito dividido, falho, desejante, que busca uma completude inatingível.

Como nos ateremos nesse capítulo, o sujeito do inconsciente é considerado como um efeito do significante, então denominado como uma metáfora (uma palavra por outra palavra) (LACAN, 1998 [1953]). É através do movimento metafórico (na cadeia de significantes) que o indivíduo é clivado em sujeito pela ideologia, daí a relevância do significante para a compreensão da produção dos efeitos de sentido:

[...] o sentido é produzido no “*non-sens*” pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido, mas é indispensável acrescentar imediatamente que *esse deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da “forma-sujeito” ideológica, identificada como a evidência de um sentido (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.277) (grifos do autor).

Logo, o sentido só ganha tal *status*, a partir do não-sentido, em meio ao deslizamento de um significante sobre outro. Como o sujeito do inconsciente é efeito desse deslizamento, torna-se crucial a compreensão de seu papel na produção de efeitos de sentido, em meio à constituição da identidade de sujeitos transexuais, como veremos nas entrevistas, com grande relevância sobre o discurso em torno do

falo (leia-se, o pênis). A ausência/presença do órgão, marca a instabilidade dos sentidos sobre o corpo trans que é desejanter de uma completude inatingível e que reverbera, através da linguagem, efeitos de sentido a partir de traços do inconsciente como o recalque, atos falhos e lapsos que escapam aos sentidos postos como evidentes pela ação da ideologia.

Anteriormente a Lacan, os estudos do inconsciente já eram largamente trabalhados por Sigmund Freud. Foi a partir das obras *A interpretação dos sonhos* (1900), *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905) e *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901), que efetivamente se pôde observar a inserção da linguagem como parte integrante da Psicanálise para a compreensão das formações do inconsciente. Tratava-se, pois, de momentos de escuta da fala dos pacientes em que se analisavam os diversos traços do inconsciente, que se caracterizam como as formas do inconsciente se expressar. Daí a conclusão e a retomada, feita por Lacan, de que é através da linguagem que o inconsciente se revela (MARIANI; MAGALHÃES, 2013). Vejamos, a seguir, as contribuições de Sigmund Freud para o estudo do sujeito do inconsciente a partir de conceitos que serão, posteriormente, explorados por Lacan, na relação entre inconsciente e linguagem. Em nossa pesquisa, tais conceitos se fazem fundamentais para a compreensão da produção de efeito de sentido no discurso de homens e mulheres transexuais.

2.1 O sujeito do inconsciente: de Freud a Lacan

Foi na obra *Conferências introdutórias sobre Psicanálise*, no capítulo VII, que Freud apresentou o termo inconsciente naquilo que chamou de a tarefa de interpretar os sonhos – “Em vez de falar em ‘oculto’, ‘inacessível’ ou ‘não-genuíno’, adotemos a descrição correta e digamos ‘inacessível para a consciência do sonhador’ ou ‘*inconsciente*’” (FREUD, 1915, p.74). Para cumprir tal tarefa, ele elencou e desenvolveu alguns elementos que marcam seu funcionamento e têm papel relevante para a compreensão dos sonhos, como os chistes. Sobre este último, o psicanalista apresenta a seguinte explanação:

Falamos, é verdade, de ‘fazer’ um chiste, mas estamos cõscios da diferença (que se inscreve) em nosso comportamento quando fazemos um julgamento ou uma objeção. O chiste tem em alto grau a característica de ser uma noção que nos ocorre ‘involuntariamente’.

Não acontece que saibamos, um momento antes, que chiste vamos fazer, necessitando, apenas, vesti-lo em palavras. Temos, antes, um indefinível sentimento, cuja melhor comparação é com uma 'absence', um repentino relaxamento da tensão intelectual, e então, imediatamente, lá está o chiste - em regra, já vestido em palavras. [...] Frequentemente não estão disponíveis em nossa memória quando precisamos deles; mas de outras vezes aparecem, como que involuntariamente, em pontos no nosso curso de pensamentos onde não vemos sua relevância. Estas são, novamente, apenas pequenas características indicativas de sua origem no inconsciente (FREUD, 1905, p.110).

Por conseguinte, o chiste faz referência a um outro e a um terceiro – o que delimita o seu caráter social. Ele é sempre não intencional. Há a pessoa que fala, a que escuta e um terceiro a quem o chiste se refere. Nessa situação, tem-se o chiste pelo embaraço por parte de quem o diz, uma vez que está geralmente ligado ao humor, ao gracejo ou ainda à ironia. Tal embaraço, por sua vez, é caracterizado por ser uma formação da ordem do inconsciente. Sua produção é da ordem do lapso e faz referência a um outro que não se faz presente, o que pode produzir um riso, como também um desconcerto por parte de quem falou, uma vez que certo dizer era inesperado (acontecimento de um lapso). Dessa forma, há, necessariamente, a existência de uma terceira pessoa, nem sempre ausente, nesse processo.

Conceitos trabalhados por Freud para o estudo dos sonhos na obra *A interpretação dos sonhos*, que data de 1900 e, conseqüentemente, para compreensão da ordem do inconsciente, as noções de condensação³⁰ e de deslocamento (mudança de sentido - metonímia) são condições essenciais para sua produção.

Ligada à compreensão dos chistes, entendemos que a condensação os revela como uma formação do inconsciente. A esse respeito, M. Andrés afirma que na condensação:

[...] uma única representação pode traduzir diversas cadeias de pensamentos latentes que lhe estão associadas. Isso implica, na origem, um processo econômico, na medida em que as energias em ação nessas diferentes cadeias podem se superpor a essa representação manifesta. De fato, uma das características do processo primário é apoiar-se numa energia livre, não-ligada, o que quer dizer que o desejo inconsciente tem aí toda a liberdade para se

³⁰ A condensação faz referência à composição de duas palavras por aglutinação. A noção é associada à metáfora - associação de uma palavra à outra.

realizar de imediato, sem a defasagem temporal imposta pelo significativo na linguagem manifesta (M.ANDRÉS, 1996, p.92).

Logo, na condensação, há uma espécie de economia das palavras e, com sua junção, por aglutinação, observa-se ainda um deslocamento dos sentidos. O que fez Lacan considerar que não há condensação sem deslocamento. Este último, para Freud, é decorrente do processo de censura:

Sempre que um elemento psíquico está vinculado a outro por uma associação objetável ou superficial, há também entre eles um vínculo legítimo e mais profundo que está submetido à resistência da censura. A verdadeira razão do predomínio de associações superficiais não está no abandono das representações-meta, mas sim na pressão da censura. As associações superficiais substituem as profundas quando a censura torna intransitáveis as vias normais de ligação (FREUD, 2016 [1900], p.142). você não leu na edição de 1900!

Vale salientar que esse deslocamento de sentidos só é passível de ocorrência em virtude do encadeamento dos significantes, que não se pode afirmar a origem, mas apresenta uma conexão finita, uma vez que os sentidos são instáveis, mas não infinitos, já que estão imbricados na FD que domina o interdiscurso do sujeito, clivado pela ideologia. A condensação, a seu turno, não é uma característica universal dos chistes, pois há chistes que são formados através da mudança de letras, sendo ligados diretamente ao recalque.

Nos estudos freudianos, o recalque faz referência à passagem dos impulsos pulsionais do estado do consciente para o estado do inconsciente. Trata-se, por exemplo, de um esquecimento que pode vir à tona: encontra-se no inconsciente e retorna ao consciente com uma certa frequência. Para Freud, todo ser humano precisa passar pelo recalque para se tornar sujeito do inconsciente. Em seu mecanismo de funcionamento, compreendemos que ele sempre será reatualizado ao encontrar uma barreira³¹ – o que se compreende como “O Édipo” para Lacan – produto da cultura. Para Freud,

³¹ Sobre o funcionamento do recalque, recomendamos ao leitor a leitura da seção analítica 5.1.1 “Questionamentos sobre o corpo”. Momento em que a entrevista com o sujeito João Neri faz materializar conteúdos recalcados em seu inconsciente, o que foi consequência do questionamento em torno da menstruação. Como analisaremos, tais conteúdos podem reverberar efeitos de sentido de dor, angústia e de incômodo que são “barrados” no inconsciente para fins de preservação do sujeito.

[...] existe um recalque originário, uma primeira fase do recalque, que consiste em negar entrada no consciente ao representante (-representação) psíquico da pulsão. Com isso, estabelece-se uma fixação; a partir de então, o representante em questão continua inalterado, e a pulsão permanece ligada a ele. [...]. A segunda fase do recalque, o recalque propriamente dito, afeta os derivados psíquicos do representante recalcado, ou sucessões de pensamento que, originando-se em outra parte, tenham entrado em ligação associativa com ele. Por causa dessa associação, essas idéias sofrem o mesmo destino do recalcado originário. Na realidade, portanto, o recalque propriamente dito é um recalque a posteriori [Nachdrängen] (FREUD, 1999 [1915], p.250-251).

Logo, o recalque só poderá ser produzido quando houver um limite para realização de todos os desejos (as forças pulsionais que geram desprazer sejam maiores que as que geram a satisfação), provocando uma ruptura psíquica no eixo consciente/inconsciente. Nessas condições, ele só existe porque é necessário impelir/anular as forças que interditam as sensações de prazer, mediante um mecanismo de resistência. A seu turno, tais processos de interdição têm seu início no momento de aquisição da língua, já que a criança escuta desde a gestação e, tão somente, ainda não atribui sentidos. No momento em que ela começa a falar, há um recalque – interdição do prazer – visto que não poderá produzir todos os sons a que estava habituada a fazer e que a levava a essa obtenção do prazer. Em nossa pesquisa, poderíamos associar esse recalque, na criança transgênero, ao início de sua puberdade, quando traços físicos indesejáveis começam a despontar, levando seu inconsciente a recalcar a esfera do indesejável, na busca pelo desejável, porém inatingível.

Vejamos outras características do recalque apresentadas por Freud (1999 [1915], p.253-254). Seu funcionamento não ocorre de forma individual, apresentando também uma mobilidade, visto que seu resultado não é produzido de forma regular e de uma única vez. Nessas condições, ele exige um grande e contínuo gasto de força para que o conteúdo recalcado permaneça no inconsciente, assim como se distanciará dele – rumo ao consciente – caso haja um enfraquecimento dessa força.

Podemos supor que o recalcado exerce uma pressão contínua em direção ao consciente, de forma que essa pressão pode ser equilibrada por uma contrapressão incessante. Assim, a manutenção de um recalque acarreta ininterrupto dispêndio de força, ao passo que sua eliminação, encarada de um ponto de vista econômico, resulta numa economia (FREUD, 1999 [1915], p.253-253).

Tal economia pode ser explicada pelo fim da zona de tensão psíquica a que fica submetido o sujeito nesse processo de recalçamento e de fuga do sofrimento e de sensações desagradáveis. A barreira que impede o recalçado de se colocar no consciente é representada pela resistência do ego (o consciente) que desprende uma soma de energia para lhe resguardar e impedir que o recalque falhe. Freud (1999 [1915]) assegura, ainda, que a compreensão dos mecanismos de funcionamento do recalque é passível de análise a partir de seus resultados, a ver a formação de substitutos e de sintomas que estão diretamente imbricados ao retorno do recalçado, que corresponde ao momento em que ele falha. É a partir da formação substitutiva que se pode compreender tal retorno, correspondendo ao momento em que ocorre o rompimento da barreira que distancia o conteúdo recalçado do consciente. Isso é facultado quando o conteúdo recalçado sofre um deslocamento em cadeia para uma zona diferente do inconsciente ou quando passa por um processo de derivação do recalque original, de modo que consiga transpor tal barreira. Prossigamos na descrição de outras formas de apreensão do inconsciente.

O inconsciente também se materializa, através da linguagem, a partir do que Freud chama de ato falho. É na fala, a partir de um aparente erro atribuído ao acaso (KAUFMANN, 1996), que se manifestam desejos que estão no inconsciente:

Os atos falhos se apresentam sob a forma de lapsos, falsas leituras, falsa audição, esquecimento, descumprimento de uma intenção, incapacidade de encontrar um objeto, perdas, certos erros. Trata-se de fato de um ato em que o corpo está em jogo (falsa leitura, falsa audição, incapacidade de encontrar um objeto, perdas) num dado instante ou de um ato de fala ou de escrita substituído por outro; assim, substituídos, desviados ou invertidos, omitidos, esses atos têm duplamente uma função de linguagem: assinalam em primeiro lugar a revelação de um desejo inconsciente; ao mesmo tempo, atestam um inconsciente estruturado como uma linguagem (condensação, deslocamento, metáfora, metonímia) e podem ser decifrados como uma mensagem (KAUFMANN, 1996, p.55).

Kaufmann (1996) ainda atesta que o ato falho não deve ser decifrado a fim de ser analisado; o que está em jogo e precisa de atenção é a sua intenção: o que há por trás dele? A que objetivos ele atende? É mister também pontuar, como já citado, que ele não se restringe a palavras faladas “com erros” ou escritas com aparentes erros de ortografia, colocando também em “jogo o corpo, o gestual, a

emoção visível num rosto, a impaciência, a repetição do ato falho ou um segundo lapso” (KAUFMANN, 1996, p.56). Como trabalharemos com entrevistas semiestruturadas com sujeitos transexuais, será importante levantar os eventuais momentos em que ele possa se apresentar/materializar em seus discursos, em meio às nossas análises: nas respostas às perguntas, nos argumentos apresentados, na gesticulação corporal ou, ainda, em um eventual não entendimento de uma pergunta que pode resultar em uma resposta a outras questões não levantadas. A esse respeito, Kaufmann acrescenta:

[...] perder um objeto pode significar que não se está mais ligado à pessoa que o deu; pode-se ver nisso seja uma perda voluntária, seja um sacrifício voluntário. Do mesmo modo, o esquecimento de uma palavra pode se dar não porque ela lembra de uma situação desagradável, mas porque está estreitamente articulada a outras associações que estão estreitamente relacionadas com essa palavra. “Trata-se em especial da recusa em da memória a evocar lembranças associadas a sensações penosas, lembranças cuja evocação tenderia a reproduzir essas sensações” (KAUFMANN, 1996, p.56).

Cientes de que iríamos levantar questionamentos sobre temáticas que podem gerar um desconforto a nossos entrevistados, já que tocam em sua subjetividade, todos foram preparados para as entrevistas a partir da assinatura de um termo de livre esclarecimento e consentimento onde detalhamos nossos objetivos com a presente pesquisa. Daí a indispensabilidade de recorreremos a tais mecanismos de funcionamento do inconsciente para fins analíticos. Retomando os questionamentos anteriores, o ato falho pode servir, como atesta Kaufmann (1996), como um mecanismo de defesa que busca resguardar o sujeito de certas situações que lhe sejam psiquicamente desconfortáveis e que, ao mesmo tempo, possam acabar por desvelar o que está no inconsciente em sua posição de fratura e/ou falha temporal.

Sigamos com a noção de significante, proposta pela psicanálise lacaniana, que se faz indispensável para a compreensão dos sentidos que são reverberados, em meio às falhas do movimento da ideologia, sob a forma dos elementos que discutimos nessa seção.

2.1.1 Das noções de Signo Linguístico ao significante que revela o inconsciente

No cenário anteriormente apresentado, Lacan (1998 [1957]) faz um retorno à Psicanálise de Freud a partir da relação entre a linguagem e o inconsciente. Para isso, ele recorre, sobretudo, às teorias linguísticas de Saussure e de Jakobson (Teoria da Enunciação e do funcionamento da linguagem) e, com menos ênfase, à teoria da Enunciação de Benveniste. Trata-se de uma tentativa de trazer uma nova compreensão do inconsciente, inaugurada por Freud, que surge a partir do interdito que é de origem sexual e da linguagem, considerada em sua imprevisibilidade e opacidade.

Ao afirmar que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, Lacan (1982 [1975]) toma a compreensão do signo linguístico de Ferdinand de Saussure. Para Saussure (2006 [1926], p.80), o signo linguístico “é uma entidade psíquica de duas faces” que se completam numa relação de dependência: a do conceito (mais abstrato) com a imagem acústica (impressão psíquica do som). Para o linguista, é também uma relação de oposição, de arbitrariedade, substituindo o termo *conceito* por *significado*, e o termo imagem acústica por *significante*. Com isso, o termo signo denotaria a totalidade e, o significado e o significante, as duas partes que o compõem, simultaneamente interdependentes e opostas. Trata-se, para o autor, de uma combinação responsável pela produção de uma forma e não de uma substância.

As retomadas de Lacan à Saussure não se restringem a essa noção de signo linguístico alicerçado na teoria linguística. No Seminário 20, ele faz referência aos anagramas saussurianos que correspondem aos estudos dedicados à estrutura das palavras em sua relação com o som e com o inconsciente. É o momento em que nega fazer estudos linguísticos, chamando sua pesquisa, que relaciona o que há de comum entre essa ciência linguística e a Psicanálise, de Linguística, já que tem como foco um sujeito desejante que excede o da fala (LACAN, 1982 [1975]).

Todavia, no que se refere à relação entre significado e significante elencados por Saussure, Lacan apresenta uma percepção diferente, considerando o fato que “o significante como tal não se refere a nada, a não ser que se refira a um discurso, quer dizer, a um modo de funcionamento, a uma utilização da linguagem como liame” (LACAN, 1982, p.43). Nessas condições, os dois termos não são

colocados em dependência um do outro, sendo o significante (representado pela letra **S**), barrado pelo significado (representado pela letra **s**) da seguinte forma:

$$\frac{\mathbf{S}}{\mathbf{s}}$$

Fonte: (LACAN, 1998 [1953]).

A relação acima é caracterizada, conforme foi proposta por Lacan, pela predominância do significante sobre o significado, que é barrado/recalcado pelo primeiro, como podemos ver na representação acima, através da barra /. Para ele, “se não houvesse essa barra, com efeito, nada poderia ser explicado, da linguagem, pela linguística. Se não houvesse essa barra acima da qual há significante passando, vocês não poderiam ver que há injeção de significante no significado” (LACAN, 1982 [1975], p.65). O sujeito do inconsciente, a seu turno, é regido pelo significante, logo, pelo som. Como afirma Lacan (1998 [1957], p.815): “é o significante que representa o sujeito para outro significante”. Daí a relação entre inconsciente e linguagem, quando afirma que “a linguagem é condição do inconsciente [...] não há inconsciente sem linguagem” (LACAN, 1983 [1977], p.24). Tal relação é também marcada pela retomada que é feita dos anagramas de Saussure no Seminário XX.

Quanto à lógica do significado e do significante, Mariani e Magalhães (2013, p.111) corroboram com os estudos lacanianos no que tange o discurso, afirmando que eles não se encontram presos um ao outro - “nenhum significante representa o significado”. Isso nos leva à compreensão de que o sentido de uma palavra não está preso a sua forma, uma vez que o sujeito não apresenta autonomia sobre o seu dizer que é regido pela cadeia significante, logo, pelo inconsciente.

Ainda a respeito da barra, podemos acrescentar sobre o que fora posto anteriormente, que Lacan a fez mais espessa com o objetivo de elucidar a alienação³² do sujeito que fala, logo, que não compreende o sentido do seu dizer – deslizando numa cadeia de significantes. A barra representa, pois, o recalque do significado, barrado por essa cadeia significante e que somente é atingível

³² A respeito da alienação, é importante elucidarmos que, na AD, o sujeito do inconsciente é clivado e perpassado pela ideologia (é nesse sentido que a alienação será tomada na AD), o que torna seu dizer inacessível. Logo, devemos tomar o devido cuidado em observar que o sujeito é alienado por acreditar que está na origem de seu dizer.

(ultrapassa a barra) pela imprevisibilidade das manifestações do inconsciente, como os chistes e atos falhos (LONGO, 2011). Chegamos, pois, ao ponto, em que vale destacar o elo entre o dito e o dizer. O dito é o que está na superfície e aparece como efeito de evidência dos sentidos. Já o dizer, irrompe no dito; encontra-se no inconsciente, encoberto/recalcado pela barra. A conexão entre eles pode ser expressa no entrelace entre o inconsciente e a linguagem, como afirma Lacan:

O que essa estrutura da cadeia significante revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua me é comum com outros sujeitos, isto é, em que essa língua existe, de me servir dela para expressar algo completamente diferente do que ela diz (LACAN, 1998 [1953], p.508).

Dessa forma, quando há o recalque, há o esquecimento de um desejo que pode retornar sob a forma de um ato falho, ultrapassando a barra, rumo ao significante. Se algo foi recalcado é porque foi rejeitado pelo sujeito. Trata-se de um sujeito clivado, dividido, concebido numa relação do inconsciente com a linguagem.

É, pois, atrelado ao significante que se pode compreender, na Psicanálise lacaniana, o funcionamento do inconsciente, já que o sujeito é um efeito dele. Como já vimos, em Saussure (2006 [1926]), o signo está representando na relação entre Significante e Significado. Já para Lacan, o signo é marcado diretamente pelo Significante, que abrange o próprio conceito de signo saussuriano.

Para Andrés (1996), o significante lacaniano é o desejo; por sua vez, a cadeia de significantes funciona da seguinte forma: “um significante S2 representa um significante S1 recalcado e S2 o substitui” (ANDRÉS, 1996, p.473), e assim sucessivamente, na cadeia onde se encontra o sujeito (sob esses significantes), apagado, efeito do significante que “[...] representa o sujeito para um outro significante” (ANDRÉS, 1996, p.473), por um processo de negação, marcado pelo furo do significante que representa “[...] a marca da falta no Outro” (ANDRÉS, 1996 p.473). Tal “Outro” faz referência ao inconsciente, que só é revelado por ser um efeito da linguagem (na entrada do corpo do indivíduo na ordem do simbólico), consequência dos deslizamentos na cadeia significante que “rejeita o sujeito”. Tal negação é consequência do sujeito faltante ser da ordem do desejo; desejante de sentido e de completude que são direcionados para o significante, daí sua rejeição e consequente recalque, fazendo com que a ordem do desejo se deposite no Outro. Esse fenômeno será vislumbrado, por exemplo, quando o sujeito Thammy, na

seção 5.4 “Sujeito entrevistado 04 – Thammy Miranda” descreve a fotografia de uma garota (sua configuração antes da transição) como exterior a si, tratando-se de um Outro que lhe constituiu como homem trans e até hoje (res) significa sua identidade.

Ao observar as formações do inconsciente em Freud – por deslocamento e condensação – Lacan sinaliza, após Jakobson já ter feito esse estudo com a teoria da enunciação, uma relação desses componentes com a metáfora e com a metonímia, figuras de estilo que alteram o sentido original das palavras. Ele vai além de Jakobson e as retoma a partir da consideração do inconsciente – do campo do sujeito castrado (imerso numa cadeia significante já sob o efeito do apagamento), falante e sexuado (ÂNDRES, 1996). Nesse cenário, Lacan teoriza sobre a migração dos sentidos através do deslizamento de significantes na cadeia. Vale destacar, como afirmam Mariani e Magalhães (2013), que não se trata de um deslizar incessante na cadeia de significantes. A esse movimento de deslizamento, o psicanalista caracteriza como metáfora e metonímia.

A seu turno, a noção de sentido, na AD, foi desenvolvida a partir da apropriação da figura de linguagem conhecida como metáfora por Pêcheux fruto dos estudos lacanianos:

[...] “uma palavra por outra, essa é a fórmula da metáfora” [...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem sentido que lhes seria próprio, preso a sua literalidade; [...]: o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora), pela qual elementos significantes passam a se confrontar de modo que “se revestem de um sentido” não poderia ser predeterminada por propriedades da língua [...]. De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos) das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório (PÊCHEUX, 2014 [1988], p.240-241).

É nessas condições que o autor afirma que todo enunciado é suscetível de se tornar outro, podendo migrar para outra matriz de sentidos a ver a FD em que se encontra inscrito o sujeito que enuncia. Prossigamos.

Considerada como ordem primária do inconsciente, Lacan traz, como descreve Andrés, a figuração do que vem a denominar como metáfora paterna em sua relação com a metonímia:

Compreende-se assim que a metáfora paterna recoloca a questão da origem. A linguagem vai se fundar sobre essa inscrição iniciatória: ela é uma produção da qual o sujeito não será exatamente o agente, mas o efeito: o sujeito não mais poderá comunicar com a linguagem, mas *na* linguagem. É nesse ponto que a metonímia desempenhará igualmente seu papel preponderante, no sentido em que o objeto do desejo não poderá ser senão objeto causa do desejo, e em nenhum caso um objeto absoluto qualquer. Se o objeto absoluto existisse, a metáfora se encarregaria de revelá-lo. O eixo metonímico é aquele do desejo propriamente dito, porquanto o sentido se situa em relação à letra. O sentido se acha *inscrito* nessa metáfora fundadora, inscrição da qual o sujeito emergirá como sujeito falante. [...] Ela dá ao sujeito seu acesso ao simbólico, rompendo sua sujeição à mãe e conferindo-lhe pela mesma circunstância o estatuto de sujeito desejante (ANDRÉS, 1996, p.332).

Esse conceito de metáfora paterna³³ marca a origem do sujeito a partir da entrada do corpo do indivíduo no simbólico (através da linguagem quando nasce). O termo marca sua diferenciação, em relação à mãe, e a instauração do desejo. Nesse momento, Lacan registra o que chama de “o nome-do-Pai”, como o “significante que representa a existência do lugar da cadeia significante como lei” (LACAN, 1999 [1957], p. 202). Trata-se, pois, do significante como lugar de desejo do Outro, marcado pela falta, incompletude e dependência do sujeito que atesta uma necessidade de se significar quando ocorre a castração, pela presença do pai. O pai representa aquilo que afasta a criança da mãe – seu desejo primário. Com isso os conceitos de metáfora e metonímia, são reconfigurados, no campo psicanalítico, em uma ordem diversa daquela trabalhada na linguística. Em suma, o primeiro faz referência a uma comparação que se dá por associação de uma palavra a outra, somente possível porque há uma entrada de um novo significante em uma cadeia de significantes. Já a metonímia, trabalha no deslocamento dos sentidos.

Sigamos com a abordagem do sujeito do inconsciente a partir do estudo da sexualidade por Freud e Lacan.

2.1.2 O sujeito do inconsciente e a sexualidade de Freud a Lacan

Uma análise discursiva da identidade de gênero de sujeitos transexuais e de seu processo de inscrição e trânsito em FDs, alvo do presente estudo, é

³³ Tal conceito será retomado mais adiante quando tratarmos do Estádio do Espelho, proposto por Lacan (1998 [1969]), e suas implicações sobre o conceito de sujeito, na relação entre linguagem e sexualidade.

perpassada, fundamentalmente, pela compreensão do sujeito do inconsciente formulado nos trabalhos de Freud (1915) e de Lacan (1999 [1957]). Logo, até como uma forma de refletir e analisar discursos ainda vigentes sobre identidade de gênero e orientação sexual que se estabeleçam para além da fronteira da heterossexualidade e do binarismo dos gêneros, é crucial que façamos uma retomada dos estudos sobre a sexualidade em Freud (1967 [1905]), convergindo para os estudos lacanianos (LACAN, (1998 [1966])) sobre o sujeito do inconsciente que é clivado pela linguagem, tal como posto nas obras acima referenciadas.

2.1.2.1 Sigmund Freud, inversão e homossexualidade

É na obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1967 [1905]) que Freud trata das questões relativas à sexualidade. Ele afirma que a existência da necessidade sexual humana seria justificada na biologia pelas punções sexuais e, fazendo uma analogia à nutrição, cuja pulsão seria a fome, ele apresenta a libido como a pulsão referente a essa necessidade.

Ele já atestava a homossexualidade como um “desvio”. Equívoco decorrente do cenário clínico instaurado nos séculos XIX e XX, sobretudo nos estudos da Sexologia, quando já se difundia uma heteronormatização a partir da classificação dos comportamentos sexuais. Como afirma Vieira (2009), esse momento foi marcado pela descrição das características consideradas “normais” à masculinidade e à feminilidade, tomando as práticas sexuais heterossexuais como padrão de regularidade. Em decorrência disso, passou-se a considerar como “anormal” toda atividade sexual que fugisse dos padrões de tais práticas, sendo adjetivada como um prazer preliminar ou, ainda, como uma aberração. Surge, então, no final do século XIX, a terminologia “homossexual” como patologia e uma consequente busca por suas causas, em estudos voltados para uma normalização da vida sexual.

À priori, Freud tomava a palavra perversão para caracterizar toda e qualquer atividade sexual que extrapolasse os padrões “normais” (leia-se o coito sexual exclusivamente entre pênis e vagina):

Na maioria dos casos podemos encontrar o caráter patológico da perversão, não no conteúdo do novo alvo sexual, mas em sua

relação com a normalidade. Quando a perversão não se apresenta *ao lado* do alvo e do objeto sexuais normais, nos casos em que a situação é propícia a promovê-la e há circunstâncias desfavoráveis impedindo a normalidade, mas antes suplanta e substitui o normal em todas as circunstâncias, ou seja, quando há nela as características de *exclusividade* e *fixação*, então nos vemos autorizados, na maioria das vezes, a julgá-la como um sintoma patológico (FREUD, 1967 [1905], p.99) (grifos do autor).

Nesse contexto, ele nomeou “desvio do alvo” toda e qualquer prática que fugisse dos padrões ditos normais, seja em relações heterossexuais quanto em relações homossexuais. Caracterizou como “desvio em relação ao objeto³⁴” a homossexualidade, aqui tomada como “inversão” (podendo ser inata ou adquirida mediante influencias externas) já que a pessoa tem sua libido direcionada para a parte do corpo de uma pessoa do mesmo sexo. Logo, há homens cujo objeto sexual é outros homens, e mulheres cujo objeto é outras mulheres. Vejamos algumas classificações de invertidos:

(a) Podem ser invertidos *absolutos*, ou seja, seu objeto sexual só pode ser do mesmo sexo, enquanto o sexo oposto nunca é para eles objeto de anseio sexual, mas antes os deixa frios ou até lhes desperta aversão sexual. Quando se trata de homens, essa aversão os incapacita de praticarem o ato sexual normal, ou então não extraem dessa prática nenhum gozo. (b) Podem ser invertidos *anfígenos* (hermafroditas sexuais), ou seja, seu objeto sexual tanto pode pertencer ao mesmo sexo quanto ao outro; falta à inversão, portanto, o caráter de exclusividade. (c) Podem ser invertidos *ocasionais*, ou seja, em certas condições externas, dentre as quais destacam-se a inacessibilidade do objeto sexual normal e a imitação, elas podem tomar como objeto sexual uma pessoa do mesmo sexo e encontrar satisfação no ato sexual com ela (FREUD, 1967 [1905], p.22) (grifos do autor).

Logo, ao afirmar que a aversão ao sexo oposto torna os homens homossexuais incapazes da prática do “sexo normal”, o autor os coloca na condição de praticantes de sexo “anormal”, reforçando os discursos reguladores das práticas sexuais heteronormativas vigente naquele momento histórico. Quanto ao termo hermafrodita, há o retorno à biologia animal que faz uso do referido termo para tratar de alguns animais que apresentam ambos sistemas reprodutores – o masculino e o feminino. Grosseiramente, essa terminologia faz referência a pessoas que sentem atração sexual indistinta por homens e por mulheres (bissexuais).

³⁴ Para Freud, chama-se “*objeto sexual* a pessoa de quem provém a atração sexual, e de *alvo sexual* a ação para a qual a pulsão impele” (FREUD, 1967 [1905], p.21)

No que se refere ao posicionamento dos sujeitos invertidos, Freud relata a existência daqueles que aceitam sua inversão como natural e aqueles que se colocam na posição de pessoas doentes. Nos dias atuais, poderíamos fazer uma analogia dos que a consideram uma normalidade com a classe LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) que luta por igualdade de direitos, e os que atrelam sua percepção a uma patologia, aos que buscam a “cura à homossexualidade” através de tratamentos psicológicos ou espirituais em instituições religiosas.

Na tentativa de explicar a inversão, o psicanalista apresenta duas variantes que eram discutidas naquele momento: a hipótese de ser uma degeneração por causas nervosas e outra que a concebe em seu caráter inato (relacionada aos invertidos absolutos). A negativa de que seja uma degeneração é alicerçada em dois argumentos:

1) Encontramos a inversão em pessoas que não exibem outros desvios sérios da norma. 2) O mesmo ocorre em pessoas que não têm a capacidade de funcionamento prejudicada, pelo contrário, que se distinguem por elevado desenvolvimento intelectual e cultura ética (FREUD, 1967 [1905], p.25).

Quanto à conceituação, ele segue afirmando que a inversão já era um “fenômeno frequente, quase uma instituição dotada de funções importantes, em povos antigos que estavam no apogeu de sua cultura” (FREUD, 1967 [1905], p.26) e também já se encontrava “bastante disseminada em muitos povos selvagens e primitivos, e costuma-se limitar o conceito de degeneração à alta civilização” (FREUD, 1967 [1905], p.26). Argumenta, ainda, que grandes personalidades intelectuais seriam “invertidos absolutos” e isso ratifica sua oposição a uma gama de discursos que reverberam efeitos de sentido de preconceito e de segregação sobre a homossexualidade.

Os argumentos expostos por Freud, há mais de um século, só reforçam o “óbvio” de que as práticas homossexuais não são uma invenção da pós-modernidade. Aquilo que se convencionou chamar de inversão, de desvio, nada mais é do que a diversidade de formas de experienciar a sexualidade e que não pode ser justificada como uma influência externa, tal como descrito pelo psicanalista:

Em muitos invertidos (também absolutos) pode-se demonstrar que houve, bem cedo na vida, uma impressão de natureza sexual que deixou, como consequência duradoura, a inclinação homossexual. 2) Em muitos outros, é possível indicar influências externas

propiciadoras ou inibidoras, que levaram, em época mais remota ou mais recente, à fixação da inversão (convívio apenas com pessoas do mesmo sexo, vida em comum na guerra ou em prisões, perigo das relações heterossexuais, celibato, fraqueza sexual etc.). 3) A inversão pode ser eliminada por sugestão hipnótica, o que seria espantoso numa característica inata (FREUD, 1967 [1905], p.27).

Quanto ao uso da hipnose para curar os gays, observa-se também um paradoxo em meio a toda uma construção argumentativa de que a inversão seria uma característica inata ao ser humano. Dessa forma, Freud descarta a composição inato-adquirida para explicá-la, e também nega a tentativa organicista de associação da inversão com o hermafroditismo que se baseia na concepção de que homens e mulheres nascem com caracteres orgânicos de um hermafroditismo, aqui, considerado dentro da “normalidade”. Isso explicaria uma eventual bissexualidade temporária, e que se refletiria em um hermafroditismo psíquico (a inversão): “bastava apenas que a inversão coincidisse regularmente com os sinais psíquicos e somáticos do hermafroditismo” (FREUD, 1967 [1905], p.30). Apesar das negativas (organicista e inata), Freud se mostra contraditório, ao afirmar que ambas se fazem presentes na tentativa de explicação da inversão, seja sob a forma de uma predisposição ou de um distúrbio sexual:

[...] também se deve considerar uma predisposição sexual na inversão, embora não saibamos em que ela consiste além da configuração anatômica, e que se trata de distúrbios que afetam o instinto sexual em seu desenvolvimento (FREUD, 1967 [1905], p.33).

Outra crítica que podemos fazer à tentativa de explicação da inversão, a partir do hermafroditismo psíquico em sua relação com a bissexualidade, consiste na concepção falocêntrica e machista que rotula os papéis sexuais de homens como ativos e mulheres como passivas:

A teoria do hermafroditismo psíquico pressupõe que o objeto sexual do invertido é o oposto daquele do indivíduo normal. O homem invertido estaria, como a mulher, sujeito ao encanto proveniente dos atributos masculinos do corpo e da alma, ele se sentiria como uma mulher e buscaria um homem (FREUD, 1967 [1905], p.33).

Logo, de acordo com essa teoria, os homens invertidos não somente direcionariam seu desejo para outros homens, mas ao fazê-lo, assumiriam

psiquicamente um comportamento feminino. Ainda em contextos atuais, vemos resíduos desse discurso quando se rotula os homossexuais afeminados como “passivos” (as mulheres da relação) e aqueles com comportamento tipicamente masculinizado como “ativos” na relação sexual. São perguntas, ainda recorrentes, e que ecoam esse discurso – quem é a mulher da relação? (quando se refere a um casal de homossexuais) ou quem é o homem da relação? (quando se trata de um casal de lésbicas). Esse tipo de questionamento tenta engessar os papéis e performances sexuais a partir do padrão binário de heteronormatividade sobre os estereótipos socialmente aceitos como os normais para homens e mulheres. Outro exemplo apresentado pelo psicanalista envolve os gregos, que consideravam as práticas homossexuais dentro da normalidade, todavia, o desejo do homem “ másculo” pelo jovem garoto cessava na medida em que ele amadurecia e perdia os atributos delicados que se assemelhassem aos de uma mulher. Nessas condições, por traz do desejo sexual entre dois homens, ainda havia o resquício da normalidade que consistia em desejar o corpo e o comportamento feminino.

Apesar de algumas contradições e de traços de um machismo instaurado na escrita freudiana, há que se ponderar a importância e a contribuição de seus estudos nas tentativas de definir o que seriam a masculinidade e a feminilidade, em um período em que pouco/nada se discutia sobre gêneros, sobretudo a respeito da transexualidade. Vejamos como ele descreve três sentidos para o emprego de masculino e feminino:

- i. Atividade e passividade: destacado como o mais importante, na Psicanálise, coloca a libido como masculina “pois o instinto é sempre ativo, mesmo quando coloca para si uma meta passiva” (FREUD, [1967] 1905, p.139).
- ii. Biológico: a definição é organicista, voltada para a reprodução e classifica o masculino a partir da presença de espermatozoides, associando-o também a um maior desenvolvimento muscular, agressividade e libido. Já o feminino é marcado pela presença de óvulos.
- iii. Sociológico: considera a existência do indivíduo em sociedade e que há uma “mescla da característica biológica do seu sexo com traços biológicos do outro sexo, e uma combinação de atividade e passividade” (FREUD, [1967] 1905, p.139).

A partir de tais descrições, é perceptível que, mesmo no sentido sociológico, há, para o autor, uma importante relevância para o fator biológico na definição/distinção entre masculino e feminino. Mais adiante, retomando a questão da inversão, ele afirma a impossibilidade de explicá-la, e defende a escolha do objeto, como uma condição normal, quando for direcionada para o sexo oposto e que, na puberdade, pode haver “equivocos” temporários nessa escolha “sem que haja dano duradouro” (FREUD, [1967] 1905, p.152). Logo, a inversão duradoura seria algo nocivo ao desenvolvimento da sexualidade humana e passível de ser impedida por uma já esperada, posterior e normal atração entre os caracteres sexuais opostos. Ainda na tentativa de explicá-la, ele descreve algumas possíveis questões que lhe são externas:

E, no tocante ao homem, pode-se supor que a recordação infantil do carinho da mãe e de outras pessoas do sexo feminino, às quais ele foi confiado, contribui fortemente para dirigir sua escolha para a mulher,* enquanto a precoce intimidação sexual por parte do pai e a relação competitiva com ele o desviam do seu próprio sexo. Mas os dois fatores também valem para a menina, cuja atividade sexual se encontra sob a tutela especial da mãe. Disso resulta uma atitude hostil com o próprio sexo, que influencia bastante a escolha do objeto na direção tida como normal. A educação dos garotos por indivíduos do sexo masculino (escravos, no mundo antigo) parece favorecer a homossexualidade. Na nobreza atual, o emprego de domésticos do sexo masculino e a menor atenção dada pela mãe tornam mais compreensível a frequência da inversão. Em alguns históricos, nota-se que a ausência prematura de um dos genitores (por morte, separação, afastamento), devido à qual aquele remanescente atrai todo o amor da criança, determina a precondição para sexo da pessoa futuramente escolhida como objeto sexual e, com isso, torna possível a inversão duradoura (FREUD, [1967] 1905, p.153).

Além do exposto, Freud apresenta, em alguns momentos, contradições em suas escritas quanto à homossexualidade. Apesar do exposto publicado que, eventualmente, reforça um quadro patológico sobre as condutas não heterossexuais, como vimos acima, ele não classificava a homossexualidade como uma doença, posicionando-se a favor dos homossexuais que eram perseguidos em seu tempo. Declarações de que a imposição da heterossexualidade, em certas sociedades, influenciava nos números observados de indivíduos invertidos, evidenciava que havia um número muito maior de pessoas homossexuais e reforçava seu posicionamento favorável os homossexuais, contrariando estudiosos que defendiam a anormalidade da inversão como algo reservado a uma pequena

parcela da sociedade. Posteriormente, em resposta à carta de uma mãe norte-americana que classificou o comportamento de seu filho como “anormal”, já fazendo alusão a sua orientação homossexual, o psicanalista afirma o seguinte:

Eu creio compreender após ler sua carta que seu filho é homossexual. Eu fiquei muito surpreso pelo fato que a senhora não mencionou esse termo nas informações que deu sobre ele. Posso eu, vos perguntar por que evitou esta palavra? A homossexualidade não é evidentemente uma vantagem, mas não há nada do que sentir vergonha. Ela não é nem um vício, nem uma desonra e não poderíamos qualificá-la de doença. (...) Muitos indivíduos altamente respeitáveis, nos tempos antigos e modernos foram homossexuais (Platão, Michelângelo, Leonardo da Vinci, etc). É uma grande injustiça perseguir a homossexualidade como crime e também uma crueldade. (FREUD, 1935/1967, p.43).

O silenciamento apresentado pela mãe, ao narrar várias características de seu filho, e não fazer uso da palavra homossexual para descrevê-lo, reverbera efeitos de sentido em nosso presente momento. Há, pois, um trabalho da ideologia dominante em silenciar identidades de gênero e sexualidades tras/desviantes, uma vez que elas representam uma ameaça à hegemonia cisgênera e à heteronormatividade. Quando não se é possível invisibiliza-las, o caminho encontrado é a segregação social, a humilhação e a censura, tal como descrevemos no capítulo anterior sobre os efeitos da língua de madeira.

Em suma, podemos afirmar que, apesar de tantos aspectos contraditórios em suas escritas, não se pode deixar de atribuir a Freud o devido valor a sua tratativa sobre a sexualidade, visto que seu conceito de desvio não se referia apenas às práticas homossexuais, mas a toda e qualquer prática além do coito entre pênis e vagina, colocando sob análise, inclusive, as práticas sexuais entre pessoas de orientação heterossexual. Além disso, sua teorização foi retomada por vários estudiosos, como Lacan, na compreensão do sujeito do inconsciente, tal como nos ateremos a seguir.

2.1.2.2 O sujeito do inconsciente lacaniano e suas implicações para o estudo da transexualidade

É a partir dos estudos de Lacan (1998 [1969]), (1995 [1956-1957]), (2003 [1972]), (1999 [1957]), sobre os três tempos de Édipo e sobre o Estádio do Espelho,

que buscaremos analisar a transexualidade humana não como uma anomalia ou distúrbio psíquico, como se costumava postular até algumas décadas atrás. Em reformulação aos conceitos freudianos sobre o Édipo (FREUD, 1974 [1924]), Lacan propõe uma investigação e explicação do sujeito do inconsciente, reforçando sua tese de que o sujeito do inconsciente é uma forma - não uma substância - de modo que uma cadeia de significantes se desloca até formar uma significação que, a seu turno, será norteadada por um significante mestre.

É a partir da figuração do Estádio do Espelho e de uma nova perspectiva sobre os Três tempos de Édipo que Lacan irá formular a noção de sujeito a partir de sua entrada no mundo da linguagem, da cultura e de outros valores na relação que estabelece com outros sujeitos, logo no simbólico. Vejamos como Longo³⁵ (2011) descreve a relação da criança com o espelho que chama de “de um processo de identificação, de conquista progressiva da identidade de um sujeito”:

a) A criança reage como se a imagem no espelho fosse a imagem de um outro; b) em seguida, cessa de tratar a imagem como um objeto real no momento em que desiste de pegar “o outro” atrás do espelho; e c) a criança reconhece o outro atrás do espelho como sua própria imagem (LONGO, 2011, p.50).

É sobre a constituição do eu, em uma relação de alteridade (com um outro), que Lacan desenvolve tal noção de Estádio: Para isso, considera três etapas no período dos 6 aos 18 meses de vida de uma criança, salientando que “[...] o estágio do espelho está bem longe de apenas conotar um fenômeno que se apresenta no desenvolvimento da criança. Ele ilustra o caráter de conflito da relação dual.” (LACAN, 1995 [1956-1957], p.15). Logo, põe em xeque a imagem que o sujeito estabelece com seu corpo, a partir de sua projeção sobre o outro. Vejamos a seguinte descrição, em alusão à primeira etapa:

Ora, o reconhecimento pelo sujeito da sua imagem no espelho é um fenômeno que, para a análise desse estágio, é duplamente significativo: o fenômeno aparece depois de seis meses e o seu estudo, nesse momento, re-, vela demonstrativamente as tendências que então constituem a realidade do sujeito; a imagem especular, justamente em razão destas afinidades, fornece um bom símbolo

³⁵ Cientes de quão caros são tais elaborações nas obras de Lacan, recorreremos a descrição de Longo (2011), a título de acréscimo elucidativo, dada sua contribuição didática para a explanação do Estádio do Espelho e a conseqüente entrada do indivíduo no simbólico.

desta realidade: de seu valor afetivo, tão ilusório quanto a imagem, e de sua estrutura, que, como ela, é reflexo da forma humana. (LACAN, 2003 [1972], p. 47)

Nessa primeira etapa, a criança constrói uma identificação imaginária com sua imagem projetada no espelho. Ela não compreende que a imagem faz referência à projeção de seu próprio corpo, acreditando se tratar de outra pessoa. Como essa fase tem início logo após o desmame, o bebê encontra-se alienado ao desejo da mãe, como veremos mais adiante sobre o Édipo (momento em que ocorre a castração, pela ordem do pai, e ele busca ser desejado pela mãe). Na segunda etapa, Lacan afirma que:

[...] por um lado, o interesse psíquico encontra-se deslocado para as tendências que visam a uma recolagem do corpo próprio; por outro lado, a realidade, inicialmente submetida a um despedaçamento perceptivo cujo caos atinge até suas categorias - por exemplo, “espaços” tão díspares quanto as sucessivas posições estáticas da criança -, ordena-se refletindo as formas do corpo, que fornecem como que o modelo de todos os objetos. (LACAN, 2003 [1972], p.48)

Nessa fase, a criança ainda se encontra alienada ao desejo da mãe, todavia não busca mais tocar na imagem projetada no espelho. Já a terceira etapa marca o fim do Édipo, quando Lacan (1998 [1966], p.97) discorre sobre o momento de objetivação “na dialética da identificação com o outro” e da linguagem lhe restituir “no universo, sua função de sujeito”. Logo, tal etapa marca a diferenciação do sujeito em relação ao outro. Com isso, a criança compreende que a imagem projetada no espelho não se refere a uma pessoa que está por trás de tal objeto, mas se trata de seu próprio corpo nele projetado, agora atravessado na ordem do simbólico – identificação do sujeito a sua imagem. Em fim, “basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, é a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (LACAN, 1998 [1966], p.96).

Para melhor elucidarmos o acesso do indivíduo à ordem do simbólico, logo, à linguagem, recorreremos à noção dos três tempos de Édipo, proposto por Lacan no Seminário V (1999 [1957-1958]), haja vista a descrição e análise que promove da relação do sujeito com sua diferença sexual e, conseqüentemente, da relação entre imaginário, simbólico e real e o objeto a, conceitos importantes em

nossa pesquisa acerca da análise discursiva de sujeitos transexuais. Vejamos então como Lacan aborda cada um dos três tempos:

No primeiro tempo e na primeira etapa, [...] o sujeito se identifica especularmente com aquilo que é objeto do desejo de sua mãe. Essa é a etapa fálica primitiva, aquela em que a metáfora paterna age por si, uma vez que a primazia do falo já está instaurada no mundo pela existência do símbolo do discurso e da lei – trata-se da lei do pai que a mãe já tem acesso através do simbólico. Mas a criança por sua vez, só pesca o resultado. Para agradar à mãe, [...] é necessário e suficiente ser o falo. Segundo tempo. [...] no plano imaginário, o pai intervém efetivamente como privador da mãe – a castração se dá na mãe e não no sujeito -, o que significa que a demanda endereçada ao Outro, caso transmitida como convém, será encaminhada a um tribunal superior [...]. Com efeito, aquilo sobre o qual o sujeito interroga o Outro, na medida em que ele o percorre por inteiro, sempre encontra dentro dele, sob certos aspectos, o Outro do Outro, ou seja, sua própria lei. [...] Esse é o Estádio [...] pelo qual aquilo que desvincula o sujeito de sua identificação liga-o, ao mesmo tempo, ao primeiro aparecimento da lei, sob a forma desse fato de que a mãe é dependente de um objeto, que já não é simplesmente o objeto de seu desejo, mas um objeto que o Outro não tem (LACAN, 1999 [1957], p.198-199).

Ainda sobre a terceira etapa, o autor sinaliza sua importância para a saída do Complexo do Édipo, afirmando que depende do pai a posse ou não do falo pelo sujeito materno:

[...] é preciso então [...] que aquilo que o pai prometeu seja mantido. Ele pode dar ou recusar, posto que o tem, mas o fato de que ele, o pai, tem o falo, disso ele tem que dar provas. É por intervir no terceiro tempo como aquele que tem o falo, e não que o é, que se pode produzir a báscula que reinstaura a instância do falo como objeto desejado da mãe, e não mais apenas como objeto do qual o pai pode privar. O pai onipotente é aquele que priva. O terceiro tempo é este: o pai pode dar à mãe o que desejar, e pode dar o que possui. [...] digamos que o pai é um pai potente. Por causa disso, a relação da mãe com o pai torna a passar para o plano real (LACAN, 1999 [1957-1958], p.200).

Descritos os tempos, é importante frisarmos que, nos estudos lacanianos, o primeiro grande “Outro” é representado pela mãe do bebê que se coloca na posição do interdito do desejo (a falta) – pois não pode dar tudo que a criança deseja. O pai, a seu turno, representa o grande Outro paterno - é a completude que o bebe busca na ausência da mãe.

O pai representa, ainda, o interdito, caracterizado pela barra. Ele é como acabamos de afirmar, um grande “Outro” (uma metáfora), sendo através da realização dos três tempos do Édipo, na triangulação “pai-mãe-criança”, que se dá a inserção do indivíduo no simbólico. Logo, ser humano implica em ser falante e, conseqüentemente, passar por uma língua que não escolhemos. Lacan (1999) sintetiza essa triangulação, que representa a instância paterna, em três momentos:

Em primeiro lugar, a instância paterna se introduz de uma forma velada, ou que ainda não aparece. Isso não impede que o pai exista na realidade mundana, ou seja, no mundo, em virtude de neste reinar a lei do símbolo. Por causa disso, a questão do falo já está colocada em algum lugar da mãe, onde a criança tem de situá-la. Em segundo lugar, o pai se afirma em sua presença privadora como aquele que é o suporte da lei, e isso já não é feito de maneira velada, porém de um modo mediado pela mãe, que é quem o instaura como aquele que lhe faz a lei. Em terceiro lugar, o pai se revela como aquele que tem. É a saída do complexo de Édipo. Essa saída é favorável na medida em que a identificação com o pai é feita nesse terceiro tempo, no qual ele intervém como aquele que tem o falo. [...] o pai intervém como real e potente. Esse tempo se sucede à privação ou à castração que incide sobre a mãe, a mãe imaginada, no nível do sujeito, em sua própria posição imaginária, a dela, de dependência. É por intervir como aquele que tem o falo que o pai é internalizado no sujeito como Ideal do eu, e que, a partir daí, [...] o complexo de Édipo declina (LACAN, 1999 [1957-1958], p.200-201).

Esse declínio marca a entrada do indivíduo no simbólico a partir de sua inserção na linguagem, logo, como sujeito falante: o sujeito se reconhece como diferente da mãe, pela ação do pai, para posteriormente, se diferenciar dele. Com isso, estabelece-se, a relação eu (criança) - tu (mãe) - ele (pai). Esse momento representa o próprio significante (sujeito do inconsciente, desejante) e as relações significantes que ocorrem em cadeia, sendo um fenômeno de origem exclusivamente humana. Disso decorre o fato de que a imagem, no ser humano, precisa ter uma matriz simbólica, somente atingida no terceiro tempo de Édipo. Vejamos os conceitos de real (da língua) e imaginário.

O real é o que o simbólico não alcança (ele existe, porém não pode ser representado); é o não sentido que quebra e rompe com o sentido. É a verdade sobre a qual nada podemos dizer (não alcançada) já que é inexplicável. Lacan afirma sua impossibilidade de ser mediado pelo significante, visto que se caracteriza por ser “este algo diante do qual todas as palavras estancam e todas as categorias fracassam” (LACAN, 1999 [1957-1958], p.209). Conseqüentemente, ele fura e

descompleta a língua, dando opacidade ao discurso. É o entorno sobre o qual passam diversos objetos, mas nenhum fica estabelecido. Em nossas análises sobre o corpodiscurso (ver capítulo 5, seção Questionamentos sobre o corpo), iremos ampliar tal noção de real para a de “real do corpo”, considerando o modo como o sujeito trans é subjetivado e ressignifica sua identidade de gênero a partir de seu corpo. Trata-se, pois, do real enquanto errância dos sentidos sobre corpos que resistem a ser simbolizados, na linguagem, pelo trabalho da ideologia dominante. Eles encontram, no espelho, o reflexo de uma imagem que marca um outro indesejado – a ver, por exemplo, a presença do pênis. É, no Outro, que o real marca a necessidade de completude sobre um corpo em falta, que é desejante de uma ausência/presença de um órgão masculino para se significar como sujeito na relação “eu-tu-ele”, aqui marcada pelo construto sociocultural em que os gêneros performam³⁶ para além das margens do binarismo social da heterocisnormatividade.

O imaginário, por sua vez, é o que atribui lógica e sentido ao discurso. Ele converge para o “eu”, logo para o corpo. A base do “eu”, para Lacan (1999 [1957-1958]), é o corpo, como já vimos, anteriormente, no Estádio do Espelho (o bebê primeiramente vê sua imagem e só depois entende que ela o representa). Tal imaginário se situa mais próximo do consciente (a subjetividade se aproxima mais do “eu”). A seu turno, o inconsciente é representado pelo “Ele” – um Outro. Já o grande Outro, é um lugar na linguagem que pode ser ocupado por qualquer pessoa que esteja legalmente no poder e exerça influência, como uma mãe, um juiz ou um professor, por exemplo. Em nossa pesquisa, tomaremos esse Outro como os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) – a escola, família e a Igreja, atuantes no processo de subjetivação do sujeito transexual – e que já tratamos no capítulo anterior sobre as formações ideológicas e a ideologia dominante:

[...] a escola (além de outras instituições de Estado, como a Igreja, ou outros aparelhos, como o Exército) ensina a ‘habilidade’ [o dito “bom” comportamento], mas sob formas que assegurem a *sujeição à ideologia dominante* ou o domínio de sua ‘prática’ (ALTHUSSER, 1980 [1971], p.108) (grifos do autor).

De acordo com Althusser (1980 [1971]), eles têm, por função, a regulação e a manutenção da conduta social desejada pelos sujeitos. É o momento em que

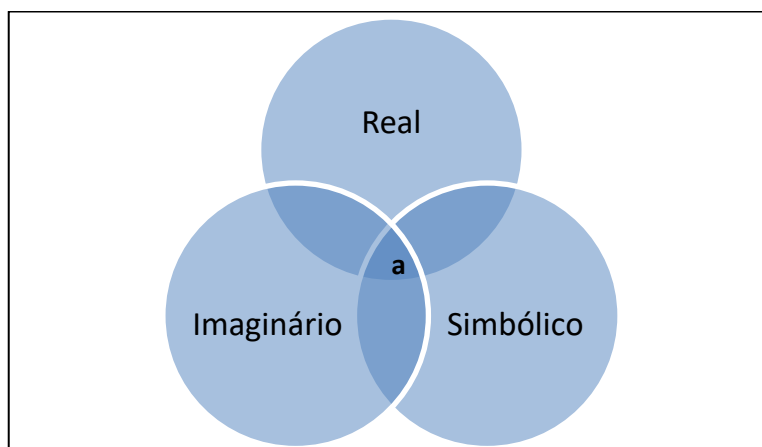
³⁶ Sobre a performatividade dos gêneros, nos debruçaremos no capítulo seguinte, considerando sua conceituação por Judith Butler (2017).

também entram em cena os Aparelhos Repressores do Estado (ARE) que podem fazer uso da força física e punitiva (como é o caso da polícia) para regular os desvios de comportamento observados. De uma forma ou de outra, agimos diariamente sob sua atuação, mesmo que sob o funcionamento da ideologia às avessas – o que marca a resistência ao trabalho clivador da ideologia dominante.

Na conjuntura de nossa pesquisa, sobretudo na seção em que analisaremos o discurso sobre preconceito e sociedade (capítulo 5), veremos como os AIE e os ARE podem atuar de forma complementar ou, até mesmo, indistinta, como nas relações de violência física que ocorrem nas famílias ou também sob a forma de violência verbal (leia-se humilhação) que é praticada por alguns religiosos na tentativa de regular/anular a identidade de gênero transviada de sujeitos transexuais. Com isso, podemos contribuir com os estudos de Althusser ao classificarmos os AIE e ARE, de forma conjunta, como AIRE (Aparelhos ideológicos repressivos do Estado), já que é difícil delimitar as fronteiras e adjetivar ações como de regulação ou de repressão. Retomemos a relação R-I-S.

Haja vista a descrição que relaciona o real (R) ao simbólico (S) e ao imaginário (I), Lacan (1999 [1957-1958]) apresenta, no Seminário V, o Nó Borromeano que relaciona esses três termos. Para ele, trata-se de uma cadeia de três anéis em que, se houver destaque para um ou dois dos anéis, a ligação entre os três será perdida, o que nos revela a interdependência entre eles, como podemos ver no seguinte esquema (Figura 07):

Figura 07 - Representação do Nó Borromeano para Lacan



Fonte: LACAN, 1974-1975.

Daí Lacan considerar o nó pela função de representar um buraco/vazio e de afirmar o sujeito como dependente de suas amarras e apertos em seus pontos tríplexes (CONTÉ, 1996). Como afirma Baudry:

Segundo a ordem do R.S.I., implicada pelo nó borromeano constitutivo da análise, trata-se primeiro, com esse vazio, do real, ou antes de um furo do real: daquele que faz a inscribibilidade de uma “relação sexual” como tal – redescobrimos aqui que não se trata somente de uma “verdade”, mas de um real: de uma falha – no sentido de um furo – no gozo. Esse vazio como objeto, que não deixa de ter aspectos traumáticos, pode se elaborar numa espécie de rodopio segundo a ordem R.S.I. Pode de início se tornar – de maneira decisiva no processo analítico – a falha (no sentido da imperfeição) do gozo a que se pode ter acesso, e se tornar assim subjetivável em castração. Pode-se notar que o vazio como objeto, ao se tornar o que Lacan chama também de o “vazio central”, implica sempre sua natureza de objeto misto, isto é, sua conjunção ao mesmo tempo com a efetividade (BAUDRY, 1996, p.379).

Logo, o objeto “a” está situado na fronteira (no limiar dos três anéis), representando a opacidade e o deslizamento. Para Lacan (1999 [1957-1958]), ele representa “o efeito maior da linguagem”. Ainda sobre o sentido do furo (no gozo), Fingermann e Ramos (2009) o elucidam com a figuração da criança que faz uma sonorização, ainda sem sentidos, somente com o objetivo de obter o gozo como manifestação do corpo. Ora, os sentidos ainda não existem e quando são buscados, através da sonoridade, ocorre o equívoco. Para Lacan, o lugar de equívoco de cada língua é o que se chama de *Lalingua*, *lalangue* ou *alingua* que aponta para o real, sendo representado de forma parcial:

Alingua não é para ser dita viva porque está em uso. É antes mesmo a morte do signo que ela veicula. Não é porque o inconsciente é estruturado como uma linguagem que alingua não tenha que jogar contra seu gozar, já que ela se fez desse próprio gozar. O sujeito suposto saber que é o analista na transferência não é por nada que é suposto se ele sabe em que consiste o inconsciente, em ser um saber que se articula d'alingua, o corpo que aí fala só estando nela enodado pelo real do qual ele se goza. Mas o corpo deve ser compreendido no natural como desnodado desse real que, para existir aí a título de fazer seu gozo, nem por isso lhe fica menos opaco. Ele é o abismo menos notado do que seja alingua que, esse gozo, o civiliza, se ousar dizer, entendo por isso que ela o leva a seu efeito desenvolvido, aquele pelo qual o corpo goza de objetos cujo primeiro, aquele que escrevo com “a”, é o objeto mesmo, como eu dizia, do qual não se tem ideia, ideia como tal, entendo, exceto a quebrá-lo, esse objeto, neste caso seus pedaços são identificáveis

corporalmente e, como estilhaços do corpo, identificados. É somente pela psicanálise, é nisso que esse objeto constitui o cerne elaborável do gozo, mas ele só se sustenta da existência do nó, das três consistências de toros, de rodinhas de barbantes que os constituem. (FINGERMANN; RAMOS, 2009, p.21) (grifos do autor).

Logo, *Lalingua* é aquilo que falta à língua (representada no nó, através do objeto a), mas é, ao mesmo tempo, constitutiva da língua. Ainda para os supracitados autores, trata-se da possibilidade de uma multiplicidade de novos sentidos que são gerados, de forma inesperada, através da polissemia – joga-se com a matéria fônica de uma palavra, a fim de compor novas palavras. É o momento em que a equivocidade toca no real, embora ele não possa ser representado e especularizado.

Retomando o Estádio do Espelho (1998 [1966]) e os três tempos de Édipo (1999 [1957-1958]) para a figuração do objeto “a”, no nó borromeano, temos o objeto primeiro “a”, fazendo correspondência ao momento em que a criança se confunde com os objetos externos. Sua queda aponta para a castração: momento em que há a diferenciação do espelho (no terceiro tempo), a partir do estabelecimento do contorno do corpo.

O corpo, na obra de Lacan, não pode ser apreendido estritamente no sentido orgânico; ele parte para o simbólico (apreendido pela inserção do indivíduo na linguagem). O “objeto a” contorna o corpo e o torna incompleto, repleto de furos que nunca se consegue tapar. Dessa formulação, inferimos, em nossa pesquisa, o fato de pessoas transexuais não encontrarem uma identificação com seus corpos biológicos (relação corpo – imagem), pois, em sua inserção no simbólico, momento em que se dá o rompimento/castração com o imaginário (subjetivação do ser humano em sujeito), elas encontram, no sexo não biológico, a partir de um deslizamento (do objeto a), uma identificação com o gênero divergente daquele que lhe fora convencionalizado pelo binarismo, podendo partir para uma posterior desidentificação. Processo esse que pode ser observado a partir da (res) significação das formações discursivas como proposto por Pechêux (2014 [1988]) na AD, e que já foi alvo de nossa atenção no capítulo anterior.

Essa (des) identificação é configurada na relação entre corpo e imagem, encontrando no “real”, o deslizamento a partir do “objeto a”, que é característico da inserção do indivíduo no simbólico – aqui representado pelos efeitos da linguagem.

É, pois, o processo de constituição do sujeito, na relação língua, ideologia e inconsciente.

Passemos, a seguir, no próximo capítulo, a discussão de elementos como identidade, identidade de gênero e gênero, que são essenciais para a compreensão de terminologias específicas em torno do discurso de sujeitos transexuais.

3. IDENTIDADE, IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Buscar compreender a identidade de sujeitos transexuais e analisar sua discursivização requer, do analista de discurso, a compreensão de conceitos (bem como de seus desdobramentos) como identidade de gênero, orientação sexual, também chamada de identidade sexual, para muitos autores, e sua relação com o sexo biológico. Partindo dos estudos de Silva e Woodward (2014), iremos considerar um conceito de identidade que é fruto de fatores sociais e culturais, o que ainda os leva a trabalhar com o termo no plural – identidades – a fim de caracterizar o sujeito – para convergirmos a um conceito de identidade que abarque as possíveis identidades e identificações do sujeito transexual a uma formação discursiva, considerando o construto teórico da AD. Retomando o que já descrevemos no primeiro capítulo, uma FD representa o local provisório da morada dos sentidos. É nela que se determina o que pode e deve ser dito por um sujeito, em um movimento fluido e incessante, que considera a posição social por ele ocupada na sociedade. Com isso, veremos como esse fenômeno discursivo será crucial para a compreensão da construção identitária de transgêneros, como um estado em trânsito que não cessa, por exemplo, após intervenções cirúrgicas.

Defenderemos, nessas condições, o uso do termo identidade e sua reformulação, a partir dos estudos da AD, considerando também os processos de identificação, contraidentificação e desidentificação desse sujeito a “n” formações discursivas, bem como o que já descrevemos como preconceito e resistência, no capítulo 1 (seção 1.2 Individualidade e resistência do sujeito trans: a língua de madeira e a língua de vento). Para isso, também iremos nos ancorar nos estudos sobre gênero de Butler (2017) que afirma que a identidade de gênero é, antes de tudo, constitutiva da identidade.

É a partir de Foucault (1988) que iremos descrever o dispositivo da sexualidade, em sua relação com o poder para, então, analisarmos as questões em torno das identidades de gênero tratadas por Butler (2017); e em fim, discutirmos o conceito de transexualidade desenvolvido pela socióloga Bento (2008). Frisamos a importância da interlocução já desenvolvida e a ser ainda mais explorada entre esses teóricos, a fim de que possamos trabalhar com uma noção de identidade, à margem do senso comum e, a partir de deles, convergirmos à elaboração de um novo conceito de identidade, à luz da AD. Trata-se, pois, da construção de uma teia

conceitual que não pode ser desenvolvida à margem dos avanços nos estudos culturais sobre identidade e diferença e que promova um diálogo entre teóricos como Lacan, Judith Butler e Michel Foucault, haja vista a contribuição de seus estudos para a compreensão da constituição da identidade dos sujeitos.

É sobre a construção de um novo conceito de identidade que nos ateremos na seguinte seção.

3.1 Identidade e identificação: por um conceito de identidade na AD

As identidades são criadas por sistemas de representação (processos culturais) que produzem significados através das práticas de significação e dos sistemas simbólicos – responsáveis por nos referenciar sobre quem somos e quem/o que poderemos nos tornar. É através de tais práticas que são construídas as referências sociais e culturais pelas quais podemos assumir determinadas posições e falar a partir delas - aquilo que chamamos de lugar de fala, como descrito por Ribeiro (2017). A questão posta na atualidade diz respeito a uma crise identitária que põe em cheque identidades e tomadas de posições sociais, até então, consideradas como fixas e estáveis, dando lugar a tantas outras com fronteiras difíceis de serem demarcadas e que podem ser ocupadas por nós, enquanto sujeitos em construção, clivados pela ideologia. Como exemplo, tem-se a crise nas identidades sexuais que estão mudando e causando novos questionamentos (WOODWARD, 2014). O termo identidade sexual pode causar estranhamento já que estamos habituados ao uso da terminologia orientação sexual, mas a nomenclatura ganha força à medida que a vivência da sexualidade pelos sujeitos também (res) significa sua identidade e isso pode ocorrer muito além das fronteiras das relações hetero/homoeróticas.

A esse respeito, Woodward (2014) pondera que a modernidade tem exigido que assumamos uma série de identidades que acabam por entrar em conflito, o que na AD, já descrevemos como a tomada de diferentes posições-sujeito em uma mesma FD³⁷. Além disso, a autora levanta a problemática das identidades serem reguladas pelos sistemas de representação dominantes que criam expectativas a partir de normas sociais impostas, subjugando “identidades

³⁷ Ver capítulo 1, seção 1.2 “Individualidade e resistência do sujeito trans: a língua de madeira e a língua de vento”.

diferentes” como desviantes de tal norma. Vemos aí como essa normatização é responsável por produzir preconceitos, marginalizar e segregar grupos a partir de discursos estigmatizados que os polarizam em dois polos distintos e antagônicos.

No decorrer de nossa pesquisa, iremos refletir sobre essa polarização discursivo-identitária, em torno dos sujeitos transexuais, questionando discursos cristalizados e arcaicos que julgam sua subjetivação e forma de se significar como uma mera escolha. É questionável saber até que medida alguém optaria sofrer, ser discriminado e ser rotulado como diferente por estar/querer permanecer, no então polo negativo da sociedade, enquanto que, em essência, somos todos sujeitos inacabados e em processo de construção, logo, diversos uns dos outros. Merece, pois, atenção e reflexão, que um sujeito biologicamente constituído como homem, assuma uma identidade de mulher transexual, sendo o gênero feminino já tão estigmatizado e inferiorizado socialmente por práticas machistas. Da mesma forma, podemos pensar em mulheres biológicas que se afirmam como homens transexuais e também sofram com o machismo que não as/os aceita como homens plenos, já que originalmente pertenceram ao então “sexo frágil”.

É sobre a questão da diferença que trataremos a seguir, ainda ancorados em Woodward (2014). Para a autora, a identidade só pode ser construída se tomada em relação à diferença, ao outro, àquilo que não é – marcada pelos sistemas simbólicos de representação e pela exclusão social, sendo conceituada como “aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições” (WOODWARD, 2014, p.42). Daí a necessidade da diferença ser organizada mediante sistemas classificatórios responsáveis por separar grupos, em pelo menos dois distintos, como afirmamos anteriormente, além de estarem ligadas às relações de poder. Iremos adiante com esse posicionamento, acreditando que atua diretamente na manutenção dessas relações em que se configuram, de um lado, a hegemonia heterocisnormativa e de outro, a marginalizada transexualidade.

São, pois, oposições binárias que recebem pesos diferentes: um grupo é marcado como a norma e o outro como o desvio dessa norma, sendo marginalizado e excluído, como no caso específico das relações de gênero: as mulheres são aquilo que os homens não são. Essa é uma das marcas da construção da diferença, podendo também ser proclamada e celebrada sob a forma da diversidade, tal como é feita através do movimento LGBT.

Ainda sobre a constituição da identidade, Woodward (2014) afirma que investimos em identidades na tomada de determinadas posições (que, na AD, chamamos de posição-sujeito) e as assumimos socialmente a partir de processos do nosso inconsciente. Isso vem a constituir o que a autora chama de subjetividade, juntamente com nossos sentimentos e desejos que fogem ao nosso controle do consciente. Para tal, ela ancora-se teoricamente em Althusser (1974), que já descrevemos em nosso primeiro capítulo sobre o trabalho da ideologia, e na Psicanálise de Lacan (1998 [1957]) a respeito desse trabalho que ocorre no nível do inconsciente, interpelando os indivíduos em sujeitos de seus discursos, em meio a práticas sociais e simbólicas. Logo, ocupamos posições-sujeito a partir do processo de interpelação ideológica e através da ação do inconsciente – aqui estruturado como uma linguagem.

É sobre o trabalho desenvolvido nos estudos lacanianos com a psicanálise que Woodward (2014) deposita grande parte dos avanços sobre os estudos teóricos acerca da identidade e da subjetividade, afirmando que o início da construção da identidade do sujeito ocorre no momento exato de sua inserção na linguagem - quando ele se reconhece como diferente de sua mãe, a partir da ação do pai³⁸. É na falta do elo com a mãe, e no desejo de reestabelecer essa unidade, que se iniciam os processos de identificação, de constituição da identidade e do inconsciente do sujeito:

[...] esse desejo, produz a tendência para se *identificar* com figuras poderosas e significativas fora de si próprio. Existe, assim, um contínuo processo de identificação, no qual buscamos criar alguma compreensão sobre nós próprios por meio de sistemas simbólicos e nos identificar com as formas pelas quais somos vistos por outros. Tendo, inicialmente, adotado uma identidade a partir do exterior do eu, continuamos a nos identificar com aquilo que queremos ser, mas aquilo que queremos ser está separado do eu, de forma que o eu está permanentemente dividido no seu próprio interior (WOODWARD, 2014, p.65).

Logo, a construção da identidade é um processo contínuo e conjunto entre fatores socioculturais e a ação do inconsciente, cabendo-lhe, a explicação das razões pelas quais investimos e ocupamos certas posições de sujeitos. É a partir

³⁸ Sobre tal momento de inserção do indivíduo na linguagem, logo, como sujeito, o leitor pode retomar a leitura da seção 2.1.2.2 “O sujeito do inconsciente laciano e suas implicações para o estudo da transexualidade”.

dele (do inconsciente), como enfatiza Woodward, que ocorre o processo de reconhecimento da diferença sexual, a partir da ação do pai (phallus – o primeiro significante), e da afirmação da identidade de gênero como “uma construção simbólica da diferença e da identidade sexuada” (WOODWARD, 2014, p.66). Na falta da mãe, a criança encontra, no simbólico (em sua entrada na linguagem), os elementos que dão sustentação à constituição de sua identidade.

Não obstante as contribuições teóricas que a psicanálise freudiana e lacaniana apresentam ao estudo da formação da identidade, a autora aponta críticas a essa formulação da diferença sexual no que tange o fato das mulheres entrarem no simbólico de forma negativa – como não homens, não sendo aceitas plenamente como sujeitos falantes. Isso pode ser elucidado pelo fato do menino ser o portador do falo (hipervalorização da masculinidade), visto que o *phallus* representa a instância paterna, entrando de forma ativa no simbólico, como “desejante”. Já a menina, passaria pelo processo de forma passiva, entrando no simbólico como “faltante” e “desejada”.

Além de um processo contínuo, a construção da identidade (e da diferença) também pressupõe sua instabilidade e uma impossibilidade de fixação, tal como afirma Silva (2014). É com ancoragem nessa conceituação que iremos propor, ainda na presente seção, nosso conceito de identidade, em torno da AD. Para o autor, a nossa identidade é construída por um processo de diferenciação a outras identidades, ou seja, a partir da negação delas, pela diferença daquilo que afirmamos que não somos. Ao afirmar, por exemplo, uma sexualidade como heterossexual, há uma produção de efeitos de sentido e de desidentificação a tudo aquilo que não corresponde a essa orientação/identidade sexual – tomando de forma negativa outras formas de viver a sexualidade.

É sobre essa questão - na negatização (na perspectiva que leva ao preconceito) que Silva (2014) se opõe ao afirmar que a identidade e a diferença não deveriam ser tomadas sob uma hierarquia, em que a primeira represente a norma e o referente do que se deve seguir como modelo, e a segunda como aquilo que não se deve seguir, também chamada indistintamente de o “outro”, até porque elas são inseparáveis e interdependentes. Em contrapartida, para o autor, a diferença deve estar na origem, aqui tomada como diferenciação, sendo responsável pela produção da identidade e da diferença (tomada como resultado). Até porque, ambas “só tem sentido no interior de uma cadeia de diferenciação linguística (“ser isto significa não

ser isto” [...]” (SILVA, 2014, p.77), que se estrutura linguisticamente, em meio a processos sociais, culturais, simbólicos e discursivos na elaboração e na discursivização da linguagem.

Como são construídas na/pela linguagem, identidade e diferença são instáveis e impossíveis de serem fixadas, já que essa primeira, “como sistema de significação, é, ela própria, uma estrutura instável” (SILVA, 2014, p.78). É através da linguagem que ficam claras as relações de poder com que, grupos sociais, a fim de garantir vantagens e posições, definem as identidades e marcam as diferenças. Sob esse aspecto, acreditamos tratar-se de uma disputa não igualitária que visa à manutenção de estruturas sociais elitistas, conservadoras e que disseminam o preconceito, por sentirem sua hegemonia ameaçada pelo outro que está do outro lado, como é caso de sujeitos transexuais. Eles materializam, através de seus corpos, nome social e de sua inserção na sociedade, a vulnerabilidade/artificialidade que é o padrão de identidade cisgênero e heteronormativo, no momento em que expõem a possibilidade de outras vivências de gênero e de sexualidade que se situam além do destino biológico.

Ainda para Silva (2014), são as relações de poder que delimitam fronteiras de forma desigual, nunca inocentes, e responsáveis por classificações binárias segregantes: masculino/feminino, homossexual/heterossexual, cisgênero/transgênero, dentre outras. São relações também observadas pela normalização e tentativa de fixação arbitrária das identidades, passando a hierarquizá-las com a atribuição de características positivas, às ditas “normais”, em detrimento as que são colocadas à margem dos padrões de normalidade, sendo rejeitadas e indesejadas.

Na contramão a essa tentativa de fixação de identidades, o supracitado autor destaca movimentos que afirmam sua instabilidade, abalando as relações de poder, a partir da noção de deslocamento identitário. São, por exemplo, as teorias feministas e *queer*, as responsáveis pelos questionamentos à imposição do binarismo às identidades de gênero e sexual, tão recorrentes, na tentativa de normalizá-las socialmente: “A possibilidade de “cruzar fronteiras” e de “estar na fronteira”, de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração do caráter “artificialmente” imposto das identidades fixas” (SILVA, 2014, p.88).

A respeito dessa artificialidade que há, na tentativa de fixação da identidade de gênero e da sexualidade, concordamos com o autor sobre a

construção social e cultural dos gêneros, buscando, mais adiante, na seção 3.3 “Compreendendo o gênero e a identidade de gênero”, ancoragem teórica em Judith Butler (2017), para compreender que a identidade de gênero, enquanto construção social, está em pleno movimento e desloca-se a partir da performatividade, podendo irromper em novas identidades que questionem aquelas legitimadas pelas relações de poder, tal como trataremos na próxima seção sobre as considerações de Foucault (1988 [1976]). Vejamos como Silva resume o conceito de identidade, tendo em vista a discussão apresentada:

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato - seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2014, p.96).

É a partir dessa conceituação, que toma por base os estudos culturais e pós-estruturalistas da linguagem, que iremos avançar, além da tratativa da identificação do sujeito da AD a uma FD, à construção de um conceito de identidade também discursivo, já que o indivíduo se constitui como sujeito de seu discurso através da linguagem, que é o mecanismo de (re) configuração das identidades.

Avancemos: a identidade é social, por ter ancoragem nos sistemas de representação que tomam significados em fatores culturais e simbólicos (SILVA, 2014). Por sua complexidade, ela ultrapassa essas fronteiras sociais e culturais, encontrando, na subjetividade, que também lhe é constitutiva, alicerces a partir dos estudos da psicanálise lacaniana sobre o inconsciente - materializado através da linguagem. Nessa constituição subjetiva, faz-se presente o trabalho da ideologia, tal como descrito por Althusser (1974) na clivagem do indivíduo em sujeito de seu discurso.

Como consequência da construção acima elencada, a identidade é, antes de tudo, um fenômeno discursivo materializado na/pela linguagem e que ganha contornos substanciais no corpo, nos objetos discursivos e na enunciação do “eu” a

partir do outro/Outro³⁹. Ela é construída em meio à tomada de “n” posições-sujeito no processo de contraidentificação, desidentificação ou identificação do sujeito a uma FD. Logo, é no discurso que podemos analisar o percurso de (re) significação das identidades, em um processo de fluidez, de trânsito, de contradição e de instabilidade, considerando as FDs em que se inscrevem os sujeitos e as tomadas de posição por eles ocupadas. Elas são fortalecidas, em um processo de resistência, por meio de objetos discursivos, que encontram, no interdiscurso, e na memória discursiva, sua sustentação. É sobre essa amarra conceitual de identidade que iremos analisar o discurso do sujeito trans em meio a elementos como o corpo, nome social e objetos que trabalham na significação de sua identidade e, conseqüentemente, na sua identidade de gênero.

Em nossas análises, no capítulo 5, veremos a aplicabilidade da construção desse conceito de identidade a partir do discurso de homens e mulheres transexuais sobre sua constituição identitária e processo de subjetivação em uma nova identidade de gênero. Identidades que resistem quando esses sujeitos aceitam o risco de existirem como transexuais e de assumirem posições-sujeito que incomodam a muitas pessoas. Identidades que fazem dos transexuais os LGBT que mais morrem no Brasil, com expectativa de vida inferior a 35 anos, de acordo com Bortoni (2017). São essas identidades que ameaçam a todo um sistema binário, resistente ao diverso, e que as tenta censurar através das relações de poder, como veremos a seguir.

3.2 Foucault: sexualidade e poder

Recorreremos, nessa seção, a uma breve discussão sobre as relações entre poder e sexualidade, a partir dos estudos foucaultianos, uma vez que se fazem cruciais para a compreensão do discurso de sujeitos transexuais no que tangem o preconceito e a segregação social, fazendo ecoar efeitos de sentido de resistência sobre as diversas tentativas de regulação de suas identidades por setores conservadores/repressores.

É na obra *História da Sexualidade*, em seu primeiro volume, que Foucault (1988 [1976]) apresenta o dispositivo da sexualidade, discorrendo sobre as relações

³⁹ O “outro” refere-se ao interdiscurso, enquanto que, o “Outro”, à própria estrutura do inconsciente.

de poder em que se encontram sexo e sociedade. Para ele, o sexo é alvo da curiosidade humana que busca conhecê-lo como forma de prazer e de saber mais sobre suas verdades. Trata-se, pois, de verdades que o Ocidente já definiu sobre nós e sobre nossa sexualidade: o que nos categoriza atualmente não se aproxima tanto do sexo-natureza, mas é tangenciado por questões do sexo-história e do sexo-discurso, sendo questionados a partir da repressão.

Foi somente com os estudos de Freud (1967 [1905]) que se abriram possibilidades para se discutir a sexualidade fora das amarras da censura e do silêncio que se impunha contra os prazeres que nele se originavam. Até então, o que se falava a seu respeito concentrava-se mais em mascarar sua verdade ou fazer referência “às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas” (FOUCAULT, 1988 [1976], p.52). Tudo isso com ancoragem “em valores morais” que faziam uso dos discursos médico, jurídico e religioso para se exercer o poder. Como veremos nas análises discursivas, no capítulo 5⁴⁰, infelizmente, setores da sociedade brasileira têm regredido ao discorrer sobre a temática “gênero e sexualidade”, materializando, sob a forma dos AIE/ARE, discursos de ódio, preconceito e repressão a performances identitárias que se projetem além dos padrões esperados para homens e mulheres.

É no fim do século XIX que as sexualidades desviantes da norma heterossexual não poderiam ser simplesmente ignoradas, até porque elas passaram a integrar a outra face do poder: as resistências. Para Foucault (1988 [1976]), as relações de poder não são exteriores às relações sexuais, sendo-lhes imanentes e, com a “explosão discursiva” das sexualidades, houve também uma exacerbação dos mecanismos de controle sobre elas, não no sentido de extingui-las, mas de rotulá-las, de regulá-las.

O filósofo francês analisa, nessa perspectiva, o sexo a partir de suas relações com o poder. Um poder do qual não se pode escapar, de modo que “ele sempre já está lá e constitui até o que se tenta lhe opor” (FOUCAULT, 1988 [1976], p.79). Um poder do qual há uma resistência que lhe é imanente. Resistências, como Foucault prefere afirmar no plural, já que “são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, [...] prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício [...]”. (FOUCAULT, 1988 [1976],

⁴⁰ Nas seções sobre “Questionamentos sobre preconceito e sociedade” e “Questionamentos sobre identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico/jurídico”.

p.90). Configura-se, nessas condições, que tais relações coexistem às resistências, o que não torna o ato de resistir um resultado dos mecanismos de poder. Conseqüentemente, eles apresentam um valor negativo, com seu fracasso previamente anunciado, até porque seu objetivo maior é levar os indivíduos à obediência.

Como questão crucial para analisar o discurso da/sobre a transexualidade, é importante observarmos como os movimentos de resistência se engendram nas relações de poder, a partir de Foucault, tendo em vista que essa coexistência tem como resultado a (re) configuração do próprio indivíduo na sociedade:

Elas são o outro termo nas relações de poder [...]. Inscrevem-se [...] como [...] pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais (FOUCAULT, 1988 [1976], p.90-91).

Haja vista essa relação, simultaneamente antagônica, interdependente e, perpassada pelo social, vejamos como ocorre a interface entre o poder e o sexo, tal como exposto por Foucault (1988 [1976], p.80-81):

- i. Relação negativa: o sexo sempre se relaciona com o poder de forma negativa. Sempre pela exclusão, rejeição, ocultação ou mascaramento, facultando ao poder apenas lhe dizer “não”. Sua única produção sobre o poder tende a fragmentar o que está unido, gerando falhas e discontinuidades.
- ii. Instância da regra: primeiramente, o poder prescreve a lei do sexo como o que é lícito ou ilícito, fazendo uso da linguagem. Logo, terá a função de legislar sobre ele com ação de modo jurídico-discursivo.
- iii. O ciclo da interdição: como consequência das instâncias anteriores, o poder só pode proibir o sexo através de uma lei de ameaça. “Renuncia a ti mesmo sob pena de seres suprimido; não apareças se não quiseres desaparecer. Tua existência só será mantida à custa da tua anulação”.

- iv. A lógica da censura: ao buscar a interdição, o poder censura o sexo sob uma lógica em que se proíbe falar sobre ele e que negue sua existência.
- v. A unidade do dispositivo: ao fazer uso da instância da regra, diz respeito à concepção de poder enquanto instrumento jurídico, com força de lei, disposto de forma homogênea, em todas as instâncias em que se apoia, para operar sobre o sujeito. Ele coage os indivíduos à sujeição, em uma relação de submissão, seja nas relações familiares entre pais e filhos, religiosas entre fiéis e sacerdotes ou, ainda, do Estado com os cidadãos. Agindo sob a forma do direito, ele executa a instância da regra que legitima aquilo que é lícito ou ilícito, aplicando as penalidades cabíveis aos que transgredirem suas leis, sob a forma da censura e da interdição.

Pelo exposto, ratificamos o quão aderentes, ao nosso objeto de pesquisa, são tais mecanismos de supressão ao sexo pelo poder. Os transexuais são, de forma negativa, aquilo que os cisgêneros não são; a instância da regra legisla sobre eles, gerando uma interdição sobre seus corpos. E a unidade do dispositivo faz-se valer dos AIRE para coagir e praticar a censura sobre identidades transviadas.

A despeito das relações entre poder, sexualidade e legislação, Butler (2017) retoma Foucault sobre a impossibilidade de separação entre lei e sexualidade, reforçando sua coextensão ao poder, que age não somente nas esferas proibitivas e reguladoras da lei, mas também em outras. Logo, “a sexualidade que emerge na matriz das relações de poder não é uma simples [...] repetição uniforme de uma economia masculinista da identidade” (BUTLER, 2017, p.63). Com esse argumento, a autora enfatiza que são produzidos sujeitos que se situam além da regulação da lei e “expandem as fronteiras do que é, de fato, culturalmente inteligível” (*ibidem*). Entendemos o culturalmente inteligível como o que sustenta as relações binárias de gênero e tenta estabilizá-los socialmente tal como veremos, a seguir, na sessão sobre identidade de gênero.

Como consequência à ação dos mecanismos de poder sobre a trans (sexualidade) observaremos, em meio às análises, no capítulo 5, as tentativas de censura, interdição e anulação de identidades de gênero que não sejam culturalmente inteligíveis. Tais tentativas entram em confronto com os movimentos de resistência, abrindo precedentes para a produção de práticas discursivas que não as esperadas pela regulação da unidade do dispositivo, o que confirma a defesa de

Foucault (1988 [1976]) sobre as relações de poder já nascerem fadadas ao fracasso. Prossigamos, a seguir, com os estudos sobre gênero sob a perspectiva de desconstruir seu significado enquanto fruto do destino biológico.

3.3 Compreendendo gênero e identidade de gênero

Nunca se esteve tão acentuada a discussão sobre identidade de gênero na esfera global. Ela confronta modelos e padrões de sexualidade engessados no binarismo⁴¹ que ainda privilegia as relações heteronormativas e coloca a figura do homem como superior a feminina. O confronto é acentuado quando se trata da transexualidade, em meio a questionamentos e negativas do tipo: “ele não é um homem”, “na verdade, ela nunca será uma mulher”, “mulher é quem nasce com vagina”.

Tais negativas são embasadas e fortalecidas pelo falocentrismo e seu consequente machismo que torna ainda maior o preconceito em torno dos homens e mulheres trans. O fato de homens não biológicos não terem o pênis, torna-os vulneráveis a toda sorte de violência simbólica que os inferioriza em relação aos homens cisgêneros. Tomemos como exemplo homens trans negros. Muitos têm sua masculinidade negada ou questionada pela ausência do órgão sexual masculino que é símbolo da virilidade do homem na cultura ocidental. Trata-se de um estigma, ainda maior, que é fruto da hipersexualização discursiva que se faz em torno da imagem do homem negro cisgênero cuja masculinidade e desempenhos sexuais são quantificados/qualificados pelo tamanho de seu órgão genital. Como reflexão, fazemos a seguinte provocação: se homens com pênis considerados pequenos são considerados “menos homens” em suas experiências sexuais, o que podemos inferir sobre a condição de homens trans na “falta” do falo (pênis) que lhes é organicamente constitutiva?

Mas o que vem a ser gênero? E identidade de gênero? Como esses conceitos estão relacionados às formas como podem ser vivenciadas as sexualidades?

De acordo com Benevides (2018, p.1), na cartilha de termos da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o termo gênero pode ser

⁴¹ Sistema no qual a sociedade divide as pessoas entre homem e mulher, e determina para elas os papéis sociais de gênero, identidade de gênero e demais atributos (BENEVIDES, 2018, p.1).

usado “para compreender, analisar e criticar as diferenças e contrastes entre o que é ser homem e ser mulher na sociedade contemporânea e suas relações com o meio social”. Já a identidade de gênero faz menção à “forma como o indivíduo se vê, é reconhecido e se reconhece na sociedade a partir da dicotomia Homem x Mulher”. Para a autora, esse reconhecimento ocorre em meio a um processo de construção e desconstrução que é social e subjetivo, o que nos inviabiliza a rotular as pessoas em termos limitados (em meio a infinitas possibilidades de identificação social), garantindo, a cada indivíduo, o direito de ser reconhecido e respeitado socialmente tal como se percebe em sua identidade individual.

É sobre o conceito de gênero e suas implicações que iremos discutir nessa sessão, a partir dos estudos de Judith Butler (2017) na obra *Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade*. Iniciemos a discussão a partir da contextualização que a autora apresenta sobre ele, em meio a críticas ao sistema de representações identitárias. Tomando como foco a discussão do movimento feminista, ela argumenta a impossibilidade de haver um significante estável para a identidade feminina e uma base universal para se referir ao movimento feminista, dada a impossibilidade de separar a noção de gênero de suas relações com fatores políticos e culturais. A isso, ela acrescenta:

[...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2017, p.21).

Analogamente a esse contexto, podemos afirmar a impossibilidade de se “engessar” identidades masculinas ou padronizar modelos de gênero masculino, dentro do sistema binário, que busca estabilizar as noções de sexo e de gênero de forma linear, tal como afirma a autora: “não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2017, p.26). Essas tentativas de linearização e estabilização sexo/gênero são, pois, de um reducionismo absurdo e sem qualquer coerência, diante da inviabilidade de existir um sujeito uno, fabricado como peças de um quebra cabeças, que tem seu encaixe de forma a constituir uma figura harmônica em que haja congruência entre sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero.

A atitude de tomar o gênero como consequência do “sexo natural”, aqui demarcado em sua natureza pré-discursiva⁴², levou a uma noção de gênero que com ele se confundia. Como consequência a essa abordagem pré-discursiva, o gênero passa a ser apenas uma inscrição em um sexo pré-definido, inquestionável em sua natureza biológica, o que se faz insuficiente para desvelar as relações de poder em que ocorrem esses pré-discursos bem como a discursivização por ele ocultada (BUTLER, 2017).

A ocultação das relações assimétricas entre gênero e sexualidade pode ser, pois, desvelada nas práticas discursivas de sujeitos transexuais, em meio a todo um movimento de contestação a esse sistema binário alicerçado na biologia organicista. Ela é responsável por fabricar as peças do quebra-cabeça que já descrevemos na relação entre o sexo biológico de nascimento com o gênero culturalmente adequado a esse sexo. Mas convém indagarmos: e quando essas peças não se encaixam? Vemos, então, que são abaladas as relações de poder, e questionamentos são levantados em torno do caráter biológico do sexo ter a força de definir os gêneros a partir de sua produção cultural. A esse respeito, Butler propõe exatamente a quebra do binarismo em torno dos gêneros:

A hipótese de um sistema binário de gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que, *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2017, p.26) (grifos da autora).

Logo, considerar os gêneros como artifícios flutuantes, dentro dessa perspectiva, corrobora com a nossa tese de que as identidades e as identidades de gênero estão em trânsito e são igualmente fluidas, pois como afirma Butler (2017), a construção da identidade de gênero é anterior à própria construção da identidade e à subjetivação dos sujeitos, podendo influenciar em sua (re) construção. Isso se deve “pela simples razão de que as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero”

⁴² O termo natureza pré-discursiva é empregado pela autora para fazer referência ao fato da construção do gênero ser pré-definida pelo sexo biológico.

(BUTLER, 2017, p.42). Disso decorre a nomenclatura de gênero fluido, disposta na Cartilha de classificação de termos da ANTRA, como “pessoa que transita entre os dois gêneros - performa ambos os gêneros, simultaneamente ou não” (BENEVIDES, 2018, p.1), todavia, a fluidez a que nos referimos excede esse trânsito dentro dos limites do binarismo homem – mulher. Ela pode, dentre outras possibilidades, tomar contornos nas seguintes nomenclaturas, segundo a autora:

- i. Agênero - Pessoa que não se enquadra em nenhum dos gêneros binários.
- ii. Andrógino - Pessoa que não se identifica nem como homem nem como mulher e pode apresentar características de ambos os gêneros.
- iii. Bigênero - Pessoa que expressa características de ambos os gêneros binários.
- iv. *GenderQueer* - Pessoa que pode apresentar uma quebra da noção binária de gênero e performar livremente um não-gênero, ou, a fusão dos gêneros binários e não binários.
- v. Não-binário - Pessoas que vivenciam papéis de gênero a despeito da regra binária. Não se reconhecem como homens, tão pouco como mulheres (BENEVIDES, 2018, p.1-2).

A fluidez e trânsito também são observados nas formações discursivas que, tal como afirma Indursky (2011), são porosas e desempenham papel crucial nesse processo de subjetivação e constituição identitária dos sujeitos. Há que se acrescentar que as tomadas de posição-sujeitos também estão ligadas às FDs dominantes. São posições-sujeitos que marcam os papéis sociais desses sujeitos de forma não fixa e heterogênea, possibilitando que performem, inclusive, gêneros outros que os não descritos acima. Tal fenômeno pode representar, para aqueles que defendem a inteligibilidade dos gêneros, uma afronta, já que tal fluidez abre margem para novas possibilidades de subjetivação e de identificação (ou de não identificação) a “n” formas de vivenciar/performar os gêneros socialmente e culturalmente. São, pois, novas nuances que se encontram localizadas aquém das amarras conceituais que consideram somente inteligíveis homens e mulheres cisgêneros heterossexuais.

Reflitamos sobre o seguinte questionamento: seriam todos os LGBT considerados não inteligíveis? Ainda não buscando aprofundar tal questão e chegar a uma conclusão que as análises posteriores irão segmentar, defendemos que a resposta a tal problemática transcende a inteligibilidade e ganha ramificações na

negação da existência de tais sujeitos como pessoas de direito, classificando-os, ainda, sob a égide cultural da ideologia dominante, como aberrações sociais e transgressões de uma natureza humana que fora criada “à imagem e semelhança do divino”. Levantamos mais uma questão: estariam os transexuais reforçando o binarismo ao se submeterem a intervenções médicas para readequação de seus corpos ao gênero com que encontram identificação? Assim como na indagação anterior, nos ateremos em não dar um efeito conclusivo sobre tal questão, todavia, nos antecipamos ao afirmar que esse movimento possa também ser o resultado da convergência do gênero como construto cultural, alicerçado em discursos pré-construídos sobre o que é ser homem /mulher, e que reforçam as posições-sujeito que devem ocupar por transgêneros. Tal discussão será retomada mais adiante na última sessão desse capítulo.

Retomando Butler (2017), vejamos a crítica que a autora apresenta sobre a cultura enquanto lei determinante na construção dos gêneros. Para ela, a consequência dessa relação inquisitória implica em uma rigidez e fixação sobre os gêneros que são inaceitáveis, uma vez que enfatizam o papel da biologia com um fim em si mesma, impondo aos corpos sua legislação de forma passiva. Com isso, eles são erroneamente tomados como instrumentos passivos da apropriação cultural sobre os gêneros, em fronteiras que delimitam a discursivização daquilo que lhes é lícito ou ilícito. São limites estabelecidos “sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal” (BUTLER, 2017, p.30). Aqui, a cultura hegemônica é classificada como um instrumento de coerção e de imposição do sistema binário sobre os corpos, o que nega sua real condição de serem produzidos pelos gêneros e, conseqüentemente, posteriores a eles. Dessa forma, a cultura vem legitimar uma simetria e congruência imaginária entre sexo biológico e gênero: ser homem é ter cromossomos XY e isso implica a submissão a discursos pré-construídos sobre a construção da identidade masculina. A recíproca seria também válida para as mulheres.

Tal elemento cultural converge para o que já discutimos nos capítulos anteriores sobre a atuação dos AIE, sob a forma da ideologia dominante que se materializa sob a forma de instituições como a família, a igreja e o Estado, para legislar sobre corpos trans, e lhes impor uma identidade de gênero que seja inteligível. Leia-se – onde se constate uma compatibilidade entre seu sexo biológico

com aquilo que os discursos pré-construídos convencionam a marcar como a “normalidade” do que se adjetiva como homem/mulher. Logo, a cultura, nesse cenário, apresenta-se como um mecanismo de assujeitamento, pela via discursiva.

Enfatizamos, em meio a presente discussão, que tomaremos os discursos pré-construídos (da AD) em analogia ao conceito de pré-discursos que condicionam os gêneros à ação da cultura, tal como proposto por Butler (2017). Contribuímos com a autora, na medida em que também afirmamos sua atuação junto a aspectos sociais e políticos (que influenciam a construção e performatividade dos gêneros), como também creditamos, aos valores culturais, o papel de subjetivar indivíduos ao passo que dá sustentação as suas práticas discursivas e tomadas de posição enquanto sujeitos do discurso.

Em síntese, podemos dizer que a cultura, como instrumento de coerção, busca reproduzir padrões sobre corpos de homens e de mulheres (trabalho dos pré-discursos). Sob outro viés, há que se considerá-la como aspecto discursivizador que influencia na construção e na metamorfose dos corpos, facultando-lhes o atendimento aos padrões de gênero da cultura hegemônica, bem como sua irrupção em novas discursivizações.

Avancemos na construção do conceito de gênero por Butler a partir de uma negação da “unidade” categorizadora:

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalização aberta, portanto afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas [...]; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor (BUTLER, 2017, p.42).

Para chegar a mais essa descrição, a autora nega, trazendo como referência a identidade das mulheres, a possibilidade de colocá-las sob uma categoria unificada, completa e normatizada por “n” atributos. Isso significaria limitar ou negar tantos outros atributos que possam, eventualmente, emergir na construção de categorias femininas, no surgir de novas identidades, bem como no abandono de outras.

Aqueles que defendem a uniformização das categorias são os mesmos que apoiam as práticas reguladoras, em prol da matriz heteronormativa, e da então inteligibilidade cultural dos gêneros. Segundo a autora, é a partir dessa matriz de

inteligibilidade que são instituídas e mantidas as “relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2017, p.43)”. Como consequência a essa matriz, busca-se a proibição explícita e a censura de todos os sujeitos que se configurem como incongruentes dentro das esperadas relações de coerência. Trata-se, pois, da matriz cultural que regula e busca negar a existência da identidade de sujeitos transexuais pelo fato de não se enquadrarem dentro dos gêneros inteligíveis. Vejamos como ela atua, segundo a referida autora:

- i. Busca a eliminação de identidades em que haja incongruências na ordem do sexo-gênero e/ou, ainda, na ordem em que as práticas do desejo não tenham origem no eixo sexo-gênero.
- ii. As identidades de gênero que apresentam essas incongruências são falhas, defeituosas. Devem, pois, ser eliminadas para evitar a desordem em torno do gênero culturalmente inteligível, bem como as ameaças às “hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica (BUTLER, 2017, p.47)”.

Por conseguinte, essa matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros é possibilitada, conforme afirma a autora, pela então heterossexualidade compulsória e naturalizada que fortalece o binarismo em torno dos gêneros a partir do desejo heterossexual. Apesar de Butler não fazer referência explícita aos transexuais quando discute e conceitua os gêneros, podemos afirmar, a partir de nossa pesquisa, que essa forma impositiva da heterossexualidade também pode tangenciar o discurso de/sobre transexuais masculinos e femininos no que se refere à sua orientação sexual.

Como o que deve prevalecer são os instintos e desejos pelo sexo oposto, a população trans é colocada em mais um dilema: o de sua orientação sexual. Via memória discursiva (a ver os que se encontram inscritos na FD da inteligibilidade dos gêneros), o que se espera de uma pessoa que nasce biologicamente homem e faz modificações em seu corpo, nome e modo de se apresentar socialmente, é que enquanto mulher transexual, venha a se relacionar somente com homens. Isso também pode encontrar explicação na economia sexual que trataremos ainda no presente capítulo – a de reduzir toda população LGBT à homossexualidade. Logo, seria inadmissível, para um sujeito inscrito em uma FD binária transfóbica, um

homem transexual ter orientação homossexual e se relacionar com outro homem seja cisgênero ou transgênero.

Então, como entender essas sexualidades desviantes? Ancorada em Foucault (1988 [1976]), Butler afirma que são as relações de poder que constroem a sexualidade. Então, é partir do deslocamento das leis reguladoras dessa matriz de poder que elas podem ser tratadas:

No lugar de uma sexualidade com “identidade masculina”, em que o masculino atua como causa e significado irredutível dessa sexualidade, nós podemos desenvolver uma noção de sexualidade construída em termos das relações fálicas de poder, as quais reestruturariam e redistribuiriam as possibilidades desse falicismo por meio, precisamente, da operação subversiva das “identificações” que são inevitáveis no campo de poder da sexualidade (BUTLER, 2017, p.65).

Logo, não há como se escapar das amarras da inscrição dos gêneros e da sexualidade a partir de uma heterossexualidade falocêntrica. É nela que se alicerça a matriz da inteligibilidade cultural para produzir ficções reguladoras sobre a coerência interna do gênero, da univocidade do sexo e das relações binárias entre sexo e gênero (BUTLER, 2017). Todavia, é a partir dela que emergem e são discursivadas outras sexualidades e identificações com gêneros que divergem do então imposto binarismo. São emergências que ganham força a partir da resistência e que são impossíveis de serem silenciadas pela censura, encontrando nas relações de poder, as tentativas e possibilidades de sua regulação, restrição social e até extinção. São apenas tentativas, pois como descreveremos na seção anterior, segundo Foucault (1988 [1976]), elas já nascem fadadas ao fracasso, o que é consequência do poder e da sexualidade serem coexistentes e coextensivos.

Finalizando essa seção, o conceito de gênero é descrito por Butler (2017, p.55-56) com a seguinte aceção:

- i. Trata-se de uma experiência que se constrói a partir de atributos flutuantes que não podem ser engessados em “uma estrutura pronta de substantivos primários e adjetivos subordinados”.
- ii. Ele não pode ser definido por tais atributos, já que é “performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero” socialmente e culturalmente nas relações de poder.

- iii. Compõe uma ficção, pois na tentativa de se impor tais práticas reguladoras, ele pode performar em novas discursividades que não se limitam aos termos binários da heterossexualidade compulsória.

A partir desses termos, a autora chega à conclusão de que não existe uma identidade de gênero que seja anterior ao gênero, ela é performativamente construída e também está predisposta ao caráter ficcional que ele possui. Como veremos nas análises, esse conceito tem forte aderência ao processo de inscrição do sujeito em uma formação discursiva, atestando sua porosidade e instabilidade na constituição dos sentidos, podendo ele irromper em novos processos de subjetivação e reconfigurar sua identidade à revelia da matriz impositiva dos gêneros. Prossigamos com uma breve discussão sobre a (homo) sexualidade e suas implicações para a análise discursiva de sujeitos trans quando eles enunciam sobre sua orientação sexual.

3.4 A respeito da (homo) sexualidade

Em nossa pesquisa, é relevante abriremos este breve espaço para tratar da história da (homo) sexualidade a partir da ótica ocidental em que fora construída, até porque ela reverbera discursos que são ressignificados na construção da identidade de sujeitos transexuais como veremos, em meio às análises, no capítulo 5, nas seções onde questionaremos os transexuais sobre “identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico/jurídico”.

Falar sobre sexualidade, como afirma Soares (2015), é adentrar em um campo de discussão delicado e repleto de interdições: evita-se ou proíbem-se as crianças de falarem sobre sexo e prazeres oriundos da masturbação, sobre relações sexuais pré-matrimoniais e desejos que fujam das práticas sexuais tradicionais. De forma semelhante, há a interdição e dificuldade de diálogos familiares quando se trata da orientação sexual. Mas o que é sexualidade? Ela faz referência ao modo como as pessoas se relacionam sexualmente, podendo ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais ou ainda assexuadas.

Nesse leque, Modesto (2014, p.101) destaca que os transexuais podem assumir qualquer uma dessas orientações, independentemente de sua identidade de gênero e do gênero ao qual pertenceram, por convenções biológicas, em seu

nascimento. Logo, um homem trans pode se sentir atraído e se relacionar com homens (relação homossexual), ter atração por mulheres (configuração da heterossexualidade) ou ainda ter atração por homens e mulheres (configuração da bissexualidade) ou, porventura, não sentir desejo sexual por homens nem mulheres (configuração da assexualidade).

Isso leva muitas pessoas, inscritas em uma FD binária transfóbica, a fazerem questionamentos repletos de preconceito contra esses sujeitos, por terem, na memória social, o binarismo que legitima e marca as posições de homens e mulheres na sociedade, impondo-lhes comportamentos sexuais:

Numa construção discursiva do gênero, histórico-sociológica, partimos da explicação de sociedades fundadas no binarismo, homem/mulher, resultado do entendimento naturalizado, “essencialista”, de gênero: as pessoas são homens (machos) ou mulheres (fêmeas), biologicamente, portanto, masculinas ou femininas, conceitos estendidos ao social e baseados na categoria ideológica dos fenômenos, como normais, se assim forem, ou patológicos, se não forem. Desse modo, as pessoas transexuais e travestis são consideradas doentes, sejam heterossexuais ou homossexuais (MODESTO, 2014, p.102).

Iremos além dessa explanação ao afirmarmos que o binarismo, em torno do gênero e da sexualidade, via senso comum, também busca rotular a orientação sexual dos sujeitos transexuais. Com isso, há uma série de questionamentos em torno daqueles que desenvolvam relações homoafetivas (como veremos na entrevista com Thammy Miranda, que se classifica como pansexual), “colando” sua identidade de gênero à orientação heterossexual. Seria inadmissível/questionável, por exemplo, uma mulher transexual, após passar por várias modificações físicas e ter um novo nome social, relacionar-se com outra mulher, seja ela cisgênero ou transgênero. No imaginário social, espera-se que ela venha a se envolver, afetivamente e sexualmente, com homens cisgêneros.

É perceptível, pois, como a sexualidade continua presa a padrões que são impostos até aos transexuais. Isso é reflexo de uma série de discursos cristalizados⁴³ na história da sexualidade ocidental que toma contornos com o

⁴³ Tomados aqui os discursos pré-construídos quando ocorre a retomada de discursos anteriores que estão na memória discursiva, em meio ao atravessamento dos sentidos, que fazem ressignificar o discurso sobre a sexualidade no ocidente a partir da atuação da Igreja.

advento do cristianismo. Vejamos como se deu essa construção no decorrer da história.

3.4.1 Homo (sexualidade) e discurso religioso cristão ocidental

Como discursa Soares (2015), esse discurso sofre deslocamentos ao longo dos séculos. Há que se destacar que, na Idade Antiga Clássica, não havia distinção entre as práticas homossexuais e heterossexuais. O termo homossexualidade sequer existia. É no século XII, com a ascensão do Cristianismo, que os sujeitos homossexuais tornam-se alvo do discurso religioso – suas práticas são julgadas como abomináveis e suscetíveis à ira divina. Ainda no século XVI, é a vez da alta burguesia moralizar e censurar o sexo, sobretudo as práticas homossexuais.

Até o século XVIII, as práticas sexuais eram reguladas pelo direito canônico, pela pastoral cristã e pela lei civil. Cada qual, a seu modo, traçava uma série de recomendações sobre o que era lícito ou ilícito nas relações sexuais que deveriam ser restritas ao matrimônio. Ignorava-se a sexualidade das crianças e a sodomia era considerada como um pecado de natureza grave juntamente com o estupro e o adultério. Dessa forma, legitimou-se a condenação da homossexualidade por ser considerada uma prática “contra a natureza”, uma abominação particular. Todo o sistema convergia para a padronização de uma monogamia heterossexual, amparada indistintamente por leis do Estado e pela Igreja. Leis que também consideravam como criminosos os “hermafroditas”⁴⁴ pelo fato de não se enquadrarem nos padrões binários anatômicos masculinos e femininos, dificultando seu enquadramento jurídico para julgamento como homens ou como mulheres (FOUCAULT, 1988 [1976]).

Não somente naquele momento, como em tempos atuais, o sentido da palavra “hermafrodita” desliza erroneamente para a “transexualidade”. Os termos eram tomados como sinônimos e, com isso, inferimos que as punições legais eram

⁴⁴ A palavra hermafrodita (fenômeno que não acontece em seres humanos) corresponde, na atualidade, ao termo intersexo: “usado para descrever variações nas características corporais de uma pessoa que não se encaixa nas definições médicas hegemônicas, estritas ao que é masculino ou feminino. Essa variação pode ou não envolver ambiguidade genital, combinações de fatores genéticos e aparência e variações cromossômicas sexuais diferentes” (BENEVIDES, 2018, p.2).

aplicadas sem distinção: intersexuais, transexuais, travestis ou homossexuais, todos deveriam ser julgados por sua condição desviante dos padrões já impostos.

Posteriormente, no século XIX, os homossexuais tornam-se alvo do discurso médico, sendo classificados como doentes que precisam ser curados por praticarem sexo e desenvolverem afetividade por pessoas do mesmo sexo. Foucault (1988 [1976]) descreve a data de 1870, com a publicação da obra *Sensações sexuais contrárias*, como o marco da categorização, pelo discurso médico, psiquiátrico e psicológico, da homossexualidade, momento em que esse discurso desloca o sentido do termo sodomia para eventuais “reincidentes” na prática do sexo com outros homens. Nessa conjuntura, os homossexuais passam a ser marcados como uma nova espécie: “o hermafroditismo da alma” (FOUCAULT, 1988 [1976], p.43).

No século XX, em meio a tantas tentativas de curá-los através de tratamentos médicos desumanos, esse discurso se desloca para além de uma doença mental, sendo ressignificado como uma praga, através do interdiscurso bíblico. É a AIDS que, na década de 1980, vincula seu sentido às práticas homossexuais. De forma pejorativa, os homossexuais passam a ser xingados de “aidéticos”, de modo que, referir-se a um homem com esse adjetivo, era o mesmo que o chamar de homossexual. Não havia distinção no uso das duas palavras.

A doença, como afirma Soares (2015), passa a ser considerada como um castigo divino à perversão e prática do sexo entre homens. Ainda sem uma nomenclatura, ela é chamada de peste gay, câncer gay, peste cor-de-rosa, coisa de gay, dentre outros termos que marcam sua vinculação ao então “homossexualismo” masculino. Ficou marcada como o mal do século XX. Até então, o discurso sobre o “homossexual” fazia referência apenas a esse público, excluindo-se as lésbicas e os bissexuais.

Em pleno século XXI, cruzam-se os discursos médicos e religiosos, legitimando, através do Estado, discursos homofóbicos e transfóbicos, como consequência do Brasil estar marcado, negativamente, com a assunção política de personalidades como Jair Bolsonaro (eleito presidente da República em 2018), dentre outros, que fazem reverberar, através de seus discursos vexatórios, misóginos e LGBTfóbicos, efeitos de sentido de segregação, de ódio e de preconceito.

Infelizmente, (re) vivemos o momento em que se levanta a bandeira da “cura gay”, agora marcada como a cura da alma e do psicológico dos sujeitos homossexuais, tal como propõem projetos de lei elaborados por políticos da então bancada religiosa no congresso brasileiro. São novos efeitos de sentido que ecoam a partir de discursos já cristalizados através da memória discursiva. Dizemos que são novos pelo fato de os líderes religiosos ganharem força através dos espaços ocupados na política para impor a ideologia dominante binária que defende a cura do comportamento e práticas homossexuais. Tais líderes fazem-se valer do discurso médico para curar e jurídico, não somente para punir, mas para legislar sobre os homossexuais, sobre seus corpos e direitos legais que deveriam ser garantidos a qualquer cidadão, fazendo valer a moral religiosa sob a forma de lei:

A memória sobre a qual não se resiste se (re) instala nos discursos religiosos pentecostais atravessados por aqueles sentidos médicos e legais dos séculos passados. Essa FD religiosa guarda um resíduo de outras FDs sobre a homossexualidade e faz reverberar, ainda que ressignificados, velhos dizeres sobre o sexo a sexualidade não hegemônica: “doença”, “pecado” e “crime” continuam significando os sujeitos homossexuais, em virtude de eles continuarem a significar somente por aquilo que a homossexualidade significa. Esses sentidos, [...], ainda que deslocados, guardam em si, nessa Formação Ideológica que confunde religião e Estado, sentidos cristalizados que ecoam sempre que se fala sobre sexualidade (SOARES, 2015, p.34-35).

São, pois, efeitos de sentido que se estendem a toda população LGBT, produzindo ainda mais segregação e preconceito quando há, por exemplo, um declarado combate ao ensino sobre identidade de gênero nas escolas que é classificado como uma prática demoníaca, profana e que busca fazer lavagem cerebral nas crianças. De fato, seu ensino busca apenas promover o esclarecimento, o respeito à diversidade humana e a prevenção de condutas “LGBTfóbicas”. Retomemos Foucault (1988), quando ele se refere ao homossexual como um personagem em pleno século XIX:

Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a *incorporação das perversões* e *nova especificação dos indivíduos*. A sodomia — a dos antigos direitos civil ou canônico — era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa.

Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual porém como natureza singular (FOUCAULT, 1988, p. 42).

Não é de se espantar que os estudos foucaultianos, acerca da homossexualidade no século XIX, encontrem-se ainda tão concernentes com as atuais rotulações e violência social sofrida pela população LGBT. Naquele momento, o emprego do termo “sodomita”, que caracterizava aquele que praticava a sodomia também já se encontrava, via interdiscurso bíblico, relacionado aos homossexuais. São diversas as referências bíblicas, como a que se encontra no Livro de Gênesis, capítulo 19 (BÍBLIA, 2001, p.26-27), que trata da destruição das cidades de Sodoma e Gomorra pela ira de Deus contra uma série de pecados cometidos pela raça humana: prostituição, luxúria e práticas sexuais que passam a ser tomadas de forma indistinta à prática homossexual.

O curioso é que a interpretação bíblica feita pela Igreja há vários séculos, ainda faz reverberar efeitos de sentido sobre o discurso da abominação às práticas homossexuais como a causa maior da destruição de tais cidades. Elas são colocadas no centro da ira divina pelo pecado cometido pelos então sodomitas, momento em que Ló teria oferecido suas próprias filhas para serem estupradas por eles para livrar os dois anjos que lhe acompanhavam na cidade (BÍBLIA, 2001, p.26). Logo, o castigo divino que veio sob a forma da destruição das cidades, com terremotos e fogo, tem seus sentidos deslizados para uma nova punição às práticas homossexuais, na atualidade, como a epidemia da AIDS, a que já nos referimos.

Ainda em Foucault (1988), temos a descrição de uma forte atuação da Igreja, até o século XIX, no sentido de regular as relações sexuais no matrimônio que não objetivassem a procriação, bem como de condenar práticas sexuais e prazeres fora da conjunção carnal entre pênis e vagina. São interdições que buscam ancoragem no seguinte texto bíblico:

Judá, pois, tomou uma mulher para Er, o seu primogênito; e o seu nome *era* Tamar. Er, porém, o primogênito de Judá, era mau aos olhos do SENHOR, pelo que o SENHOR o matou. Então, disse Judá a Onã: Entra à mulher do teu irmão, e casa-te com ela, e suscita semente a teu irmão. Onã, porém, soube que essa semente não

havia de ser para ele; e aconteceu que, quando entrava à mulher de seu irmão, derramava-a na terra, para não dar semente a seu irmão. E o que fazia era mau aos olhos do SENHOR, pelo que também o matou (BÍBLIA, 2001, p.38-39).

Afirma-se que a condenação de Deus a Onã foi devida a sua desobediência de não engravidar a Tamar, todavia esse texto passou a produzir efeitos de sentidos outros, até hoje utilizados pela Igreja, para condenar métodos contraceptivos. Acrescia-se, a esse interdiscurso bíblico, uma forte interdição ao diálogo sobre a sexualidade precoce das crianças e reforçava-se, a partir dele, a condenação da homossexualidade, uma vez que as relações entre homens também atentavam contra essa interpretação da lei divina de desperdiçar o sêmen que deveria ser usado para a procriação. Foucault denomina essas sexualidades como periféricas e aqueles que as praticavam eram adjetivados como doentes e “perigosas presas de um estranho mal que traz também o nome de “vício” e, às vezes de delito” (FOUCAULT, 1988[1976], p.40).

Dentro desse contexto, não há como questionar o fenômeno de que toda população LGBT encontra-se reduzida a uma economia sexual - ao seu sexo, a sua sexualidade: não importa se o sujeito é travesti, transexual ou uma artista “*drag queen*”, os sentidos são estabilizados em cada um deles como desvios da norma heterossexual que é o padrão a ser seguido por toda sociedade. Todos são resumidos a classificações vexatórias como bichas, gays, “viados”, efeminados, pervertidos, abominação, sodomitas, dentre tantos outros esteriótipos que reforçam a marginalização, o preconceito e segregação desses sujeitos.

No quadro a seguir (Figura 08), apresentamos a construção do discurso sobre a (homo) sexualidade a partir do que descrevemos com ancoragem em Soares (2015) e em Foucault (1988 [1976]).

Figura 08 - A homossexualidade no decorrer dos séculos



Fonte: figura elaborada pelo autor.

É inegável que são sentidos colados, cristalizados e que deslizam, no decorrer da história, sobre a homossexualidade: a ideia de uma possível cura, outrora procurada pelos médicos, é retomada pelo/no discurso religioso pós-moderno, agora com a perspectiva de curar a alma e que buscou amparo legal através da bancada religiosa representada por deputados brasileiros. Como afirma Soares (2015, p.32), “do estilo de vida anormal, de um comportamento inaceitável pela sociedade, do pecado que a ofende a Deus, para um discurso religioso-pentecostal no século XXI, o caminho foi curto”. Leis que, em tempos passados condenavam as práticas homossexuais, consideradas como pervertidas, hoje são ressignificadas na tentativa de parlamentares de legislarem sobre os direitos de sujeitos homossexuais com base na moral cristã de valores da família tradicional de orientação heteronormativa. Aprofundemos nossa discussão, agora, sob a perspectiva da transexualidade que será nosso foco analítico no último capítulo da tese.

3.5 Sobre a transexualidade

Retomemos a reflexão em tornos das declarações preconceituosas de pessoas contra os transexuais que fizemos na seção anterior: o que as embasa? Onde podemos encontrar seu ancoradouro? Discursivamente falando, em que memória se sustenta essa teia discursiva? Não em busca de uma resposta objetiva a tais questionamentos, mas sim nas condições de produção desses discursos (que nos ateremos mais adiante), ancoramo-nos na exposição feita por Butler (2017), sobre as disposições cromossômicas, a fim de desconstruir a acepção biológica que marca/vincula a dicotomia homens e mulheres a identidades cisgênero.

Tal exposição é uma descrição das descobertas do dr. Page a respeito do gene mestre (uma sequência de DNA no cromossomo Y) em 1987 no artigo *A região determinante do sexo no cromossomo Y humano codifica uma proteína do dedo*. Nesse artigo, o pesquisador apresenta as controvérsias das disposições desse cromossomo que representa o fator determinante da masculinidade na genética. Foram inquietações que surgiram a partir da observação da ineficiência em se determinar o sexo unicamente através da observação de atributos sexuais anatômicos.

Na pesquisa, foram coletadas amostras de DNA de alguns indivíduos considerados homens e mulheres apenas pela observação de suas genitálias. Na genética, são considerados homens aqueles que têm sequências de DNA do tipo XY e mulheres, sequência do tipo XX. Todavia, esse grupo apresentou resultados que são contraditórios a essa norma: foram localizados indivíduos “masculinos”, com sequência cromossômica do tipo XX e “femininos”, com sequência do tipo XY. Com isso, ele especulou que pelo menos 10% da população pode apresentar esse tipo de incoerência para determinação do sexo a partir dos cromossomos.

Os estudos do dr. Page apresentaram duas importantes conclusões: a da ineficiência das genitálias como fator para determinação sexual, bem como a de considerar a feminilidade como uma ausência da masculinidade, ou sua presença de forma passiva nas mulheres. Para Butler (2017), essa última conclusão não somente reforça a influência da matriz de inteligibilidade cultural sobre as pesquisas biológicas para a determinação sexual, bem como a vincula diretamente ao falocentrismo tão questionado por teóricos feministas sobre os estudos de Freud e de Lacan. Apesar das críticas, é inegável a grande relevância e marco teórico desses estudiosos psicanalistas para as questões envolvendo sexo, linguagem e posteriores estudos em torno das questões de gênero, já que marcam a atuação do inconsciente, juntamente com a ideologia, no processo de subjetivação do sujeito trans. Como aborda a autora sobre o desprendimento das amarras do binário, “é o estranho, o incoerente, [...] que nos dá uma maneira de compreender o mundo inquestionado da categorização sexual como um mundo construído, e que certamente poderia ser construído diferentemente” (BUTLER, 2017, p.191). Tal citação faz parte de uma releitura de Butler dos escritos de Freud em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, que já apresentamos no capítulo anterior dedicado à psicanálise.

É dentro da categoria que rotula as pessoas como estranhas e incoerentes, por estarem fora dos padrões binários, que se encontram os transgêneros. Para Modesto (2014), eles comportam a categoria dos sujeitos transexuais e das travestis. Esses últimos “se sentem homens e mulheres ao mesmo tempo, mas preferem ter e apresentar-se com aparência feminina e serem tratadas no feminino” (MODESTO, 2014, p.101). Precisamos frisar que a aceção das duas terminologias tem caráter bastante cultural. No Brasil, o termo travesti tem seu sentido frequentemente associado à marginalização e à prostituição. São casos de

sujeitos que, muitas vezes, podem ter sido privados de oportunidades de estudo e de emprego pelo preconceito da sociedade em aceitá-los, restando-lhes a prostituição como fonte de renda.

Benevides (2018, p.2) vai além da definição de Modesto (2014) e afirma que o termo transgênero faz referência a “pessoas que transitaram de gênero em algum nível, seja de forma permanente ou não”, situando-se fora da dicotomia tradicional homem x mulher. Essa definição é a que mais se aproxima de nossa tese quando afirmamos que as identidades estão em trânsito, podendo um sujeito performar um gênero temporariamente (ao assumir uma dada posição sujeito) e vir, posteriormente, a se inscrever em uma FD que componha esse mesmo gênero, ou em outra, em que provoque uma desidentificação com o mesmo. Vejamos como Benevides (2018a, p.2) conceitua cada um dos termos a que estamos nos referindo nessa seção:

- i. Trans - Termo abrangente usado para representar todas as pessoas que não são cisgêneros.
- ii. Travestis - Pessoas que foram designadas como homens no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino. Elas não reivindicam a identidade de 'Mulher'.
- iii. Transexual - Pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi designado no nascimento e vivencia papéis do gênero oposto. São os homens transexuais e mulheres trans.
- iv. Mulheres Transexuais - Pessoas designadas como homens no nascimento, mas que se reconhecem enquanto mulheres. Admitem uma identidade de gênero diferente daquela que lhe foi imposta ao fazerem readequações que acreditam ser necessárias para vivenciar de forma confortável o gênero com o qual se identificam.
- v. Homens Transexuais - Pessoas que foram designadas enquanto mulheres no nascimento, mas que se reconhecem enquanto homens. Reivindicam uma identidade de gênero diferente daquela que lhe foi imposta ao fazerem readequações que julgam necessárias para vivenciar, de forma confortável, o gênero com o qual se identificam/pertencem⁴⁵.

⁴⁵ Frisamos que readequações nas vestimentas, no nome social, cirurgias ou modificações corporais não são marcadores determinantes da identidade de gênero e tão pouco são uma regra para defini-la.

- vi. Transmasculino - Pessoas que foram designadas enquanto mulheres no nascimento, mas que se reconhecem enquanto pertencentes ao gênero masculino e não reivindicam a identidade de 'Homem' dentro da dicotomia Homem x Mulher.

Em acréscimo à categoria “Transmasculino”, proposta por Benevides (2018a, p.2) na cartilha, acrescentamos a que chamaremos de “Transfeminino”, correspondente às pessoas que foram designadas como homens no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino. Assim como os transmasculinos, elas não reivindicam a identidade feminina.

Vejamos a bandeira do Orgulho Trans (Figura 09). Ela apresenta cinco faixas horizontais: duas azuis, em tom claro, representando a cor tradicionalmente atribuída a bebês do sexo masculino e duas cor de rosa, que é a cor referente a bebês do sexo feminino. Há também uma faixa branca localizada ao centro da bandeira que representa a transição entre os gêneros, as pessoas intersexuais ou que não possuem gênero definido (REIS, 2018).

Figura 09 - Bandeira do Orgulho transgênero



Fonte: REIS, 2018, p.89.

Tal bandeira poderia materializar a reprodução dos discursos binários – azul para meninos e rosa para meninas – porém, a representatividade das cores em

um único objeto, marca um movimento de resistência à matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros.

Avançando na construção de nossa teia conceitual, vejamos como Berenice Bento (2018) descreve a transexualidade. Para a socióloga, a transexualidade é caracterizada como uma experiência identitária, um desdobramento de uma ordem de gênero. Isso ocorre quando os sujeitos, ao reivindicarem o reconhecimento social de um gênero diferente do que lhes é imposto, passam a construir novos sentidos sobre o que é ser masculino e feminino. Nessa experiência, quebra-se a relação de causa entre sexo, gênero e desejo, e desafiam-se os padrões binários que delimitam o comportamento aceitável para homens e mulheres:

Os olhares acostumados ao mundo dividido em vaginas-mulheres-feminino e pênis-homens-masculinos ficam confusos, perdem-se diante de corpos que cruzam os limites fixos do masculino/feminino e ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição àquela infirmada pela genitália (BENTO, 2018, p.22).

Além de confusos, esses olhares ainda parecem impor os padrões heterossexuais aos transexuais, não aceitando comportamentos e práticas que deles se desviem, tal como afirmamos anteriormente sobre a cobrança de serem homens e mulheres trans que se relacionem afetivamente com pessoas do sexo oposto. Como exemplo, podemos acrescentar experiências identitárias como a de homens transexuais que optam por gerar seus filhos, amamentá-los e ainda possuam orientação homossexual. Essas experiências geram conflitos e inquietações aos olhares acostumados ao mundo binário. Vejamos a seguir, uma breve descrição dos aspectos legais que garantem direitos sociais aos transgêneros sobre o corpo e nome social.

3.5.1 Corpo e nome social: aspectos legais

Antes de adentrarmos na discussão sobre corpo e identidade de gênero, façamos uma descrição de alguns dispositivos legais no Brasil que representam avanços nos direitos de transgêneros para vivenciarem suas identidades de gênero em aspecto mais concreto. Trata-se de conquistas em torno do uso do nome social e daquelas relativas aos tratamentos médicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Ambas merecem atenção em nossa pesquisa por legitimarem os discursos desses sujeitos e marcarem suas identidades.

Em 28 de abril de 2016, a então presidenta da república Dilma Rousseff, assinou o decreto de número 8.727 que “Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2016). O decreto faz as seguintes considerações:

- i. nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida;
- ii. identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Em suma, o decreto dispõe das seguintes considerações:

- i. Veda o uso de expressões discriminatórias para se referir aos transgêneros.
- ii. Todos os registros em que conste o nome de registro, em esfera federal, deverão conter o campo “nome social” em destaque, acompanhado do nome civil com utilização para fins administrativos internos.
- iii. O nome social poderá constar em documentos oficiais acompanhado do nome civil, desde que seja feita a solicitação pela pessoa transexual ou travesti.
- iv. O nome social poderá ser requerido a qualquer tempo para inclusão em documentos oficiais e nos diversos registros e cadastros da administração.

Quanto a outros dispositivos de lei, a cartilha proposta pelo Ministério Público (MP) (BRASIL, 2017a, p.25) acerca da Igualdade de direitos para LGBT, afirma que vem ocorrendo ações individuais na Justiça Federal em prol do “direito à modificação do prenome e do gênero da pessoa no registro civil, independente da adoção de procedimentos de transgenitalização”. Afirma ainda que a Procuradoria-Geral da República, “visando garantir maior segurança jurídica e facilitar o acesso à

justiça por parte de transexuais”, ajuizou ação para “o reconhecimento da retificação do registro civil por via administrativa, sem necessidade de comprovar a patologia ou modificação corporal” (BRASIL, 2017a, p.26). A ação ajuizada só teve sua decisão em 01 de março de 2018 com o seguinte texto:

O Tribunal, por maioria, vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e, em menor extensão, os Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, julgou procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Redator para o acórdão o Ministro Edson Fachin. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 1º. 3.2018 (BRASIL, 2018b).

De acordo com Reis (2018. p.55), essa ação tem como efeito a desburocratização das demandas nos cartórios para retificação, mediante autodeclaração, do registro civil, de homens e mulheres transgêneros, independente da idade (respeitada a maioridade civil e o que afirma a lei sobre menores), da apresentação de laudos psicológicos, psiquiátricos e de terem feito intervenções cirúrgicas para readequação do corpo biológico ao gênero. As consequências do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade de Número 4275 ecoaram diretamente no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que também passou a respeitar a autodeclaração de pessoas trans sobre o nome social para cumprimento das cotas obrigatórias de gênero dos partidos políticos para concorrerem nas eleições. (REIS, 2018).

A cartilha do MP ainda dispõe de legislações a níveis estadual e distrital sobre o uso do nome social e identidade de gênero (BRASIL, 2017a, p.65-68) através das seguintes portarias e resoluções:

- **Resolução CEE nº 437/2012 (Conselho Estadual de Educação do Ceará):** dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos do sistema estadual de ensino.
- **Provimento MP/CE nº 22/2017 (Ministério Público do Estado do Ceará):** reconhecimento de identidade de gênero e o uso e registro do nome social de pessoas travestis ou transexuais no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará.

- **Portaria SEMAS nº 01/2010 (Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza):** garantir o uso do nome social de travestis e transexuais em equipamentos ligados a política de assistência social.
- **Portaria nº 71/2015 (Município de Fortaleza):** garantir o uso do nome social de travestis e transexuais nas carteiras de estudantes.
- **Decreto nº 37.982/2017 (Distrito Federal):** dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans - travestis, transexuais e transgêneros - no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal.
- **Decreto nº 8.716/2016 (Goiás):** dispõe sobre a adoção e utilização do nome social por parte de pessoas travestis e transexuais relativamente à fruição de serviços públicos ofertados, no âmbito do Poder Executivo, pelos órgãos e pelas entidades da Administração direta e indireta.
- **Decreto nº 1.675/2009 (Pará):** determina aos órgãos da Administração direta e indireta o respeito ao nome público dos transexuais e travestis.
- **Lei Ordinária nº 5.916/2009 (Piauí):** assegura às pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviço quando atendidas nos órgãos da Administração Pública direta e indireta e dá outras providências.
- **Decreto nº 11.258/2011 (Município de Teresina):** dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta, conforme especifica.
- **Ato PGJ nº 563/2016:** dispõe sobre o uso do nome social no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí
- **Decreto nº 55.588/2010 (São Paulo):** dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
- **Deliberação CEE nº 125/2014:** dispõe sobre a inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas.

Vejamos agora a legislação sobre os direitos adquiridos pela população transexual no Sistema Único de Saúde (SUS) na Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Segundo Brasil (2018b, p.46), ela é denominada “Processo Transexualizador no SUS” e teve suas diretrizes garantidas pela Portaria de número 2.803/2013, do Ministério da Saúde em 19 de novembro de 2013 que “redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde” (BRASIL, 2017a, p. 35). Para Arán, a política busca:

[...] atender as pessoas que sofrem com a incompatibilidade de gênero, quando não há reconhecimento do próprio corpo em relação à identidade de gênero (masculino ou feminino). A condição transexual, em nossa sociedade, gera um intenso sofrimento ao não se reconhecerem no corpo biológico. Esta situação leva a diversos distúrbios de ordem psicológica acompanhados de tendências à automutilação e ao suicídio (ÁRAN, 2009 *apud* BRASIL, 2017b).

Sobre o processo transexualizador, é importante afirmarmos a preocupação dessa política com o atendimento integral aos transexuais, a começar pela confecção do cartão SUS com a impressão do nome social. Tais avanços datam de 2008, a partir da Portaria nº 1.707, de 18 de agosto, também do Ministério da Saúde, quando foi criada a política de saúde específica para atendimento a pessoas trans no SUS, visando à oferta de serviços e procedimentos em hospitais. Em 2010, a Resolução nº 1.955/2010, do Conselho Federal de Medicina, estabeleceu os procedimentos para a realização de cirurgias de transgenitalização (BRASIL, 2017a, p.35).

Com a Portaria de número 2.836, de 1º de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011), institui-se, no SUS, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atribuindo como competência do Ministério da Saúde, segundo o artigo 4º:

VIII - elaborar protocolos clínicos acerca do uso de hormônios, implante de próteses de silicone para travestis e transexuais; IX - elaborar protocolo clínico para atendimento das demandas por mastectomia e histerectomia em transexuais masculinos, como procedimentos a serem oferecidos nos serviços do SUS;

Todo esse aparato legal busca garantir maior qualidade de vida a população trans no Brasil e, acima de tudo, promover sua inclusão social a partir do

suporte de profissionais como psicólogos, assistentes sociais, médicos, dentre outros. Vejamos, a seguir, os contornos discursivos em torno do corpo e do nome social que serão fundamentais para a segmentação de nossas posteriores análises e futuras conclusões sobre a construção da identidade de gênero e subjetivação de sujeitos transexuais.

3.5.2 Corpo e nome social: aspectos discursivos

As questões em torno do corpo e do nome social são as mais expostas quando se trata da construção identitária dos sujeitos transexuais. Após discorrer sobre o corpo enquanto espaço de construção de efeitos de sentidos na AD, vejamos agora sua concepção a partir dos estudos sobre identidade de gênero e transexualidade com ancoragem em Bento (2008) e Butler (2017). Iniciemos com as visões históricas expostas por Bento (2008) sobre o dimorfismo e isomorfismo do corpo.

Até a segunda metade do século XVIII, não eram consideradas as diferenças anatômicas entre os sexos masculino e feminino, até porque os anatomistas trabalhavam com a concepção da existência de apenas um corpo e de dois gêneros. Trata-se do isomorfismo que concebia a mulher fisiologicamente como o corpo do homem invertido e imperfeito. A vagina tinha por função proporcionar a procriação, em meio a práticas heterossexuais, o que torna as lésbicas uma negação da categoria feminina. Após esse período, passou-se a usar o discurso científico para diferenciar biologicamente homens e mulheres, com fins morais e políticos, radicalizando a diferenciação entre os corpos sexuados para se buscar sua leitura. É o momento em que a anatomia torna-se justificativa para a explicação dos comportamentos sexuais, dentre outros (BENTO, 2008).

São corpos com anatomia masculina e feminina, biologicamente construídos para desempenharem comportamentos sexuais aceitáveis dentro da inteligibilidade que adquirem a partir de incessantes “operações de repetição e de recitação dos códigos socialmente investidos como naturais” (BENTO, 2008, p.30) que são característicos da heterossexualidade compulsória. Essas são, pois, características do dimorfismo que legitima o binário pela anatomia dos corpos. Para a autora, é com fixação na natureza biológica dos indivíduos que se deve

estabelecer socialmente, seu comportamento (incluindo o sexual), identidade de gênero e sua subjetivação.

Com o descrito acima, é notório que, tanto o isomorfismo como o dimorfismo dos corpos, excluía as possibilidades de vivências transexuais, de corpos que se situassem além das fronteiras binárias dos sexos masculino e feminino. Apesar de já superado, o isomorfismo alimentou discursos machistas sobre a preponderância masculina diante das mulheres a partir de sua anatomia, reverberando efeitos de sentido em discursos atuais que tomam a mulher como sexo frágil. Já o dimorfismo nos corpos, a seu modo, continua fortalecendo o que já apresentamos como a matriz da inteligibilidade cultural dos gêneros.

É o corpo sexuado, marcado pela presença de um pênis ou de uma vagina, que garante a identidade de um indivíduo dentro das normas da inteligibilidade dos gêneros. Antes mesmo de seu nascimento, ele já é clivado pela ideologia que age através das formações discursivas em que estão inscritos os membros da família após a revelação de seu sexo biológico. Acrescentamos, segundo Bento (2008, p.36) que "antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo". É o momento em que a anatomia das genitálias passa a delimitar cores, objetos e brinquedos a serem usados pelas crianças dentro das normas de gênero. Logo, os gêneros são "o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuados" (BENTO, 2008, p.36).

Haja vista o que fora exposto, concluímos que os gêneros são ficções que não existiriam se não pela atuação de tecnologias sofisticadas sobre os corpos. Antes de naturais, elas compõem todo um sistema que legitima corpos cisgêneros e os impõem aos transexuais, que são postos à margem do binarismo sustentado pela matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros, na então heterossexualidade compulsória. Butler (2017) qualifica essas tecnologias como "normas de gênero", sendo responsáveis pela produção de "um conjunto de estilos corporais que, em forma reificada, aparecem como a configuração natural dos corpos em sexos que existem numa relação binária uns com os outros" (BUTLER, 2017, p.241).

Essa questão ficcional é levantada quando tanto se polemiza em torno de pessoas que passam por processos de redesignação de gênero, como é o caso do canadense Trevor Macdonald (Figura 10). Ele é um homem transexual, de orientação homossexual e que, após oito anos em meio a tratamentos hormonais e cirurgia para retirada dos seios, optou por engravidar. A decisão foi tomada

juntamente com seu esposo quando já tinha 30 anos de idade e incluiu, também, o cuidado de amamentar o bebê com seu próprio leite.

Figura 10 - Homens trans e seu filho



Fonte: <https://catracalivre.com.br/cidadania/homem-trans-gay-fala-sobre-sua-experiencia-de-amamentar-o-filho/>

Além disso, há possíveis questionamentos em torno do nome social adotado por sujeitos trans, que podem escolher não mudá-lo ou, ainda, adotar outro que não atenda as expectativas binárias que legitimem nomes socialmente aceitos para homens e para mulheres. São escolhas de ordem subjetiva e que são interdiscursivamente significadas como veremos nas entrevistas, no capítulo 5, seção “Questionamentos sobre o nome social”. Sobre essa subjetividade (blindada na AD pela psicanálise), Butler apresenta uma breve descrição da relação entre alma e corpo:

A alma é precisamente o que falta ao corpo; conseqüentemente, o corpo se apresenta como uma falta significativa. Essa falta, que o corpo é, significa a alma como o que não pode ser mostrado. Nesse sentido, o corpo é uma significação de superfície que contesta e desloca a própria distinção interno/externo, a imagem de um espaço psíquico interno inscrito sobre o corpo como significação social que renuncia perpetuamente a si mesma como tal (BUTLER, 2017, p. 233).

Para ela, o corpo reflete a alma de modo que nós não somos os nossos corpos, como se pensava à priori. Ele é um todo complexo de desejos, fruto da ação do inconsciente - na falta que é constitutiva do sujeito e também do próprio corpo -

que “desenha suas fronteiras”, juntamente com a ação das normas reguladoras dos gêneros (sociais, culturais e políticas), que agem sobre ele. Trazemos a citação acima como mais um argumento de que a estrutura corporal primária não pode ser pré-requisito para determinar a identidade de gênero e a sexualidade dos indivíduos. Contrariamente a isso, defendemos que os corpos são espaços de inscrição discursiva, que poderão ou não, simular as identidades padrões de gênero, sendo ressignificadas a partir das FDs em que estão inscritos os sujeitos.

Para Butler (2017), é no corpo que se inscrevem os gêneros que são apenas uma fabricação, uma fantasia “instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos” (BUTLER, 2017, p.236). Logo, eles não “podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeito de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável” (*ibidem*). Nessa lógica, se os corpos servem apenas como suporte para essa inscrição ficcional, uma superfície que reflete um tenso aparelho de reprodução de padrões políticos e culturais impostos, eles também se tornam fronteiras movediças suscetíveis a outras ideologias que não apenas a dominante. É nessas condições que Butler (2017, p.244) afirma que eles “podem se tornar completa e radicalmente incriveis” ao irromperem em novas discursividades, que são efeitos da resistência a considerações de que o corpo é construído anteriormente ao discurso. A esse respeito, a autora faz a seguinte crítica:

Todo discurso que estabelece as fronteiras do corpo serve ao propósito de instaurar e naturalizar certos tabus concernentes aos limites (*do socialmente hegemônico*), posturas e formas de troca apropriados, que definem e constituem o corpo. (BUTLER, 2017, p.226).

Conseqüentemente, o que conhecemos como “corpo”, aparentemente estável, é fruto das relações de embate entre as normas reguladoras de ordem heterossexual e as forças de resistência que são de ordem subjetiva e ideológica, que denunciam as tentativas de extermínio de corpos que fujam dos padrões binários.

A despeito da relação entre corpo e gênero, Butler (2017) defende a tese de que a identificação dos sujeitos com os gêneros se materializa em atos, gestos e atuações. Logo, os gêneros são performativos e agem sobre a superfície dos corpos mediante um regime de repetição: simulam-se padrões de masculinidade e de feminilidade que, de tanto que são repetidos em nossa cultura, ao longo dos

séculos, passam a ser aceitos como os coerentes e normais. Como exemplo, podemos pensar nas marcas que são geradas no corpo a partir dos gêneros. Já se é costume cultural, furar as orelhas de uma criança do sexo feminino e colocar brincos logo após o parto, enfeites no cabelo e vesti-la com roupas cor de rosa. Já o menino ganha roupas azuis e habitua-se a brincar com carros e a jogar futebol. Isso é feito de forma repetida até que ganhe um regime de normalidade e aceitação pela criança que, eventualmente, passará a incorporar esses valores que lhe são impostos como consequência de suas genitálias. Vejamos a seguinte tira que exemplifica nossa argumentação (Figura 11):

Figura 11: Transpondo as barreiras binárias



Fonte: BENTO, 2008, p.63.

A Figura 11 retrata uma criança que está brincando com uma boneca. Por ser do sexo masculino, ela é solicitada que troque o brinquedo em questão por uma bola – brinquedo de menino. A não identificação da criança com a bola é aguçada quando ela simula uma gravidez, usando o brinquedo que lhe é incorporado ao corpo no desejo de engravidar. Há, nessa situação, uma transgressão ao padrão binário dos gêneros, que ganha significação simbólica no corpo. Com isso, ela

poderá ser violentamente rejeitada por expor outras possibilidades de vivências de gêneros. Trata-se, pois, da marca do corpo-gênero pelo performativo: uma fabricação com fins de criar uma ilusão “de um núcleo interno e organizador do gênero” (BENTO, 2008, p.236) e de mantê-lo em sua estrutura binária. Disso decorre a inexistência de uma verdade sobre ele, já que sua produção visa apenas à manutenção de “efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável” (*ibidem*), legitimando a punição a aqueles que não desempenhem corretamente o gênero que lhe for atribuído, ou que não acreditem nele.

Voltemos ao caso de Trev Macdonald. Em depoimento que retiramos do site *Catraca Livre* (2018), ele faz a seguinte afirmação: “Ao se ouvir que uma pessoa trans engravidou, a reação é: ‘Isso não faz sentido’. No entanto, as coisas são mais complexas. Somos muito mais diversos”. Com essa afirmação, ele contesta o próprio caráter artificial dos gêneros que são camuflados pela performatividade que se processa em regime de repetição:

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2017, p.244).

Trata-se, pois, de uma engrenagem performativa que busca se limitar à repetição dos padrões impostos pela heterossexualidade compulsória e pelo binarismo dos gêneros. Todavia, sua fragilidade é denunciada quando surgem novos sujeitos como Trev. Sua existência quebra essa engrenagem e dá origem a novas rotações, mostrando que é possível um homem trans engravidar, ser gay e amamentar seu filho. E por que não? Negar essa assertiva é uma tentativa de manutenção da matriz de inteligibilidade dos gêneros, uma vez que:

A transexualidade e outras experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque desobedecem às normas de gênero; ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas (BENTO, 2008, p.38).

Com isso, é inquestionável que homens e mulheres transexuais, não necessariamente, precisam repetir os padrões sociais e culturais impostos às identidades que legitimam masculinidades e feminilidades cisgêneras para se afirmarem como tais.

No caderno elabora pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2018, p.9-10) intitulado *Homens trans: vamos falar sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis?*, há o cuidado em afirmar que as características normalmente atribuídas aos homens trans são resultado de uma cultura que marca traços de masculinidades através dos seguintes mecanismos:

- i. Uso de roupas que marcam o gênero masculino e corte de cabelo curto.
- ii. Nome social masculino que marca o reconhecimento social.
- iii. Uso de coletes compressores ortopédicos, fitas adesivas ou faixas para compressão dos seios até que seja realizada a mamoplastia ou retirada das mamas.
- iv. Uso de testosterona para crescimento de pelos no rosto e no corpo, mudança da voz, da estrutura corporal, interrupção da menstruação e crescimento do clitóris.
- v. Retirada do útero, dos ovários e fechamento do canal vaginal.
- vi. Realização da cirurgia genital – neofaloplastia ou metoidioplastia.

Ainda no caderno, todos esses artifícios, sejam dos mais simples, como a escolha de usar roupas legitimadas como masculinas, ou intervenções cirúrgicas (fruto de tecnologias mais sofisticadas), podem ser resumidos a recursos culturais que não são uma regra para definir alguém como homem trans. Antes disso:

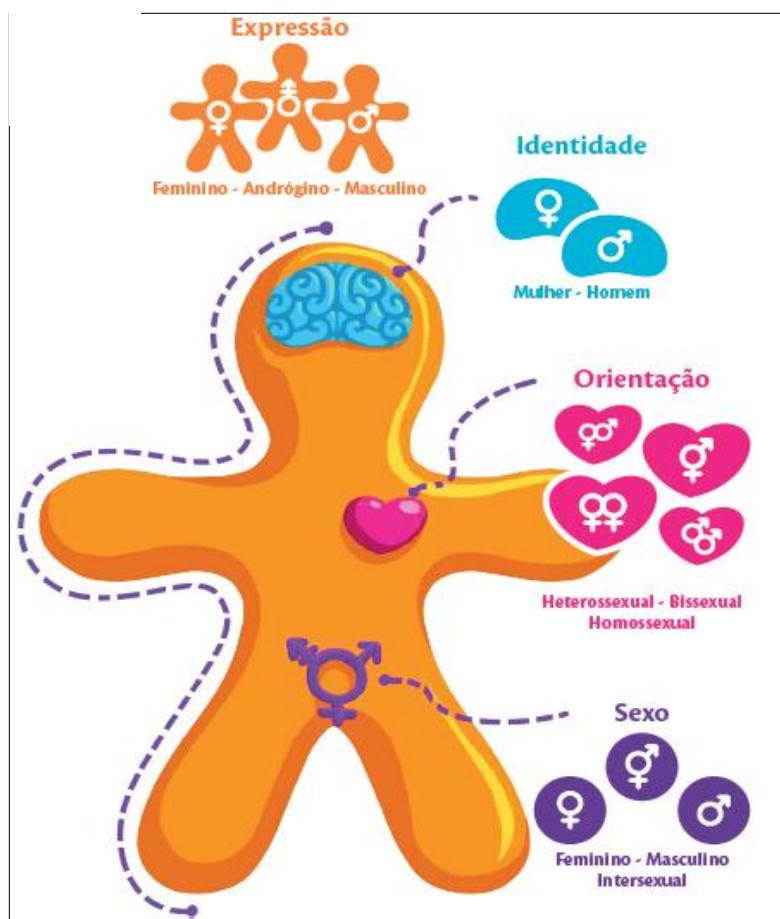
Eles são requeridos para que [...] cada um adapte a expressão do seu gênero e masculinidade de modo a se sentir mais confortável em relação ao seu corpo, tenha mais bem-estar psicológico e alcance mais satisfação em relação ao reconhecimento social de sua identificação no gênero masculino (BRASIL, 2018a, p.9).

Muitos homens trans, por exemplo, podem escolher não intervir cirurgicamente em seus corpos, ou, simplesmente, manter o nome de registro de nascimento em sua expressão de gênero. Mas o que vem a ser expressão de

gênero? O termo, tal como descrita por Reis (2018, p.25) no *Manual de Comunicação LGBT+*, corresponde ao modo como uma pessoa se expressa publicamente, a ver seu modo de se vestir, nome social adotado, características corporais, modo de falar, de andar, de se expressar, de interagir socialmente. É, pois, a percepção visível e palpável que se tem a respeito do gênero – digamos que seria a ponta do *iceberg*. A parte não visível corresponde à orientação sexual e à própria identidade de gênero.

Vejamos a seguinte ilustração (Figura 12) proposta por Reis (2018) que apresenta, de forma simples e elucidativa, a discussão que tratamos no presente capítulo sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Chamaremos essa imagem de “uma possível construção da identidade humana”.

Figura 12: Uma possível construção da identidade humana



Fonte: REIS, 2018, p.32.

Salientamos que a imagem é apenas uma breve amostragem de como se constituem as identidades, pois há outras formas de vivenciar a sexualidade além da

hetero/homo/bissexualidade, tal como é posto sobre a orientação sexual na cor rosa. Sobre a identidade de gênero, relacionada a ser homem ou mulher (cor azul), há, também, os sujeitos que se situam à margem desse binarismo e se subjetivam de outras formas, marcando performances não binárias. Isso também poderá ou não ser refletido na expressão de gênero de cada indivíduo.

O mais relevante nessa discussão não é a classificação, tal como está posta, mas sim a compreensão de que os processos de subjetivação dos indivíduos em sujeitos e, conseqüentemente, a construção de sua identidade, é perpassada por questões maiores como sua interpelação pelas formações ideológicas, a política e a cultural em que estão inseridos. É no/através do discurso que esses três componentes ganham força e contornos que (res) significam corpos, nomes sociais, expressão de gênero e também o sexo anatômico. Por conseguinte, os sentidos sobre a identidade sempre poderão ser outros, nunca serão estáveis, podendo irromper em novas discursividades, que não somente o que se apresenta na Figura 12 anteriormente exposta.

Exatamente por serem novas, fluidas e impossível de serem engessadas, as discursividades sobre a constituição da identidade de sujeitos transexuais ganham contornos de resistência em meio a manifestações de preconceito contra sua existência, implicando em um contínuo processo de luta e de militância político-social contra ações dos aparatos legalmente institucionalizados, sob a forma dos AIE. É sobre tal temática que discorreremos a seguir.

3.6 Preconceito, resistência e dificuldades do sujeito transexual

Muitas dificuldades enfrentadas pelos sujeitos transexuais são resultantes do binarismo discursivo que ainda rege a nossa sociedade nas relações entre orientação sexual e identidade de gênero. Metaforicamente, podemos evidenciar a aceitação única e irrestrita de duas cores: o preto e o branco. Mas como ignorar toda uma aquarela e engessar um discurso em torno dessas duas cores? Como negar toda uma gama de cores e tons que compõem a diversidade humana?

É dessa negação que se alimentam o preconceito, a transfobia, a violência e a intolerância diante do diverso. Esse modelo binário preto/branco que opõe, para Modesto (2014) os gêneros feminino/masculino, a orientação em heterossexual/homossexual é deveras inconcebível. Assim também o é aquele que

promove a legitimação das práticas heterossexuais como as corretas e a superioridade da masculinidade, responsável pela produção de efeitos de sentido em discursos machistas cristalizados socialmente. Diante desse cenário, a autora afirma que:

[...] para a identificação dos sujeitos, pensamos a possibilidade de gradientes, como sistemas de muitas diferenças de condição e comportamento sexual e de gênero, que se cruzam e são interdependentes, marcando os indivíduos temporalmente: gradiente de orientação sexual, que vai da homossexualidade à heterossexualidade e vice-versa, passando por graus de bissexualidade à heterossexualidade; gradiente de identidades de gênero, que vai das mulheres e homens cisgêneros, em oposição às mulheres e homens transgênero, [...] passando por graus de masculinidade e feminilidade, independentemente do biológico; aparência e comportamentos de gênero que vão do masculino ao feminino e vice-versa, passando por graus de androginia. (MODESTO 2014, p. 109,110).

Enfatizamos, ainda, a necessária desvinculação das identidades de gênero e da sexualidade do fator organicista e biológico que nos marcam no nascimento, bem como da necessidade de procriação, somente possível nas relações “macho” e “fêmea”, responder pela “rotulação social” de quem é homem/mulher.

Para Soares (2017), as questões cromossômicas que marcam os sexos como feminino ou masculino já são, por natureza, inexatas, pois uma criança pode possuir cromossomos do tipo XX e, ainda assim, não ter todos os atributos anatômicos do sexo feminino, o que tornam ainda mais inexpressivas as considerações de que o sexo anatômico deve determinar o comportamento de homens e mulheres, bem como sua identidade de gênero.

Ainda para o mesmo autor, todas as pessoas carregam um pouco da transexualidade dentro de si, já que nossas identidades não são estáveis e, sim, porosas (tal como ocorre com o funcionamento das formações discursivas, discutido no primeiro capítulo da tese). Isso se deve à impossibilidade de uma identificação plena do sexo biológico com as práticas sociais em que estamos inseridos culturalmente.

Logo, acreditamos na fluidez desses gradientes e em sua temporalidade, tal como fora afirmado acima, inviabilizando o binarismo sexual e do gênero. Isso nos leva a refletir sobre a existência do não-binário, que caracteriza os sujeitos que

não se identificam nem com a identidade masculina nem com a feminina ou, ainda, mantêm simultaneamente características femininas e masculinas em seus corpos. Também defendemos que são fluidas as identidades de gênero e orientação sexual dos sujeitos; o que é resultado do comportamento das formações discursivas que é regido pelo funcionamento da ideologia. Afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, o sujeito pode ter sua identidade constantemente ressignificada, implicando em mudanças na posição-sujeito, identificação a outra FD e, conseqüentemente, novas formas de se significar como homem/mulher. Frisamos que tais processos independem de sua orientação sexual, que, de forma similar, também poderá fluir em novas direções.

Para Costa *et al* (2014), as barreiras enfrentadas pela população transexual ultrapassam as questões fisiológicas, perpassando a saúde pública, o jurídico, questões sociais e religiosas. No caso da saúde, por exemplo, existe um recorrente sofrimento psíquico provocado pela não identificação da identidade de gênero com o sexo biológico, levando muitos a cometerem suicídio, ao estado depressivo, a desenvolverem transtornos de múltiplas personalidades, a distúrbios alimentares, a problemas de convívio social, dentre outros. Logo, a cirurgia de readequação de gênero precisa ser norteada por um acompanhamento psicológico pra fins de comprovação de sua viabilidade. Todavia, há entraves na saúde pública que, muitas vezes, inviabilizam esse acompanhamento psicológico, bem como o processo de mudanças físicas mediante cirurgia, agravando o sofrimento físico-psíquico de transexuais.

São questões ainda tangenciadas pela aceitação social, no ambiente de trabalho, no seio da família e que, encontram em aparelhos ideológicos como o religioso, uma alimentação do preconceito e da conseqüente marginalização da população transexual. São discursos ancorados em textos bíblicos que atribuem a Deus a criação do homem e da mulher (BÍBLIA, 2001); o que exceder esse binarismo não provém da sua ação. Logo, trata-se do poder do diabo que influencia a mente das pessoas para modificarem seus corpos. Quanto ao âmbito jurídico, apesar das recentes conquistas no Brasil, como vimos na seção “3.5.1 Corpo e nome social: aspectos legais” há ainda uma grande dificuldade de esclarecimento da população trans para obter um novo registro de identificação.

Além dessas dificuldades e da necessária garantia de direitos, como os jurídicos e do acesso à saúde, Bento (2009) salienta a importância da inclusão dos

sujeitos transexuais na elaboração de políticas públicas, bem como nas equipes de programas de transgenitalização para asseverar sua ativa atuação na esfera dos Direitos Humanos, não sendo apenas pessoas “beneficiadas” de programas e políticas públicas inclusivas, mas agentes decisivos para sua implementação. Ainda conforme a autora, o risco de sua elaboração por sujeitos não transexuais pode fortalecer as práticas heterossexuais, no momento em que é feita a inaceitável associação entre o corpo, o gênero e a sexualidade. Logo, ao passar pela transgenitalização, e “para que seja um membro aceito no novo gênero é necessário que a sexualidade seja heterossexual” (BENTO, 2009, p. 7).

Diversamente à problemática acima, defendemos que o sujeito trans pode ser homo, hétero, bissexual, assexuado ou transitar em sua sexualidade. Outro risco recorrente é o que a autora convencionou chamar de “infantilização da transexualidade”, que seria uma negação de escuta das vozes desses sujeitos nos exames que antecedem suas cirurgias, dando-lhes descrédito sobre seus relatos de desidentificação corpo-identidade de gênero, podendo prolongar, ou até, cancelar os procedimentos de transgenitalização.

Em meio a esse cenário de dificuldades, o modo como sujeitos transexuais vêm sendo discursivizados reforça a nomenclatura usada por Modesto (2014) que os classifica como “quase sujeitos”. Já Soares (2017, p.206) os descreve como “não sujeitos”, pois são “sujeitos sem corpos porque nem masculino e nem feminino. Sem lugar, uma vez que eles não podem aqui ou, se podem, não podem da forma como são. E sem língua, porque também não se encaixam na binaridade”. Nessa mesma perspectiva, Butler (2017, 194,195) trata de uma forma de lei que o binarismo tenta estabelecer em meio aos gêneros masculino e feminino e o corpo, de modo que “as imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumano e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece”.

Logo, é somente a partir da aceção do gênero dentro do binarismo que o corpo é tomado como humano, que o ser em questão é humanizado, tratado como pessoa. Com isso, ele passa a ter direito a um lugar na sociedade e ser legitimado por uma língua que somente admite dois pronomes de tratamento: “ele” e “ela”. Ser um “não sujeito”, um “quase sujeito”, um desumano ou abjeto, só reforça a cristalização de discursos que, por meio de uma memória discursiva, ecoam sentidos acerca de um engessamento das identidades de gênero, na dicotomia da

heterossexualidade compulsória e sobre o modo como os transexuais são marginalizados socialmente nessa discursivização. Prossigamos com nossa exposição e discussão teórica, agora sob a perspectiva dos embates discursivos em torno do discurso médico e da patologização da transexualidade.

3.6.1 Preconceito e discursivização do sujeito transexual

A discursivização da transexualidade tem ganhado contornos pouco contestáveis se tomarmos como foco o discurso médico. Para Bento (2009) e Modesto (2014), isso se deve ao seu teor de verdade incontestável. Para elas, trata-se de uma discursivização que vem (re) inventando a transexualidade como uma patologia ao “catalogar” os transexuais como “transtornados, disfóricos, pervertidos, psicopatas; enfim, sujeitos que só merecem existir nos compêndios do saber médico” (BENTO, 2009, p.3). Essa catalogação responde, ainda, por alimentar uma necessária classificação binária entre homens masculinos (com pênis) e mulheres femininas (com vagina), todos com orientação heterossexual. Como crítica a essa classificação, Bento faz a seguinte afirmação:

Ler a sexualidade pela lente do gênero, supor o masculino e feminino como expressões da complementaridade do sexo ou que as transformações corporais realizadas pelas pessoas transexuais são os ajustes necessários para se tornarem heterossexuais, é considerar o binário como modelo único para expressar as construções das identidades (BENTO, 2008, p.59).

Logo, afirmamos que a catalogação acima descrita é necessária para garantir a hegemonia da ideologia dominante, através de seus AIRE, como uma verdade incontestável e que não pode ser ameaçada por identidades errantes e transdesviadas da norma.

Vejamos como são descritos os transexuais (na Associação Americana de Psiquiatria) pelo Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM – 5):

Transexual indica um indivíduo que busca ou que passa por uma transição social de masculino para feminino ou de feminino para masculino, o que, em muitos casos (mas não em todos), envolve também uma transição somática por tratamento hormonal e cirurgia genital (*cirurgia de redesignação sexual*). (DSM – 5, 2014, p.451)

É o discurso médico que atesta essa condição binária como a “normal”, apoiando-se na discursivização social dos gêneros para justificar a possibilidade de intervenções cirúrgicas e, com isso, fortalece os discursos já cristalizados sobre as identidades masculinas e femininas. Ainda nesse manual, os transexuais são descritos como um “transtorno, condição ou problema”, daí sua classificação como “disforia de gênero” para atestar o “sofrimento que acompanha a incongruência entre o gênero vivenciado e expresso e o gênero designado ou de nascimento” (DSM – 5, 2014, p.822).

No compêndio clínico, a transexualidade está presente no catálogo denominado CID 10, que corresponde à *Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde* (CID), e recebe essa numeração “10” por ser a décima edição que fora publicada no ano de 1992. Todas as doenças nele catalogadas recebem uma codificação padrão que é estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), descrevendo as características das doenças bem como o quadro clínico dos pacientes por elas acometidos.

A organização do catálogo é feita em capítulos, de modo que a transexualidade está enquadrada no capítulo cinco que trata dos transtornos mentais e comportamentais, localizada na seção que aborda “os transtornos da personalidade e do comportamento do adulto” (com codificação que compreende o intervalo de F60 a F69). Tal codificação a rotula como um transtorno de identidade sexual – transexualismo com código F 64.0 e tem seguinte descrição:

Um desejo de viver e ser aceito como um membro do sexo oposto, usualmente acompanhado por uma sensação de desconforto ou impropriedade de seu próprio sexo anatômico e um desejo de se submeter a tratamento hormonal e cirurgia para tornar seu corpo tão congruente quanto possível com o sexo preferido (CID-10, 1993, p.210).

Logo, a questão da patologia consiste em depositar no indivíduo a problemática pelo conflito identitário vivido. A solução é dirimir esse problema mediante uma cirurgia que o torne uma pessoa o mais próximo possível dos padrões em que se reconhecem homens e mulheres cisgêneros em nossa sociedade.

Tal como Bento (2009), propomos uma despatologização da transexualidade por defendermos que se trata de uma, dentre tantas outras, condições possíveis de existência da natureza humana:

Despatologizar as identidades significa desnaturalizá-las, apontar o conteúdo ideológico dos discursos médicos e dizer claramente que, em nome da ciência, se está garantindo as normas de gênero a partir de uma brutal violência contra aqueles que são definidos, catalogados, classificados, como transtornados, disfóricos, pervertidos, psicopatas, enfim, sujeitos que só merecem existir nos compêndios do saber médico (BENTO, 2009, p.3).

Logo, cirurgias corretivas de adequação de gênero não são antídotos para se criar novas identidades, e não aceitar esse tipo de despatologização é retroceder a um momento em que a psicanálise de Freud e de Lacan ainda não compreendia o fenômeno, como já descrevemos no capítulo anterior, de modo que os conceitos elaborados se aproximavam do tratamento dado à homossexualidade (até então homossexualismo – com sufixo “ISMO” denotando doença), da perversão, dentre outros conceitos.

Além disso, a desvinculação da transexualidade a um quadro patológico busca romper com ideias de que homens necessariamente precisariam ter pênis para se afirmarem como pertencentes ao gênero masculino, assim como as mulheres afirmarem a necessidade de terem útero e vagina para marcar seu pertencimento ao gênero feminino. Até porque, a afirmação de uma identidade de gênero está longe de ser ligada ao fisiológico, encontrando sua construção no seio da cultura e da subjetivação social do indivíduo sobre os objetos discursivos, sobre o nome social e sobre a resignificação de seu corpo enquanto discurso, em meio a características físicas que o signifiquem como homem ou como mulher.

Em concordância com Bento (2009, p.3), que afirma a necessidade de “discutir os limites de uma ordem de gênero que exclui qualquer possibilidade de trânsito, de deslocamento”, defendemos, através da teorização da Análise de Discurso francesa, que as identidades de gênero, bem como a orientação sexual dos sujeitos podem transitar, com deslocamentos que os (res) signifiquem a partir do movimento de embates das FDs, em meio à interpelação ideológica, e também através da ação do inconsciente. Logo, encontramos uma aproximação de nossa defesa em torno do trânsito de identidades ao conceito de transgênero apresentado

pelo DSM – 5 (2014, p.831) como “o espectro amplo dos indivíduos que transitória ou permanentemente se identificam com um gênero diferente do seu gênero de nascimento”.

Sobre o anteriormente exposto, nosso posicionamento é favorável à nova versão do CID, em sua 11ª versão, que entrará em vigor em 01 de janeiro de 2022 e que retira a transexualidade da condição de transtorno mental. O novo documento, organizado e lançado pela OMS em 18 de junho de 2018, representa um marco histórico na luta de transgêneros, em todo mundo, pela despatologização da transexualidade como uma doença mental. Na nova versão, a então “incongruência de gênero” é catalogada em uma nova seção voltada para a saúde que a configura como "condição relativa à saúde sexual". Dessa forma, reduzem-se estigmas e discursos patologizantes sobre a população trans que os tentam reduzir a pessoas doentes mentalmente. Todavia, há que se pensar que a permanência da “incongruência” no catálogo possa ser negativa, como afirmam alguns ativistas LGBT, pois pode significar a reverberação de discursos preconceituosos que adjetivam os transgêneros como pessoas anormais. Por outro lado, há que se ponderar a importância do destaque dado pelo CID-11 à transexualidade como condição relativa à saúde, uma vez que essa população carece de atendimento a várias demandas como hormonização, acompanhamento psicológico, psiquiátrico, clínico, dentre outros.

Voltemos ao DSM – 5 (2014). De acordo com ele, os transexuais, cuja patologia era, até então, a disforia de gênero, apresentam as seguintes características:

Em maior ou menor grau, adultos com disforia de gênero podem adotar o comportamento, as vestimentas e os maneirismos do gênero experimentado. Sentem-se desconfortáveis com o fato de serem considerados pelos outros ou de funcionar na sociedade como membros do seu gênero designado. Alguns adultos podem sentir desejo intenso de pertencer a um gênero diferente e de ser tratados como tal e podem ter a convicção interior de sentirem e reagirem como o gênero experimentado sem procurar tratamento médico para alterar as características corporais. Eles podem encontrar outras maneiras de solucionar a incongruência entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado, vivendo parcialmente o papel desejado ou adotando um papel de gênero que não seja convencionalmente masculino nem convencionalmente feminino. (DSM – 5, 2014, p.454)

Dentro do movimento LGBT, há posicionamentos diferentes por parte de seus integrantes sobre essa forma de classificar a transexualidade: de um lado, temos aqueles que apoiam a ideia de patologizá-la, por acreditarem que isso amplia as possibilidades de apoio do poder público para realização de intervenções cirúrgicas, acompanhamentos na saúde e no âmbito jurídico; de outro, há os que negam essa condição patológica, influenciados pelo Movimento Global de Combate à patologização de Identidades Trans (SOARES, 2017).

É nesse movimento global que foi ancorada a Campanha Internacional *Stop Trans Pathologization* (STP - Pare com a patologização trans) que conta com uma mobilização internacional anual denominada “Dia Internacional de Ação pela Despatologização Trans”. O evento é realizado sempre no mês de outubro em vários países, mas a campanha conta com diversas ações durante o ano inteiro que são promovidas por instituições ativistas LGBT, dentre outras. Os principais objetivos da Campanha STP são:

[...] a retirada da classificação dos processos de transição entre gêneros como transtorno mental nos catálogos diagnósticos (o DSM, da Associação Psiquiátrica Estadunidense, e o CID, da Organização Mundial de Saúde), o acesso a uma atenção sanitária trans-específica que seja pública e gratuita, a mudança do paradigma de atenção sanitária trans-específica de um modelo de avaliação a um enfoque de consentimento informado, o reconhecimento legal de gênero sem requisitos médicos, a despatologização da diversidade de gênero na infância, assim como a proteção contra a transfobia (STP, 2017).

Além desses objetivos, essa rede Internacional que lutou até lograr êxito com a recente despatologização da identidade trans, apresenta um manifesto endereçado à classe política, enfatizando que classificar os transexuais como transtornados só reforça o binarismo dos gêneros. Tal binarismo nega o que há além dessa condição e tem sua fragilidade na impossibilidade da transexualidade ser ignorada, evidenciando que o transtorno está nesse binarismo defendido pelo Estado em uma postura opressora e transfóbica. O manifesto (STP, 2017) apresenta ainda as seguintes reivindicações e denúncias:

- i. O direito de modificação do nome e sexo nos documentos oficiais sem prévia necessidade de submissão à avaliação médica psicológica, retirando do Estado toda forma de poder sobre os corpos, nomes e identidades trans.

- ii. O direito a livre decisão de modificações no corpo sem impedimentos burocráticos, políticos, econômicos ou da classe médica, de modo que os sistemas de saúde reformulem seus programas de atenção à transexualidade, considerando que os mesmos foram elaborados a partir de sua categorização como transtorno e que encontra, na transfobia, o suporte para a avaliação psiquiátrica e para o acompanhamento psiquiátrico que deveria ser opcional.
- iii. Acabar com as cirurgias de recém-nascidos *intersex* que privam o sujeito de intervir sobre o próprio corpo em momento oportuno.
- iv. Denuncia às dificuldades de inserção e permanência de transexuais no mercado de trabalho, pondo fim à sua marginalização e discriminação para concorrer a vagas de emprego.
- v. O direito à saúde e condições seguras para realização do trabalho sexual, pondo fim ao assédio policial sofrido por transexuais, bem como ao tráfico sexual.
- vi. Concessão de asilo político a transexuais refugiados de outros países, garantindo-lhes equiparação de direitos, visto que ainda têm como característica o pertencimento a um dos grupos com maior vulnerabilidade em nossa sociedade.
- vii. Denuncia a todos os assassinatos, agressões e suicídios de transexuais que têm como causa a transfobia e são, pois, de responsabilidade do Estado que silencia diante desse quadro.

Frisamos que, por mais que a transexualidade tenha sido retirada da ordem de patologia mental, como anunciado pela OMS, o movimento ainda ganha força e permanece em luta, pois, por mais que haja avanços na medicina, o interdiscurso que toma os transexuais como transtornados ainda reverbera efeitos de sentido em torno de práticas sociais preconceituosas e segregadoras:

Legitimar as normas sociais que constroem nossas vivências e maneiras de sentir implica invisibilizar e patologizar o restante das opções existentes e marcar um único caminho que não questione o dogma político sobre o qual se fundamenta nossa sociedade: a existência, única e exclusiva, de somente duas formas de ser e sentir (STP, 2017).

Nos embates discursivos sobre tal ativismo político e sobre a necessidade de quebra de valores binários, frutos da patologização, o que se pode observar, a partir da perspectiva teórica da AD, é a heterogeneidade discursiva da posição-sujeito dos indivíduos transgêneros e demais LGBT, que já discutimos na seção “1.2 Individualidade e resistência do sujeito trans: a língua de madeira e a língua de vento”. À priori, sabemos que ocupam uma mesma posição-sujeito: ativistas em defesa dos direitos de LGBT, todavia, quando suas divergências são acentuadas, observamos o que Cazarin (2005) conceitua como heterogeneidade da posição-sujeito. Logo, há uma cisão, na categoria LGBT, que os divide em apoiadores do Estado e do discurso médico (no que tange à patologização), defendendo a importância da patologia como um canal de acesso à saúde pública, e os que são contra essa medida, por afirmarem que a assistência médica adequada deve ser garantida, independente de um compêndio médico classificador de identidades trans como uma doença.

Da mesma forma, pensamos a questão do preconceito que existe dentro do movimento LGBT, entre os próprios transexuais operados e não operados, e daí pensarmos a questão da divergência e da diferença. São embates discursivos, cada dia mais tensos, e longe de um consenso, seja dentro do grupo em questão ou, mesmo, por outros setores da sociedade, o que inclui o discurso médico que já detalhamos. Trata-se de uma arena de lutas que também envolve questões culturais, as reais necessidades de sujeitos transexuais que necessitam ou não passar por intervenções em seu corpo (reforçando ou não o binarismo de gênero homem – mulher) e, ainda, aqueles que se opõem a essas necessidades mediante uma politização ideológica de uma necessária ausência de gêneros.

Apesar das críticas dos que afirmam que as intervenções no corpo feitas pelos transexuais reforçam a primazia do binarismo sexual e de gênero “homem – mulher”, concordamos com Bento (2009) quando ela afirma que a transexualidade, por si só, provoca fissuras nesse binarismo tomado como modelo ideal. Vejamos a imagem a seguir, do transexual e ativista Dash que tem um canal de vídeos em uma rede social na *internet*. Ao postar fotos exibindo sua nudez (Figura 11), ele rompe com uma série de dogmas e preconceitos que tentam censurar a nudez transmasculina e transfeminina: “Não vejo meu corpo como tabu, então não vou tratar como se ele fosse. Antes eu ficava preocupado de a família ver, mas depois

que comprei a câmera e tirei algumas fotos, achei tão bonito que postei e saí correndo”. (LUCON, 2016).

Figura 13 - Dash nu



Fonte: LUCON, 2016.

Sobre toda repercussão sobre suas fotos sem roupa, Dash argumentou: “Fiquei meses pensando, ‘mas porque se fosse um homem cis era ok de postar e, para um homem trans, é essa dificuldade toda?’” Muita gente ficou de boas, o que me fez pensar que às vezes o maior tabu tá na gente mesmo” (LUCON, 2016). Lançamos, então, o seguinte questionamento: por que corpos trans precisam ser censurados em ensaios nus artísticos? A partir do afirmado por Dash, vemos que se trata de um preconceito que os inibe a uma liberdade de expressão que é legitimada aos homens cis e negada aos homens trans. Indo mais fundo sobre essa questão, defendemos que se trata da ação da ideologia dominante, atuando naquilo que Butler (2017) chama de matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros, coibindo e constrangendo, sujeitos trans de exporem publicamente seus corpos nus.

A foto a seguir (Figura 14) também faz ecoar efeitos de sentido de resistência aos padrões binários de beleza que cultuam corpos de homens e mulheres cisgêneros. O modelo fotografado chama-se Paulo Vaz, tem 31 anos e é formado em Design. Na imagem ele aparece nu, cobrindo sua genitália e parece

expor com orgulho as cicatrizes de sua cirurgia de retirada dos seios femininos. São fissuras na carne que denunciam àquelas provocadas no sistema binário. A foto rompe com expectativas culturais, sociais e pode provocar as mais diversas reações em quem as contempla – desde admiração, curiosidade e até contestações machistas, por uma quebra de expectativas percebida na declarada ausência do falo (Como poderia um homem em padrões tradicionais de beleza não ter um pênis?). São, pois, questionamentos que já lançamos logo no início desse capítulo e que ecoam efeitos de sentido de censura, buscando autorizar quem pode (ou não) assumir o lugar de fala como homem.

Figura 14 - Modelo trans nu



Fonte: ÁVILA, 2017.

Logo, corpos trans, quando expostos nus, rompem barreiras de plataformas discursivas que tentam restringi-los aos compêndios médicos, de curiosidades da natureza (na tentativa de anular sua humanidade) ou, ainda, ao mercado pornográfico. Trazer ensaios artísticos com modelos nus afronta/expõe a normalização binária e rompe com os estigmas que tratam esses corpos como aberrações a serem escondidas da sociedade. Como afirmou Dash, “a ideia de

mostrar ‘aquilo maravilhoso’ foi para evidenciar que corpos trans são lindos e que não tem que ser escondidos” (LUCON, 2016).

Como já vimos na AD e nesse capítulo, o corpo é também um espaço de significação onde são produzidos efeitos de sentido na constituição da identidade de sujeitos – sejam de resistência, de rompimento com os padrões ou de autoafirmação identitária dos sujeitos como seres humanos. As fotos acima representam uma afronta, pois denunciam a possibilidade de vivência dos gêneros fora das fronteiras delimitadas pela matriz inteligível dos gêneros. Logo, a transexualidade rompe com tudo o que já fora convencionalizado em discursos pré-construídos e desestabiliza matrizes de sentido que querem restringir sua discursivização ao clandestino.

Dada a diversidade humana e de constituição da identidade do sujeito, são extremamente importantes e significativos os processos discursivos que ocorrem no/através do corpo, em sua performance com o nome social e demais objetos discursivos. Enfatizamos, ainda, o que Costa *et al* (2014) afirmam sobre a necessária vinculação de um nome à identidade de gênero que modifica esse corpo, a fim de garantir ao sujeito “um direito de personalidade” e o equilíbrio mental que se realiza na relação sexo e prenome. Salientamos, porém, que assim como a performance das identidades de gênero sobre os corpos, os sujeitos poderão tomar para si prenomes e sobrenomes que também venham a divergir do que fora convencionalizado para adjetivar homens e mulheres, mantendo seus nomes de primeiro registro, bem como, lançar uso de nomenclaturas neutras que também possam fluir e se ressignificar com suas experiências de gênero.

Finalizada a construção teórica apresentada nesse e nos capítulos anteriores, apresentaremos, a seguir, o percurso metodológico que irá guiar nossas análises sobre o discurso de sujeitos transexuais sobre aspectos como o corpo, nome social, objetos discursivos, ‘preconceito e sociedade’ e ‘identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico’.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

As análises discursivas que serão desenvolvidas no capítulo seguinte terão como aporte teórico-metodológico a Análise de Discurso Francesa, o que demanda idas e vindas entre teoria, análise e (re) escrita desses preceitos teóricos e analíticos. Como nossa pesquisa trata da interface da AD com a área de gênero e sexualidade, iremos recorrer aos conceitos desenvolvidos nos capítulos anteriores sobre psicanálise, e também às noções de gênero, identidade, identidade de gênero e de orientação sexual a partir de teóricos por Judith Butler, Berenice Bento, Tomaz Tadeu da Silva e Foucault. Além deles, recorreremos a outros estudiosos que trabalham a interface da AD com nossa temática pesquisada, com pesquisas acadêmicas em segmentos que tratam da transexualidade em diálogo, por exemplo, com a religião.

Ainda sobre as teorias em que iremos nos ancorar para as análises, é importante frisarmos que o espaço analítico do *corpus* selecionado irá se configurar como um momento oportuno para aprofundamento teórico do que fora apresentado nos três primeiros capítulos, como a noção psicanalítica de recalque e a de alteridade. Em meio a esse aprofundamento e diálogo entre teóricos, iremos lançar mão, em alguns casos, da elaboração de novos conceitos em AD, como o da contraidentificação artificial a uma FD, que é fruto dos fenômenos discursivos analisados, em meio à produção de efeitos de sentido do *corpus* selecionado.

Assim como apresentamos no capítulo anterior, nossas análises também serão enriquecidas com a utilização de imagens publicadas *on line*, a fim de facilitar a compreensão do nosso leitor e também para enriquecimento analítico sobre discursos que ganham repercussão midiática sobre a transexualidade, o que ratifica a escolha do nosso tema em analisar o discurso de/sobre esses sujeitos. Também iremos recorrer a quadros-resumo ao término da análise discursiva de cada sujeito. Como nossa temática está centrada na investigação do trânsito e do comportamento das FDs que atravessam o discurso dos sujeitos entrevistados, tais quadros-resumo irão, não somente sintetizar, como também resgatar as posições-sujeito que ocupam os entrevistados quando identificados, contraidentificados ou desidentificados a uma determinada FD.

Sobre a constituição do *corpus*, Orlandi (2015, p.61) afirma que ela está intimamente ligada à análise: “a análise é um processo que começa pelo próprio

estabelecimento do *corpus*” e “decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca das propriedades discursivas”. Para sua constituição, de modo a obtermos a materialidade discursiva para as análises, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com duas mulheres e dois homens transexuais que tomaremos como grupo focal. Daí, selecionaremos as sequências discursivas que nos permitam atingir nosso objetivo maior que é analisar o movimento de embates entre as formações discursivas, no dizer desses sujeitos sobre sua subjetivação como transexuais e com isso, “mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos” (ORLANDI, 2015, p.61).

Os transexuais participantes das entrevistas são estudantes voluntários do ensino superior de instituições privadas da região metropolitana do Recife, bem como militantes da causa trans que foram convidados a partir da rede de relacionamento com outros sujeitos transgêneros entrevistados. As entrevistas foram realizadas no local escolhido como o mais conveniente para os entrevistados: duas aconteceram na residência de seus familiares, uma fora realizada em uma praça pública (haja a vista a não aceitação da família do sujeito entrevistado em compreender seu processo de trânsito identitário) e outra aconteceu em um ambulatório trans localizado em um grande hospital do Recife. Todas aconteceram em bairros da Região Metropolitana do Recife e foram gravadas em vídeo para posterior transcrição literal. Tal transcrição seguiu, como critério para recorte, a sequência dos questionamentos apresentados nas entrevistas que foram relevantes para atingirmos os objetivos secundários da pesquisa, considerando as condições de produção em que o discurso fora enunciado pelos sujeitos e o funcionamento da ideologia na (res) significação de cada elemento analisado. Logo, para dar maior visibilidade a determinados enunciados onde poderemos mobilizar certos conceitos, em AD, e ver como eles produzem sentidos, iremos grafá-los em negrito e em itálico.

Cada um dos sujeitos participantes recebeu uma carta de informação sobre a pesquisa, onde foi solicitada sua autorização para participação, mediante assinatura de um termo de livre consentimento e esclarecimento a fim de que a mesma cumprisse os requisitos para sua execução conforme fora aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco (Anexo 03).

Eles terão suas identidades preservadas, com a adoção de nomes fictícios de personalidades transexuais⁴⁶ conhecidas do grande público brasileiro:

- i. Thammy Miranda
- ii. João Nery
- iii. Rogéria
- iv. Léo Áquila

A escolha dos entrevistados ocorreu a partir dos seguintes critérios:

- i. Dois homens trans - um já em processo mais longo de intervenção clínica para a resignificação de sua identidade de gênero como transexual, e outro em processo mais recente de hormonização para as desejadas mudanças corporais. Ambos já se afirmam como “homens transexuais plenos”: têm convicção sobre sua identidade de gênero, o que é crucial em nossa pesquisa para compreendermos o trânsito das FDs que atua diretamente na subjetivação de cada um deles.
- ii. Duas mulheres trans – uma que assumiu sua identidade de gênero como tal há poucos meses antes da realização de nossa entrevista, e que está em processo inicial de terapias hormonais para a readequação do gênero a sua identidade; e outra que já passou por processos de cirúrgicos para colocação de próteses de silicone nos seios, bem como realizou todo um acompanhamento clínico que possibilitasse sua cirurgia de redesignação de gênero. Ambas, assim como os homens, consideram-se “mulheres trans plenas” – independentemente da realização de cirurgias de readequação de gênero.

Esses critérios de seleção não delimitam a idade dos sujeitos a serem selecionados para a entrevista, visto que a análise do discurso sobre a identidade de sujeitos transexuais independe da idade biológica em que estes se encontrem. De toda forma, os entrevistados serão todos maiores de 18 anos de idade, por questões

⁴⁶ Para mais informações sobre a biografia dos artistas a que nos referimos, indicamos ao leitor a consulta ao site: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/07/31/conheca-pessoas-trans-que-marcaram-a-historia-no-brasil-e-no-mundo.htm>.

legais. Feitas as entrevistas, faremos um recorte das sequências discursivas que apresentem uma materialidade discursiva satisfatória para as análises, podendo reduzir ou ainda ampliar o número de sujeitos participantes no grupo focal.

Em meio às análises das sequências discursivas, faremos também a do silêncio que se constitui como uma forma de materialização discursiva dos “não-ditos” e que se caracteriza também como uma forma de resistência do sujeito transexual que é individuado pelo Estado e por suas instituições por meio de relações de poder. Como consequência, a censura é produzida, legitimando dizeres que silenciam outros. (ORLANDI 2007, 2015, 2016). Em nosso corpus, são tentativas de censurar discursividades no corpo, nas vestimentas e na designação do nome social, proibindo dizeres. Todavia, quando esses dizeres são proibidos, outros emergem, ressignificando esses elementos. É o momento em que analisaremos a produção de novos efeitos de sentidos no discurso sobre a transexualidade, em meio à resistência a toda forma de silenciamento imposta por uma ideologia dominante binária.

Como o “não-dito” não se cala e produz sentidos, a partir do que é dito, tomaremos, nas análises, como assevera Orlandi (2015, p.82), todo um cuidado metodológico: “partimos do dizer, de suas condições e da relação com a memória, com o saber discursivo para delinear as margens do não-dito que faz os contornos do dito significativamente”, observando o que não está sendo dito e aquilo que é proibido de ser dito.

Como a língua é opaca, suscetível à falha, e o local onde se materializa o inconsciente, nossas análises irão considerar também os fenômenos linguísticos em que o sujeito do inconsciente pode ser observado:

[...] o analista de discurso vai trabalhar com o logicamente estabilizado e desestabilizado e com as tensões entre o dito e o não-dito, compreendendo os processos envolvidos nos deslizos e pontos de deriva da língua, que produzem algum sentido no corpus analisado (que pode sempre ser outro, ainda que não qualquer um), considerando em sua análise o estatuto do real da língua (JORDÃO; PETRI, 2018, 138-139).

Daí a relevância do aporte teórico da Psicanálise de Sigmund Freud e de Jacques Lacan para as análises discursivas onde forem materializados, na língua, elementos como os chistes e o recalque. Iremos nos ancorar também em teóricos da AD, como Bethânia Mariani e Maria Cristina Leandro Ferreira, que trabalham a

interface da teoria com o campo psicanalítico no momento das análises, recorrendo a conceitos já desenvolvidos no capítulo sobre Psicanálise, como o de real da língua, bem como inserindo e esmiuçando outros, como o de real do corpo, a ver o que for demandado pelo *corpus*: a ausência do falo, o incômodo com a menstruação, dentre outros. Convém frisarmos que o termo ‘falo’, é trabalhado na Psicanálise, de forma metafórica. Em nossas discussões, iremos recorrer a tal metáfora, porém o termo será empregado fazendo referência ao pênis a partir das considerações sobre o real do corpo/da língua.

A análise das entrevistas, após a transcrição dos áudios e posterior seleção do material transcrito, será distribuída em cinco seções, considerando os objetivos inicialmente propostos na pesquisa, de modo que buscaremos compreender os efeitos de sentido produzidos no discurso dos sujeitos analisados, considerando sua inscrição em determinadas formações discursivas e as posições-sujeito que ocupam ao enunciar. Os questionamentos nas cinco seções serão centrados em temáticas sobre o corpo, nome social, objetos discursivos, preconceito e também sobre identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico/jurídico, em um processo de escuta que nos permitiu ampliar e/ou redimensionar o leque de perguntas já elaboradas e anteriormente enviadas ao Comitê de Ética. Tal divisão foi proposta apenas para fins didáticos e metodológicos, o que significa que não iremos nos limitar a análise de determinados elementos quando emergirem em outras seções. Logo, delineado o *corpus*, partiremos em uma retomada de “conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise [...] ao longo de todo trabalho” (ORLANDI, 2014, p.64-65).

Para cada entrevista realizada, far-se-á a análise do discurso do sujeito, levando em consideração os cinco blocos de questionamentos que descrevemos anteriormente, e que se encontram dispostos no apêndice I de nossa tese. Em um primeiro momento, a análise discursiva busca a compreensão dos efeitos de sentido que ecoam a partir da decisão de fazer intervenções cirúrgicas no corpo como forma de (re) adequação ao gênero. Trata-se de refletir sobre o órgão genital como objeto simbólico na produção de efeitos de sentidos, na constituição da identidade de gênero de sujeitos trans. Para isso, recorreremos às noções psicanalíticas de Freud e de Lacan sobre as implicações de ter ou não ter o falo, em sua conjuntura com as

noções de real, imaginário e simbólico que trabalham na subjetivação do indivíduo, além de noções ligadas ao inconsciente como o recalque.

Será o momento de investigação do modo como o corpo (re) significa a/ na constituição da identidade do sujeito transexual a partir de uma eventual necessidade de se submeter a procedimentos cirúrgicos e também de uma leitura do corpo como corpodiscurso, a ver o desejo de modificações que se situam além das vestimentas e das genitálias. Trata-se, pois, da observação e da análise de um corpo que é desejante, que falha e que é constituído pela falta, daí recorrermos à noção de real do corpo com ancoragem em Ferreira (2013).

Em meio aos questionamentos sobre o corpo, analisaremos a relevância de características atribuídas aos seios, ao desenvolvimento da musculatura, às curvas femininas, aos cabelos, à barba e aos pelos no corpo que se configuram como elementos que, em sua maioria, demandam a passagem dos indivíduos por tratamentos hormonais e que ecoam efeitos de sentido em seu processo de subjetivação e de construção de sua identidade de gênero como transgênero, em meio à tomada de novas posições-sujeito.

Ainda nesse primeiro momento, analisaremos as marcas do Outro no discurso dos sujeitos a partir da heterogeneidade discursiva, sob as formas mostrada e constitutiva, com ancoragem teórica em autores como Althier-Revuz e Cazarin (1999), quando for relevante proceder com tais pontuações analíticas uma vez que, as condições de produção do discurso de cada sujeito são, em si, divergentes, fazendo com que mobilizemos conceitos também diversos para atender as análises, mesmo que estejamos tratando de questões similares. De toda forma, buscar essas marcas, independentemente dos conceitos a serem mobilizados, é uma sinalização de que estaremos sempre às voltas do interdiscurso na investigação de dizeres outros que estão alhures ao materializado nos enunciados, pois, tal como afirma Althier-Revuz (1990),

[...] sempre sob as palavras, “outras palavras” são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da “pontuação do inconsciente” (ALTHIER-REVUZ, 1990, p.28).

Mobilizaremos, assim, conceitos como interdiscurso, memória discursiva e também as relações entre real, simbólico e imaginário para a compreensão do

corpodiscurso em sua relação com a construção sociocultural e histórica sobre identidades de gênero, em performances que fissuram aquelas que são legitimadas pelo binarismo homem-mulher cisgênero. Disso decorre a necessidade de nossa análise dialogar conceitos da AD sobre identificação e subjetivação do indivíduo, com aqueles da psicanálise e dos estudos de gênero, como propostos por Judith Butler, na busca dos efeitos de sentido que estão no dito, no não-dito e às margens do dizer, quando tratarmos da então matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros e sua artificialidade.

Em um segundo momento, será feita uma análise do discurso dos sujeitos trans nos enunciados sobre seus nomes sociais. Para isso, buscaremos compreender o movimento de inscrição em determinadas formações discursivas e o modo como a ideologia dominante tenta subjetivá-los, o que nos permitirá observar seu funcionamento às avessas quando determinadas tentativas de silenciamento ou de reprodução dos padrões binários são frustradas pela resistência desses sujeitos.

Para analisar esse discurso que dá sustentação à escolha de seu nome social, será relevante a identificação das posições-sujeito que são assumidas por eles e que marcam sua identificação a elementos binários femininos ou masculinos. Para isso, precisaremos compreender as condições de produção do discurso desses sujeitos em meio a suas práticas discursivas e narrativas de histórias de vida que, via interdiscurso, e através da materialização do inconsciente (na linguagem) poderão produzir efeitos de sentido de resistência. Tal análise abrangerá, ainda, a da heterogeneidade discursiva (na afirmação/negação do Outro e também sobre o outro - do interdiscurso), a do silêncio constitutivo e local, além da investigação de fenômenos interdiscursivos, na produção de efeitos de sentido sobre a escolha do nome social que reforcem ou contestem o binarismo social dos gêneros. Nesse aspecto, será discursivamente analisada a adoção de outro gênero para falar e se afirmar como homem ou como mulher, sob a noção de esquecimento - possibilitada pelo (intra) interdiscurso, característica de novos efeitos discursivos, haja vista a capacidade da linguagem, constituir e ser constituída, pelo sujeito do discurso.

O terceiro momento terá como foco de análise a adoção de vestimentas e de acessórios (objetos discursivos) no processo de identificação, contraidentificação e desidentificação a uma determinada formação discursiva, quando também será analisado o funcionamento da ideologia nesse movimento das FDs e na (re) significação desses objetos. Há que se ponderar nas análises, a relevância do nome

social e das vestimentas no deslizamento de sentidos, via memória discursiva (migração para objetos simbólicos), bem como o fato dos adornos e demais componentes de tais vestimentas integrarem os lugares de memória, a ver as posições-sujeito ocupadas pelos transexuais no processo de resistência a toda uma série de preconceitos sociais, via língua de madeira.

Sobre os objetos discursivos, consideraremos também os discursos pré-construídos que marcam/delimitam aqueles que são endereçados a homens e mulheres, dentro dos padrões binários, e verificaremos como os sentidos em torno desses objetos discursivos podem ser produzidos e ressignificados, já que podem migrar para novos sítios de significação. Isso será analisado quando tomarmos o conceito de resistência e compreendermos as posições-sujeito que o sujeito ocupa enquanto sujeito trans e as FDs em que se inscreve, marcando a morada provisória dos sentidos. Logo, a cada FD e sua conseqüente posição-sujeito, buscaremos analisar os efeitos de sentido que são produzidos nos objetos a partir do simbólico.

A partir do exposto, é importante frisarmos que, mesmo as análises sendo distribuídas em blocos, poderá haver momentos em que haja a necessidade de retomada de temáticas abordadas em outras seções, como é o caso dos objetos discursivos e sua relação com o nome social ou apelidos (caso do sujeito João quando retrata um nome em que é chamado por motivos de ter um cabelo comprido). Nossa divisão tem, como já afirmamos anteriormente, fins meramente didáticos para facilitar a compreensão dos efeitos de sentido na constituição da identidade de sujeitos transexuais sobre os objetivos propostos na pesquisa, o que nos facultará transitar entre as temáticas quando for relevante para uma melhor elucidação de um fenômeno interdiscursivo.

Em meio a cada análise, nos ateremos às marcas discursivas que atravessam cada um dos seguintes elementos - nome social, vestimentas e corpo – bem como as condições de produção em que esses discursos se materializam no momento de atravessamento das FDs na FD dominante, subjetivando o indivíduo transexual e marcando seu pertencimento a um grupo. A partir dessas marcas discursivas, veremos, ainda, como o trânsito e embate das FDs ocorre quando cada um desses elementos trabalham na/para a elaboração discursiva de transexuais, descrevendo sua relevância na/para a construção da identidade de gênero em um movimento que é fluido e incessante.

No conjunto de análises sobre os embates das formações discursivas e das tomadas de posição pelos sujeitos, nas posições-sujeito que lhe forem facultadas nos enunciados, consideramos conveniente nomear as FDs para uma melhor elucidação do seu trânsito e comportamento instável a partir da ideologia dominante no discurso. Com isso, trabalharemos em todos os blocos com as seguintes denominações:

- i. FD trans binária – para nos referirmos à inscrição dos sujeitos trans em uma FD a partir da busca por padrões binários como forma de alcançar a identidade e expressão de gênero o mais próximo possível deles.
- ii. FD machista – para nos referirmos a enunciados dos sujeitos que marcam sua subjetivação em meio a práticas machistas, podendo ser trans ou cisgêneros.
- iii. FD cisgênero binária – aquela buscada pelos sujeitos trans que almejam a passabilidade para se colocarem na posição-sujeito de cisgêneros.
- iv. FD binária transfóbica – tomada para se referir aos discursos de homens/mulheres, cis ou trans, que negam a transexualidade e cultuam os padrões binários de gênero e de sexualidade heteronormativa.
- v. FD feminista – marca os discursos de sujeitos que lutam pela igualdade de direitos a homens e a mulheres, sejam cis ou trans.
- vi. FD religiosa – será descrita em meio às crenças no Cristianismo, no ateísmo ou em outras religiões. Elas ganham bastante significado para compreendermos os mecanismos de poder que buscam legislar e punir os corpos trans com ancoragem no discurso bíblico adâmico. Daí, analisaremos a inscrição dos sujeitos nas seguintes FDs: cristã, de religião afrodescendente e ateuista.

Como forma de analisarmos o fenômeno discursivo de haver, em mesma uma FD, diferentes posições-sujeito, como descrito por Cazarin (1999/2005), abordaremos a descrição das posições-sujeito, do discurso dos sujeitos analisados, na mesma perspectiva que a anterior sobre as FDs: iremos nominá-las em consonância com as posições sociais que eles afirmam ocupar em seus relatos e que atestam sua inscrição em uma determinada FD:

- i. Posição-sujeito homem/mulher trans militante
- ii. Posição-sujeito homem trans militante de favela

- iii. Posição-sujeito homem travesti
- iv. Posição-sujeito homem
- v. Posição-sujeito mulher

A descrição de tais posições-sujeito representa algumas, dentre tantas outras, que serão nominadas no decorrer das análises, o que será viabilizado pela compreensão das condições de produção de cada sequência discursiva analisada. Com isso, iremos não somente descrever e analisar o fenômeno de haver várias posições-sujeitos que habitam uma FD dominante no discurso do sujeito, como também o da heterogeneidade da posição-sujeito de sujeitos transexuais, como ancoragem em Cazarin (2005), principalmente nos relatos em que há uma recorrente transfobia praticada pelos próprios transexuais (tal como iremos nos deparar na seção em que analisaremos o discurso da transexual Léo Áquila).

Como a posição-sujeito diz respeito à posição social que o sujeito do discurso ocupa na sociedade, sua análise e descrição precisa considerar também o lugar de fala dos sujeitos que enunciam, principalmente no momento em que ele for reivindicado por eles, como observaremos no caso do sujeito João. Essa reivindicação será de grande relevância para a compreensão do movimento de resistência desses sujeitos à ideologia dominante que atesta uma legitimidade para teorizar e legislar sobre eles, além do fato de marcar uma limitação ao nosso trabalho de pesquisa de campo já que enunciamos de um lugar de fala na posição-sujeito cisgênero e isso nos trouxe dificuldades em encontrar sujeitos trans disponíveis para contribuir com nosso trabalho. Todavia, como afirma Ribeiro (2017), por exemplo, uma pessoa não precisa ser negra para falar e se responsabilizar sobre o racismo, mas ter a convicção que sua fala se dá a partir do lugar a que pertence. No nosso caso, pesquisadores cisgêneros, abordando o fenômeno da transexualidade a partir da AD.

Ainda de acordo com Ribeiro (2017), “é importante o lugar de fala, porque ele (o indivíduo) vai entender que ele fala de algum lugar”, o que não o desautoriza a falar sobre determinada questão por estar fora desse espaço discursivo e “quando ele entende que ele fala a partir do grupo que é privilegiado, ele vai conseguir enxergar que o lugar dele impacta diretamente no nosso”. Ela segue afirmando que, ao compreender isso, a pessoa que está em uma posição privilegiada, passa a perceber que também precisa reconhecer e combater os privilégios, o que será

possível a partir de um processo de transformação de mentalidade social. Daí a importância de considerarmos o lugar de fala em nossa metodologia de pesquisa, uma vez que, ao considerarmos que escrevemos de uma posição privilegiada (cisgênero), nossas análises irão viabilizar esse processo de combate à transfobia quando discutida em ambientes acadêmicos majoritariamente cisgêneros.

O quarto momento de análise tratará de questões ligadas ao preconceito nas principais acepções em que acreditamos que ele se apresenta: família, trabalho, escola, religião e também espaços compartilhados, como o banheiro social. Para as investigações, iremos mobilizar conceitos como humilhação e resistência com ancoragem em Orlandi (2016), como também em outros autores que tratam da recorrente transfobia que tenta anular/regular/punir a existência de sujeitos trans, o que também será esmiuçado com a atuação dos Aparelhos Ideológicos do Estado e dos Aparelhos Repressores do Estado (AIRE). Em particular, sobre o discurso religioso, iremos recorrer, em duas análises, ao conceito de formação imaginária proposto por Pêcheux (2014 [1988]) e ao quadro em que dispõe da organização desse fenômeno discursivo em meio às imagens que se projetam da posição em que os sujeitos enunciam. Tanto sobre a questão religiosa, como sobre o preconceito familiar e escolar, iremos ancorar nossas análises em Foucault (1988) quando trata das relações entre sexo e poder que são alvo dos estudos de Judith Butler (2017), a qual também iremos recorrer quando abordarmos questões referentes aos gêneros inteligíveis.

Ainda sobre o preconceito familiar e das demais instituições, o discurso que materializa a ocorrência dessas práticas será analisado à luz do interdiscurso religioso bíblico que se segmenta no binarismo biológico das relações homem-mulher/macho-fêmea. Recorreremos, também, a pesquisas sobre o discurso religioso para a compreensão dos efeitos de sentido sobre exclusão de transgêneros em espaços religiosos cristãos evangélicos e sobre o grau de aceitação desses sujeitos em religiões de matriz africana.

Já na última seção das entrevistas, ao abordarmos questões sobre identidade de gênero e discurso médico, iremos recorrer aos discursos pré-construídos sobre o binarismo social dos gêneros e seu poder de legislar clinicamente sobre esses corpos, considerando a inclusão da transexualidade na catalogação internacional de doenças. Com isso, tomaremos o conceito de heterogeneidade da posição-sujeito para analisar os diferentes posicionamentos dos

sujeitos sobre essa questão. É o momento em que também serão levantadas questões a respeito da orientação sexual e sua relação com a identidade de gênero, considerando experiências na infância, na adolescência e na idade adulta de cada sujeito.

Tanto no discurso sobre a sexualidade, como sobre a construção da identidade de gênero, as análises irão atentar para o trânsito das FDs na averiguação do fenômeno de que ambas as condições podem ser instáveis, o que será segmentado, também, em meio à observação do trabalho clivador da ideologia e do inconsciente quando materializados na linguagem. A heterogeneidade discursiva, sob a forma da alteridade será, pois, uma ferramenta analítica quando analisarmos as sequências discursivas dos sujeitos ao se referirem ao discurso do outro para dar embasamento as suas respostas.

Vale frisar que, como a temática de cada bloco de questionamentos não possui fronteiras rígidas, diversos conceitos analíticos irão permear várias análises, principalmente em meio às narrativas das histórias de vida dos sujeitos transexuais, momento em que será possível a compreensão das condições de produção do discurso, a partir da análise dos embates entre as diferentes formações discursivas que emergem em cada período de suas vidas e corroboram para a significação de suas identidades. Nesse momento investigativo, fenômenos discursivos como a memória discursiva e o interdiscurso, far-se-ão presentes para a compreensão das práticas discursivas em que ocorrem os processos de identificação, contraidentificação e desidentificação com as formações discursivas dos sujeitos entrevistados.

Para fins de segmentação do efeito de conclusão, iremos traçar um paralelo comparativo, observando os pontos de convergência e de divergência, do discurso dos sujeitos entrevistados, em meio à produção de efeitos de sentido de suas narrativas discursivas. Em alguns momentos dessas comparações, iremos recorrer à construção de quadros, para melhor esclarecimento da heterogeneidade das formações discursivas e da posição-sujeito, quando fizermos menção e retomada das temáticas em que se faça relevante compreender o funcionamento do discurso tomado a partir da enunciação dos quatro sujeitos, ou de apenas dos dois homens trans ou das duas mulheres trans.

Após toda essa descrição, é chegado o momento de nos debruçarmos sobre o *corpus*, foco do próximo capítulo.

5. ANÁLISE DISCURSIVA DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

As entrevistas serão feitas em cinco blocos para subsidiar as análises:

- i. Questionamentos sobre o corpo:
- ii. Nome social
- iii. Objetos discursivos
- iv. Preconceito e sociedade
- v. Identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico/jurídico

A transcrição dos áudios das entrevistas não seguirá a sequência dos questionamentos levantados (ver apêndice 01), bem como nos ateremos aos enunciados que forem mais pertinentes para nossa análise. Eles serão transcritos e também colocados em itálico, com fonte em negrito para os enunciados que forem mais relevantes dentro das análises. A cada discurso analisado, iremos sintetizar o trânsito das FDs em uma tabela, ao término de cada análise, relacionando-o, eventualmente, com as posições-sujeito ocupadas pelos sujeitos entrevistados.

Para fins de preservação da identidade dos convidados, trabalharemos com nomes fictícios em homenagem a personalidades transgêneras brasileiras: João Nery, Rogéria, Léo Áquila e Thammy Miranda. Iniciemos com a entrevista de João Nery cujo nome faz alusão ao grande ativista e transexual masculino que construiu uma bela história de luta e de resistência, desde o período da Ditadura Militar no Brasil.

5.1 Sujeito entrevistado 01 – João Nery

Vejamos algumas informações biográficas sobre nosso primeiro entrevistado para entendermos as condições de produção de seu discurso e de seu lugar de fala. E na sequência, já iniciaremos com a transcrição e análises sobre o corpo.

Quadro 03 - Informações biográficas do convidado João Nery

Idade	22 anos
Profissão	Bombeiro civil (desempregado)
Naturalidade	Recife/PE – Bairro do COC
Identidade de gênero	Homem trans/travesti
Escolaridade	Ensino médio completo

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

5.1.1 Questionamentos sobre o corpo

Entrevistador: O que representa a cirurgia de readequação de gênero? É realmente importante fazê-la?

João: *“Então... eu acredito mesmo que é aquilo de colocar o corpo transexual numa caixa, tá ligado? Aquela ideia que pra ser homem tem que ter pau e pra ser mulher tem que ter vagina, e tal... porque o corpo é uma forma de expressão, né vei? Então a gente tem que se expressar da forma que a gente se sente. Então essa questão da cirurgia é muito subjetiva. O meu corpo não demanda a cirurgia da redesignação sexual”.*

Ao tratar da cirurgia de readequação de gênero, o entrevistado faz uso de uma metáfora ao compará-la com a condição de colocar o corpo transexual dentro uma caixa. A expressão “**dentro de uma caixa**” apresenta como efeitos de sentido toda uma estrutura que alicerça a dicotomia homem/mulher cisgêneros como padrões rígidos a serem seguidos por toda a sociedade. Colocar os sujeitos transexuais “**dentro de uma caixa**” traz, também, um movimento impositivo de imersão em requisitos sociais para que sejam “aceitos” ou, do contrário, serão alvo de cobranças e julgamentos preconceituosos.

Evidenciamos, ainda, com a expressão destacada acima, a representação da língua de madeira⁴⁷ como um lugar simbólico-político da dominação que é legitimado em práticas sociais (ORLANDI, 2016), colocando os cisgêneros no polo correto e os transgêneros no incorreto da sociedade, já que sua representação identitária diverge daquela esperada nos discursos cristalizados. Não se permitir ficar dentro da caixa é resistir a todo um processo de segregação e de humilhação, legitimado pela ideologia dominante binária, que toca a subjetivação do próprio indivíduo. “Toca o eu, sua identidade e sua existência” (ORLANDI, 2016, p.221).

Entrevistador: O que representam os seios?

João: *“Um incômodo, mas ele é muito social, sabe? Por a sociedade dizer o tempo todo que homem não tem seios, homem não tem vagina... No caso, os seios, ele é realmente uma disforia social. Quando a gente diz que a disforia é nossa, a gente despolitiza muito essa causa, tá ligado? A disforia não é nossa. A disforia é da sociedade, que coloca na gente, por todos exemplos, né? Por todos os homens sem seios”.*

Entrevistador: Então, no caso, você não faria a cirurgia?

João: *“Sim. Faria. Faria por uma pressão social [...] que acaba criando disforias em mim, sabe? Entendo que o problema não é meu. O problema é de toda uma sociedade, mas é um incomodo meu... mas um problema que essa sociedade desencadeou nas pessoas trans, sabe? Por que... se a gente visse exemplos de homens com peitos, a gente não precisaria fazer a cirurgia”.*

João faz, via memória discursiva, a apropriação de um termo presente no vocabulário médico (disforia) e o desloca para o campo social, quando trata a questão de homens trans se sentirem cobrados pela sociedade para fazerem a cirurgia de retirada dos seios femininos a fim de masculinizar o corpo. Ao enunciar **“Porque se a gente visse exemplos de homens com peitos, a gente não precisaria fazer a cirurgia”**, observa-se a produção de um efeito de sentido que ele se sente cobrado pela sociedade (via língua de madeira) para se enquadrar na condição biológica binária em que homens precisam ter seios masculinos.

⁴⁷ ⁴⁷ Responsável pela inflexibilidade dos sentidos e pelas tentativas de censura e de humilhação de sujeitos que resistem a serem interpelados pelos valores da ideologia dominante.

Enquadrar como disforia social a questão de homens não poderem ter seios femininos e vagina, representa, no discurso do sujeito, uma forma de protestar politicamente e de resistir, via língua de vento, às imposições de uma sociedade que legitima, como homens e mulheres de direito, apenas aqueles que sejam cisgêneros, procedendo com a humilhação, segregação e censura dos que não o forem. Trata-se, como já afirmamos no primeiro capítulo, de uma forma de resistência à ideologia dominante, já que ela é um ritual com falhas, aqui representada por uma FD binária. Como consequência, observa-se o seu funcionamento às avessas e também o surgimento de novos modos de subjetivação, como nesse discurso apresentado, via identificação a uma possível FD trans ou, ainda, a uma FD Agênero para o caso de sujeitos que reivindiquem sua identidade de gênero, independente de fazerem as tão cobradas modificações impostas pela “*disforia social*”, tal como afirmou o entrevistado.

É sobre novos modos de subjetivação que nosso gesto de interpretação busca compreender os efeitos de sentido sobre a afirmação de João sobre o corpo ser uma forma de expressão: “*porque o corpo é uma forma de expressão*”. Ao ser clivado pela ideologia, via inconsciente, o indivíduo é subjetivado e marca sua posição-sujeito no discurso, possibilitando a produção de efeitos de sentido que se materializam na linguagem e também no corpo. O corpo é, pois, o local em que ocorre a subjetivação do sujeito, já que é portador de discursividade, região de significação e também marca sua performance identitária, que é caracterizada pelo sujeito entrevistado como uma forma de expressão que lhe é subjetiva.

Logo, ao mesmo tempo em que nega a necessidade de fazer uma cirurgia de redesignação sexual para se situar fora da “*caixa*”, ele afirma também o desejo de fazer uma cirurgia para retirada dos seios o que, via interdiscurso, representa uma necessidade inconsciente de eliminar algo que sobra e que não constitui sua identidade. É, pois, um discurso contraditório que lhe marca com tal, na falha que lhe é constitutiva. Como já afirmamos, com ancoragem em Orlandi (2016), trata-se uma característica do sujeito que se constitui pela falta, simultaneamente aos sentidos, em um movimento de incompletude.

Os seios femininos são, a esse ver, uma sobra que lhe incomoda, mas que podem também representar uma cobrança social, quando ele afirmou “***Entendo que o problema não é meu. O problema é de toda uma sociedade, mas é um incômodo meu***”. Logo, essa cobrança pode o impelir, em algumas circunstâncias, a

se situar, em alguns momentos, dentro da “**caixa**”, o que gera o incômodo, que traz, ainda, o sentido de que seu corpo precisa da ausência dos seios femininos para que sua identidade de gênero seja discursivizada como masculina – ser homem transgênero significa não os possuir.

Entrevistador: O que representa a menstruação pra você?

João: *“Então, é uma violação pelo fato de, tipo (perturbação no tom de voz), tudo isso né, homem não menstrua na sociedade. Então eu sou um cara que menstrua então isso pra mim é aterrorizante, sabe? Porque se fosse naturalizado homem menstruarem, acho que seria mais tranquilo esse rolê, sabe? Então, pra mim, é todo um constrangimento de menstruar, mas graças ao tratamento hormonal isso para, né?”.*

Entrevistador: Você sente incômodo com a anatomia feminina?

João: *Sim, sim, sim. Total. Porque não é a forma que eu quero me expressar, tá ligado? E corpo não é uma forma de expressão? A forma masculina é a forma que eu me expresso melhor.*

Entrevistador: Como você enxerga o uso de hormônios?

João: *“É uma forma de me fazer expressar melhor. Conseguir alcançar os meus objetivos pra poder me expressar, sabe? Por que... a hormonização não legitima sua identidade, de jeito nenhum, mas legitima o seu desejo de se expressar, tá ligado?”.*

Entrevistador: Ao se tornar anatomicamente um homem, você acredita que isso fortaleceria o binarismo?

João: *“Sim. Total. Com certeza, porque, é justamente isso, né... a gente é empurrado a fazer isso. Eu gosto de dizer que, tipo, a sociedade até aceita pessoas trans, desde que pessoas trans sejam cópias mal acabadas de pessoas cis”.*

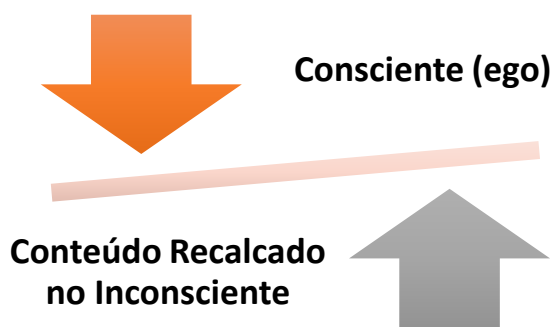
Ser homem trans é também, para João, não menstruar. Ao afirmá-la como uma violação, ele perde a ordem das palavras em um tom de leve incômodo, leva a mão à cabeça em mostra de desconforto que se materializa na alteração de voz ao tratar sobre a temática. A aparente perturbação no tom de voz e o embaraço com as palavras - que torna impossível a organização de seu raciocínio - remete-nos a um sintoma que é recorrente do recalque do inconsciente. Esse último age a partir do momento em que ocorre a interdição de uma sensação de prazer e de conforto no impulso pulsional. Produz-se no inconsciente e tenta retornar ao consciente em meio

a um desconforto inesperado (a nível consciente) onde há grande desprendimento de energia (já que se encontra na divisão inconsciente/consciente). Logo, quando questionamos João sobre a menstruação, denunciemos uma indesejável feminilidade que está recalcada em seu inconsciente e que tenta transpor as barreiras dessa região para o consciente, o que se materializa através da linguagem na reação do sujeito quando o questionamos. Para Freud,

[...] o recalque não é um mecanismo defensivo que esteja presente desde o início; que ele só pode surgir quando tiver ocorrido uma cisão marcante entre a atividade psíquica consciente e a inconsciente; e que a essência do recalque consiste apenas em afastar determinada coisa do consciente, mantendo-a à distância (FREUD, 1999 [1915], p.249-250).

O ato de menstruar e de ter que utilizar absorventes para conter os sangramentos causa toda uma perturbação no jovem, que encontrou na hormonização a possibilidade de se ver livre desse embaraço: “torna-se condição para o recalque que a força motora do desprazer adquira mais vigor do que o prazer obtido da satisfação (FREUD, 1999, p. 249)”. É, pois, a fuga a esse desprazer, que representa o recalque que João carrega em seu inconsciente. Como sangrar ainda lhe é recorrente e não uma simples lembrança de um tempo passado, tocar nesse assunto faz com que a barreira seja transposta na luta entre o ego (estrutura mais consciente) e o inconsciente recalcado – representado pela menstruação (Figura 15).

Figura 15: Consciente e conteúdo recalcado



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

A transposição/falha ocorre, para Freud (1999 [1915]), porque o conteúdo recalçado conseguiu se desprender de sua zona no inconsciente ao derivar para uma forma diferente, dada sua capacidade de se deslocar, o que o autor convencionou chamar de o retorno do recalçado. Esse retorno só foi possível mediante um deslocamento do recalçado, dada à zona de conforto almejada (a de não menstruar), e já próxima de se realizar no sujeito, por conta do tratamento hormonal (“**mas graças ao tratamento hormonal isso para, né?**”), ter sido posta em xeque, uma vez que ainda não representa uma realidade atingida.

Nessas condições de produção do discurso, o inconsciente materializado a partir do retorno do recalçado faz reverberar efeitos de sentido de um incômodo que lhe é aterrorizante, não somente pela questão do binarismo anatômico sobre os gêneros lhe negar esse direito, mas pelo fato de isso ferir sua subjetivação e masculinidade: “**eu sou um cara que menstrua, então, isso pra mim é aterrorizante**”. A palavra “**cara**” também reverbera e fortalece o efeito de sentido sobre a masculinidade que o subjetiva. A menstruação, aqui, ecoa efeitos de sentido que fazem referência ao discurso de João Nery, ativista trans, quando afirmou em entrevista: “**O período mais complicado para qualquer pessoa trans na adolescência, “monstruei”, como chamo a menstruação bem tarde, aos 14 anos**” (AZEVEDO, 2017). Quando aparentemente se engasga com as palavras, o sujeito mostra sua dificuldade em lidar com significação simbólica da menstruação – ser-lhe-ia também a entrada na puberdade uma “monstruação”? Uma metamorfose indesejada que o deforma emocionalmente? Poderíamos ainda inferir que o ato de sangrar lhe denuncia mensalmente o resíduo de um gênero em que ele não se reconhece, mas que lhe significa por aquilo que ele não é. Logo, o sangramento mensal, significa, além de um incômodo, uma exposição/denúncia de que há uma anatomia feminina que busca lhe rotular socialmente como uma mulher – “sexo frágil”, inferior ao homem – marcando o interdiscurso presente no século XVII que vinculava a menstruação à inferiorização das mulheres, restringindo-lhes a determinadas funções.

As questões disfóricas sociais também se distanciam quando ele demonstra alívio por saber que não irá mais menstruar como consequência do tratamento hormonal a que se submete: “**graça ao tratamento hormonal isso para, né?**”. Será, pois, um fim a uma série de constrangimentos que ele passa – aqui marcamos o intradiscurso sobre as imposições sociais a que ele tanto se refere,

notadamente pela exposição pública de ter que comprar e usar absorventes e, ainda, pelo medo de que outras pessoas o vejam nesse contexto de rotina que pertence ao universo feminino.

Ao afirmar que sua figuração anatômica como homem fortalece o binarismo e que sente incômodos com a anatomia masculina, observamos uma contraidentificação de João com a FD binária – ele a questiona, por questões de imposições sociais e de discriminação, mas, ao mesmo tempo, vê-se nela enquadrado ao tomar hormônios e performar como homem masculinizado: “**a forma masculina é a forma que eu me expresso melhor**”. Com isso, inferimos que sua FD dominante pode ser chamada de binária trans, ao negar sua anatomia feminina que é desconstruída com a terapia hormonal.

Com a utilização da expressão “**a gente é empurrado a fazer isso**”, podemos inferir que se trata de um trabalho da ideologia dominante, clivando o sujeito, por meio da ação do inconsciente. Por conseguinte, aquilo que ele acredita ser uma simples imposição da sociedade, é consequência da atuação dos AIE, buscando subjetivar seu corpo transdesviado a se encaixar dentro de um padrão de normalidade que não seja agressor aos olhos binários.

Ao afirmar que “**a sociedade até aceita pessoas trans, desde que pessoas trans sejam cópias mal acabadas de pessoas cis**”, observamos efeitos de sentido que podem indicar que pessoas trans não serão originais, são fabricações falsas que visam apenas imitar os modelos binários, o que fortalece a segregação desses sujeitos, pois sempre serão marcados como as cópias defeituosas, e por tal motivo, precisam ser anuladas, silenciadas e censuradas socialmente. A aceitação social implica, ainda, a manutenção das hegemonias das classes dominantes na manutenção das relações de poder sobre a naturalização de quem são os bons e quem são os maus sujeitos nessa trama discursiva. Ao usar o termo “**cópias inacabadas**”, outro efeito de sentido que emerge é que, de fato, não existe o respeito a essas identidades, que estão longe de serem, no mínimo, aceitas.

Sigamos com os questionamentos sobre o nome social.

5.1.2 Questionamentos sobre o nome social

Entrevistador: Por que você adotou esse nome social em sua nova identidade? Como ele performa na construção de sua identidade?

João: *“Então... João é justamente a forma que eu me expesso mesmo, que eu me coloco no mundo, tá ligado? [...]. Então, João Helena porque eu sou isso: eu não sou um cara cis, eu sou um homem trans, um travesti, vamos dizer assim. Então é João Helena que eu me coloco no mundo.*

Ser **João Helena** produz um efeito de sentido a partir de um contraditório: o prenome escolhido é masculino, todavia, seu sobrenome permanece o do registro original que é um nome que marca bastante a feminilidade, via memória discursiva. A junção desses dois nomes apresenta, como efeitos de sentido, um processo de resistência e de protesto do sujeito à dicotomia impositiva dos gêneros – indicando que também não é apenas um nome social que irá lhe significar como um homem trans. Ele poderia, em contradição às imposições sociais, manter seu nome de registro feminino ou ainda adotar outro que também assim o fosse.

A junção feminino/masculino representa, pois uma afronta aos padrões binários e dos aparelhos ideológicos do Estado – a ver a igreja - sobre a imposição de uma “normalização” de identidades masculinas e femininas. Ser *João Helena* transborda essa normalização como uma ameaça – poderia um sujeito com estereótipo masculino ter um nome feminino? Vemos aqui, como afirma Silva (2014), um fluxo identitário que desestabiliza e põe em xeque o binarismo dos gêneros, ameaçando, conseqüentemente a hegemonia identitária de determinados segmentos sociais que marcam sua identidade como a referência a ser seguida a partir da negação de outras, como a de *João Helena*.

Entrevistador: **Quando você fala em travesti, o que seria essa acepção na construção da sua identidade?**

João: *“Então, é porque a travestilidade é [...] justamente a condição social, né? Remete a condição e eu entendo que a transexualidade é mais uma higienização desse termo mesmo. São pessoas com outras realidades. Sabe, a travestilidade é muito ligada à favela. Sabe? Então, querendo ou não, desde que a gente se autorreconhece enquanto homem trans ou mulher trans a gente vivencia uma travestilidade. A gente perpassa por isso e a sociedade faz com que a gente negue essa travestilidade pra gente se higienizar e entrar, caber naquela caixa, lá, de cópias mal acabadas de pessoas cis. Mas não. Quando eu reivindico que sou*

*travesti, eu reivindico que eu quero, é, um **reconhecimento de humanidade**, para além de ser homem ou mulher”.*

Entrevistador: Há algum incômodo em ser rotulado com o prefixo TRANS mesmo após fazer todas as intervenções necessárias em sua identidade?

João: *“Pra mim, hoje, eu levanto muito a bandeira da travestilidade masculina, sim, sabe? Pra criar consciência de não, velho, **os travestis, eles sempre existiram**. Mas é porque a gente costuma dizer muito e se equivocar ao pensar que **a travestilidade é ligada à feminilidade**, porque elas realmente foram pioneiras nesse rolê ai... mas eu boto muito a questão de porquê, né? Porque **pessoas com falo, elas são falantes** e pessoas com a **genitália, dita feminina, elas estão mais ligado ao privado**. Então, naquela época, as pessoas com vagina, elas não falavam, **passavam na linha clandestina**. Então como é que esses travestis (homi) poderiam se reivindicar enquanto travestis, se eles não podiam falar? Entendeu? Aí, é isso. Eu acredito muito que a travestilidade, ela me enquadra muito mais pelos todos os que morreram e não puderam falar sobre essa travestilidade. **Porque se você vier aqui na favela, você vai encontrar vários travestis, mas se você for em Boa Viagem você encontra vários homens trans. É. É isso, é tipo, a favela, a favela aqui tem que resistir**”.*

Ao afirmar que a transexualidade é uma higienização do termo travestilidade, há, nesse enunciado um efeito de paráfrase (via intradiscurso – uma palavra é trocada por outra, mas os sentidos são os mesmos) que é o de denunciar as condições sociais desiguais de transgêneros que vivem em vulnerabilidade, bem como sua invisibilidade social. **“São pessoas com outras realidades”** – são pessoas com poder aquisitivo diferenciado, com melhor condição de vida e de acesso à saúde, educação e trabalho. Elas vivem em centros urbanos onde se observa uma maior concentração de riqueza, em detrimento aos transgêneros que vivem nas favelas: **“Porque se você vier aqui na favela, você vai encontrar vários travestis, mas se você for em Boa Viagem você encontra vários homens trans”**. Viver na favela ecoa efeitos de sentidos sobre pobreza, marginalização, segregação e dificuldades de inserção social. Na contrapartida, viver no bairro de Boa Viagem, em Recife, ecoa efeitos de sentido de se ter uma posição privilegiada e de elevado *status* social.

Via interdiscurso, ele marca a heterogeneidade da posição-sujeito transexual ao se reconhecer como homem-travesti e não como um homem transexual. É um discurso de resistência e que ecoa sentidos, via língua de vento, sobre o silenciamento a que fora submetida à travestilidade masculina: **“Porque pessoas com falo, elas são falantes e pessoas com a genitália, dita feminina, elas estão mais ligado ao privado”**. Via memória discursiva, esse discurso marca todo um contexto cultural e simbólico sobre a valorização do falo ao longo dos séculos. Como consequência a esse falocentrismo social, houve um silenciamento das identidades femininas que eram tomadas de forma negativa, como já descrevemos nos estudos de Freud sobre o Completo de Édipo:

[...] os meninos pequenos não duvidam de que todas as pessoas que encontram tem um aparelho genital semelhante ao deles; não lhes é possível conciliar a ausência desse órgão com a ideia que fazem do outro [...]. Conservam tenazmente essa convicção e muitas vezes só a abandonam após ter atravessado graves lutas internas (complexo da castração)... a menina, em contrapartida, não se recusa a aceitar a existência de um sexo diferente do seu... ela está sujeita à inveja do pênis que a conduz ao desejo, tão importante mas tarde, de ser por sua vez um menino (KAUFMANN, 1996, p.195).

Não ter o falo pode também significar, via interdiscurso, não ter o direito a reivindicar uma identidade travesti em uma sociedade machista que estigmatiza negativamente as travestis femininas, mas ignora a existência de travestis masculinos pelo fato de não terem um pênis. Essa negativa tem seu sentido atrelado à presença do falo e à imagem de submissão feminina no binarismo que as legitima como aquilo que os homens não são e como “sexo frágil”.

São também efeitos de sentido que associam a figura travesti à marginalidade, prostituição, pornografia e violência a partir de discursos cristalizados culturalmente e socialmente. Logo, ao afirmar a cobrança da sociedade em higienizá-los, há o funcionamento da ideologia dominante (via FD binária transfóbica), querendo eliminar todo o estigma que carrega a palavra travesti. São, pois, tentativas de silenciamento (local, sob a forma da censura) para manter esses sujeitos na clandestinidade sob uma forma de violência simbólica – eles nunca serão homens por não terem nascido com pênis. São, pois, cópias mal acabadas e, conseqüentemente, inferiores e menos másculos que os homens cisgêneros. Ser travesti com falo confere uma posição de poder, de possibilidade de ser

sexualmente ativo e alvo de desejo: “para os dois sexos, um único órgão sexual, o órgão masculino, desempenha um papel. Não existe, portanto, um primado genital, mas um primado do falo” (KAUFMANN, 1996, p.193-194). A travesti representa, nesse caso, uma figura de aparência feminina, mas que possui o órgão que falta aos travestis masculinos. Essa falta pode lhes violentar simbolicamente, com a recusa social de sua travestilidade, e por lhes rotular como figuras de mulheres masculinizadas que fracassaram na tentativa de serem homens.

Travestilidade e transexualidade deslizam seus sentidos, a partir do afirmado por João, para se referir às mesmas pessoas (efeito parafrástico). Inscrito em uma FD binária trans, ele cobra um reconhecimento de humanidade que se desvincule da matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros – representada pela “caixa” – onde haja respeito à condição de sujeitos que se encontram em um movimento de fluxo identitário. E isso, independe de serem homens ou mulheres, de terem ou não, o falo. Há, ainda, um interdiscurso que marca a defesa de sujeitos com gêneros fluidos ou agêneros⁴⁸, nessa luta por humanidade (a ver exemplo na Figura 16), em que João se coloca à frente. Reivindicar humanidade é, pois, exigir respeito e dignidade de vida, independente do sexo biológico, da orientação sexual e da identidade de gênero com as quais as pessoas se subjetivam na sociedade.

⁴⁸ Termos como gêneros fluidos, bigêneros e agêneros foram descritos no capítulo 3, seção 3.3 “Compreendendo gênero e identidade de gênero”.

Figura 16 - Homem trans ativista



Fonte: <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2017/02/tereza-brant-vai-adotar-nome-masculino-evolui-como-pessoa.html>

Entrevistador: Você se sente ofendido quando lhe perguntam seu nome de registro?

João: “Sim. É querendo ver em mim uma pessoa que não existe, sabe? Querendo ligar o que não tá ali”.

Entrevistador: Quais as consequências de ter um novo nome?

João: “**Deixar de passar constrangimentos, tá ligado?** Porque, a partir do momento que eu num, sei lá, vou procurar um atendimento médico, **vou com identidade é toda uma burocracia**. Num digo no centro, **porque no centro**, os tratamentos é tudo mais... rola informação lá. Aqui não! Se você for na policlínica aqui do bairro é todo um rolê, véi. **É Eduarda e já era, tá ligado?**... (faz referência ao nome de registro feminino). [...] porque eu fui esses dias ser atendido aqui em baixo e a assistente social, véi, não sabia o que era transexualidade. Como assim, né véi? Eu num tô aqui pra ser pedagogo. Eu tô aqui pra ter atendimento adequado.

Com a afirmação de que se sente incomodado quando alguém lhe questiona seu nome de registro feminino, verificamos a ressignificação de sua identidade, mediante a desidentificação à FD feminina, e sua inscrição em uma FD

masculina, o que lhe possibilita o desejável reconhecimento social como homem e não ter que passar por situações constrangedoras, fruto da incongruência de ser chamado publicamente pelo nome feminino quando possui aparência notadamente masculina. Com isso, ele mostra sua indignação, o que é consequência de sua contraidentificação a uma FD binária, ao denunciar o despreparo que encontra para atendimento adequado a transgêneros, de modo que tenham a devida acolhida e respeito a sua condição humana como transexual.

Com o enunciado: “**Se você for na policlínica aqui do bairro é todo um rolê, véi. É Eduarda e já era, tá ligado?**”, ele denuncia o desrespeito e constrangimento que sofre quando precisa de atendimento médico, em clínicas da periferia, apesar de toda uma séria de conquistas pelos transgêneros sobre o uso do nome social em espaços públicos. Ao chamá-lo pelo nome de registro, mesmo com a reprovação do sujeito, a tal assistente social, parece inscrever-se em uma FD binária transfóbica, mesmo estando em uma posição-sujeito que lhe demande um olhar diferenciado sobre questões sociais. Vejamos, a seguir, as narrativas sobre os objetos discursivos.

5.1.3 Questionamentos sobre objetos discursivos

Entrevistador: Nas relações binárias entre o que delimita ser de homem ou ser de mulher, existem objetos que marcam sua nova identidade? O que eles significam?

João: “Então, eu acredito que eu me visto totalmente masculino, né? Bem rígido, né? Roupas largadas, e tal... Acredito que até poderia dizer que eu sou, se eu não fosse travesti, eu seria um cara padrão, né? Um cara branco, um cara de academia. Então, seria bem padrão. Então acho que a masculinidade, a minha masculinidade, ela é rígida.

Entrevistador: Rígida, em que sentido?

João: Dessa rigidez da masculina cisnormativa, sabe? Homem usa roupa largada, e tal... Se colocar de uma forma bem rígida, mesmo. Tipo... Porque existem homens afeminados e eu não me enquadro nesses homens afeminados.

Ao enunciar que sua masculinidade é rígida: “**acho que a masculinidade, a minha masculinidade, ela é rígida**”. O sujeito apresenta, via

interdiscurso, a existência de várias masculinidades – que corresponderiam, na AD, a uma heterogeneidade da FD masculina, ocupando a posição-sujeito de homem másculo, não afeminado e de orientação heterossexual. “**Se colocar de uma forma bem rígida**” sinaliza, pois, para uma performance identitária mais brusca sobre o corpo, sobre o modo de andar e de se comportar, de modo, geral. São os pré-discursos sobre o corpo, como já apresentamos em Butler (2017), que vêm, através dos discursos pré-construídos, moldar culturalmente e socialmente, os padrões de comportamento que são esperados para homens cisgêneros de orientação padrão que é a heterossexual.

Ser um cara padrão, de academia (reforça o sentido da força física masculina ao praticar musculação), ratifica sua inscrição, via contraidentificação, a uma FD binária, já que ele não se coloca como pertencente ao “grupo padrão”, por reivindicar uma identidade de gênero “homem travesti”: “**se eu não fosse travesti, eu seria um cara padrão, né?**”. Ser travesti/ transexual (pela ausência do falo) é o que lhe falta para ser um cara padrão e entrar na caixa: branco, heterossexual, cisgênero e de orientação heterossexual. O padrão não é atingido e ele resiste a isso (via funcionamento da ideologia às avessas) quando marca sua performance identitária enquanto travesti.

É na resistência que encontramos os esteriótipos como um efeito ideológico: aquilo que, vulgarmente, tratamos na sociedade como os modelos de conduta e de significação a serem esperados por homens e mulheres. Retomando Orlandi (2007), ela afirma que eles representam o ponto de fuga dos sentidos, o local onde ocorre a resistência à censura e um mecanismo de proteção da identidade do que se encontra no senso comum. O sujeito entrevistado marca sua posição-sujeito como homem de favela no modo de falar que é legitimado, via discursos cristalizados socialmente, para homens que vivem na periferia em condições de vulnerabilidade: “**É nois, a favela resiste**”. A ver o modo como ele gesticula, ao falar, e como impõe sua voz, vislumbramos sua posição-sujeito como homem másculo não afeminado, inscrito em uma FD masculina. Logo, seu comportamento, modo de falar e roupas utilizadas, que podemos tratar como gestos de uma performance identitária, trabalham na (res) significação de sua identificação masculina mediante esteriótipos: “**Então, eu acredito que eu me visto totalmente masculino, né?**”.

São bermudas, camisetas longas (para censurar os seios) e um corte de cabelos bastante curto que também podem ser classificados como partes integrantes dos lugares de memória, como já afirmamos com ancoragem em Nora (1993).

Utilizar o cabelo curto também pode produzir como efeito de sentido uma anulação de resquícios de uma identidade feminina⁴⁹, mediante sua censura, pois já é uma prática discursiva, em sua significação, meninas terem cabelos longos que são enfeitados com penteados. É, pois, o momento em que os sentidos produzidos e censurados migram para novos sites de significação que, na nossa análise, correspondem aos objetos simbólicos. Isso ocorre devido a uma necessidade de subjetivação do indivíduo em poder significar-se na posição-sujeito homem masculinizado. Vejamos os questionamentos sobre preconceito e sociedade.

5.1.4 Questionamentos sobre preconceito e sociedade

Entrevistador: Quem eu sou/ me tornei? Quem queriam que eu fosse?

João: *“Então. Tem uma frase de João Nery que eu acho que me representa muito, que é tipo: ‘eu nunca deixarei de ser a mulher que eu nunca fui para ser o homem que nunca serei’. Porque é bem isso: eu nunca fui homem nem nunca fui uma mulher. Eu sempre fui uma pessoa, saca? Essa questão de nome, de identidade, é tudo meu. Tá ligado? As pessoas diziam que era uma coisa, criaram uma expectativa por tal coisa e quebraram a cara porque eu sou um indivíduo autônomo. Então, eu que respondo por mim”*.

Ao afirmar *“eu nunca fui homem nem nunca fui uma mulher”*, observamos o interdiscurso que pode fazer menção aos sujeitos que se identificam com os gêneros fluidos, agêneros ou bigêneros. O fenômeno discursivo em questão nos remete que essa enunciação, via intradiscurso, possibilita ao sujeito se colocar como autor de seu dizer. Ele marca a heterogeneidade discursiva, ao se referir ao discurso do famoso transexual João Nery⁵⁰, mas tenta afirmar sua autonomia

⁴⁹ Quando tratamos de identidades femininas, é importante frisarmos que sua construção precisa considerar os já-ditos sobre o imaginário feminino que perpassa cabelos longos como marca da sensualidade da mulher.

⁵⁰ João Ney foi o primeiro homem transgênero a ser operado no Brasil em pleno período da ditadura, em 1971. Era psicólogo e um grande ativista que lutava pelos direitos dos transexuais. Faleceu aos

enunciativa ao se colocar como sujeito autônomo: “**eu que respondo por mim**”. Essa ilusão de autonomia é resultado do trabalho da ideologia.

O papel da ideologia é, pois, interpelar o indivíduo em sujeito de forma inconsciente, de modo que haja a conseqüente constituição dos sentidos. Para Orlandi (1994, p.296), é ela que realiza o apagamento necessário para o sujeito, “de seu movimento de interpretação, na sua ilusão de dar sentido: a produção do efeito de evidência”, de modo que acredite estar no centro da decisão de seu dizer, e que este tem uma interpretação única, evidente e que não foge ao seu controle: “**Essa questão de nome, de identidade, é tudo meu**”. Esse efeito é possível a partir da ação do interdiscurso: “é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passado para o anonimato, possa fazer sentido em minhas palavras” (ORLANDI, 2015, p.31-32).

Colocar-se como sujeito-de-direito, independente de um gênero masculino ou feminino, é negar o processo de diferenciação que é imposto socialmente e legítima, por exemplo, as mulheres como aquilo que os homens não são. É uma negativa e resistência aos padrões binários que buscam, mediante relações de poder, proceder com uma normalização social do que está além das fronteiras dicotômicas homem/mulher, mediante sua rotulação como desvios, aberrações demoníacas, doentes e pervertidos. Logo, sujeitos como João, representam uma ameaça e uma denúncia de que os gêneros e a sexualidade, tal como concebidos, são artifícios culturais e sociais que tentam negar a humanidade de sujeitos transgêneros.

Antes mesmo de ser uma denúncia e uma ameaça, o indivíduo transgênero, que se constitui como sujeito, à revelia da inteligibilidade cultural dos gêneros, mediante o funcionamento da ideologia, às avessas, representa uma afronta e um insulto aos discursos hegemônicos quando afirma: “**As pessoas diziam que era uma coisa, criaram uma expectativa por tal coisa e quebraram a cara**”. Ele confronta os AIRE que se materializam no discurso religioso cristão, no discurso jurídico e também no discurso clínico que se amparam no dimorfismo anatômico. São, a ver esse último anteriormente elencado, as expectativas biológicas que não foram atingidas. Isso é consequência dos corpos serem erroneamente tomados como instrumentos passivos da apropriação cultural sobre

os gêneros, dentro de fronteiras que delimitam a discursivização das possibilidades de gêneros impostos pela cultura.

São, pois, limites estabelecidos “sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal” (BUTLER, 2017, p.30). Dessa forma, a cultura, aqui materializada no discurso médico, vem legitimar uma simetria e congruência imaginária entre sexo biológico e gênero: ser homem é ter cromossomos XY, e isso implica na submissão a discursos pré-construídos sobre a construção de uma identidade de gênero feminina - ser mãe de família, casada, mulher cisgênero e de orientação heterossexual.

Entrevistador: preconceito e família...

João: *“Há! É a violência familiar, né? Que é o relacionamento abusivo que a gente romantiza. [...] Porque tipo: minha mãe é transfóbica, minha avó é transfóbica, mas eu tenho que passar pano porque ela é minha família então eu tenho que amar isso, né? Sabe? Mas não é assim! Eu não tenho que amar uma pessoa transfóbica. Eu não tenho que amar uma pessoa racista. Eu não tenho que amar uma pessoa LGBTfóbica de jeito nenhum! Eu preciso colocar ela em xeque e falar: Não véi, num é assim. Tá ligado? Como é que eu vou amar? É como se a sociedade dissesse o tempo todo: você tem que amar porque é sua família independente de qualquer coisa [...]”.*

Entrevistador: Te tratam no feminino? Isso machuca?

João: *“no feminino e com nome de registro. Sim totalmente. Porque, tipo, é... **Tem pessoas que não sabem da minha identidade de gênero, né?** Então, a partir do momento em que, sei lá, alguém vem me chamar em casa e ela faz: ‘não, a minha neta tá aqui’. Como assim? A pessoa vai bugar. [...] Sua neta tá aí? Eu não conheço sua neta. Então é o tempo todo ela me denunciando, sabe? **E eu acredito muito que essas denúncias, ela... me coloca numa vulnerabilidade”.***

A expressão de gênero que o marca na posição-sujeito masculina, exerce um papel de autocensura do sujeito sobre o esquecimento que lhe é necessário a sentidos que o vinculem ao gênero feminino: **“Tem pessoas que não sabem da minha identidade de gênero, né?** Ao afirmar que se sente machucado com a tratativa de sua avó e de sua mãe, que se dirigem e ele como ‘ela’, na presença de

peças de sua comunidade, seu discurso marca o sofrimento que passa em meio à resistência às tentativas de regulação e de censura de sua identidade de gênero masculina: **“é o tempo todo ela me denunciando, sabe? E eu acredito muito que essas denúncias, ela... me coloca numa vulnerabilidade”**. Trata-se, pois, do silêncio local, descrito por Orlandi(2007), que busca interditar dizeres possíveis, mas que são proibidos.

Tratar o jovem no masculino é facultado a sua família, mas, a ver a inscrição de seus parentes em uma FD binária e transfóbica, podemos fazer, na presente análise, a retomada dos elementos que atuam nas relações de poder juntamente ao sexo (FOUCAULT, 1988) e trazê-los para as questões sobre identidade e expressão de gênero. Logo, chamá-lo pelo nome feminino, produz o efeito de sentido de lhe interditar socialmente (ciclo da interdição), de suprimir sua existência, mediante a lógica da censura e, ainda, aplicar a unidade do dispositivo, que usa do poder para sua sujeição. Vemos, pois, a atuação da censura, tentando impedir que João encontre identificação com determinadas regiões do dizer, tal como afirma Orlandi (2007).

A resistência à sujeição familiar, nessas relações de poder, é enunciada pelo sujeito quando ele se sente ameaçado pelas denúncias de ser tratado no feminino e pela imposição social de ter que aceitar isso como algo natural: **“É como se a sociedade dissesse o tempo todo: você tem que amar porque é sua família independente de qualquer coisa”**. A constante exposição da família apresenta, como efeitos de sentido, uma forma de violência verbal que desestabiliza a construção de sua identidade de gênero masculina e lhe vulnerabiliza fisicamente – mediante a transfobia que mata um transgênero a cada 48 horas no Brasil.

Nas relações de poder, ele questiona o fato de ter que sujeitar a essa forma de violência familiar que chama de romantizada. A romantização ecoa efeitos de sentido de ter que se colocar na ‘posição-sujeito filha’ e anular sua identidade de gênero masculina, caso silencie a agressão verbal e tome como natural o tratamento no feminino por parte delas. Colocar-se nessa posição-sujeito é legitimar o tratamento preconceituoso nos termos femininos simplesmente em aceitação aos laços familiares e à obrigação de amar e de não questionar o comportamento de sua avó e de sua mãe.

São, a esse ver, embates discursivos que constituem a identidade do sujeito, à revelia, e em resistência aos discursos que têm seus sentidos aderentes a

uma FD binária e transfóbica. Opor-se a isso é mostrar que as relações de poder só existem porque há focos de resistência, conforme afirma Foucault (1988). Conseqüentemente, trata-se de uma engrenagem que produz identidades heterogêneas, opacas e em constante processo de (res) significação.

Entrevistador: Você já perdeu oportunidades de emprego por ser transexual?

João: *“Total! Tô desempregado por causa disso. Porque toda vez que eu vou procurar trabalho, é, na minha, no meu currículo tá lá, o nome social [...]. Aí quando eu **tenho que apresentar os documentos, é sempre: ‘você não se enquadra no perfil da empresa’.**”*

Com a resposta afirmativa sobre estar desempregado em virtude de sua identidade de gênero, o efeito de sentido, sobre o não-dito, traz a questão do assujeitamento que o indivíduo precisa se submeter para suprir sua necessidade de trabalhar, o que é engrenado pelo Estado opressor e suas instituições. A esse respeito, Orlandi (2016), ao retomar Karl Marx, trata da alienação do indivíduo ao vender sua força de trabalho no modelo de Estado Capitalista, passando por um processo de autonegação ao produzir um bem material externo a si mesmo e regulado pela classe burguesa. O indivíduo torna-se estranho a si mesmo, aos demais e ao ambiente em que vive. Nessas condições, negar uma posição-sujeito do discurso feminino, durante uma seleção de emprego, é ter como punição permanecer sem trabalho por não se adequar às normas reguladoras dos AIE.

Não obstante tais considerações, a questão sobre a empregabilidade de sujeitos transgêneros transcende o capitalismo, perpassando as questões culturais e sociais do modelo binário dos gêneros que lhes nega o direito de pertencimento a espaços formais de trabalho. Como já descrevemos, no terceiro capítulo, sobre a acepção da terminologia travesti, tais sujeitos são, na maioria das vezes, impelidos a reproduzir a história que os relega a subempregos como a prostituição e à marginalização, o que representa algo consolidado no imaginário social como o esperado, o normal. O “anormal”, infelizmente, seria vê-los ocupando qualquer posto de trabalho em órgãos públicos ou privados.

Com a afirmação **“tenho que apresentar os documentos, é sempre: você não se enquadra no perfil da empresa”**, observamos uma marca da interpelação ideológica, que funciona através do inconsciente, convocando o sujeito

a ocupar o seu lugar na esfera social como mulher, independente de sua verdadeira identidade de gênero.

Quando questionado sobre sua experiência como transexual em ambientes de ensino-aprendizagem, João apresenta uma narrativa sobre momentos desagradáveis que vivenciou:

João: *“Foi foda... [...] Eu sofria transfobia em todas as escolas. Tudo bem que eu fui privilegiado de certa forma, por estudar, mesmo no COC, mesmo na favela, em escolas particulares. **Mas, tinha todo um abuso.** Eu lembro quando eu era bem mais novo, os meus seios estavam se desenvolvendo. **Aí eu usava duas camisas para não usar sutiã.** **Aí a professora chamou a minha mãe, isso na sala de aula, na frente de todo mundo e aí me deu uma aula de como usar o sutiã e tal... E pra que isso? É uma violência, sabe? **Eu não sou obrigado a usar sutiã** ou não. Foi bem isso por questão de não ter informação mesmo. Porque na favela [...] chega tudo a passos mais lentos. **Então foi muito transtorno.** Se hoje eu conclui o colegial, foi porque eu persisti muito. Porque o tempo todo **eu só queria sair da escola.**”***

Trata-se da Escola, enquanto AIRE, trabalhando no processo de individuação do sujeito a partir de suas instituições e discursos legitimados. Pela ideologia dominante, nas relações sociais. Apesar de ser um espaço plural, ela acaba por promover, no contexto apresentado, a exclusão de sujeitos que não se enquadram dentro dos padrões binários. Seu funcionamento, a partir do que fora enunciado por João, a classifica também como um aparelho repressor: **“tinha todo um abuso”**; **“na frente de todo mundo e aí me deu uma aula de como usar o sutiã”**. Trata-se, assim, de uma forma simbólica de violentar e de humilhar o sujeito na tentativa de subjugar-lo diante da necessidade de se curvar aos discursos de normalização da identidade de gênero. Ao negar usar a peça de roupa notadamente feminina, João coloca-se na posição de mau sujeito ao se desidentificar à FD feminina binária. Essa negativa é consequência do trabalho clivador da ideologia que ocorre, às avessas, em um processo de resistência à FD dominante de sua mãe e de sua professora.

Ter que usar duas camisas implica, também, em uma negativa e censura sobre os seios femininos. Antes da puberdade, seu tórax era similar ao dos meninos com quem brincava na rua. Sua aparição implica em escondê-los, mas não com a

utilização de um objeto discursivo que compõe redes de memória do universo feminino machista, pois isso poderia lhe colocar em uma posição-sujeito mulher, mesmo que em sua intimidade.

A repressão por resistir ao enquadramento como uma adolescente de 14 anos que precisaria usar um sutiã, praticamente levou João a abandonar a escola e, como consequência imediata, ele ainda não ingressou no ensino superior. Será que esse não ingresso ocorreu por medo de sofrer novas afrontas e de novas tentativas de humilhação para ser enquadrado dentro da ideologia dominante da nossa sociedade azul e rosa? Logo, tratar de ambientes educacionais com o jovem pode lhe trazer ao consciente, um objeto discursivo (como o sutiã) e também o sofrimento oriundo da violência verbal que lhe fora recalcado, na tentativa impositiva de vestir tal peça.

Entrevistador: Você sente preconceito a nível religioso? Professa algum tipo de fé?

João: *“Total, total! Inclusive **sou ateu**, né, véi? Porque, tipo, **essa ideia de Cristo, essa ideia de Deus, pra mim, ela muito fracassada. E sim. Eu sofro muito a transfobia através da religiosidade** quando a pessoa sabe do meu passado. Sabe? Quando eu me coloco quanto João, tudo bem. Eu sou só João. Mas quando a pessoa é de bairro e entende que, antes de eu ser João, eu me reconhecia como outra pessoa. Então, aí vem a transfobia do tipo: **não, você não é assim. Tem um demônio no seu corpo**”.*

Colocar-se na posição-sujeito ateu é negar a importância do discurso religioso que também trabalha na legitimação de identidades de gêneros e sexualidades padrões, através do regime de repetição. A igreja, como AIE, atua, pois, na construção artificial das identidades, a partir de relações de poder. São discursos institucionalizados que se confundem, desde o século XII, com o discurso político e médico para neutralizar as práticas sexuais tomadas como pervertidas, bem como censurar os gêneros que performam para além das fronteiras binárias, com a justificativa que são o resultado espiritual de forças espirituais malignas: **“não, você não é assim. Tem um demônio no seu corpo”**.

Negar a existência de Deus e colocar Cristo como uma ideia fracassada, reverbera efeitos de sentido de uma negação à regulação cultural e social que a Igreja promove quando seus fiéis julgam que seu corpo é possuído por demônios.

Podemos afirmar, ainda, que se trata de um exorcismo verbal, de uma nova inquisição promovida pela igreja cristã, em pleno século XXI, que se materializa no julgamento que os cristãos fazem sobre João, por lhe remeterem a sua antiga identidade. Logo, a figura feminina que fora conhecida em seu bairro, no interdiscurso bíblico, representa a criação de Deus, já a masculina, que está em construção e ressignificação, representa uma afronta aos valores cristãos, por ser fruto da ação do diabo.

Entrevistador: Você tem medo de sofrer violência física por ser transexual?

João: *“Sim. Tenho sim. Inclusive eu já fui agredido, pô, no Parque Dona Lindu, quando eu era de menor. **Eu tava ainda no início de desenvolvimento da minha identidade** [...]. Eu fui usar um banheiro masculino **junto com um cara cis** e **só quem foi agredido fui eu**. E aí a gente prestou B.O. e tal... E eu fui realmente agredido por quatro policiais, pô”.*

Entrevistador: Como o preconceito/violência lhe atingiu?

João: *“Total, né? Em tudo, né?. Tipo, **me castra o tempo todo**. Me silencia o tempo todo. Pra procurar trabalho [...] desenvolve vários transtornos dentro de mim porque eu sei que chegar, vou sofrer toda aquela violência. Pra entrar, ingressar numa faculdade... Ainda não estudo porque eu preciso, sei lá, cuidar mais um pouco do meu psicológico, porque eu sei que também é uma violência”.*

Ao relatar a agressão sofrida no banheiro, observamos a recorrente transfobia que acomete a tantos transgêneros, diariamente, em situações tão banais, como usar um banheiro público para fazer suas necessidades fisiológicas. Ter sido agredido por quatro policiais, ecoa efeitos de sentido de uma punição por transgredir uma lei moral que o proíbe de frequentar um espaço reservado para homens com pênis. A ausência desse órgão e, ainda, um aparente biótipo feminino (por estar ainda no início da transição) parecem ter legitimado os representantes da ordem pública a praticar a violência física de forma gratuita. “O cara cis” simplesmente foi ignorado no espaço, pois era parte integrante dele, já João, sofreu a humilhação e a agressão pública por se situar fora da binaridade.

Na imagem a seguir (Figura 17), ilustramos, como exemplo, o momento de escolha a que teve que se arriscar nosso sujeito entrevistado, a fim de garantir um direito básico a dignidade humana: usar um banheiro feminino e ter que passar

por uma série de constrangimentos e humilhações, ou se arriscar a sofrer violência física por adentrar um espaço reservado a quem tem genitálias masculinas. Ambas as escolhas somente reforçam o papel punitivo e de censura sobre João, buscando o apagamento de sua identidade de gênero, como também, uma regulação a fim de que se anule enquanto transgênero e se enquadre dentro dos padrões inteligíveis sobre a dicotomia dos gêneros.

Figura 17 - A dura escolha



Fonte: <https://poenaroda.com.br/diversidade/banheiro-unissex-ja-e-realidade-em-universidades-brasileiras/>

Logo, quando afirma que o preconceito e a violência lhe “castram”, observamos, via memória discursiva, um efeito de sentido de castração simbólica, a ver o relato do uso do banheiro, da violência escolar, das dificuldades em conseguir um emprego e os consequentes transtornos emocionais que carrega em sua subjetivação como sujeito trans. Nessas condições, João é um sujeito que resiste diariamente a todo um sistema que busca lhe anular, todavia, é nesse momento que ele tem sua identidade ressignificada como homem trans – inscrito em uma FD binária trans, ocupando a posição sujeito homem trans masculinizado. Prossigamos aos questionamentos sobre identidade de gênero, sexualidade e discurso médico/jurídico.

5.1.5 Questionamentos sobre identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico-jurídico

Entrevistador: O que é ser transexual?

João: “[...] *Ser travesti/transexual é isso: é você reivindicar sua **subjetividade** nesse mundo amplo. Tá ligado? Porque **somos diversos**. Não dá pra gente **universalizar os corpos**”.*

Via interdiscurso, ser transexual e travesti significa um ato político de militância e de luta por existência, em um mundo que impõe um sistema binário a corpos, gêneros e sexualidade: “**Porque somos diversos. Não dá pra gente universalizar os corpos**”. A subjetividade do sujeito é construída à revelia das tentativas de universalização dos corpos em homens e mulheres cisgêneros. É o momento em que ser trans/travesti apresenta, como efeito de sentido, mais uma, dentre tantas outras possibilidades de significação identitária e de produção de corpos, uma vez que cada indivíduo é subjetivado de forma diversa e irá se constituir como sujeito clivado, pela ideologia, através do inconsciente, a ver as condições de produção de seu discurso, a cultura, a política e a história em que se encontra inserido.

Logo, a transexualidade/travestilidade, é uma dentre outras infinitas possibilidades de um indivíduo ser subjetivado, merecendo respeito como tal, pois dentro de cada categoria (caixa) em que se busca “catalogar” os sujeitos, encontraremos elementos que os distinguem uns dos outros. Com isso, podemos inferir, ainda, que as nomenclaturas que utilizamos para tentar explicar a diversidade humana, como a transexualidade, por exemplo, são previamente fadadas ao fracasso, pois os corpos não são meras embalagens com rótulos prontos e acabados, mas são fluidos e passíveis de novas significações, a ver a performance das identidades de gênero e de subjetivação de cada sujeito.

Entrevistador: Já pensou em retomar a identidade anterior?

João: “*Jamais! Nunca! Porque num era eu, né? Eu acho que eu tô ainda me conhecendo a cada gota de hormonização, a cada mudança. A cada... sei lá... Desconstrução da minha identidade porque a masculinidade é muito fodida também, né? Então quando eu me reconheci enquanto homem eu tive que*

desconstruir essa masculinidade. Porque tem uma masculinidade pra mim já colocada, que é a masculinidade cis que é cheia de falhas, né? Muito frágil. Então é foda. É isso: ser transexual é realmente ter que se reencontrar”.

Quando João afirma que “***a masculinidade é muito fodida***”, “***cheia de falhas***” e “***muito frágil***”, observamos a retomada de discursos, via interdiscurso, sobre a construção simbólica de uma masculinidade em nossa sociedade. Ela pode ter sido amparada no discurso médico isomórfico que tomava a anatomia masculina como a referência para a construção da feminina, considerando o corpo feminino como o inverso do masculino. Podemos, ainda, observar os efeitos de sentido do discurso cristão bíblico sobre a criação, onde Deus primeiramente fez o homem e dele retirou uma costela para criar a mulher (derivada do homem) para ser sua adjutora. Enfatizamos, também, a necessidade de considerarmos toda uma construção histórica e cultural de uma masculinidade que buscou colocar os homens como superiores às mulheres, desde sua condição física ao seu papel de protetor, de provedor do lar e de senhor de suas esposas.

No decorrer dos tempos, temos registros de grandes feitos por notáveis figuras masculinas, o que alicerçou a construção de uma sociedade machista, misógina, que silenciou vozes, talentos e negou oportunidades de estudo às mulheres por serem consideradas inaptas para ocuparem determinadas posições sociais, anteriormente facultadas apenas aos homens. Como afirma Woodward (2014), a identidade só pode ser construída se tomada em relação à diferença. Logo, podemos observar uma relação de construção negativa que toma as mulheres como aquilo que os homens não são, o que faz reverberar efeitos de sentido sobre a aceção social que legitima as posições que devem ser exercidas por sujeitos que nascem com pênis em nossa sociedade.

A ver todo esse contexto apresentado, a afirmação de João sobre precisar desconstruir toda uma masculinidade cis, que é posta socialmente e marcada por ser repleta de fissuras, ecoa efeitos de sentido de negar se colocar na posição-sujeito homem machista, sexista e misógino, que encontra respaldo no falocentrismo social. Consequentemente, ele se encontra inscrito em uma FD binária trans, por buscar se moldar fisicamente ao que se tem convencionado como pertencente ao gênero masculino, mas ao mesmo tempo, sinaliza um movimento de resistência (desidentificando-se à FD binária cisgênero). Isso pode representar um

medo de ser clivado pela ideologia dominante, que se segmenta em valores binários, e de se tornar um homem trans/travesti transfóbico, após atingir a tão desejada *passabilidade*⁵¹. Em outras palavras, poderíamos fazer uma inferência ao discurso que ele já marcou como pertencente ao ativista trans “João Nery”⁵² sobre nunca poder ser o homem que nunca foi, a partir do momento em que nega uma masculinidade já colocada pela sociedade, para construir uma acepção de masculinidade que o subjetive, sem que isso venha lhe fazer divergir da posição-sujeito que ocupa como militante do movimento trans. Logo, ser homem, no discurso de João, pode ecoar efeitos de sentido de ter ou não a aparência masculina e, simultaneamente, não desenvolver posturas de preconceito contra as mulheres que são legitimadas socialmente por discursos pré-construídos que as inferiorizam, como o de sexo frágil, dentre outros.

A negativa de retomar a identidade feminina, por afirmar que a condição anterior não lhe era pertencente, possibilita-nos tratar essa afirmação, com ancoragem em Butler (2017), sobre a construção artificial dos gêneros a partir de um regime de repetibilidade, promovendo uma naturalização dos sentidos acerca dessa questão. Logo, o que houve foram tentativas de impor ao sujeito, mediante esquemas de repetição, roupas, modelos de comportamento e de tratamento no feminino, com sustentação em sua anatomia feminina, mas que ainda assim fracassaram, pois a identidade de João encontra-se em um fluxo constante de resignificação que não pode desconsiderar sua hormonização, a ideologia que o cliva e as conseqüentes formações discursivas em que ele se inscreve e trazem significado ao seu dizer como transgênero. Isso pode ser explicado pelo fato de que, cada um desses elementos trabalharem continuamente na resignificação de sua travestilidade/transexualidade. Daí ele afirmar: “**eu tô ainda me conhecendo**” e tratar sua identidade como uma desconstrução, de modo que, o que lhe espera no futuro é uma identidade incerta, imprevisível: “**ser transexual é realmente ter que se reencontrar**”.

⁵¹ O termo *passabilidade* é empregado para fazer referência a sujeitos transgêneros que, socialmente, são fisicamente confundidos com pessoas cisgêneras.

⁵² Recapitulando o que João afirmou na primeira seção analítica, ele destaca o seguinte: “*Tem uma frase de João Nery que eu acho que me representa muito, que é tipo: ‘eu nunca deixarei de ser a mulher que eu nunca fui para ser o homem que nunca serei’*”.

Entrevistador: você sente desconforto quando recebe questionamentos sobre sua orientação sexual?

João: *“Sim. Porque ninguém pode falar a partir de mim. **Esse lugar de fala é meu.** Ninguém pode chegar e dizer: não é isso e isso. Você fala a partir do seu lugar de fala e eu falo do meu lugar de fala. **E assim a gente troca os saberes, né?** Porque eu acho uma violência uma pessoa chegar pra mim, quando chegam né? **principalmente no meio travesti: [...] você é um cara trans porque você é homem! Você não é travesti.** Isso fere o meu direito de me identificar, de me autorreconhecer”.*

Quando João afirma: **“Esse lugar de fala é meu”**, reivindica e questiona alguém querer julgar sua construção identitária e sua posição-sujeito ocupada. Para ele, é essa posição que lhe autoriza a se colocar como travesti e legitima seu dizer como detentor de uma essência verdadeira. Ter o direito a exercer e tomar posse desse lugar de fala é consequência de seu processo de subjetivação e ressignificação identitária que lhe é particular, fruto do inconsciente e do atravessamento ideológico. Nesse momento, ele denuncia a violência verbal sofrida por parte de pessoas que se inscrevem em uma mesma FD que ele, mas que tentam lhe negar sua constituição como sujeito travesti: **“Principalmente no meio travesti”**. Observamos, aqui, a heterogeneidade da posição-sujeito transgênero, a partir da diversidade, quando o meio travesti lhe faculta a condição de ser um transgênero, mas que se desloca para a divergência, no momento em que lhe nega a travestilidade: **“você é um cara trans porque você é homem! Você não é travesti”**. Essa negativa apresenta, como efeitos de sentido, a primazia do falo e sua simbolização para valoração das travestis. Com isso, elas se colocam em uma posição-sujeito travesti, inscritas em uma FD binária falocêntrica, que busca silenciar o discurso de um homem que reivindica uma identidade travesti. Essa forma de silenciamento lhe gera um desconforto pela justificativa de ocorrer dentro de um espaço discursivo LGBT, que deveria primar pela inclusão e pelo diálogo com a diversidade que se apresenta em seu próprio meio. É uma negativa de diálogo que produz o preconceito e segrega indivíduos que já sofrem com a exclusão da sociedade cisnormativa.

Entrevistador: E com relação à orientação sexual? Ser homo, ser...

João: “É. *Eu sou hetero, mas eu acredito muito que, até a psicanálise, a psicanálise diz, né? Que não existe sexualidade fixa. Então... mas hoje eu sei que estou numa condição heterossexual*”.

Entrevistador: Então, você já transitou na sexualidade?

João: “*Sim. Sim*”.

Quando o sujeito afirma estar numa condição heterossexual, ele desafia toda uma matriz de inteligibilidade cultural sobre os gêneros que busca, mediante relações fálicas de poder, vincular fatores orgânicos aos de gênero e de orientação sexual, a partir da imposição de uma heterossexualidade falocêntrica. Trata-se, pois, de um processo de resistência que desafia a promoção, por parte dessas normais reguladoras, de uma uniformização/economia de toda população LGBT à condição de homossexual, a ver a questão de João ser rotulado como lésbica, no momento em que sua heterossexualidade transmasculina é negada. Logo, a afirmação do sujeito de estar na condição de heterossexual e de já ter transitado na sexualidade, o coloca na posição-sujeito bissexual ou, como Freud (1967 [1905]) apontava, invertidos anfígenos – quando o objeto sexual pode pertencer a ambos os sexos.

A afirmação de uma bissexualidade ou de uma homossexualidade, por um transexual significa, a nosso pensar, a ampliação das fissuras em torno dos conceitos de masculinidade e de feminilidade, em sua vinculação com a identidade de gênero, sendo alvo de constantes questionamentos por parte de sujeitos inscritos em uma FD binária transfóbica, da matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros. Defendemos que tal matriz age em um duplo processo de restrição, regulação e tentativa de anulação dos sujeitos transgêneros:

- i. Um primeiro que os coloca na condição de pessoas doentes mentalmente e espiritualmente, negando sua existência e subjetivação como transexuais.
- ii. Ancorados no ponto anterior, ainda buscam, a partir das formações imaginárias sociais, “colar” a orientação sexual heterossexual em sua identidade de gênero.

Com isso, observamos um duplo processo de negação: um que os coloca em meio a patologias, e outro, que lhes nega/censura seu trânsito em torno da

sexualidade, ambos com ancoragem no binarismo social e cultural que representamos pela FD binária transfóbica.

Quando questionado sobre a possibilidade de haver o trânsito com relação à identidade de gênero, nosso entrevistado afirmou o seguinte: “*O que é identidade de gênero? É você se reconhecer, né isso? Então... **eu não posso afirmar que João vai sempre ser masculino, mas João vai sempre ser homem. Masculino e feminino é muito diferente, né? do ser, da identidade. Então, é isso: o que pode transitar é isso: o masculino e o feminino, mas não o ser. Porque a gente tem inúmeros exemplos de homens trans e travestis que se reconhecem como homens, mas são femininos, saca? Isso não muda sua identidade***”.

Nosso entrevistado vincula a masculinidade e a feminilidade ao modo como podemos performar nossas identidades, afirmando que essa performance pode ser fluida: os trejeitos, modo de falar, de se portar, de se vestir podem transitar para outras fronteiras, além do caráter imposto da artificialidade dos gêneros binários. Com isso, ele enfatiza a possibilidade de transitar para uma feminilidade que, via interdiscurso, corresponderia a uma expressão de gênero. Tal expressão é construída pela contradição e pela falha das expectativas que são frustradas sobre o que se espera da posição-sujeito do discurso de um sujeito que se reconhece como homem, mas que pode ser feminino e vice-versa.

Ser homem, nas condições acima, é permitir-se que a construção de sua identidade de gênero seja perpassada por graus, maiores ou menores, de masculinidade ou de feminilidade, sem que isso afete a questão de sua identidade. Logo, nosso entrevistado apresenta sua FD dominante como a binária trans, mas também é atravessado por uma FD não binária, que se materializa na fluidez dos gêneros. O contraditório dessa condição é evidenciado quando o intradiscurso de João enuncia uma não-fluidez das identidades de gêneros, mas que, via interdiscurso, constatamos que os efeitos de sentido abrem margem para uma fluidez dos gêneros masculinos, femininos ou, ainda, para uma combinação/ausência deles.

Ratificamos, também, o contraditório no discurso do sujeito, quando nos atemos a suas afirmações anteriores sobre ter sua identidade de gênero masculina construída em valores do universo masculino, como as roupas e a forma de se expressar (Quadro 04). Via inconsciente, ser masculino, em uma masculinidade rígida, coloca-o na posição-sujeito homem másculo, inscrito em uma FD masculina,

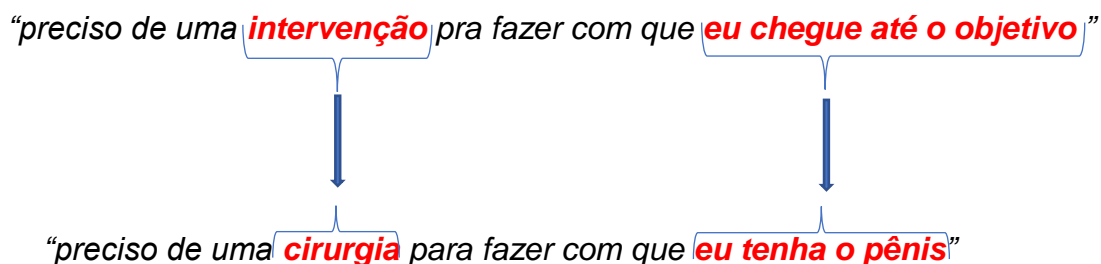
o que atesta uma vinculação da masculinidade a sua identidade de gênero como homem, mesmo ele afirmando que a masculinidade (enquanto performance) não seja uma condição atrelada a sua identidade de gênero.

Entrevistador: Quando você descobriu que era um homem trans?

João: “Desde pirralha, tá ligado? **Quando você é dito menina, na sociedade, você recebe um diáriozinho. E, assim, eu culpo muito minha família por causa desse rolê. Porque desde pirralho eu colocava nos diários, tipo, pra Papai Noel, quando é que meu pintinho vai crescer? E aí, quando é que, porque eu via que meu corpo era diferente dos meninos. Então, meus seios foi desenvolver bem tarde. Então eu ficava na rua, sem camisa, jogando bola, e queria que... eu via o que meus amigos tinha e eu perguntava: não é que eu sou diferente, é que o meu ainda não desenvolveu. Então eu vou esperar aí. Só que eu via que o meu não ia desenvolver. Chegou a puberdade... foi quando que eu vi que preciso de uma intervenção pra fazer com que eu chegue até o objetivo.**

Nas relações entre real, imaginário e simbólico, o real denuncia a falta que é constitutiva do sujeito a partir de uma ação do inconsciente. Ao afirmar que questionava o papai Noel quando seu pênis iria começar a se desenvolver, João apresenta um discurso contraditório, que materializa sua constituição enquanto sujeito clivado pela ideologia, com a afirmação de que não sente necessidade em realizar a cirurgia de readequação de gênero, como já abordamos anteriormente. Trata-se do real da língua, marcando essa contradição: “no real é possível observar a dispersão, a imperfeição, a falta, a não-linearidade, a descontinuidade, a incompletude e o contraditório que constituem sujeito e sentido, no discurso” (PETRI, 2004, p. 122).

Quando o sujeito afirma “**preciso de uma intervenção pra fazer com que eu chegue até o objetivo**”, “há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 2015, p. 81), podendo haver o deslizamento dos sentidos das palavras, a ver as condições de produção do discurso em torno da ausência do pênis, relatada pela negativa comparativa a seus amigos meninos, da seguinte forma:



É nesse deslizamento de sentidos, às margens do dizer, que podemos observar o contraditório, que é constitutivo do discurso do sujeito, evidenciando ainda um momento de sua vida passada, enquanto uma menina (na desconstrução de uma identidade feminina), que questionava Papai Noel sobre a ausência de seu pênis. Podemos vislumbrar tal fenômeno sob o viés analítico do silêncio, tal como afirma Orlandi (2015): ao dizer X, o sujeito silencia Y. Em nossa análise, ao falar em intervenção, há o silenciamento da palavra cirurgia, assim como, a expressão “**que eu chegue até o objetivo**”, silencia outra – “**que eu tenha o pênis**”.

Esse discurso marca, como já afirmamos outrora, a inveja do falo e a construção da identidade feminina de forma negativa à masculina – pelo que lhes falta quando seu corpo é comparado ao masculino: “**não é que eu sou diferente, é que o meu ainda não desenvolveu**”. A ausência do tão desejado pênis também pode representar o deslizamento do objeto “a” no momento da entrada do indivíduo no simbólico – a castração. Ao romper com a ordem do imaginário, o indivíduo reconhece seu corpo no simbólico (na língua). Logo, constitui-se como sujeito que se ressignifica na falha, na incompletude e na opacidade do real que são inatas à língua e ao discurso. O corpo de João, enquanto discurso, representa, pois, o lugar do deslizamento, da (des) construção e da errância das identidades de gênero binárias e fixas, possibilitando a produção de novos efeitos de sentido, a partir de um corpo organicamente feminino e que performa como masculino na busca inconsciente pelo falo.

Via interdiscurso, o sujeito marca a presença de objetos discursivos que produzem sentidos na ressignificação de sua identidade, bem como descreve o imaginário da sociedade sobre o que é a masculinidade. Quando ele trata do diário que é dado às meninas, em tenra infância, a fim de escreverem sobre seus sentimentos, o objeto tem seu funcionamento ressignificado. Não se tratava de um espaço para falar dos sonhos, desejos e segredos de uma menina legitimada em padrões binários, mas sim da materialização escrita de toda uma zona de conflitos,

de inquietações psicológicas e de angústias de um sujeito que não entendia o que se passava com seu corpo e que sabia que algo estava errado com a construção de sua identidade a partir da observação do corpo dos meninos com quem brincava.

Logo, fora dado um diário a uma menina, por sua constituição anatômica, mas quem nele escrevia cada palavra, de forma inconsciente, era um menino que já se constituía, na falha da ideologia, à revelia dos padrões binários sociais sobre a constituição artificial identitária de homens e mulheres. O diário objetivava, mediante relações de poder (na unidade do dispositivo, aqui representada pela família), censurar o menino que não gostava de brincadeiras voltadas para meninas e, também, impor-lhe uma identidade de gênero feminina, todavia esse objetivo fracassou. O que pôde ser observado com os sentidos que se esvaíram e migraram para outra matriz de sentidos. Como afirma Orlandi (2007), a migração ocorre em meio à efetivação da censura. É um processo que é fruto da resistência e da mudança de posição do sujeito que se desidentifica e rompe com os saberes da FD binária transfóbica, onde estavam inscritos sujeitos que buscavam silenciá-lo, a partir de um objeto notadamente do universo feminino. Ainda de acordo com Orlandi (2016, p.230), essa ruptura foi possibilitada porque a ideologia é um ritual sujeito a falhas e “a falha é o lugar do possível”:

Daí a contradição: o que segrega é o que torna possível a ruptura do processo de individuação, de identificação, na confluência da falha do Estado no processo de individuação e da falha da ideologia no processo de identificação do sujeito à formação discursiva. [...] Na falha, ela se abre em ruptura onde o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, fazendo sentido no interior do não-sentido. (ORLANDI, 2016, p.230-231).

Logo, os sentidos estão sempre à deriva e os objetos discursivos passíveis de novas significações quando apropriados pelos sujeitos, a ver o funcionamento da ideologia, tornando possível um diário “feminino” fazer sentido no não-sentido, aqui ressignificado por sua apropriação por um menino transgênero que o tomava como um espaço de inscrição discursiva de suas angústias, por não ter um pênis e ser diferente de seus colegas. Esse fenômeno discursivo também pode ser observado quando ele narra a (res) significação simbólica de seu cabelo enquanto criança: tinha cabelos longos, como toda menina costuma ter, mas que, a ver sua performance identitária (trejeitos) como menino, os sentidos sobre tal elemento

migraram para a significação de um cabelo longo, pertencente a um personagem famoso das telenovelas, o Esteban: **“a galera me chama de Esteban. Porque num sei se tu lembra da novela Kubanacam que era o cara de cabelo grande? Pronto! Eu era Esteban. Eu era um cara de cabelo grande”**.

O personagem em questão foi interpretado pelo ator Marcos Pasquim (Figura 18) e representou, com seu corpo musculoso, geralmente semidespido, uma marca da virilidade e dos padrões de masculinidade que nossa sociedade cultua como coerentes à matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros. Logo, quando enuncia que era “um cara de cabelo grande,” observamos todo um contentamento e orgulho, em sua gesticulação e tom de voz, por ser comparado com o personagem.

Figura 18 – Esteban



Fonte: <https://tvmaxibrasil.wordpress.com/2012/09/15/record-aprova-sinopse-de-carlos-lombardi-que-quer-marcos-pasquim/>

No momento em que relata a comparação, pela negação, de seu corpo com o dos meninos de mesma faixa etária, João afirma que **“ficava na rua, sem camisa, jogando bola”**. Essa enunciação marca as formações imaginárias sobre práticas discursivas em que se constroem e se cristalizam as identidades masculinas. É, pois, um efeito de antecipação que se realiza sobre a performance identitária na posição-sujeito menino: espera-se no imaginário social, que meninos brinquem na rua de futebol, que empinem pipas e que o façam sem camisa. Ampliamos, com essa análise, a aplicação do conceito do efeito de antecipação, às posições-sujeito que os sujeitos assumem no discurso, de modo que já se é prevista a forma como homens e mulheres irão se comportar, se vestir e interagir com os objetos discursivos.

Ainda no discurso do sujeito, há uma série de já-ditos que o identificam ao universo masculino a partir de objetos discursivos como brinquedos e roupas endereçados aos meninos, além do corte de cabelo curto: **“eu queria sempre brincar com os brinquedos dos meus amigos, pegar a roupa dos meus primos. É complicado porque eu não tive uma transição do feminino para o masculino. [...] Minhas roupas sempre foram muito masculinas. Minha mãe não comprava roupas pra mim na sessão feminina. Ela tinha resistência, mas pra ela era uma fase. [...] Eu sempre jogava bola, empinava pipa. Eu acho que a única foto que eu tenho com vestido é com nove anos. Com dez anos eu fiz: corta a porra do meu cabelo”**.

Observamos que toda essa rede de pré-construídos, enunciada por João, compõe aquilo que já descrevemos como expressão de gênero: a forma como o indivíduo externaliza socialmente sua identidade de gênero. A ver a FD masculina em que ele se inscreve, os efeitos de sentido produzidos em seu discurso marcam o uso de vestidos e de cabelos longos como pertencentes ao universo feminino. A menção ao palavrão “porra”, adjetivando seu cabelo longo, pode produzir o efeito de sentido de incômodo e repugnância que se equiparam a um corpo estranho que lhe causa estranheza e uma iminente necessidade de se ver livre dele.

Há, também, na constituição de sua identidade masculina, um processo de subjetivação que é construído também na referenciação ao outro (o “outro” do interdiscurso), aqui representado pelos seus amigos e primos meninos e também com relação ao personagem da novela – são másculos, detentores do falo, usam roupas masculinas, jogam futebol e empinam pipas. Logo, vestir-se como eles e cortar o cabelo como o deles, pode significar uma afirmação de resistência que marca sua necessidade de pertencimento a esse grupo e uma negativa de que não deseja ocupar a posição-sujeito menina.

Quando questionado sobre a necessidade de passar por exames psicológicos para poder realizar os processos cirúrgicos de redesignação de gênero, João é categórico ao criticar esse pré-operatório, com amparo de um profissional da psicologia, reivindicando a liberdade constitucional sobre o que podemos fazer com os nossos corpos e que isso não implique a intervenção do “Outro” de forma não consentida. Marcamos, aqui, a presença do grande Outro⁵³, representado pelas

⁵³ Para uma retomada do conceito em questão, sugerimos, ao leitor, a leitura da seção 2.1.2.2, no capítulo 2, sobre “O sujeito do inconsciente laciano e suas implicações para o estudo da transexualidade”.

instituições, sob a forma dos AIE, buscando a domesticação de corpos transgressores da norma binária.

Mais adiante, tratamos sobre a retirada da transexualidade da condição de transtorno mental no catálogo internacional de doenças no ano de 2018. Anteriormente tratada como transtorno de identidade sexual, a nova rotulação ainda permanece no catálogo como incongruência de gênero, o que é criticado pelo nosso entrevistado: **“pra mim, não foi uma retirada a partir do momento que tem uma congruência. Qual a congruência? A congruência é ser cis? Então volta a patologização! Então pra mim isso não foi avanço. Isso é só outros termos pra colocar a gente nessa ideia de que você ainda é uma cópia patologizada de pessoas cis”**. Com essa enunciação, João denuncia o silenciamento que está presente no texto internacional e que ainda considera a transexualidade como uma incongruência, colocando-os na posição de sujeitos doentes. Logo, a migração do termo, para outra seção, em nada alterou sua acepção para a comunidade científica – a de ser uma cópia ilegítima socialmente. Com essa crítica, ele reitera a permanência do quadro patológico que coloca os cisgêneros como a norma e os transgêneros como o seu desvio.

Nos quadros a seguir, resumimos os processos de inscrição do sujeito em determinadas FDs (Quadro 04) mediante sua identificação, contraidentificação e desidentificação ao discurso dominante, considerando as posições-sujeito ocupadas por João (Quadros 05, 06 e 07).

Quadro 04 - Processo de inscrição na FD

Identificação	Contraidentificação	Desidentificação
FD ateia		FD religiosa cristã
FD trans binária (FD dominante)	FD binária (quando afirma ser importante realizar determinados procedimentos no corpo).	FD binária (quando nega ter que se colocar “ <i>dentro da caixa</i> ”).
FD masculina	FD trans	FD feminina

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 05 - FD e posição-sujeito

Identificado a FD	Posição-sujeito
FD masculina	Homem masculinizado de favela

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 06 - FD e posição-sujeito

Contraidentificado a FD	Posição-sujeito
FD Transexual	Homem-travesti

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 07 - FD e posição-sujeito

Desidentificado a FD	Posição-sujeito
FD feminina – nome, roupas e corpo feminino	Homem másculo
FD binária cisgênero	Posição-sujeito homem trans militante contra o preconceito que se alicerça no falocentrismo

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

A partir desses quadros, observamos quão instáveis, porosas e movediças são as formações discursivas que constituem o interdiscurso do sujeito analisado, atestando sua heterogeneidade e embates na constituição e ressignificação de sua identidade enquanto sujeito transexual/travesti. Além disso, verificamos também a heterogeneidade da posição-sujeito que emerge no discurso de João e que irá indicar sua inscrição em uma ou outra FD.

Vejamos, a seguir, nosso recorte analítico da entrevista concedida pela transexual que chamaremos de Rogéria, em homenagem à falecida artista

transgênera que fez grande sucesso no Brasil com suas apresentações no teatro, participações em programas de TV e no cinema.

5.2 Sujeito entrevistado 02 - Rogéria

Antes de procedermos com as análises do *corpus*, fruto das entrevistas, vejamos alguns dados biográficos da nossa entrevistada:

Quadro 08 - Dados biográficos da entrevistada Rogéria

Idade	23 anos
Profissão	Estudante (desempregada)
Naturalidade	Recife/PE
Identidade de gênero	Mulher trans
Escolaridade	Ensino médio completo. Cursando ensino superior.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

5.2.1 Questionamentos sobre o corpo

Entrevistador: o que representa a cirurgia de readequação de gênero?

Rogéria: *“É mais uma questão de **aceitação para o outro, não pra gente. Sabe? Eu vejo que tem muitas meninas que [...] antes de ter o apoio psicológico, ou até tendo o apoio psicológico, **ela achava** que fazer a cirurgia era algo que ia torná-la mais mulher. Só que daí eu tava, nesses dias, vendo **um vídeo no youtube de uma trans que fez a cirurgia** e ela disse que não se sente mais mulher por conta disso não. E foi uma coisa que, no início, eu pensava muito: **poxa eu quero muito fazer a cirurgia para me sentir realizada.** Só que daí conversando com outras amigas trans, **elas diziam – eu não penso em fazer porque não vai me tornar mais mulher. Se viesse com útero para ficar grávida e tal, ainda dava pra fazer. Mas é uma coisa que só vai ser confortável para o homem socialmente.** A gente vai***

perder um pouco menos de testosterona. Mas daí então, eu não penso em fazer. Não vejo que é proveitoso não”.

Ao afirmar que fazer a cirurgia de readequação de gênero visa apenas uma satisfação do desejo do outro, o discurso de nossa entrevistada ecoa efeitos de sentidos sobre a heterogeneidade discursiva na (res) significação de corpos trans. É o momento em que observamos o fenômeno da alteridade, que aqui tomaremos como uma marca do interdiscurso/da heterogeneidade discursiva, o que implica, no caso de Rogéria, em uma tentativa do sujeito de delimitar um efeito de autoria (marcando o outro) e de autonomia sobre seu dizer: Trata-se, pois, do funcionamento do interdiscurso, onde o sujeito acredita ser a “fonte deste seu discurso, quando ele nada mais é do que o suporte e o efeito” (ALTHIER-REVUZ, 1999, p.27).

Para Agustini e Grigoletto (2008, p.147), a alteridade atravessa o espaço tenso e contraditório de subjetivação do sujeito e se constitui como uma ameaça a sua ilusão de autonomia, ao colocar em “xeque o efeito elementar de unicidade daquilo que se diz”. Logo, negar o desejo de intervir no corpo cirurgicamente, tomando como referência um eventual parceiro sexual, é também afirmar que esse outro lhe é constitutivo e ressignifica seu corpo: “o sujeito é também alteridade, carrega em si o outro, o estranho, que o transforma e é transformado por ele” (CORACINI, 2007, p. 17). Com isso, a contradição é construída: sua FD feminista a coloca na condição de uma mulher que é dona de seu corpo e que não o modificaria para satisfazer um parceiro, todavia, é através da negativa ao desejo desse outro que seu corpodiscurso é construído. Um “outro” que é do sexo masculino e que se sentirá confortável socialmente pela privação da exposição pública de que está se relacionando com uma mulher que tem o falo. Isso pode significar sua inclusão, de forma negativa, na categoria de homens homossexuais, pois na economia dos sexos, relacionar-se com uma transexual é o mesmo que estar com um homem gay que se comporta como uma mulher, mas que nunca o será. Logo, nossa entrevista afirma que tal questão se trata de um conforto social.

A construção de tal negativa sobre a necessidade de fazer a cirurgia é alicerçada, ainda, no outro que também é representado por uma heterogeneidade de discursos de outras mulheres transexuais que Rogéria marca em seu discurso: são suas amigas com quem conversa sobre os procedimentos cirúrgicos “**elas dizem –**

eu não penso em fazer porque não vai me tornar mais mulher” e, também, por relatos de uma mulher trans em uma rede social. Essa heterogeneidade é apresentada, em seu discurso, de forma marcada e mostrada⁵⁴ a partir do pronome “elas” e ratifica que os discursos não se constituem “independentemente uns dos outros, e sim de forma regulada, no interior desse espaço de relações constantes com outros discursos” (GONZAGA, 2017, p.385).

Sobre a expressão “tornar mais mulher”, há, fortemente, a presença das formações imaginárias⁵⁵, no discurso de nossa entrevista, demarcando o discurso em torno do imaginário de mulher que é ideal para si e para suas amigas trans. Tais formações, considerando sua formulação por Pêcheux (2014 [1969]), fazem referência aos lugares que mulheres trans e mulheres cis atribuem umas às outras, bem como sobre a imagem que constroem sobre seus lugares ocupados, no nosso caso, temos a imagem e o lugar que as transexuais constroem sobre o que significa ser uma mulher biológica e sobre a implicação de atingirem um maior grau de feminilidade após procedimentos cirúrgicos. Com isso, atesta-se a produção de sentidos que vinculam tal grau de feminilidade à ausência do pênis e à construção cirúrgica de uma vagina, o que é consequência do trabalho clivador da ideologia dominante sobre o discurso de tais sujeitos.

Ao negar a importância de ter uma vagina, com o argumento de que a genitália não irá lhe facultar a possibilidade de engravidar, observamos um interdiscurso da feminilidade que ecoa efeitos de sentido a partir do corpo da mulher grávida. O não-dito de Rogéria apresenta o sentido da interdição de uma posição-sujeito que não lhe é facultada, mas que está recalcada em seu inconsciente – posição de mulher mãe, que lhe é negada por ter nascido com anatomia masculina.

[...] a maternidade, vista como uma qualidade da mulher e como algo do feminino, biológico e psicológico, desconsidera a intimidade e a liberdade da mulher em sua relação com o seu corpo, com as condições de produção em que vive, com a formação discursiva (FD) em que está inscrita, FD da resistência. Quando pensamos em uma “construção social”, pensamos em um “retrato”, construído historicamente. [...] há uma cobrança para que se encaixe no “retrato padrão” e assuma uma posição que se identifique ao mesmo; uma posição constituída por um discurso machista; discurso que entende

⁵⁴ Representa “formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso” (ALTHIER-REVUZ, 1990, p.27).

⁵⁵ Sobre as formações imaginárias, sugerimos, ao leitor, a retomada da leitura do capítulo 1, seção 1.5 “formações imaginárias: efeito de antecipação, preconceito e sujeito trans”.

a maternidade como uma “essência feminina” (SCHERER, A.E *et al.*, 2018, p.28).

Logo, o discurso da Rogéria é tangenciado por sentidos de uma FD machista que se confronta com sua FD transfeminina de resistência, materializando-se em seu intradiscurso, quando questionada sobre o que representam os órgãos sexuais masculinos em sua constituição identitária: “**eu acho que existe mulher de pau e homem de buceta. Isso não muda nada**”. Com essa afirmação, seu corpo é significado simbolicamente como um local de resistência ao negar a possibilidade de encaixe no retrato padrão de corpos femininos serem também aqueles que podem procriar. Logo, Rogéria possui um corpo feminino, que não pode gerar uma criança, e com o agravante de ser detentora do falo.

A impossibilidade da maternidade pode significar uma autocensura sobre realizar a cirurgia para ter uma vagina, mas também pode reverberar efeitos de sentido sobre uma afronta à inteligibilidade cultural dos gêneros que desaprova “homens com buceta” e “mulheres com pau”, tal como afirmado por nossa entrevistada. É, pois, a representação do corpo como gesto político e simbólico, tal como descreve Orlandi (2017).

Outro efeito de sentido que pode emergir quando relata a impossibilidade da cirurgia lhe garantir um útero, é o de que ser mulher, para nossa entrevistada, é também poder ser mãe. Essa impossibilidade representa o real – uma falta que é marcada em seu corpo, representada pelo conflito e pelo contraditório. Via interdiscurso, Rogéria deposita no Outro (heterogeneidade constitutiva) o argumento para não realizar a cirurgia, mas que poderia fazê-la caso pudesse alcançar o real – a chance de engravidar e de ser mãe. Logo, quando marca (sob a forma mostrada) o discurso do outro ao afirmar: “**eu não penso em fazer porque não vai me tornar mais mulher**”, os efeitos de sentido deslizam para outra margem de sentidos e podem significar:

- i. Ser mais mulher é poder engravidar e ter filhos.
- ii. Mulheres trans são menos mulheres que mulheres cisgêneras porque não podem engravidar (reprodução de um imaginário de mulher).

Com isso, observamos que, mesmo na heterogeneidade discursiva sob a forma mostrada, onde o sujeito tenta marcar o discurso do outro para lhe garantir a autonomia sobre seu dizer, os sentidos deslizam a sua reveliam e esse outro, que é enunciado, pode denunciar desejos que estão recalcados em seu inconsciente (o que marca a heterogeneidade constitutiva que emerge com o Outro, representando o inconsciente). Trata-se, pois, da “concepção do discurso atravessado pelo inconsciente” que se “articula àquela do sujeito que não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: sujeito descentrado, dividido, clivado, barrado” (ALTHUER-REVUZ, 1990, p.28).

Após afirmar que existem homens com vagina e mulheres com pênis, nossa entrevista complementou sua argumentação sobre a representação do órgão sexual masculino: ***“Eu acho que a pessoa não é o órgão sexual. Até porque quando a gente conhece uma pessoa, a gente não sabe o que tem lá dentro. A gente não vai ficar pedindo pra ver sobre... (risos) com a pessoa. Entende? Agora tem gente que tem muito apego, né? a essas coisas. Tem gente que não se relacionaria lá com uma mulher trans porque não teria lá uma vagina. Não se relacionaria com um homem trans porque não tem um pênis. Eu, realmente, no passado, tinha muito essa necessidade da questão do falo, mas hoje não. Hoje foi desconstruindo isso e eu vejo que é só mais uma coisa. Há diversas formas”***.

Com essa sequência discursiva podemos analisar o processo de inscrição dos sujeitos relatados nas FDs, considerando as referências ao “outro”, via heterogeneidade mostrada, que marca a enunciação de nossa entrevista quando usa a expressão: ***“Tem gente”***. Ao afirmar que há pessoas que são apegadas à correspondência, do órgão sexual à identidade de gênero, e que agia de igual forma em tempos passados, observamos sua identificação a uma FD binária, consequência do atravessamento ideológico por valores da matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros. Quando afirma que o órgão sexual ***“é só mais uma coisa”***, observamos que Rogéria ainda é atravessada pela ideologia da FD binária, pois ainda há uma relevância, em seu dizer, sobre a dicotomia dos gêneros, apesar de defender a diversidade de identidades de gêneros.

São constantes os embates entre a FD binária e a FD trans, que já domina o interdiscurso de nosso sujeito, marcando seu antagonismo com relação à

FD binária quando desvincula a pessoa de seu órgão sexual: “***Eu acho que a pessoa não é o órgão sexual***”. Com essa afirmação, ela busca uma ruptura com os padrões binários que colocam os cisgêneros como a instância da regra (em fatores sociais e biológicos), já que as genitálias não podem ser colocadas nem como os fins, nem como os meios para rotular o comportamento e modo de relacionamento das pessoas em sociedade. É, pois, a construção de saberes de uma FD transfeminista que ecoam sentidos no dizer de Rogéria:

A condição de uma formação discursiva específica – a constituição do saber próprio a uma formação discursiva – se dá na relação com o interdiscurso. As formações discursivas transfeministas formam seus saberes a partir da contestação do sexo como um referente estabilizado – estabelecendo uma relação de antagonismo com outras formações discursivas (BAGAGLI, 2017, p.167).

A desconstrução a qual se refere, sobre sua percepção da importância do falo, remete a uma ressignificação de sua identidade quando é clivada pelo funcionamento, “às avessas” da ideologia dominante na sociedade, e passa a se inscrever em uma FD trans binária. Apesar de tal inscrição, poderíamos inferir que seu discurso ainda é atravessado por uma FD binária transfóbica, o que pôde ser constatado quando questionada sobre sentir incômodos com a estrutura anatômica masculina – pênis e testículos. Vejamos a resposta dada por ela: “***não, não sinto tanto incômodo***”. Após enunciar o primeiro “não”, Rogéria dá uma leve pausa e segue com a negativa sobre não ter tanto incômodo. A pausa em sua enunciação parece produzir o efeito de sentido de uma tentativa de autorregulação sobre seu dizer e sobre o discurso que tenta sustentar sobre a necessidade de questionar os padrões binários cisgêneros em um processo de militância e resistência transfeminista. Todavia, a palavra “tanto” lhe escapa e denuncia seu corpo como um espaço de inscrição discursiva não desejável para si. Ele representa, pois, uma zona de interdição:

O que implicaria falar a partir de um local de interdição no que diz respeito ao próprio corpo? Como explicitar criticamente o local de fala de sujeitos cujos corpos estão à margem? Os discursos transfeministas insistem na tomada de palavra por sujeitos tidos potencialmente como inadequados, transtornados ou sem-sentidos: há algo de redobramento da própria fala que produz resistência (BAGAGLI, 2017, p.167).

Conseqüentemente, ter um pênis pode significar um excesso que denuncia seu corpo, aparentemente feminino, como irregular e disforme. Ele a coloca em uma posição de incômodo e, também, de interdição de sentidos pelas esferas reguladoras das identidades de gêneros não padrões. Todavia, é através das tentativas de interdição que o ritual ideológico falha e Rogéria ressignifica seu corpo como o de uma “mulher com pau”. Ser a detentora do falo pode significar, simultaneamente, questionar os padrões sociais binários, e também resistir a si própria (ao se corpo no sentido biológico) quando possui um órgão que lhe causa incômodo e estranheza, mas que lhe habita. Sigamos com os próximos questionamentos da entrevista.

Entrevistador: Como você enxerga o uso de hormônios no processo de readequação da identidade de gênero? Você faz uso de hormônios?

Rogéria: *“Uso. Eu uso o Diane 35 e o bloqueador”.*

Entrevistador: Você os considera importantes?

Rogéria: *“São. [...] **Porque vai mudando nosso corpo, né? A gente vai perdendo uma estrutura de uma forma e vem pra uma estrutura mais feminina. Vai aumentar busto, aumentar peito, muda o nosso rosto, acho que é muito importante. Afina nossos pelos, porque a gente tem muito pelo. E também tem a questão da nossa pele que muda mesmo porque eu sinto muita mudança. Eu me senti muito confortável quando eu comecei a tomar o hormônio”.***

A hormonização é uma prática bastante comum entre os transgêneros. Ela parte do pressuposto de que irá minimizar as incongruências entre a identidade de gênero com a qual o sujeito se identifica e sua estrutura anatômica, visto que é “pelo corpo que o sujeito se faz ver, se faz significar, ouvir, tocar, sentir, apalpar, sempre à procura de um real possível. O corpo é, o corpo diz, o corpo mostra” (SCHERER et al., 2018, p. 36). Tratamos aqui do corpo enquanto discurso, como o lugar material de significação e de inscrição do sujeito no discurso. Como afirma Ferreira (2013), é no corpo que o indivíduo é subjetivado, pois tal como a ideologia é um ritual sujeito a falhas, assim será com a língua e, conseqüentemente, com o corpo que é atravessado ideologicamente e representa o espaço material onde o indivíduo se projeta na/pela linguagem. Como atesta Orlandi (2006), ele é

constituído no campo do simbólico, logo, é marcado pela incompletude e pelo desejo:

[...] o corpo comparece como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade e a cultura que o constituem. Trata-se do corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro. O corpo intangível e o corpo que se deixa manipular. O corpo como lugar do visível e do invisível (FERREIRA, 2013, p.2).

A partir de tais pressupostos teóricos, observamos que há, no discurso de Rogéria, uma necessidade de suprir lacunas em seu corpo para que ele a signifique como mulher. De um lado, é a falta dos seios e de outros atributos femininos. Por outro lado, trata-se da presença de elementos que lhe são estranhos em seu corpo e que lhe denunciam como não-mulher. Os dois medicamentos citados trabalham na tentativa de suprir um desejo de completude ao seu corpo: **“A gente vai perdendo uma estrutura de uma forma e vem pra uma estrutura mais feminina”**.

“Diane 35” é a marca de uma medicação que contém o hormônio “etinislestradiol” em uma quantidade bem mais elevada que a produzida de forma natural pelo corpo humano, o que o torna danoso quando consumido em longa escala de tempo, por elevar o risco do usuário sofrer uma trombose, uma embolia pulmonar ou alterações nas funções hepáticas. Já o bloqueador a que Rogéria se refere, tem a função de bloquear a produção do hormônio masculino – a testosterona. Consumir ambos os produtos tem, pois, efeito duplo: o de ter o esteriótipo feminino, mas com isso, degradar o corpo que lhe garante essa significação simbólica. Via inconsciente, o efeito de sentido que pode emergir é o da necessidade de anulação do “Outro”, aqui representado pela figura masculina, e também de anular o olhar do outro de cunho social (que emerge, via interdiscurso) que a subjuga como um homem que tenta se passar por mulher. É, pois, a busca pelo real que lhe é inatingível, desejante e, ao mesmo tempo, danoso com os efeitos colaterais de se submeter a tais tratamentos.

Com essa terapia hormonal, ela não somente ressignifica sua identidade, à revelia da matriz reguladora⁵⁶ das identidades de gênero, como também a performa em uma tentativa de se enquadrar no binarismo social. Esse

⁵⁶ Corresponde à atuação da matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros, mediante a ação da ideologia dominante binária.

enquadramento pode representar um mecanismo de resistência à ideologia dominante e também sua afirmação na posição-sujeito mulher, marcando seu pertencimento a um grupo social e, ao mesmo tempo, distinguindo-se dele, pelo seu efeito de autoria. Tal efeito lhe significa de forma diversa com relação ao outro desse grupo (mulher trans que se hormoniza e que não quer fazer cirurgia de readequação de gênero) e, ainda, de forma negativa com o outro grupo que é marcado pela identidade de gênero masculina.

No enunciado **“A gente tem muito pelo”**, o termo **“a gente”** pode se referir à estrutura anatômica masculina que vem sendo eliminada com o uso de hormônios, por ela e por outras mulheres transexuais, mas também pode caracterizar um momento em que a alteridade é enunciada e marca a presença do “outro” como um homem, (a ver as condições de produção desse discurso) no caso, a minha figura enquanto entrevistador masculino e cisgênero. Logo, “a gente” pode produzir o efeito de sentido de “nós” – o entrevistador e a entrevistada – ambos anatomicamente masculinos e com uma característica “comum” aos homens que é ter pelos grossos no rosto.

A pele é também um órgão que é alvo de mudanças para Rogéria. Tornar-se uma mulher significa, pois, possuir uma pele sensível e delicada. É poder colocar-se na forma-sujeito do discurso como alguém pertencente ao gênero e corpo social feminino. Para Milanez (2015, p. 112), “a pele do corpo do sujeito é o próprio espaço no qual ele se materializa, se presentifica e formata o mundo pelo qual passa e que, este, por sua vez, o atravessa”.

O questionamento seguinte foi sobre o fortalecimento do binarismo ao se tornar anatomicamente uma mulher. Como resposta, Rogéria apresentou a seguinte resposta: **“Sim. No sentido de que *socialmente a gente não pode ter um meio termo, né? ser neutro. Ou é homem ou é mulher, né? Basicamente isso. Eu acho muito ruim porque a gente sabe que não para aí. Não só tem essa questão de binarismo [...] A gente tem pessoas que têm o gênero fluido, que têm o gênero neutro e queria muito utilizar dos seus direito e não pode. Aí tem que vir para uma coisa que se identifica muito mais, como um lado mais feminino que é mais aflorado ou um lado mais masculino que é mais aflorado e tem gente que, inclusive, não se identifica. Não fez retificação do nome porque acredita que isso não influencia na sua vida. Entende? Mas eu acho que fortalece muito e é muito triste porque a gente deveria ser livre. Não deveria ter isso de rosa para menina e***

azul pra menino, como teve essa questão recentemente de menino usa azul e menina usa rosa. Eu acho isso ridículo. Mas assim: é uma coisa que já é cultural [...]. Sempre vem aquela questão: quando a mulher tá grávida sempre rola aquela expectativa. É menino. Vai pegar muitas meninas. É menina. Vai ser mãe [...]. Eu acho que essa expectativa frustra muito porque a criança não vai ter aquela autonomia da vida dela. Ela já vem com aquilo predominado desde a infância”.

Nessa sequência discursiva, Rogéria relata a intolerância da sociedade com os transgêneros a partir de um interdiscurso que denuncia uma cisnormatividade compulsória que os marginaliza e rotula como pessoas doentes: **“socialmente a gente não pode ter um meio termo”**. A esse respeito, Grimm (2016) afirma o seguinte:

A cisgeneridade se constitui por uma posição desde a qual a enunciação do próprio sexo pode ocupar um lugar de “natureza”, de obviedade, de origem sagrada dos seres vivos, ao passo que a enunciação transgênera do próprio sexo constitui um lugar de “artificial”, de engano, de profano – algo que desvia daquilo que era marcado como o “original” da biologia (GRIMM, 2016).

Logo, ou se é homem ou se é mulher cisgênero, o que faz com que os corpos trans sejam compulsoriamente impelidos a transitar apenas nesse padrão binário e construir sua subjetividade corpórea a partir do referencial do outro – efeito da alteridade que aqui produz efeitos de sentido sobre estruturas anatômicas que só serão legitimadas (produzindo efeitos de “verdade”) a partir do enquadramento na dicotomia homem/mulher:

[...] esse processo de hormonização, o qual minimizaria ou apagaria os signos daquele gênero imposto socialmente ao nascer, é uma demanda do outro que, muitas vezes, só legitima como sujeitos trans, aqueles que fizeram a redesignação sexual e estão se hormonizando. Assim funciona a ideologia sobre os corpos, afirmando que apenas certas características corpóreas pertencem a tipos específicos de gêneros, reforçando, assim, o binarismo (CAVALCANTE, 2018, p.77).

Daí, quando Rogéria afirma: **“a gente deveria ser livre”** os sentidos deslizam e podem significar: **“a gente é presa”**. Presa às amarras sociais e culturais que buscam censurar seus corpos, nomes sociais e tudo mais que lhes é subjetivo e

peculiar a sua construção identitária. É ainda uma tentativa de lhes negar a reivindicação de performar seus gêneros fora do binarismo, como afirmado sobre ter um gênero neutro, não se identificar com nenhum dos gêneros ou poder fluir sobre eles. Logo, até para ser trans, é necessário seguir toda uma normatização que, novamente, vem do “outro” e do grande Outro (via AIE). São relações de poder, a partir do aparato médico, jurídico e religioso, que legitimam o lugar de fala de cisgêneros como verdade incontestável, ou seja, em meio a uma representação de sujeito, mediante o funcionamento das formações imaginárias. Como afirma Grimm (2016): “pessoas cisgêneras tem um poder estrutural para pensar sobre pessoas trans (interpretar suas vivências, narras suas vidas) – desde um grande escopo de teorias”, o que garante a contrapartida dos trans sobre os cis e reforça a cisgeneridade como uma condição que não precisa ser enunciada nem rotulada, já que é o “normal” de ser para qualquer pessoa.

Ainda nessa sequência discursiva, o caráter artificial dos gêneros que é fruto da inteligibilidade cultural é (d) enunciado quando Rogéria faz referência a um infeliz episódio protagonizado pela Ministra Damares Alves, responsável pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no Governo do Presidente Jair Bolsonaro que se iniciou em 01 de janeiro de 2019. Nesse episódio, o discurso proferido pela ministra, em 3 de janeiro de 2019, é marcado pelo uso de uma metáfora que associa a cor azul a meninos e a cor rosa a meninas.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, a ministra pastora Damares Alves (ALVES, 2019) discursa em tom comemorativo sobre a chegada de uma nova era no Brasil onde “menino veste azul e menina veste rosa”. A repetição desse enunciado representa uma “guerra santa”, em pleno século XXI, aos sujeitos que performam seus gêneros e sexualidade de forma a transgredir os padrões binários legitimados como os corretos, a ver a FD em que se inscrevem Damares e seus aliados. Além disso, faz ecoar discursos atravessados por uma ideologia de viés ultraconservador religioso, de sustentação binária e excludente de outras possibilidades de cores (vivências de gêneros). A exclusão de outras cores recai, metaforicamente, para uma exclusão de sujeitos que não sejam cisgêneros e heterossexuais; reafirma preconceitos e um grande paradoxo, que é a governança de um Estado que é laico, como afirma a Constituição Federal, por valores cristãos segregantes. Daí inferimos a construção social e compulsória dos gêneros:

Se consideramos que tanto o sexo quanto o gênero são construções sociais, a diferença entre cisgeneridade e transgeneridade não se dá na ordem de uma verdade interior das pessoas ou dos seus corpos mas de diferentes situações políticas frente às tecnologias que constroem sexo e gênero (GRIMM, 2016).

Logo, aquilo que se convencionou como verdade sobre as vivências dos gêneros e sexualidades é fruto das relações de poder protagonizadas pelos AIE e são exteriores aos sujeitos. Neles funciona uma ideologia dominante que tenta interpelar os indivíduos em sujeitos cisgêneros e heterossexuais em um processo que já se inicia antes mesmo da criança nascer: “**quando a mulher tá grávida sempre rola aquela expectativa**”. São, pois, discursos regularizados e hegemônicos, na sociedade, que ecoam efeitos de sentido a partir de um sexo biológico, buscando rotular toda trajetória do sujeito em azul ou rosa e que legitimam as práticas discursivas na dicotomia homem/mulher. As expectativas são, na realidade, imposições ao indivíduo para que ele seja assujeitado enquanto cisgênero e heterossexual. Essa condição é a “normal” para os valores cristãos, para a biologia tradicional e também para o Estado e seus aparelhos de repressão (AIRE). Prossigamos com os questionamentos sobre a escolha do nome social

5.2.2 Questionamentos sobre o nome social

Entrevistador: Por que Rogéria? Como ela performa na construção da sua identidade?

Rogéria: “Quando eu tava na faculdade, eu passei por um problema. A sala toda me excluiu [...] Eu tava com problema de depressão justamente por causa da minha identidade de gênero e eu não sabia porque **eu não achava que não era identidade. Era crise de identidade. Ia passar isso, não não passou. Eu fui realmente me aprofundando naquilo e fui me descobrindo como mulher. Já fazia tempo que eu tinha essa ideia mas eu lutava muito contra ela**”.

Entrevistador: Com que idade isso começou?

Rogéria: “**Com quatro anos já havia conflito. Quando eu assistia uma novela [...] era realmente se identificar com o universo feminino e eu sempre [...] tive referencias femininas muito fortes na minha vida: como a minha avó, minha tia, minha mãe. E os homens da minha família eu nunca tive como exemplo por**

*serem machistas, misóginos. Daí, quando eu passei por esse problema na universidade, eu tive uma amiga chamada Rogéria [...]. Ela foi maravilhosa comigo. Ela **super me aceitou**. Me chamou pra fazer parte do grupo dela. A gente começou a trabalhar juntas. **Eu já tinha aquele desejo de ser feminina e via ela como uma referência**. [...] Ela era bem guerreira, bem líder, bem de ajudar. Essa era **uma personalidade que eu queria: de segurança pra mim**. Ela era tão segura de si que eu achava que também precisava de segurança. [...] E realmente **quando eu fiz a transição pra Rogéria [...]** foi uma paz*

Os enunciados “**eu lutava muito contra ela**” e “**com quatro anos já havia conflito**” evidenciam a angústia do sujeito de tentar não resistir à ideologia dominante e de se enquadrar dentro da cisnormatividade social. Para isso, ela tentou rotular o motivo de sua depressão como uma crise de identidade, o que, de fato, corresponde às formações imaginárias e discursos pré-construídos sociais sobre a transexualidade como uma patologia de ordem psicológica (no discurso médico) ou espiritual (no discurso religioso).

Sua exclusão do meio social pode ter agravado seu quadro depressivo, daí a necessidade de se sentir “aceita” pelas pessoas, o que só acontece em uma relação de amizade com sua colega que é a referência para seu nome social. A palavra aceitação transita, então, em meio à contradição e a um sentimento de angústia sobre Rogéria: a autoaceitação que a levou a um quadro depressivo; e outra que busca seu acolhimento por parte da sociedade como uma mulher. Trata-se, logo, da “contradição entre a posição que esses sujeitos desejam assumir e a posição dominante, que os vê como estranhos ao ideal de corpo certo” como também “revelam a angústia desse sujeito desejante, que quer marcar sua posição” (CASSANA, 2013, p.2-3), no caso, sua posição-sujeito como mulher. Essa necessidade de aceitação também representa um contraditório do sujeito que tanto questiona os padrões binários: ser aceita por cisgêneros implica em reconhecê-los como superiores e como a norma sobre a qual está o poder. Como já descrevemos, a subjetividade, todavia, é construída a partir de um processo de resistência do sujeito trans à ideologia dominante e não a partir da aceitação social, ratificando a incompletude que marca o sujeito desejante, na busca pelo real inatingível, aqui representado pelo conflito entre aceitação e resistência.

A ver as condições de produção desse discurso, a construção do nome social de Rogéria ocorre a partir de uma relação de alteridade que é evidenciada quando ela faz referência às pessoas com as quais há uma identificação de sua FD: avó, tia e mãe (“**referências muito forte na minha vida**”) e à amiga da faculdade (“***Eu já tinha aquele desejo de ser feminina e via ela como uma referência***”). A construção é também uma negativa e desidentificação à FD machista e misógina em que se encontram inscritas as figuras masculinas de sua família (“***os homens da minha família eu nunca tive como exemplo***”). Com isso, o sujeito que é desejanter de uma feminilidade (pautado em um imaginário de mulher), tem sua FD identificada a uma FD feminista e encontra, no nome social “Rogéria”, um “porto seguro” para performar sua identidade. Ele pode significar todo um processo de resistência à FD binária machista contra a qual luta desde sua infância, daí a necessidade de buscar ser guerreira e segura de si para desbravar toda uma série de dificuldades sempre lhe angustiaram e lhe tiraram a paz.

Entrevistador: Há algum incômodo em ser rotulada com o prefixo trans mesmo após fazer todas as intervenções?

Rogéria: *“Rola porque parece que **tem uma diferença entre ser mulher, né? E... tem que identificar que é mulher trans que é uma mulher que ela não é biológica, que se tornou mulher. [...] Tem uma escritora que [...] fala justamente isso, né: **você não nasce mulher, torna-se mulher** [...]. Então, assim, a gente vê que é uma **construção social**. Você realmente não nasce mulher, nem nasce homem. **Vai se adaptando as coisas e vai se identificando ao longo do tempo**”.***

Confirmar que existe um incômodo em ser rotulada com o prefixo trans pode trazer, como efeitos de sentido, uma adjetivação de que não é uma mulher biologicamente genuína. Essa acepção (d) enuncia uma separação entre mulheres que são “legítimas” socialmente e aquelas que são marcadas pela presença de uma masculinidade biológica, o que pode ser evidenciado através do funcionamento da ideologia:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos

o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2014[1988], p. 146).

Logo, é partir do funcionamento da ideologia dominante que todo mundo diz saber o que é ser uma mulher trans: uma mulher que pode ter passado por vários procedimentos para “tentar” chegar no padrão de “aceitação” da sociedade como mulher, mas que sempre irá carregar toda uma gama de discursos pré-construídos sobre sua identidade. Em discordância a essa terminologia, Rogéria cita a célebre frase da escritora feminista Simone de Beauvoir, famosa mundialmente por defender ideais de igualdade de gênero entre homens e mulheres: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Nessa heterogeneidade discursiva, sob a forma mostrada, observamos o funcionamento do interdiscurso que marca a resistência à rotulação do gênero a partir do sexo biológico: “**é uma construção social**”. Como afirma Spargo (2017, p.43), “nós não nos comportamos de determinadas maneiras devido a nossa identidade de gênero, nós chegamos a essa identidade por meio daqueles padrões comportamentais, os quais sustentam as normas de gênero”.

Repetir que mulheres trans também são mulheres e negar a aceção, acima elencada, sobre o prefixo trans representa, ainda, um ato político de resistência. Pode até parecer redundante reafirmar constantemente que as transgêneros também são mulheres, mas como afirma Alves (2013),

Quando eu bato na tecla insistentemente de que mulheres trans são mulheres, e quando luto pra que nenhum discurso feminista usurpe a categoria de mulher para atender a sua própria agenda cisgênera, isso também é empoderar nós mulheres trans que desejamos ser vistas como mulheres de mesma categoria que as mulheres cisgêneras, isto é, ter a mesma legitimidade – pois dizer que somos mulheres também é desafiar as ontologias que relegam nossos corpos como masculinos e que contribuem para nossas disforias. É Desafiar as ontologias que reificam nossos corpos.

Conseqüentemente, esse posicionamento inscreve sujeitos como Rogéria em uma FD, cuja filiação de sentidos, segundo Baglaji (2017, p.157), concebe corpos trans como “não errados”, mesmo que a memória de que eles nunca foram normais jamais possa ser esquecida, o que pode também ser justificado pelo fato de que tornar-se cisgênero passa a ser “o *modus operandi* do funcionamento da

memória que significa os corpos – na sua pretensa naturalidade” (BABAGLAGI, 2017, p.157).

No momento em que questionamos Rogéria sobre se sentir ofendida quando lhe perguntam seu nome de registro, ela apresentou a seguinte resposta: **“eu não me ofendo, mas eu digo: é Rogéria. Qual teu nome? Rogéria. Não, qual o teu nome de verdade? Rogéria. E daí a pessoa: não, assim... o teu nome masculino. Não existe nome masculino porque eu não sou masculina. Eu sou feminina. Daí eu começo a conversar com ela: isso não é legal, é constrangedor. Mas eu sei que é ignorância. A gente tem que explicar”**.

Apesar de afirmar que se trata de ignorância das pessoas que insistem em resgatar sua identidade masculina, isso representa uma agressão e falta de respeito às questões subjetivas do indivíduo que se reconhece como mulher trans e encontra, em seu nome social, um dos pilares de resignificação de sua nova identidade. Tentar saber o nome masculino de uma mulher, que não mais se reconhece como homem, também pode apresentar, como efeito de sentido, uma tentativa social de silenciar/anular sua identidade feminina.

A insistência acima relatada de saber seu primeiro nome de registro enquanto pertencente ao gênero masculino é seguida de uma enfática repetição de que seu nome é Rogéria. Entre uma resposta e outra, há um breve silenciamento que é novamente seguido de seu nome: “Rogéria”. Essa repetição incisiva do nome Rogéria nos traz como efeito de sentido o fato de que não há outra pessoa além de Rogéria em sua identidade. O nome que lhe fora dado em registro encontra-se apagado de sua memória discursiva, efeito característico do discurso, já que por ser da ordem da repetição, ele funciona afetado pelo esquecimento, que aqui tomaremos como o de número 2, da ordem do intradiscurso - descrito por Pêcheux (2014 [1988]), pois ao repetir que seu nome é Rogéria, ela acredita estar na origem do seu dizer, apenas reivindicando sua nova identidade.

Como efeito da repetição, o nome Rogéria traz, via memória discursiva, o efeito de sentido da prevalência e dominância da FD com a qual tem identificação com o gênero feminino. Não se trata de uma simples repetição de um nome ao ser questionada sobre uma identidade masculina, mas sim de um efeito de sentido de afirmação enfática sobre sua nova identidade, que ocorre em meio à desidentificação à FD que ainda a considera como pertencente ao gênero

masculino. Isso também foi possível de ser analisado quando fizemos o último questionamento sobre as implicações de se apresentar com um novo nome social: **“é muito bom porque você consegue se livrar de todo um passado que você não queria lembrar”**.

Na sequência, ela apresenta uma consequência que chama de negativa de ter adotado um novo nome: **“muita gente que lhe conhece que lhe conhece pelo seu nome antigo [...] parece que não se sente confortável em lhe chamar pelo, realmente seu nome, que você escolheu e se sente bem”**. Entre essas pessoas estão sua família e amigos mais próximos com os quais argumenta sobre a necessidade de se afirmar como mulher e que seu antigo nome nunca lhe representou/significou como sujeito feminino.

A antiga nomenclatura masculina ecoa efeitos de sentido de um falso rótulo e de um corpo estranho social que lhe causava incômodo e falsidade em sua constituição identitária. Todavia, ela também questiona a binaridade dos nomes e argumenta que poderia ter um nome neutro como ocorre nos Estados Unidos: **“eu também poderia ser uma mulher com [...] se os nomes fossem neutros, né?”**. Nesse momento, nossa entrevistada faz uma pausa que quebra sua enunciação. Analogamente ao que vinha sendo dito sobre nomes neutros como **“Alex, Valdecí”**, a continuidade do enunciado poderia ser **“eu também poderia ser uma mulher com o nome de Pedro (fazendo referência ao seu nome masculino) se os nomes fossem neutros”**, todavia, essa quebra pode representar o silêncio sob a forma de uma autocensura sobre seu primeiro nome de registro (já que diz respeito a um passado ruim) ou, ainda, a ilusão de controle sobre seu dizer, ao promover esse silenciamento, o que caracteriza o funcionamento da ideologia às avessas. Novamente, o contraditório é instaurado, pois ora ela afirma que poderia ter um nome neutro, mas isso representa trazer de volta um passado que não lhe traz boas lembranças. Logo, seu antigo nome pode representar um conteúdo recalcado em uma zona do inconsciente, o que explicaria a quebra/pausa em sua enunciação.

Analisemos, a seguir, o discurso de nossa entrevistada sobre os objetos que ressignificam sua identidade.

5.2.3 Questionamentos sobre objetos discursivos

Entrevistador: Nas relações binárias entre o que delimita ser de homem ou ser de mulher, existem objetos que marcam sua nova identidade?

Rogéria: “*Sim. A **maquiagem, o batom, a bolsa, o relógio, as roupas.** A gente quer logo modificar essa questão porque **a gente se sente mais mulher quando a gente tá com uma bolsa.** Eu mesmo **quando eu tô sem batom eu não me sinto muito mulher. Eu me sinto nua**”.*

Maquiagem, batom, roupas, relógio, bolsa: no entrelace do cultural, com o histórico e com o simbólico, esses objetos funcionam como lugares de memória na significação da identidade feminina de Rogéria. Como afirma Orlandi (2015), todo enunciado é passível de se tornar outro e isso é consequência da inscrição do sujeito em uma determinada FD. Nessas condições, Borges (2017) afirma que uma maquiagem pode representar desde um simples adorno, a uma forma de afirmação identitária e de resistência “que surge das contradições internas à dominação ideológica”, ganhando importância no processo de materialização da identificação do sujeito. Logo, o batom e a bolsa produzem, como efeitos de sentido, na subjetivação de nossa entrevistada, o empoderamento necessário para sua feminilidade. Estar sem ele pode representar uma denúncia a sua antiga masculinidade, e marcar uma sensação de insegurança e de incompletude como mulher: “**me sinto nua**”.

Memoráveis como objetos discursivos femininos relatados por Rogéria, tais objetos ganham contornos discursivos, quando incorporados em seu corpodiscurso, por se fazerem necessários para garantir seu pertencimento a um grupo – o de mulheres trans que buscam o enquadramento binário, uma vez que a maquiagem, na sociedade ocidental é considerada como uma marca de identificação de mulheres (BORGES, 2017).

Ao tratar dos significados que representam o uso de adereços femininos e dos cabelos longos, Rogéria afirma o seguinte: “*Eu acho que quando a gente sai socialmente de uma forma mais feminina, né? com cabelos grandes, de unhas pintadas, arrumadinha, de bolsa, **é mais fácil pra gente evitar certos tipos de transfobia verbal**, né? Eu nunca cheguei a sofrer uma transfobia física e a verbal, o máximo, é quando alguém me trata por ele*”.

Para Rogéria, assumir a feminilidade implica na incorporação de hábitos e na utilização de objetos que, a partir do regime de repetibilidade, foram culturalmente legitimados como femininos. Os efeitos de sentido de sua utilização cotidiana implicam em um mecanismo de defesa a agressões verbais e também físicas. Logo, além de marcar seu pertencimento ao gênero feminino, esses objetos ganham contornos de uma necessária passabilidade como mulher cisgênera para sobreviver em uma sociedade transfóbica que tenta enquadrá-la como homem, fazendo uso do pronome masculino “ele”. Sigamos com os questionamentos sobre preconceito e sociedade.

5.2.4 Questionamento sobre preconceito e sociedade

Entrevistador: Quem eu sou/me tornei? Quem queriam que eu fosse? Você sente preconceito por parte da família?

Rogéria: *“Quem eu sou hoje é Rogéria, né? Uma menina que luta... que tem o sonho de ser advogada... se envolver com política... chegar a ser a primeira presidente do Brasil trans... Seria muito legal e me construir assim... tá dentro de uma universidade, tá trabalhando... **ter uma vida basicamente normal**. Quem eu era... Eu era um menino que era frustrado. Queria ser uma menina que tinha um sonho de usar o banheiro feminino com a avó, com a tia e com a mãe... queria ser tratada na mesma forma que as meninas eram [...], mas queriam que eu me tornasse um homem... pai de família.*

Com essa sequência discursiva, observamos, no enunciado de Rogéria, o fenômeno da alteridade que é constitutivo do sujeito ao enunciar, já que ele “é também alteridade, carrega em si o outro⁵⁷, o estranho, que o transforma e é transformado por ele” (CORACINI, 2007, p. 17). Quando traça suas metas e desejos

⁵⁷ Valemo-nos da nota explicativa apresentada Agustini e Grigoletto (2008, p.156) para marcar a diferença do outro ao Outro: “É necessário dizer que esse outro não se confunde ao Outro constitutivo do sujeito e que, também, não se confunde a pessoa imediata e empírica a que, por ventura, o sujeito possa se dirigir. Trata-se, com efeito, de uma representação que o sujeito faz do outro, seu interlocutor, seja este real ou virtual”. Acrescentamos ainda que, mesmo com o “Outro”, representando o inconsciente tal como postula Althier-Revuz (1990), no funcionamento do interdiscurso, que também possui, na representação do “Outro” a heterogeneidade discursiva, fazemos alusão às formações do inconsciente e da heterogeneidade enunciativa a partir da materialidade linguística que marca as postulações interdiscursivas.

peçoais a partir da construção de uma identidade feminina e, em detrimento a uma masculinidade frustrada, ela descreve, via funcionamento do interdiscurso, aquilo que seriam as características de uma famosa mulher transexual: Robeyoncé Lima.

Para que o sujeito se constitua como desejante [...], ele deve construir a partir dessa alteridade prévia, dessa estrutura constituinte, uma realidade fantasmática que possa protegê-lo, de certa forma, da invasão desse resto, desse gozo. [...] Dito de outro modo, é somente, *a posteriori*, a partir do consentimento do sujeito a esse Outro, Outro constituinte como alteridade, que podemos falar de causalidade [...] como constituição de um sujeito propriamente dito, isto é, sujeito desejante e, portanto, dividido entre o eu (moi) e aquilo que lhe escapa, entre o íntimo familiar e o estranho, entre a imagem de si e a imagem que o constitui vinda do outro. E para que esse campo do Outro tenha efeitos próprios de causa de desejo é necessário que o sujeito "admita", responda a essa alteridade esvaziando o Outro de sua plenitude, de sua garantia de gozo (FREIRE, 2002, p.85).

Ainda para a autora, a alteridade comporta duas dimensões: uma que é previamente constituída (consequência da própria estrutura da linguagem) e outra que é secundariamente constituída, que possibilita ao sujeito à construção do Outro para que “possa se tornar desejante e responsável diante daquilo que lhe causou” (FREIRE, 2002, p.85). É sobre esse efeito de ilusão de autonomia sobre “um querer ser e fazer” que Rogéria marca o desejo de uma série de atributos na constituição de sua identidade. Robeyoncé representa a imagem do outro que ela deseja para si: ser uma mulher trans, negra, eleita deputada estadual de Pernambuco em 2018, militante da causa LGBT e a primeira advogada transexual do norte-nordeste a ser reconhecida pela Ordem dos Advogados do Brasil pelo seu nome social. Ser tal como ela, pode representar uma incessante busca por completude enquanto mulher que sonha em “**ter uma vida basicamente normal**”. É nesse campo da normalidade, facultada aos sujeitos cisgêneros, que nossa entrevista tenta se encaixar: entre o Outro que representa o “campo de heterogeneidade em relação ao sujeito” – que lhe é constitutivo e lhe marca pela falta/falha – e o outro que é marcado em seu interdiscurso, representando sua busca pelo preenchimento do vazio causado por essa falta.

Sobre sofrer preconceito por parte da família, Rogéria afirma o seguinte: “**Não. Eu sinto ignorância, às vezes... por parte do meu avô, do meu pai, da minha mãe também. Eles são pessoas que são transfóbicas. A minha avó é muito tranquila... a minha avó é livre, né? Livre de dogmas religiosos, de**

preconceito". É com essa avó que ela mora atualmente. É o local onde fizemos a entrevista e que a acolheu desde que assumiu a identidade de gênero feminina. Podemos inferir que essa casa representa um local de resistência a toda uma série de ataques transfóbicos que Rogéria atribui à ignorância de seus familiares. Essas pessoas de sua família materializam a atuação da língua de madeira e o efeito de humilhação, tal como já descrevemos em Orlandi (2016): julgam a jovem trans a partir do parâmetro do que lhes convém como correto – ser cisgênero - em detrimento ao incorreto, a fuga da norma – ser uma mulher transexual.

Ainda sobre a transfobia, Rogéria afirma o seguinte: *“existe pessoas que realmente não gostam de você e... pela sua identidade de gênero, e **ela realmente quer matar você e não quer que você exista** [...]. Pra mim, esse pessoal [...] **tem muita vontade de se relacionar com trans ou de ser trans** [...]. Como eles são tão reprimidos socialmente... **isso é culpa da sociedade**... faz com que eles queiram acabar com a gente. [...] Isso é mais uma doença, no meu ponto de vista”*. Aqui, mais uma vez, podemos observar a necessidade de anulação de maus sujeitos (desidentificados a FD binária cisgênera) por parte da sociedade “cisnormalizada” e que legitima, através dos AIRE a segregação de transgêneros.

Logo, ser trans implica em sofrer legitimadas agressões por ser um sujeito que é clivado pela ideologia, com funcionamento às avessas (na contramão do discurso hegemônico da heteronormatividade), e que resiste à “normalização” imposta pelas formações ideológicas que marcam como bons sujeitos os indivíduos cisgêneros. Rogéria, desidentificada à FD binária cisgênera, que queria lhe impor uma masculinidade fálica, é nomeada por Pêcheux (2014 [1988], p.248) como um “não-sujeito”. A consequência disso é a necessidade de sua anulação por parte de um “bom-sujeito”, que pode ser contraidentificado à FD binária cisgênero e materializar seu desejo recalcado de se relacionar com um sujeito trans através da sua anulação, agredindo-o ou, ainda, o privando de sua vida.

Nossa entrevistada ainda faz referência a uma forma de transfobia que pode ser consequência da permissividade do sujeito trans e que também é agravada pelo fato de pertencer ao gênero feminino. Vejamos: *“Tem outro ponto também que é a transfobia que você provoca [...]. Digamos que tu fosse um cara que queria me conhecer... e daí tu já viesse pra mim já com liberdade. Eu já iria cortar porque eu não iria querer esse tipo de coisa [...]. Mas se eu deixasse isso até um certo tempo e depois quando tu quisesse mais, eu viesse a negar... pra tu seria difícil duas vezes:*

porque tava levando um não de uma figura feminina e um não entre aspas de “um viado”, que é isso que o homem vê, entendeu? que a gente vê que essa agressão acontece também com as mulheres biológicas”.

Com o relato acima, Rogéria retoma, via interdiscurso, as práticas machistas e sexistas que legitimam a dicotomia dos gêneros masculino e feminino. Elas colocam os homens como superiores às mulheres em uma relação que já descrevemos anteriormente como negativa: as mulheres são aquilo que os homens não são. Isso as qualifica não somente como inferiores a eles, mas também em uma condição de serem “objetificadas”: ser mulher significa, para o machismo social, não poder responder de forma negativa a práticas de assédio, ser colocada na posição de objeto sexual e renunciar aos direitos sobre seu próprio corpo.

No caso exemplificado por ela, há o agravante de ser transexual, o que seria ainda mais ofensivo para um homem ter que receber um “não” por sua parte por ser apenas um “viado”. Essa palavra tem sua matriz de sentido atrelada a uma forma vulgar e pejorativa utilizada para se referir aos homossexuais. Aqui, ela é empregada de forma indistinta para adjetivar tanto transgêneros homossexuais ou heterossexuais, como os cisgêneros homossexuais. A produção de efeitos de sentido atesta uma ignorância e preconceito por parte de homens sexistas que, segundo, Rogéria, percebem as mulheres trans como homens “gays”/“viados”⁵⁸ que se vestem de mulher para buscar uma feminilidade que não lhes pertence. Para tais homens, há a substituição de um termo por outro sem que isso faça diferença no significado que eles atribuem a cada mulher trans: são “homens afeminados” que desejam uma identidade de gênero feminina e, por isso, seus corpos tornam-se um convite para serem violados. Tais sentidos nos permitem atribuir, a esses homens, sua inscrição em uma FD machista, sexista e homofóbica que é regida por uma formação ideológica binária, conseqüentemente segmentada na matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros.

⁵⁸ Sobre a expressão “viado”, trata-se de uma animalização do sujeito homossexual naturalizada na sociedade e que contribui para a exploração sexual e demais violências física e simbólica que os gays sofrem em nosso país.

Entrevistador: Você já perdeu oportunidades de emprego por ser transexual?

Rogéria: *“Eu não consigo acreditar que eu perdi por conta disso [...]. Quando chega aquela hora **eu só sinto muita insegurança**. É uma parte muito difícil pra mim fazer entrevista. Os meus amigos sempre falam: **esqueça que você é trans**. Só lembre que você é Rogéria e dê o seu melhor lá”.*

Ser trans ecoa efeitos de sentido da possibilidade de eventuais negativas a oportunidades de empregos em seleções e, porque não, uma eventual ameaça de se colocar dentro do mercado de trabalho. A condição da transexualidade lhe traz um sentimento de insegurança, o que nos permite inferir que sua resposta negativa, sobre não perder oportunidades de emprego, entra em contradição com a necessidade de “ter que esquecer que é trans” para não se prejudicar durante uma entrevista. Ter que seguir o conselho de seus amigos faz emergir um não-dito que ela silencia: ser trans carrega todo um estigma social de ser privada de oportunidades na sociedade. O que também é evidenciado quando ela afirma: **“tem lugares que vai lhe aceitar e vai lhe respeitar por quem você é”** Logo, existem muitos outros lugares que poderão recusá-la. Há, ainda, a tentativa de justificar sua insegurança, creditando-a ao fato de ser negra, o que inferimos ser uma resistência ao acreditar que sua identidade de gênero não-biológica seria a causa para um eventual fracasso em conseguir trabalho: **“eu sou mulher trans, mas eu sou negra. Então eu acho que poderia perder a oportunidade se eu não fosse mulher trans, por ser negra”**. De fato, ela carrega todo um peso para conseguir trabalho: ser mulher, negra e transexual.

Entrevistador: como foi/é ser uma pessoa transexual em ambientes de ensino/aprendizagem na escola/universidade?

Rogéria: *“Na universidade foi tranquilo, mas aconteceu de **um professor me marcar por conta disso** [...]. Dizendo que **eu não tinha necessidade de fazer uma troca, sabe?** Tava muito tranquilo do jeito que tava. É... rebatia... a gente brigou... **eu fui reprovada** na disciplina dele [...]. Com os meninos foi tranquilo, né? Quando eu fiz a mudança... coloquei o cabelo... [...] eu mandei mensagem para os meninos: olha, a partir de hoje é assim, assim e assim... meu nome é Rogéria. Vocês esqueçam aquela pessoa que vocês conheciam antes... [...] e os meninos foram de boa.*

A violência simbólica por parte de seu professor, ao negar sua nova identidade de gênero, quando inscrito em uma FD binária transfóbica, teve como consequência sua reprovação em uma disciplina na faculdade. Ser “marcada” por ele atesta as relações de poder que o legitimam, dentro dos AIRE, como o detentor da força de regulação e de censura sobre os desvios da norma cisgênera:

Sua existência passa a questionar aquela assignação no nascimento enquanto fato, enquanto destino dado. Coloca em questão a “organicidade natural” e harmônica que a medicina, as escolas, as famílias, as igrejas, o Estado etc esperam dos nossos corpos. Sua movimentação social e subjetiva te materializa enquanto um corpo em crise. (GRIMM, 2016 *apud* BAGABLI, 2017, p.163).

Logo, a reprovação pode ser entendida como uma forma de convocação da ideologia dominante para impelir Rogéria, enquanto mau sujeito, a assumir lugares pré-determinados a transgêneros, leia-se, a marginalidade. Seu professor, enquanto cisgênero, coloca-se na posição de quem tem legitimidade para opinar sobre pessoas trans e julgá-las, o que é questionado por Grimm (2016):

É impossível tocar nossas vidas de uma forma respirável enquanto continuarmos sendo unilateralmente pensadas por pessoas cisgêneras, sem possibilidade de resposta ou de participação na forma como as tecnologias de sexo-gênero são pensadas assim como é impossível tocar nossas vidas de uma forma respirável enquanto os corpos cisgêneros continuarem enquanto o padrão unívoco de como se pauta “o verdadeiro sexo”, sem possibilidade de aceitação e legitimação para outras corporeidades desviantes. Nomear a cisgeneridade como a violência que exerce para manter-se enquanto padrão é o primeiro passo (GRIMM, 2016).

Consequentemente, a afirmação do docente de que Rogéria não teria necessidade de “fazer a troca” pode também implicar na consideração de que ela é um homem de orientação homossexual, que poderia se relacionar com outros homens sem precisar fazer intervenções em seu corpo. Isso pode ser justificado com a consideração que, ser uma mulher trans, dentro da matriz de sentidos em que se inscreve o dizer de sujeitos transfóbicos, significa, antes de tudo, o mesmo que ser homossexual. Trata-se, pois, do fenômeno discursivo em que são utilizadas palavras diferentes, mas que possuam o mesmo significado, o que Orlandi (2015) vem chamar de processo parafrástico:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização (ORLANDI, 2015, p.34).

Quando se refere à escola, Rogéria apresenta o seguinte relato: “[...] *na escola... eu sempre convivia muito com meninas. Eu sempre me senti muito menina. Aí a gente **falava de meninos, de marca de esmalte, de revista capricho.** [...] Naquela época eu me sentia meio que **Hannah Montana**⁵⁹, porque na escola eu era **Hanna Montana e em casa eu tinha que ser a Miley Stewart, né? bem reservada, ninguém podia saber da minha vida quanto... que eu gostava de ser uma menina, que eu gostava de dar **chapinha no cabelo das minhas amigas, que eu pintava as unhas delas e que elas pintavam as minhas unhas de preto, né? Eu usava mais esmalte preto na escola, mas depois aí eu tirava [...]*****”.

Na sequência discursiva acima, ela descreve a relação que tinha com seus colegas da escola, relatando com alegria, a interação com as meninas. É o momento em que se observa o funcionamento da formação ideológica (às avessas) que já lhe atravessava e lhe significava, através do inconsciente, como uma mulher. Enquanto criança, ela se colocava na posição-sujeito menina, inscrita em uma FD feminina quando brincava com suas colegas, e também na posição-sujeito menino quando retornava para sua casa – local onde jamais seria aceito o comportamento de um menino estar inserido em práticas definidas socialmente para mulheres biológicas, como pintar as unhas, fazer maquiagem e falar sobre meninos.

Retirar os esmaltes pretos das unhas antes de vir para casa pode significar, nas condições de produção do discurso de Rogéria, a necessidade de apagamento de qualquer vestígio que denunciasse sua identificação a uma FD feminina, e também uma eventual punição que poderia sofrer por parte de sua família, inscrita em uma FD binária transfóbica.

Objetos discursivos como esmalte, chapinha de cabelo e a revista Capricho a identificam com o universo definido como feminino em meio a práticas

⁵⁹ Hannah Montana é uma série que foi produzida pelos estúdios de Walt Disney no período de 2006 a 2011. Ela retrata a história da adolescente Miley Stewart que vive uma dupla identidade. Durante o dia é apenas uma estudante anônima que leva uma vida simples com seus amigos e familiares; em outros momentos ela performa a identidade de Hannah Montana, uma famosa cantora adolescente dos Estados Unidos.

discursivas que legitimam as identidades de gênero femininas – pintar as unhas umas das outras, brincar de cabeleireiro, cuidar do visual e externalizar admiração sobre os meninos da escola.

A descrição da personagem Hanna Montana converge para o uso de uma metáfora para relatar a vivência simultânea dos gêneros feminino e masculino na sua infância: “**ela vivia o melhor dos dois mundos: ela era rica e glamorosa e, depois que acabava o show, ela voltava a ser [...] uma menina simples, sabe? Eu me sentia assim no melhor dos dois mundos: era uma menina glamorosa perto das minhas amigas... [...] depois quando eu voltava pra casa eu tinha que ser um menino... simples...**”. Logo, ser tal como a personagem da série norte-americana, produz como efeito de sentido a vivência de duas identidades por parte de nossa entrevistada: uma desejada e outra que lhe era imposta socialmente. Comportar-se como uma menina na escola implicava na sua identificação a uma FD feminina, ao passo que isso convergisse para sua contraidentificação a uma FD masculina. A chegada em casa, como menino, a fazia transitar do mundo das meninas para um indesejado universo masculino, marcado pela simplicidade de um garoto que ela já negava ser.

Entrevistador: Você processa algum tipo de fé? Já sentiu preconceito por questões religiosas?

Rogéria: “*Eu sou ateia. Já! Eu recordo que o meu aniversário no ano passado foi um dos piores porque minha mãe inventou de fazer uma surpresa pra mim e essa surpresa era numa célula, né? **porque ela é religiosa, evangélica, protestante...** [...] Daí rolou uma oração e essa **oração era mais pura transfobia, né? Veio o antigo nome... veio outras coisas... falaram sobre demônios...** eu me senti muito constrangida ali. Eu chorei muito... não só naquele dia. Comecei a chorar porque **aquilo doía muito.** E eu escutei muito de pessoas da família e de religiosos da família: **você não é mulher, você não é mulher, você não é mulher**”.*

A surpresa de aniversário que a mãe preparou para Rogéria foi, na realidade, uma seção de exorcismo espiritual promovida por ela e por outros religiosos que estavam presente na reunião que ocorre nos lares das famílias das igrejas e que se chama célula. No momento da oração, a transfobia relatada pode significar aquilo que Payer (2005) chama de enunciados que tem o poder de

interpelar os indivíduos em sujeitos, como “**você não é mulher**”. São enunciados como o resgate do antigo nome masculino, a associação da transexualidade à possessão demoníaca, dentro outros dizeres silenciados (“**veio outras coisas**”) que são ligados a uma FD binária transfóbica. Eles feriram sua identidade enquanto mulher e tentaram resgatar uma masculinidade com ancoragem no discurso religioso cristão ocidental e no discurso médico.

A dor, o choro e o constrangimento são consequência do processo de violência e humilhação que sofreu em público por ser considerada uma anomalia da sociedade – no caso dos religiosos, uma anomalia espiritual que precisava ser exorcizada e expulsa de seu corpo. Sua transexualidade infringe a interpretação da lei bíblica de ter Deus criado homem e mulher, respectivamente nascidos com pênis e vagina. Consequentemente, há uma necessidade de regular/anular sua existência e de trazer de volta o menino, resgatando sua identidade primária que lhe fora imposta pelo binarismo social. O objetivo da oração era, pois, eliminar, como afirma Orlandi (2016), aquele indivíduo que não tinha o direito de viver – o segregado da sociedade - e fazer ressurgir um jovem cisgênero, de orientação heterossexual, inscrito em uma FD cristã.

A afirmação de que não acredita em Deus pode ser consequência desse processo de violência e de segregação por parte da família e da comunidade religiosa que a tenta impelir a se enquadrar na matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros. Nessas condições, ser atea pode produzir o efeito de sentido de resistência ao discurso bíblico e a constatação do funcionamento da ideologia às avessas em meio à falha que lhe é inerente.

Entrevistador: Você tem medo de sofrer violência por ser trans?

Rogéria: *“Tenho. Tanto é que uma das coisas que eu faço se eu conheço uma pessoa na rede social e que ela não sabe que eu sou trans eu digo: oh, vem cá, eu sou trans, tá? **Tem algum problema? Tem algum preconceito?** Porque se tiver a gente corta logo o assunto [...] E eu tenho muito medo sim... de me envolver em algum tipo de situação e **alguém me agredir só por causa disso.**”*

Observamos, mais uma vez, com o relato acima, o que Orlandi (2016) descreve como a segregação de alguns indivíduos que não tem o direito de viver por se colocarem na posição de maus sujeitos. Ser trans implica em uma deliberada

permissividade social para a agressão, marginalização e cerceamento da vida de indivíduos que não se enquadram dentro dos padrões binários. Eles representam uma ameaça à hegemonia cisgênera e denunciam sua fragilidade dentro das relações de poder. Por isso devem ser eliminados, simplesmente, por existirem. Com ancoragem em Silva (2014), podemos afirmar que a identidade de sujeitos trans é configurada como inferior na hierarquia proposta pelas identidades cisgêneras, que são tomadas como a norma e o padrão a serem seguidos. Isso representa não somente uma tentativa de manutenção das relações de poder, como também o silenciamento de que as identidades de gênero não são de ordem natural, mas sim, instáveis, porosas e artificiais, como afirma Butler (2017).

O questionamento seguinte foi sobre o uso do banheiro social. Rogéria afirmou que nunca foi impedida de usar um sanitário feminino e acrescentou: **“eu entro, utilizo normal e acho maravilhoso, inclusive utilizar porque é algo que eu me identifico, né?”**. Antes de ser um hábito normal, usar um banheiro feminino produz, como efeito de sentido, a sua passabilidade enquanto mulher que não é proibida de realizar suas necessidades em um espaço reservado “para mulheres cis”. Maravilhar-se, por exercer um direito que é negado a muitas mulheres trans, significa que a prática ainda não é percebida como “normal” pela sociedade, uma vez que, se questionarmos uma pessoa cisgênera sobre o que lhe representa usar um banheiro destinado ao seu sexo biológico, ela certamente será indiferente ao hábito, pois é um direito que lhe foi legitimado e regulamentado pelos AIE. Não há porque questioná-lo, nem refletir sobre tal prática. Ela é “normal” para os padrões binários.

Passemos, adiante, à última seção de questionamentos, agora sobre identidade de gênero, sexualidade e discurso médico/jurídico que também faz ecoar discursos de preconceito em nossa sociedade.

5.2.5 Questionamentos sobre identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico/jurídico.

Nesse bloco, o primeiro questionamento é sobre o significado da transexualidade para nossa entrevistada. Ela afirma que **“é sair de uma coisa que eu não aceitava pra vir pra uma coisa que eu aceito, né? Uma paz de espírito”**. A questão da aceitação ou não de sua identidade de gênero pode ser associada ao

seu trânsito identitário, em meio ao mecanismo de contra/des/identificação às formações discursivas em que se inscreve. Nessas condições, “sair de uma coisa que não aceitava” significa desde sua contraidentificação a uma FD binária cisgênera masculina a sua desidentificação a tal FD, o que também podemos inferir quando ela responde ao questionamento sobre o momento em que se descobriu mulher: “**desde quando eu tinha quatro anos eu sempre me identifiquei com o universo feminino, mas quando eu me aceitei mesmo foi em 2018**”.

“Vir para uma coisa que ela aceita” sinaliza sua inscrição e identificação a FD binária transfeminina, o que também não implica em sua saída total da posição de estar contraidentificada àquela FD que não aceitava, pois ao se afirmar como mulher transgênero, Rogéria passa a adotar o comportamento, modo de falar, incorporação de objetos discursivos, além de toda uma série de modificações corporais que lhe aproximam dos padrões binários daqueles que são clivados pela ideologia dominante. O contraditório que podemos apontar é que, aquilo que chamamos de contraidentificação, está associado ao questionamento de saberes dos valores impostos pela heteronormatividade binária. Todavia, ao afirmar sua identificação a um “universo feminino” – igualmente binário, mas que lhe era proibido pelos discursos médico, jurídico e religioso - ela parece se filiar aos saberes de tal FD com a qual se contraidentifica.

A questão de ainda se encontrar contraidentificada à FD binária cisgênero ocorre, agora, através do funcionamento às avessas da ideologia: antes ela não aceitava uma masculinidade que lhe era imposta; hoje ela encontra sua “paz de espírito” através da performatividade de uma feminilidade que é, segundo Butler (2017), marca do caráter artificial dos gêneros. Isso implica não somente em negar sua masculinidade biológica, como também afirmar, através de seu novo corpo e da posição-sujeito mulher que ocupa enquanto transexual, que o discurso médico-jurídico não foi suficiente para anular sua (r) existência que, por sua vez, pode ainda significar uma necessidade de ser mulher tal como são as mulheres biológicas.

Desidentificada à FD masculina cisgênero, retornar à identidade masculinidade é uma questão de vida ou morte para Rogéria: “**prefiro a morte**”. Com isso, reforçamos nossa análise sobre tal desidentificação, apesar de que a mesma não descarta a possibilidade disso acontecer com outros sujeitos transexuais, pois cada pessoa é atravessada pela ideologia, via inconsciente, de

forma subjetiva, sujeita a falhas e em meio à opacidade discursiva, o que implica na nossa impossibilidade de prever, sistematizar e engessar os trânsitos de identificação e de significação da identidade de um sujeito. São, pois, engrenagens fluidas, imprevisíveis e passíveis de irromper em sítios de significação ainda não explorados.

Aquilo que Rogéria afirma sobre sua impossibilidade de trânsito de volta à identidade masculina diverge de seu posicionamento sobre sua orientação sexual: *“Eu sou bem fluida em relação a isso. Eu posso ficar com qualquer pessoa que eu sinta... não bi, mas **pansexual**, como é uma coisa que está sendo utilizada agora [...]. Eu sempre me senti confortável de me relacionar com qualquer pessoa. **Agora, lógico, 90% é homem trans ou biológico**”*.

Definir-se como pansexual pode significar, a ver a FD dominante do discurso da entrevistada, o mesmo que se posicionar contra a rigidez dos rótulos impostos pela matriz de inteligibilidade binária. Segundo ela, o indivíduo nasce predestinado à heterossexualidade, o que divergir disso é classificado como homossexualidade/homossexualismo. Para Elise (2018), “a pessoa que se autodenomina pansexual sente atração por pessoas, independentemente do sexo, do gênero ou de como se apresentam ao mundo”. Já a bissexualidade, para a mesma autora, perde a antiga significação de ser a atração por homens e mulheres (fruto dos debates sobre os transexuais) e passa a ser usada para classificar a orientação sexual de indivíduos por mais de um gênero, o que vai além do binarismo homem/mulher, já que há muitas outras formas de vivenciar os gêneros, o que é consequência de sua natureza fluida.

Para Rogéria, a bissexualidade tem seu sentido ligado ao relacionamento com pessoas do gênero masculino e feminino, daí sua afirmação de se adjetivar como pansexual. Todavia, o emprego da expressão *“**lógico, 90% é homem trans ou biológico**”*, produz efeitos de sentido de que sua orientação sexual se aproxima mais da heterossexualidade do que de uma bissexualidade ou pansexualidade.

Entrevistador: Você acha necessário passar por exames psicológicos para poder realizar intervenções cirúrgicas?

Rogéria: *“Acho necessário porque é uma coisa que **não vai voltar mais, né?** Se for falando da questão do órgão... é... biológico... o pênis. Mas se fosse uma questão de*

colocar silicone mesmo, eu acho que não deveria ter problema em relação a isso não. Não é tão complexo. É uma coisa que pode reverter”.

Mesmo se posicionando de forma crítica ao discurso médico, ela afirma ser necessário passar por acompanhamento psicológico para proceder com as cirurgias mais complexas como a de construção de uma vagina e retirada do pênis. Para ela, trata-se de uma cirurgia irreversível, o que demanda uma convicção por parte do sujeito transexual que deseja fazer a adequação do seu órgão sexual ao gênero com o qual se identifica. Com a afirmação de que procedimentos como colocar silicone são **“uma coisa que pode reverter”**, os efeitos de sentido podem significar uma concordância de Rogéria de que a identidade de gênero pode transitar de forma indefinida, que é fluida e possibilita ao sujeito rever suas experiências de gênero. Com isso, podemos inferir que Rogéria encontra-se contraidentificada à FD binária que sustenta o discurso médico por legitimar a intervenção do outro sobre seu corpo.

A respeito da retirada da transexualidade da condição de doença no Catálogo internacional de doenças em 2018, Rogéria comemora o feito e o fato de agora **“ser reconhecida socialmente por aquilo que [...] se identifica... por aquilo que [...] se sente confortável na sua pele. Não precisa ninguém estar dizendo que a gente tá doente por conta daquilo, porque se fosse uma doença, [...] a gente poderia fazer uma terapia bem intensa e a gente poderia viver daquela forma como a sociedade queria”**.

A comemoração se deve pelo avanço, no campo médico, de questões até então deixadas à margem, visto que a cisgeneridade sempre foi tomada como “norma social que estrutura as relações de gênero” em uma hierarquia epistêmica que sempre a considerou como o “modelo desde o qual as verdades do sexo são pensadas” (BAGAGLI, 2017, p.150). Essa conquista simboliza, pois, a quebra dessa hierarquia que faculta aos cisgêneros uma posição privilegiada de patologizar identidades trans e chamá-los de doentes.

Ela credita a patologização da transexualidade, a uma legitimidade discursiva que os classifica como anormais. Isso pode significar, desde uma forma de censura/anulação de sua existência, à negação de seus direitos, enquanto sujeitos-de-direito, por não se enquadrarem nem como homens nem como mulheres biológicas. São, pois, resquícios do discurso médico-jurídico que associam a

identidade de gênero aos órgãos sexuais e que, por um longo período, faziam desse fator um pré-requisito para poder permitir a troca do nome de registro somente após procedimentos cirúrgicos, como afirma Rogéria: **“você só poder ser reconhecida quanto mulher depois que você se submeter a uma... cirurgia que você poderia tá viva ou não”**. Logo, o “passaporte” para poder afirmar-se enquanto mulher seria a submissão, mesmo que involuntária, devido às imposições sociais, à castração física do pênis. Assim, era necessário aos transgêneros mutilar seus corpos, mesmo contra à própria vontade e diante de riscos de vida decorrentes da cirurgia, para atender às imposições e expectativas do sistema binário.

Nos quadros a seguir, resumimos os processos de inscrição do sujeito em determinadas FDs e também os de identificação, contraidentificação e desidentificação, a ver a posição-sujeito ocupada por Rogéria (Quadros 09 e 10).

Quadro 09 - Rogéria e a inscrição nas FDs

FD	Processo de inscrição
FD binária – Momento 1	Primeiramente identificada a essa FD quando buscava encaixar seu corpo dentro dos padrões binários.
FD binária transfóbica – Momento 2	Passa a se contraidentificar a essa FD no momento em que nega o binarismo, mas na contradição, pela falha do ritual da ideologia, denuncia sua necessidade de o buscar.
FD trans binária – Momento 3	Identificada a essa FD por buscar a “aceitação” de seu corpo com o “falo”, mesmo que seu inconsciente reverbere efeitos de sentido de sua negação.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 10 - Identificação à FD e posição-sujeito

Identificada a FD	Posição-sujeito
FD trans binária	Faz uso de hormônios a fim de marcar sua identidade de gênero na posição-sujeito mulher
	Faz uso da maquiagem como forma de alcançar a passabilidade na posição-sujeito mulher. Essa posição, ratificada pelos objetos discursivos, significa também resistência e necessidade de buscar a completude como mulher.
FD feminista	Marca a posição-sujeito mulher a partir da escolha de um nome que significa resistência e luta contra valores machistas.
FD feminina	Atesta a necessidade de ter um nome que a legitime socialmente como mulher, comprovando o contraditório quando afirma que poderia ter um nome neutro como ocorre nos Estados Unidos.
	Posição-sujeito menina que brincava com as colegas da escola em práticas discursivas legitimadas como femininas: pintara as unhas, fazer penteados e falar dos garotos da escola.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Prossigamos com a terceira entrevistada que chamaremos pelo nome de Léo Áquila, em homenagem a uma grande artista brasileira que, em sua trajetória, performou, desde o que achava ser apenas uma *drag queen* à construção de sua identidade como uma mulher trans.

5.3 Sujeito entrevistado 03 – Léo Áquila

Antes de procedermos com as análises do *corpus*, fruto das entrevistas, vejamos alguns dados biográficos de nosso terceiro sujeito entrevistado:

Quadro 11 - Dados gerais sobre a entrevistada Léo

Idade	41 anos
Profissão	Artesã e cabeleireira
Naturalidade	Olinda/PE
Identidade de gênero	Mulher trans
Escolaridade	Ensino médio completo.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

5.3.1 Questionamentos sobre o corpo

Entrevistador: O que representa a cirurgia de readequação de gênero para você?

Léo: “Ela foi tudo pra mim. No caso... eu... não consigo imaginar minha vida sem a cirurgia. **A cirurgia me libertou.** [...]. E eu até pensei essa semana se eu queria **poder voltar no tempo pra ganhar mais tempo de vida e eu acho que não.** Acho que a vida antes, ela era muito seca, dura e... **eu tenho medo do passado.** [...] Eu tô com um ano agora da cirurgia e mudou tudo na minha vida”.

A cirurgia pode significar/simbolizar o “rompimento material” da entrevistada com os saberes e filiação a uma FD binária sobre a qual se encontrava

compulsoriamente/artificialmente contraidentificada, uma vez que ela foi impelida a se moldar como um homem desde o seu nascimento pelo discurso médico, jurídico e religioso. Atualmente identificada a uma FD binária trans, os sentidos da importância que ela atribui ao processo cirúrgico podem ser ressignificados (deslizam) de “**a cirurgia me libertou**” para “**eu era presa antes da cirurgia**”.

De fato, o período progressivo à cirurgia representa um tempo de angústia, de dor e que lhe causa medo. Mas como explicar um medo de algo que não lhe pode mais atingir? São lembranças de um corpo e de uma identidade que não lhe pertenciam, mas que ainda se fazem presente em sua memória, em sua história de vida e que lhe assombram, visto que tem sua identidade de gênero frequentemente questionada, como veremos no decorrer da análise. Além disso, a leitura que podemos fazer de seu passado indesejado é a de um conteúdo recalcado em seu inconsciente, que lhe causaria um grande desconforto caso retornasse, tanto que ela afirma que se pudesse escolher retornar ao tempo para viver novamente seus primeiros quarenta anos de vida, iria negar essa possibilidade. Com isso, podemos inferir que a cirurgia, antes de representar sua libertação, pode significar um novo nascimento. Fora dos padrões binários e, à revelia dos discursos hegemônicos, seu novo corpo quebra todas as expectativas sociais da ideologia dominante e lhe subjetiva como uma mulher de apenas um ano de idade, já que refuta, via inconsciente, a identidade masculina que lhe fora imposta e resiste aos saberes da FD masculina binária onde lhe aprisionaram por tantos anos.

Quando questionada sobre a significação dos órgãos sexuais masculinos, Léo afirma o seguinte: “*Pra mim **não representava nada**. No caso, era **uma coisa... a mais pra mim**. No caso, eu não tinha essa disforia como muitas meninas têm em relação ao pênis, mas não me representava nada. **Era como se não existisse pra mim. Era um fardo só**”.* Acrescentamos também o questionamento sobre sentir incômodo com a estrutura anatômica masculina e ela afirmou que sim: “***Sim**, até porque eu não deixava ninguém ver. **Era um tabu**, mas eu não tinha essa disforia de querer me mutilar como algumas meninas trans têm”.*

A utilização de expressões como “nada”, “uma coisa a mais”, “como se não existisse” e “um fardo” evidencia o contraditório e a angústia revelada na fala de nossa entrevistada e uma tentativa, ora de negar a existência do pênis, ora de demonstrar o incômodo que ele lhe causava. Ter algo a mais em seu corpo pode significar algo que lhe sobra, um excesso que ela denomina fardo. O pênis, nessas

condições, marca se corpo como estranho, contraditório, errado: um órgão que não se encaixa em sua subjetivação como mulher. Por isso ele representava “um tabu”, que aqui filiaremos seus sentidos à falha no ritual da ideologia dominante cisgênero: “o corpo – errado, estranho, fora do normal – passa a ser, junto com o discurso, a marca da resistência aos saberes dominantes e a brecha por onde esses sujeitos passam a constituir seus processos de identificação” (CASSANA, 2013, p.4).

Em outro momento da entrevista, Léo reforça a disforia de gênero a respeito da anatomia masculina: *“Antes meu corpo era um tabu, não era só pelo pênis, **mas pelas formas masculinas... pelos pelos... Sempre trazia algo negativo que eu não queria que ninguém visse. Eu vivia sempre coberta. Não ia à praia. Faz muitos anos que eu não vou à praia... Depois da puberdade, começou os pelos a aparecerem... barba... isso tudo começou a me fazer mal. E com a hormonização, com as cirurgias... saíram acontecendo as modificações corporais... Isso deu uma liberdade. Hoje eu não tenho mais esse tabu, esse medo, essa vergonha de me mostrar... do outro me ver. Eu fiquei livre com esse processo e ainda, pra mim, ainda falta muito, né? Eu tô começando. Eu tô no início.**”*

Desde a afirmação de que o pênis “representa nada”, à negativa de alguém vê-la sem roupa e de ir à praia em trajes menores, observamos a instauração da censura em uma tentativa de silenciar/negar, para si mesma, a presença do órgão e de formas corporais que marcam a masculinidade, bem como para outras pessoas. Essa censura materializa a disforia que ela afirma não ter de modo radical, como outras meninas trans que optam pelo caminho da mutilação do órgão e, ainda, sua subjetivação em relação à preocupação/vergonha com o olhar do outro em perceber traços de uma anatomia indesejada:

O corpo comparece como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade e a cultura que o constituem. Trata-se do corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro. O corpo intangível e o corpo que se deixa manipular. O corpo como lugar do visível e do invisível (FERREIRA, 2013, p.78).

O corpo de Léo é, pois, interpelado em uma cultura machista, binária e que se permite manipular pelo discurso médico, a fim de tornar o visível congruente à matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros. Chegar a essa congruência é o caminho para sua liberdade em relação ao olhar do outro que lhe aprisiona:

Enquanto o corpo cisgênero ocupa o lugar considerado “original”, ele é sempre o modelo desde o qual as corporeidades trans devem se espelhar e se ajustar para terem seu gênero legitimado – espelhamento e ajuste à base de cosméticos, hormônios, cirurgias. Quanto mais cisgênero, quanto menos uma pessoa parecer trans, maior sua possibilidade de ser aceito (GRIMM, 2016).

Logo, quanto mais cisgênero, melhor. Quanto menos trans, melhor. Daí a utilização de hormônios para anular os efeitos da puberdade masculina e a submissão a procedimentos cirúrgicos para tornar invisíveis traços masculinos que causam incômodo, para si, e para o outro que se nega a respeitar sua feminilidade, por não ser uma mulher biológica. Essa puberdade torna-se, negativamente, o divisor de águas para um mergulho não consentido na cisnormatividade. Até a infância, Léo sofria as pressões sociais e culturais para se comportar como menino – roupas, modo de agir, brinquedos e tudo mais que legitime uma congruência do sexo masculino com uma identidade de gênero masculina. A puberdade, nessa conjuntura, vem segmentar, “consagrar”, esse sistema ficcioso que é a cisnormatividade:

No ritual de passagem adolescente, alterações corporais irrefreáveis ganham espaço nas vidas de várias pessoas, agregando-se às suas subjetividades. Tornar-se cisgênero acaba sendo, então, um evento inevitável, nem sempre desejável, um *modus operandi* hormonal inesperado. A partir daí, nossos corpos são (mais) veementemente simbolizados, nossas sexualidades mais fortemente evidenciadas (e/ou hipersexualizadas), nossos atos sistematicamente indesculpáveis [...] há algo de agenciador no ritual de passagem cisgênero, que marca a nossa (i) responsabilidade em não sermos outra coisa que não cisgêneros (ALVES, 2013b).

A explosão dos hormônios masculinos representa, no discurso de Léo, uma violação a sua identidade de gênero feminina – lhe causava mal estar e infelicidade em um mundo que, metaforicamente, ela classificou como “**cinza**”. Para colorir esse mundo e vivenciar outras possibilidades de gênero, seria necessário romper com as consequências desse ritual de passagem e com o *modus operandi* da ideologia dominante cisgênera. Todavia, espelhar-se no corpo cisgênero, para alcançar uma “normalidade”, através da terapia hormonal e de cirurgias, pode significar sua interpelação por tal *modus operandi*.

A respeito da hormonização no processo de readequação de gênero, ela afirma o seguinte: “***Eu acho essencial. Até que a gente faz muita loucura quando a***

*gente é mais nova. A gente faz uso de medicação que não serve [...]. Com o acompanhamento daqui com o pessoal do endócrino, eu vi que realmente o que a gente fazia não era necessário, mas a gente **sem informação, sem conhecimento, faz muitas burrices**. Mas é essencial. **Principalmente para a mudança corporal, da face... ele influi bastante (o hormônio)... é importante e perigoso!** Eu tive problema com hormônio [...]. Eu passava mal direto. O doutor José passou uns exames e minha carga do TGO/TGP que eu acho que são as enzimas hepáticas estavam super altas [...]. Como se eu tivesse com hepatite. O hormônio tava causando isso [...]. Eu perdi peso demais. Passei dois meses para me recuperar”.*

Em meio à falta de informação e de acompanhamento médico, o acesso clandestino aos hormônios implica em riscos que os transexuais não hesitam de correr para alcançar o real, “não mais o da língua, ou da história ou do inconsciente, mas o real do corpo. Por meio dele o sujeito se inscreve na dimensão do impossível” (FERREIRA, 2013, p.78). É o real que não se pode alcançar e o desejo nunca atingível que se revela no inconformismo de Léo com o atual estágio de mudanças corporais em que encontra: “**pra mim, ainda falta muito, né? Eu tô começando. Eu tô no início**”. Como afirma Ferreira (2013), assim como a língua e a ideologia, o corpo também não é um ritual isento a falhas, o que retomamos de Pêcheux (2014 [1988]), quando afirma que só há causa naquilo que falha. O corpo trans, é, pois, constituído nessa falha, aqui marcada por uma falta, uma incompletude, que se segmenta na busca por uma feminilidade que parece ser inatingível, a ver os efeitos de sentido que são produzidos nessa última sequência discursiva em destaque.

*Esse corpo que fala seria também o corpo que falta, donde a inclusão da noção de **real do corpo**, ao lado do **real da língua** e do **real do sujeito**. A exemplo do que singulariza o registro do real, o real do corpo seria o que sempre falta, o que retorna, o que resiste a ser simbolizado, o impossível que sem cessar subsiste (FERREIRA, 2013, p.78).*

Logo, a busca pelo real implica na aceitação de riscos para se chegar a uma normalidade e congruência corporal que Pêcheux (2015 [1999], p.34) categoriza da seguinte forma: “uma necessidade universal de um mundo ‘semanticamente normal’, isto é, normatizado, começa com a relação de cada um com seu próprio corpo e seus arredores imediatos”. São, pois, relações que nos permitem inferir a identificação de Léo à FD binária trans, em uma tentativa de

“normalizar” seu corpo a sentidos aparentemente estabilizados de corpos consagrados como “normais”.

5.3.2 Questionamentos sobre o nome social

Entrevistador: Como o nome social performa na construção da sua nova identidade?

Léo: *“No início, eu cheguei aqui ainda no início da minha transição. Aliás, eu ainda tô... **ainda me percebo que ainda tô fazendo a transição por conta do tempo que eu passei tomando o hormônio e ele não fez efeito em mim. Eu acho assim: que a minha transição começou depois da cirurgia que foi no ano retrasado. E no ano passado eu comecei a fazer uso desse hormônio certo. Eu tô **começando a ver mudanças agora.** [...] E aí quando eu entrei aqui há 3, 4 anos atrás... [...] eles me pediram o nome social e eu sempre rabiscava o L, o E o O que são as iniciais do meu nome... e daí eu fiquei usando LÉO por enquanto. Era um nome provisório que depois eu comecei a gostar desse LÉO. [...] Eu ainda não retifiquei meu nome é... na parte... é... nos papéis. Eu ainda tô indecisa. [...] **Eu acho que eu saí empurrando com a barriga essa parte do nome social mas já ta na hora já.**”***

Ao afirmar que a **“transição começou depois da cirurgia”**, Léo vincula a construção da identidade feminina à questão fisiológica, o que nos permite observar a grande relevância que as questões estéticas possuem na sua construção identitária, tanto que seu atual nome social é resultado de um improviso (construído a partir das letras iniciais de seu nome de registro) quando fora questionada pela primeira vez, no espaço de acolhimento a pessoas trans no Recife.

As mudanças corporais são, a ver essa sequência discursiva, um requisito para a troca do nome de registro, o que é marcado quando ela afirma que agora que está vendo as mudanças em seu corpo, logo, é neste momento que está surgindo sua nova identidade como mulher. Os resquícios de um antigo nome masculino podem ecoar efeitos de sentido da necessidade de primeiramente perceber seu corpo com traços femininos para, então, proceder com a troca do nome em sua documentação, o que pode ser observado com o uso da expressão **“já tá na hora já”**. Ela silencia dizeres como: “agora que eu já tenho corpo de mulher,

eu posso me preocupar com a troca de meu nome por um nome igualmente feminino”.

Sobre sentir incômodo quando alguém lhe pergunta seu nome masculino de registro, Léo apresenta a seguinte resposta: “*Não, não, não! Até porque em casa, minha mãe, meus irmãos, minha sobrinha, **tudo chama pelo meu nome, né? Meu nome de registro... Me tratam pelo masculino, me chamam pelo masculino...***”. Essa negativa em sentir incômodo por ser tratada no masculino reforça nossa análise de que o nome social possui um significado de importância secundário na construção de sua identidade feminina, e em seu processo de identificação a uma FD feminina. Na contramão de sua subjetivação enquanto mulher trans, sua família encontra-se filiada a uma FD binária transfóbica, sob a égide de uma heteronormatividade compulsória, quando a trata no masculino e pelo nome de registro em uma tentativa de censura e de anulação de sua identidade de gênero feminina. Trata-se daquilo que já descrevemos no capítulo anterior sobre as relações de poder no que Foucault (1988) denomina como unidade do dispositivo: a família coloca-se na posição de subjugar o sujeito na relação de submissão, o que a faz aceitar como normal a violência de ser chamada no masculino, já que parte de pessoas com as quais tem afeto por laços sanguíneos. Logo, em casa, Léo abre mão da posição-sujeito mulher com a qual se subjetiva enquanto “Leo” e assume, de forma contraditória, a posição-sujeito homem nos papéis de filho, tio e irmão.

Analisamos, a seguir, o discurso que emerge em meio aos questionamentos sobre objetos discursivos.

5.3.3 Questionamentos sobre objetos discursivos

Entrevistador: Existem objetos que te identificam com o universo feminino?

Léo: “*Existe o sutiã, no caso. O sutiã foi um grande símbolo de feminilidade pra mim. Depois que eu coloquei as próteses eu comecei a usar sutiã mesmo que cirúrgico, eu não comprei ainda nenhum sutiãs normais. Eu tô usando cirúrgicos, mas **a liberdade que ele me deu, no caso, esse símbolo de feminilidade que ele traz foi fantástico pra mim***”.

O relato sobre o sutiã, como um símbolo de feminilidade, nos remete ao que já descrevemos, no primeiro capítulo, seção “1.4.1 Noções de repetição,

memória e objeto discursivo na AD”, com ancoragem em Nora (1993) e Indursky (2013), sobre os lugares de memória. Eles são configurados, discursivamente, na intersecção do histórico com o cultural e com o simbólico. Logo, o gesto de vestir essa peça íntima produz, como efeitos de sentido, uma legítima feminilidade adquirida após colocar as próteses de silicone. Sua saída de uma prisão, simbolizada pela masculinidade, precisava ser perpassada pela cirurgia e ganha contornos na memória social (que marca esse objeto como feminino), através do ritual de vesti-lo.

Poder vestir-se e ser vista com um sutiã, marcam, sob o efeito de repetição, o pertencimento do sujeito ao gênero feminino, o que é possibilitado pelas formações imaginárias que, através da memória discursiva, associam à figura feminina àqueles que fazem uso da referida peça de roupa. Logo, o sutiã, como objeto discursivo, atua como mecanismo da ideologia dominante na significação do corpodiscurso de Léo, juntamente com a cirurgia de constituição dos seios femininos.

Além do sutiã, apresentamos também aquilo que nos chamou à atenção na seção anterior como um objeto discursivo: a barba. Para isso, nos ancoramos em Ferreira (2013, p.78) que apresenta o corpo como um objeto discursivo por ser uma “materialidade que se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e se submete à falha”. Como um traço binário da masculinidade cis, nossa entrevistada construiu uma relação negativa e de aversão aos pelos do rosto por lhe associarem ao gênero masculino. São pelos que (d) enunciam uma identidade que não lhe significa socialmente, como mulher, e que lhe vulnerabiliza como pessoa trans.

Frutos da puberdade, os pelos no corpo e, sobretudo os do rosto, significam, pela falha (do corpo), um excesso dos resquícios de uma identidade e de uma posição-sujeito que ela insiste em negar, já que é desidentificada à FD masculina, podendo ser associados à simbolização do ato de ter que se barbear para não confundir o olhar do outro, como também, ao risco de se tornar uma eventual vítima deles na recorrente transfobia no Brasil.

Pelo exposto, entendemos que a necessidade de não ter pelos no rosto indicam o atravessamento do sujeito por discursos pré-construídos que se sustentam no binarismo dos gêneros e que legitimam o uso de barba somente por homens. Como já descrevemos no capítulo anterior, os gêneros são fluidos e há sujeitos que constroem suas identidades na contramão do padrões binários e se

classificam como agêneros ou não-binários, o que representa um movimento de resistência à língua de madeira, e uma denúncia às falhas no ritual da ideologia dominante – binária, cisgênera e heteronormativa. A cantora austríaca Conchita Wurst (registrada em seu nascimento como Thomas Neuwirthm) é um forte exemplo dessa desconstrução e artificialidade dos gêneros. Ela ganhou repercussão, polemizando por ter um visual que distoia do binarismo, como descreve Giusti (2013): “O corpo curvilíneo e invejável, a pele morena e os longos cabelos lisos dela contrastam com uma barba espessa, reforçada com maquiagem para ficar mais escura. Misturando traços femininos e masculinos, ela faz barulho na Áustria”.

Figura 19 - Cantora Conchita Wurst – nem homem nem mulher



Fonte: <https://igay.ig.com.br/2013-10-20/mulher-barbada-cantora-conchita-wurst-causa-polemica-com-visual-androgeno.html>

Sigamos com as análises do discurso de Léo sobre preconceito e sociedade.

5.3.4 Questionamentos sobre preconceito e sociedade

Entrevistador: Quem eu sou/me tornei? Quem queriam que eu fosse?

Léo: *“Queriam que eu fosse uma pessoa que eu nunca fui. Eu era uma pessoa triste, confusa e... eu não queria ser essa pessoa no caso. Por isso que eu mesmo isolava, eu me anulava, eu me sabotava várias vezes. Eu tentei por diversas formas me sabotar. Eu tentei acabar com isso de diversas formas... Eu*

*creio que eu não tentei o suicídio por conta de fraqueza. [...] Eu era covarde pra tentar isso. Por vezes **eu tentei, eu desejei morrer...** [...] Chegou um momento da minha vida que eu comecei a vegetar, a levar um dia após o outro sem expectativa nenhuma. Era bem triste isso. Quando eu penso, eu ainda não consigo superar essa sensação. É... eu era uma pessoa **triste**, que **desejava morrer pra ver se numa próxima vida [...] eu fosse feliz**. Eu era uma pessoa **totalmente cinza**. E aí “o **grupo de acolhimento trans**” me mostrou que não. Que eu posso sim ainda ser feliz nessa vida. Eu posso **ser quem eu sou**. Hoje **eu sou que eu sou de verdade**. Hoje eu sou feliz. Hoje eu consigo é.... olhar para as pessoas de frente... mesmo com os preconceitos que têm”.*

O não-dito sobre quem queriam que ela fosse produz, como efeito de sentido, a imposição de uma identidade masculina que ela sempre rejeitou. Seu enunciado poderia ter as seguintes formulações: “queriam que eu fosse um homem”, “eu nunca fui um homem”. Com isso, ela classifica sua vida, em um período anterior às cirurgias, com adjetivos como triste e confusa. Fazemos referência às cirurgias pelo motivo delas serem o marco para que Léo pudesse se afirmar como mulher, tal como já analisamos anteriormente. Antes disso, restava-lhe anular e sabotar a identidade de gênero masculina que lhe fora imposta pela ação dos hormônios na puberdade. Não lhe restava outra opção a não ser desejar a morte, já que não teve escolha sobre quem poderia ser, e sobre como se sentia feminina internamente. A esperança que ela tinha era por fim a sua vida, pensando na reencarnação como uma nova chance para nascer biologicamente mulher. Nesses momentos, ela se apropria, inconscientemente, de saberes de uma FD religiosa, eventualmente espírita, via interdiscurso.

O efeito de contradição se apresenta quando ela se adjetiva como “confusa”, podendo produzir, como efeito de sentido, sua incerteza sobre quem realmente era, apesar de já ter indicado que nunca fora um homem. Como afirma Cazarin (1999, p.5), quando o sujeito fala, há uma aderência “a sua formação discursiva, entretanto, no interior desta, apesar de ela determinar o que pode e deve ser dito, há, ou pode haver, efeitos de contradição”. Daí a contradição do enunciado por nossa entrevistada: refere-se a si mesma como inscrita em uma FD trans feminina desde tempos passados, mas que, por ocupar a posição-sujeito homem (de forma impositiva pela sociedade) ao ter nascido biologicamente como homem, tem

essa FD dominante atravessada por uma FD binária que a faz duvidar de sua identidade de gênero. Consequentemente, o sentimento de confusão pode ser associado à incerteza que tinha sobre ser homem ou mulher ou, ainda, pelo medo de expor publicamente que a aparência que as pessoas viam, representava uma mentira, uma fantasia de si própria. Ela não era quem aparentava ser, tanto que afirmou: “*Eu posso **ser quem eu sou. Hoje eu sou que eu sou de verdade***”. Os sentidos de seu dizer deslizam e podem significar – “**antes eu era uma mentira**”. De fato, ela ainda não sabia quem realmente era, fugindo ao olhar e julgamento das pessoas. Era o medo de descobrir a si própria.

O questionamento seguinte à nossa entrevistada é sobre a extensão do preconceito aos membros de sua família. A resposta foi curiosa por ela negar que haja preconceito por parte deles: “*Não. **Eles simplesmente ignoram o fato trans. É como se eu continuasse a mesma pessoa que eu era antes dessa transição. Ainda eles me veem como César... Me chamam como César... isso não me incomoda. É como se eu ainda não tivesse prótese, não tivesse seios. É como se eu não tivesse feito a vagina... eles... simplesmente usam um tipo de óculos escuro para não ver***”.

Diversamente do que Léo alega sobre não sentir preconceito por parte de seus familiares, a afirmação de que eles ignoram o fato dela ser trans produz/denuncia um efeito de sentido contrário ao que fora afirmado. Ignorar sua transexualidade e usar óculos para não ver toda uma série de modificações a que ela tem se submetido, é um mecanismo de silenciamento que eles se fazem valer para externalizar que não respeitam sua nova identidade enquanto mulher.

O silenciamento/censura de sua identidade de gênero feminina pode significar o grau de preconceito e insatisfação que eles demonstram, de forma silenciosa, com aquilo que Léo chama de “**fato trans**”. Mais que um fato, trata-se de sua subjetivação como mulher, mediante sua clivagem pela ideologia, via inconsciente, que lhe confere a apropriação de saberes de uma FD binária trans e a tomada de uma posição-sujeito mulher que legitima seus dizeres e que também é legitimada por eles e por seu nome social – Léo.

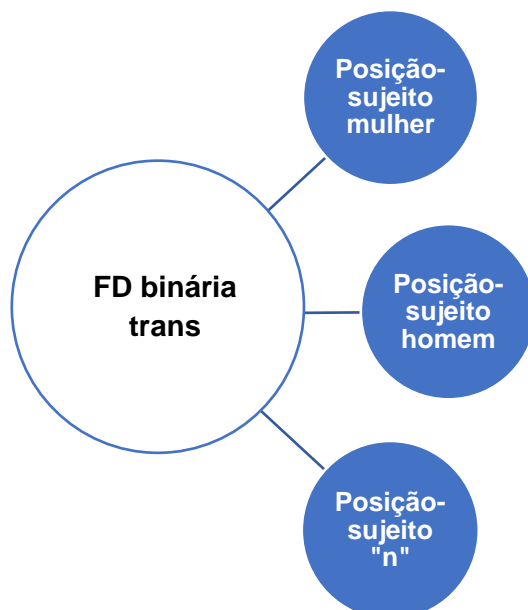
Ser chamada por seu nome masculino de registro é, ainda, uma forma de violência verbal, de repressão e que busca anular o sujeito Léo diariamente. Trata-se de uma tentativa acertada para que ela ocupe uma posição-sujeito que não mais lhe pertence (ou não deveria lhe pertencer): irmão, filho e tio. Como afirma Orlandi

(2015, p.81), “ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam”, ou aquilo que chama de silêncio fundador, indicando “que o sentido pode sempre ser outro” (*ibidem*). Com isso, poderíamos inferir alguns dizeres que são silenciados quando Léo é chamada de César: “nós não aceitamos sua identidade de gênero feminina”, “você sempre será um homem” e “você nunca será uma mulher”.

A ver a FD em que se encontram inscritos os sujeitos na enunciação anterior, verificamos que os familiares de nossa entrevistada se encontram inscritos em uma FD binária transfóbica e que fazem uso da família, enquanto instituição social e AIRE, para reprimi-la e exigir que se submeta ao sistema binário heteronormativo. Já Leo encontra-se identificada a uma FD binária trans. Tal como afirmou João, em nossa primeira análise, ela parece romantizar, de forma consentida, a violência simbólica que sofre diariamente por parte de seus familiares ao afirmar que não se incomoda com essa forma de agressão que ocorre na tentativa de silenciar seu nome social, seu corpo marcado pela medicina e sua identidade de gênero. Analogamente, sua identidade trans, sua posição-sujeito enquanto mulher, sua essência feminina.

O comportamento da família de Léo e seu posicionamento de permitir que ela a trate no masculino, possibilita-nos compreender que ela ocupa a posição-sujeito homem dentro de casa. Em ambiente externo, ela ocupa a posição-sujeito mulher. Esse fenômeno converge com o que Cazarin (1999, p.5) afirma sobre a coexistência, no interior de uma FD em que se inscreve um sujeito, “de distintas posições de sujeito que se relacionam diferentemente com a forma-sujeito de sua FD”. Vejamos o esquema a seguir (figura 20) que exemplifica o caso da transexual estar inscrita em uma FD binária trans e ocupar duas posições-sujeito (dentre tantas outras que chamaremos de Posição-sujeito “n”) tão antagônicas:

Figura 20 - Heterogeneidade da FD binária trans



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

Entrevistador: Como foi ser uma pessoa trans no ambiente escolar?

Léo: “Na escola eu não fui trans. É... eu era mais vista assim como gayzinho, uma bichinha, mariquinha... essas coisas. Hoje as pessoas trans se revelam até mais cedo. Só que antes... eu estudei na década de 90... isso era menos visto. Então a gente demorava mais a transicionar. Passava mais tempo na escola como gay, como menininho afeminado. Isso trazia vários transtornos. Era um inferno [...]”.

A representação da escola como um inferno significava um ambiente hostil e desagradável para Leo. Via interdiscurso, podemos inferir toda uma série de preconceitos, bullying e tentativas/concretização de violência física que ela sofria em sua infância por não se encaixar dentro dos padrões binários que prescreviam o comportamento adequado e desejável para um menino.

Longe de serem espaços de acolhimento e de respeito à diversidade, os ambientes escolares por ela frequentados, na década de 90, reproduziam ódio e opressão. Ela/ele não era bem vinda (o) em tais lugares – ainda não sabia bem se era ele/ela, consequência da interpelação ideológica ao binarismo hegemônico. Pelo menos na escola, ela era ele – ‘rotulado’ pelo estigma da homossexualidade.

Naquele momento, pouco se conhecia sobre a transexualidade, ela revela. Sua sexualidade era seu cartão de visita e convite para toda espécie de insultos: **“gayzinho, bichinha, marquinha”**. De fato, cada insulto tinha/tem amparo naquilo que já descrevemos como heterossexualidade compulsória, sendo negada toda forma de expressão de uma sexualidade que se desviasse da norma.

O ambiente escolar, como um AIRE, reproduzia (a partir da ação dos estudantes e com uma eventual omissão dos “educadores”) os mecanismos de regulação do Estado, do discurso médico e religioso, na tentativa coercitiva de punir a feminilidade e sexualidade do então César – ser gay era uma aberração naquele cenário. Receber os xingamentos era o mínimo que merecia – precisava ser punido (a). Não havia leis que a/o protegesse, políticas educacionais sobre respeito à diversidade e, muito menos, sobre o que era a transexualidade em plena década de 90. Léo era resumido (a) e rotulado (a) apenas por aquilo que ele (a) era/aparentava ser: homossexual. E como desvio da norma heterossexual, deveria ser cassado (a) tal como Foucault (1988) descreve - uma caça às sexualidades periféricas, onde o diverso da heterossexualidade é visto como estranho, uma aberração. Resgatando esse contexto para os dias presentes, não é de se espantar que a “instituição escola” ainda representa um espaço de terror, alimentado pelo que Bento (2011) chama de heteroterrorismo escolar:

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”. No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão (BENTO, 2011, p.555).

Esse processo de expulsão parece perdurar. Hoje invisibilizado por discursos que levantam a bandeira da diversidade, ainda observamos a reprodução de discursos e práticas LGBTfóbicas nos ambientes escolares, de modo que o Brasil, segundo Hanna e Cunha (2019), concentra cerca de 82% de evasão escolar de pessoas transgêneros, conforme pesquisa desenvolvida por João Paulo Carvalho

Dias, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Entrevistador: Você sente preconceito a nível religioso?

Léo: *“Religioso a gente sempre tem, principalmente os evangélicos e os protestantes. É... os católicos nem tanto, mas os protestantes sim. Mas eu tiro de letra [...] porque eles não me representam... eles não são importantes pra mim. Aliás, religião não é importante pra mim... apesar de eu frequentei o candomblé por muito tempo e... eu sou Queto. Mesmo não sendo mais praticante, mas eu tenho ela como minha religião. Mas mesmo assim eu não tenho religião como sendo algo sendo algo super importante pra mim. [...] É algo supérfluo. Eu não preciso da aceitação de padres, de pastores. [...] Tá eu e outra pessoa na rua e... eu acho super chato isso... Aí vem um evangélico, passa pela outra pessoa, e vem diretamente pra mim, dar um folhetinho, tentar dar uma palavra, tentar me converter, dizer que Jesus tem um plano na minha vida, que Jesus me ama. Como seu eu fosse algo errado, algo sujo. Isso me incomoda muito. Hoje em dia eu não aceito mais isso. No caso, tem tantas pessoas que eles passaram, por que não pegaram a primeira pessoa e pegaram a mim que tava por trás? Isso é uma afronta pra mim. O que mais incomoda é esse Jesus personalizado deles. É um Jesus totalmente diferente do Jesus que eu conheci quando eu vivi na Igreja Católica. Eu tenho outra feição do Jesus de verdade. Não é esse Jesus que eles pregam. Por isso pra mim tanto, faz. Eu não preciso de religião”.*

A ver a respostada afirmativa dada por Léo sobre sempre sofrer preconceito religioso, observamos, via interdiscurso, que os efeitos de sentido sobre essa forma de preconceito são representados pela marginalização, discriminação e rejeição à presença, em templos cristãos, de sujeitos cujas identidades de gênero não sejam aquelas propostas na dicotomia Adão e Eva. Seu corpo “transcirurgiado” representa uma negativa e uma violação à anatomia adâmica. Sua natureza “transdesviada” significa também uma forma de resistência e de denúncia aos padrões binários e de que há corpos e identidades possíveis fora desse binarismo.

Quando afirma que não precisa da aceitação de padres e pastores, inferimos que a irrelevância que atribui à religião encontra-se concentrada na matriz cristã ocidental, daí sua desidentificação a uma FD cristã eurocêntrica ao afirmar:

“Eu não preciso de religião”. A ver as condições de produção dessa negativa sobre a religião, os sentidos podem ser outros: **“eu não preciso da religião cristã evangélica”**. Com isso, inferimos que a maior carga de perseguição e preconceito, por ela sofrido, tem origens nos que chama de protestantes, para se referir aos evangélicos, tanto que sua referência positiva de Cristianismo remonta ao período em que frequentou a Igreja Católica: **“Eu tenho outra feição do Jesus de Verdade”**.

O Jesus de “verdade” enunciado por Léo, via interdiscurso, seria aquele que ama a todos, sem preconceitos e que reprova qualquer forma de violência verbal a que ela costuma ficar vulnerável quando está em lugares públicos e sofre abordagens por parte de religiosos, como a que fora relatada. Como os sentidos deslizam, a ver a FD em que se encontra inscrito o sujeito, o enunciado em que diz que o verdadeiro Jesus **“não é esse Jesus que eles pregam”**, Leo nega a veracidade do Cristo por eles pregado. Os sentidos podem ser os seguintes: **‘esse Jesus é uma mentira’** ou ainda **‘eles pregam um Jesus inquisitor’**.

A desidentificação de Leo à FD cristã evangélica nos permite ainda analisar o papel da Igreja enquanto AIE, no sentido mais estreito de um aparelho repressor das minorias que são divergentes do modelo imposto pela matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros, logo como um AIRE. Ser desviante do padrão é se tornar um alvo, legitimado pelas relações de poder que regulam o sexo, de toda tentativa de anulação de uma identidade e de conversão de maus caminhos para se enquadrar nos padrões binários. Essas tentativas, por parte dos religiosos, são mediadas em meio às relações de forças:

Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim [...] o padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação” (ORLANDI, 2015, p.37).

Logo, o lugar de fala um cristão evangélico é projetado a partir de sua percepção de que está falando de uma posição superior (de hierarquia espiritual) a uma transexual. É, pois, a narrativa que Léo descreve quando foi alvo do evangelismo por parte de um cristão evangélico: **“Aí vem um evangélico, passa**

pela outra pessoa, e vem diretamente pra mim, dar um folhetinho, tentar dar uma palavra, tentar me converter, dizer que Jesus tem um plano na minha vida, que Jesus me ama”.

A narrativa nos permite inferir que a imagem que o evangélico tem do que seja um transgênero, faça como ele se locomova, em meio a tantas pessoas até o alcance de Léo, e ajuste seu dizer a um objetivo pretendido: convertê-la ao cristianismo de base protestante. Isso nos permite avançar para uma análise mais detalhada a partir do Orlandi (2015) denomina com mecanismo imaginário, dentro das formações imaginárias:

Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?) e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?) (ORLANDI, 2015, p.38).

Analisemos esse relato à luz das formações imaginárias (FI) e do quadro adiante (Quadro 12), proposto por Pêcheux (2014 [1988]), que adaptamos ao nosso caso:

Quadro 12 - Formações imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
IA(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Quem sou eu (evangélico) para lhe falar assim (referindo-se a Léo)?
IA(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	Quem é ele/a (Léo) para que eu (evangélico) lhe fale assim?

IB(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	Quem sou eu (transexual) para que ele (evangélico) me fale assim?
IB(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem é ele (evangélico) para que me fale assim (falar aos sujeitos identificados à FD trans)?

Fonte: PÉCHEUX, 2014 [1988].

A partir dessa tabela, podemos ainda formular o seguinte questionamento: quem é o cristão evangélico para que possa ignorar tantas pessoas e oferecer salvação à alma apenas a Léo? A ver as condições de produção em que ocorre esse fenômeno discursivo, as formações imaginárias não podem ser tomadas em separado da posição-sujeito ocupada pelos sujeitos, bem como da memória discursiva e das formações discursivas em que eles se inscrevem. Vejamos a correlação das FI, da Posição-sujeito e da FD, em resposta aos questionamentos anteriormente elencados.

- i. Formação imaginária para o cristão evangélico: inscrito em uma FD cristã binária (e com tudo mais que ela carrega em termos de heteronormatividade), ele se coloca na posição-sujeito de um evangelizador missionário que busca apregoar o Evangelho da Bíblia a todos os “perdidos” – pessoas que precisam de salvação. Nessa posição, todas as pessoas que não se encontrarem inscritas em sua FD, precisam ser evangelizadas. Nessas condições, ele é o portador da salvação que se encontra na aceitação a Jesus Cristo. Em meio a tantas pessoas, Leo é especial para o cristão - é alguém que está em condição de condenação e precisa ser evangelizada, pois como transexual, transgredir os mandamentos bíblicos sobre as questões binárias. Ela é um sujeito que está condenado ao inferno e à perdição eterna caso não se converta ao cristianismo e abandone sua identidade de gênero desviante.

- ii. F1 para o sujeito transexual Leo: inscrita em uma FD binária trans, nossa entrevistada carrega várias marcas do preconceito e violência que sofre por ser uma mulher trans. Ao perceber que o cristão evangélico se aproxima para lhe evangelizar, ela já supõe que ele a reconhece como uma mulher não biológica (não passável). Com a entrega do panfleto, Leo já tem construída uma imagem de si a partir da posição-sujeito ocupada pelo evangelizador: uma travesti condenada ao inferno que precisa da salvação divina. O panfleto simboliza um convite à mudança por parte de alguém que tem a “legitimidade espiritual” para regular as identidades desviadas do binarismo defendido pelo cristianismo protestante: ela precisa deixar a posição-sujeito mulher trans e ocupar a posição-sujeito homem cristão.

Não poderíamos deixar de pontuar o momento em que ela se refere ao candomblé como sua religião, apesar de negar a importância de ritos religiosos em sua vida. A afirmação de que é “Queto” marca seu pertencimento a uma dos tipos de candomblé que chegou à Bahia por intermédio de povos africanos oriundos do Sudão, Nigéria e Benin. Mais que isso, marcar seu pertencimento a um grupo religioso que também é alvo de preconceitos em um país, predominantemente cristão, mas que, segundo Nascimento e Costa (2015), é o que mais acolhe a diversidade de gênero, juntamente com outras religiões de matriz africana. Segundo a pesquisa desenvolvida por elas, é no terreiro que ocorrem grandes possibilidades de relações sociais e de integração nos rituais, o que é extremamente positivo e relevante para sujeitos que são interditados das vivências em espaços binários e heteronormativos, como os católicos e evangélicos tradicionais. Outro dado relevante na pesquisa afirma que:

[...] o espaço do terreiro, além de ser aberto as expressões das travestis e transexuais também é fundamental na construção da identidade do sujeito, seja ele heterossexual ou homossexual, e que a desconstrução do gênero é sempre uma meta pela qual a maioria dessa população religiosa, propõem dia após dia (NASCIMENTO; COSTA, 2015, p.200).

Pesquisas como essa nos possibilitam compreender as razões pelas quais Léo ainda permanece filiada a uma FD de religião afrodescendente, mesmo não fazendo mais parte ativamente das atividades do grupo religioso. Afirmar-se

como Queto, pode produzir efeitos de sentido de que lá ela é bem-vinda, bem-quista e respeitada como transexual.

Retomando o discurso em que afirma sempre ter tido vergonha do seu próprio corpo, observamos o mecanismo da censura que a subjetiva mediante o constrangimento, a ponto de não permitir ser olhada pelo “outro” sem roupas, como também de não frequentar uma praia em trajes de banho. Trata-se também de um processo de autocensura que ela se impõe por não ter o corpo dentro dos padrões de beleza femininos que são exigidos pela sociedade. Isso pode representar um mecanismo de interdição do corpo transexual não-binário que sofre a regulação, mediante relações de poder, a fim de ser proibido de ser exposto em locais públicos que constituem os espaços legitimados para corpos cisgêneros.

Todas essas preocupações podem explicar o grande desejo e sonho de Leo em atingir a perfeição estética feminina, até para evitar constrangimentos como o de frequentar banheiros em espaços públicos. Vejamos seu relato: “*Simplesmente eu evito banheiro [...] se for shopping, esses lugares assim, **eu prefiro não ir pra evitar problema. É complicado banheiro. Eu passei por uma em São Paulo bem complicado. Tinha uma feira que eu participei [...] e aí eu fazia xixi antes de sair de casa e xixi quando eu voltava à noite. Nesse dia a gente passou num shopping [...] e... esse dia foi maior... Eu precisei ir no banheiro. Eu não aguentava [...]. Na época eu me vestia de menino ainda e fui no banheiro masculino só que era um shopping eu não conhecia [...]. Peguei informação e me apontaram onde era mas eu não cheguei a tempo e me urinei toda na calça. Foi humilhante isso [...]. Aí que eu consegui ir no banheiro masculino. Fiquei lá naquele banheiro de... **junto com outr... os homens fazer xixi*****”.

O simples ato de utilizar um banheiro para fazer suas necessidades fisiológicas pode significar, na posição-sujeito de uma mulher trans como Léo, um embaraço e entrave social já que ela acredita na possibilidade de passar por problemas – ser censurada em um espaço reservado e legitimado para mulheres cisgêneras. Fazer xixi no banheiro destinado ao gênero feminino era algo desejado, mas impossível naquele momento – ela ainda se vestia como menino. Não era passável. Sua aparência a denunciava como um homem que estava invadindo um local destinado ao gênero oposto.

Restava-lhe dirigir-se ao sanitário masculino, o que, por si só, já simbolizava um efeito de humilhação, que é coroado quando não consegue conter a urina e suja toda sua roupa no *shopping center* (Figura 21). A descrição que ela utiliza para esse momento é a humilhação. Termo que já descrevemos em nosso primeiro capítulo para se referir ao efeito necessário para subjugar os sujeitos que se encontram fora dos padrões. Parafraseando Orlandi (2016, 224), a situação vexatória que Leo vivenciou, revela o desejo que prevalece na vontade de humilhar, em meio à distinção entre duas espécies humanas: aqueles que têm o direito de fazer xixi no banheiro que lhe for conveniente e aqueles que não o têm. Daí a incidência do preconceito sobre a existência do sujeito trans, negando-lhe um direito que é integrante da dignidade humana.

Figura 21 - Banheiro social



Fonte: <https://casaltrans.wordpress.com/2014/07/02/necessidade-de-banheiros-unissex-para-pessoas-trans/>

O fim do triste relato nos chama a atenção pela seguinte estrutura enunciativa: *Fiquei lá naquele **banheiro de... junto com outr... os homens fazer xixi***". Com a voz embargada e aparentando incômodo ao relatar esse momento, as palavras são atropeladas, trocadas e sobrepostas, o que marca a presença daquilo que já descrevemos em nosso segundo capítulo como um ato falho: há uma

tentativa de autopreservação do sujeito diante de uma lembrança que lhe causou bastante dor e embaraço, mas que se encontra recalçada em seu inconsciente.

O recalque revela, ainda, o sujeito do inconsciente e o próprio inconsciente estruturado como uma linguagem, a ver o jogo entre as palavras que foram enunciadas pela entrevista. Vejamos. A preposição “**de**” – utilizada quando fala “**banheiro de**” – marca seu distanciamento e não pertencimento a um banheiro masculino. Ao passo que as palavras se cruzam e há uma emenda com outra palavra – **junto** – ela marca seu desconforto em estar partilhando daquele espaço com pessoas de um gênero diverso com o qual se identifica. O contraditório ao exposto se apresenta logo na sequência quando ela embarga a palavra “**outro**” e fala “**outr os homens**”, em uma nova tentativa de marcar sua posição enquanto mulher, em meio ao sexo oposto. Todavia, a expressão “**outro**”, denuncia uma formação do inconsciente de que, naquele momento, ela também era constitutiva e parte comum com aqueles homens – ainda possuía o pênis.

Estar com outros homens marca os resquícios de uma identidade masculina que veio à tona a partir do relato de uma experiência desconfortável, mas que lhe era constitutiva naquela situação do banheiro. A tentativa de reformular o enunciado com o uso da expressão “**os homens**” representou novamente o desejo do inconsciente de se afirmar como uma mulher, o que ainda não era algo concreto para si antes de realizar as cirurgias.

O corpo trans integra, nas condições acima, um espaço discursivo de produção de efeitos de sentido que não são autorizados à exposição em locais frequentados por pessoas cisgêneros, já que não se enquadram dentro dos padrões binários, o que leva a sujeitos como Léo a construir sentimentos como insegurança e fragilidade sobre sua própria imagem e identidade. É o dispositivo da sexualidade foucaultiano (FOUCAULT, 1988) agindo sobre esse corpo: ele só é autorizado a performar em determinadas condições e espaços, como o da indústria pornográfica e o da marginalização.

Vejamos o seguinte relato que denuncia a questão da violência física sofrida por Leo: “*Já sofri violência sim. A que mais me marcou foi... eu pedi pra acender um cigarro e o rapaz me empurrou... simplesmente assim. Aí eu fui procurar saber por que ele tinha feito isso. E daí começou a discussão... eu bati nele [...]. Ele correu. Foi se armar junto com outros caras e **me juraram de morte** [...]. Aquela noite foi um pesadelo. Cheguei em casa machucada também... e o psicológico foi o*

que tava bem mais machucado. Eu tava com medo, sem saber o que fazer e foi complicado”.

O simples ato de pedir para ajuda a um homem para acender um cigarro representou o início de uma agressão gratuita contra nossa entrevistada. Ela lhe questionou o porquê da atitude de violência, em meio à angústia de não estar compreendendo o que se passava. O fato é que, segundo a entrevistada, por não ter seu corpo dentro do politicamente “normal”, Léo foi não somente alvo de uma violência verbal, mas agora física. A identidade trans carrega, a ver a FD em que se inscrevem pessoas transfóbicas, como seus agressores, sentidos significados no campo da irregularidade - um corpo feminino “mal acabado”. E como tal, ela merecia mais que a humilhação de ser agredida publicamente por várias pessoas. Era preciso anunciar sua anulação através de uma jura de morte. Prossigamos com a última seção de questionamentos a Léo Áquila.

5.3.5 Questionamentos sobre identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico/jurídico

Entrevistador: “O que significa ser transexual? Você já pensou em retomar a identidade anterior?”

Léo: *“Ser transexual é... liberdade. É ser quem eu sou de verdade, sem tá vestindo uma fantasia como eu passei esses anos todos vestindo uma casca, uma fantasia que não era eu”.*

A definição de transexualidade apresentada nos leva a inferir sua desidentificação à FD masculina, a qual sempre questionou, mesmo que de modo inconsciente. Não se afirmar como trans marca sua subjetivação como uma pessoa aprisionada em uma fantasia e, também, aquilo que chamamos de uma contraidentificação artificial a essa FD, uma vez que ela lhe fora imposta socialmente pela matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros.

Uma vez fantasiada, ela ocupava a posição-sujeito de um homem à revelia da formação ideológica que lhe atravessava e já trabalhava em sua subjetivação como mulher, o que é observado quando ela afirma que jamais retornaria à identidade anterior, pois **“ela nunca existiu. Ela... só existia pra sociedade, pra casa... mas pra mim ela nunca existiu”**. Esse enunciado produz

efeitos de sentido, via interdiscurso, sobre o caráter artificial dos gêneros, uma vez que eles não são reais e estanques, mas sim construções/imposições sociais que visam o “emolduramento” das identidades. De fato, a afirmação de que a identidade anterior nunca existiu (nunca foi um homem), só reforça sua identificação a uma FD feminina, desde criança, e também a ação da ideologia dominante em lhe clivar como um sujeito masculino.

Na sequência, questionamos nossa convidada sobre sua orientação sexual e sobre acreditar, tanto em seu trânsito como no da identidade de gênero. Em resposta, obtivemos o seguinte enunciado: “*Eu sempre segui mesmo a minha orientação sexual e **nunca transitei pra outras não***”. Sobre identidade de gênero ela afirma o seguinte: “***Pra algumas pessoas sim. Pra mim, não. Eu acho que o foco pra mim é o ser feminino. Eu busco por isso sempre. Por isso que eu passo... almejo tanta cirurgia plástica pra poder tirar todos os traços masculinos de mim***”. Questionamos quais seriam as cirurgias, e ela afirmou: “*a frontoplastia que é a principal que eu quero fazer hoje em dia. A mento pra mexer no queixo e o nariz também pra **suavizar esse meu rosto masculino que eu ainda tenho** e os hormônios ainda não conseguiram quebrar tanto*”.

Identificada a uma FD binária trans, ela assume a posição-sujeito heterossexual, em meio a um discurso que atesta uma rigidez sobre sua orientação sexual, bem como sobre sua identidade de gênero. Ela acredita que as identidades trans são fluídas – o sujeito pode transitar de uma identidade cis para uma identidade trans e depois irromper em um trânsito inverso a isso. Esse fenômeno tem sustentação no próprio movimento e porosidade das FDs que atravessam o discurso desse sujeito, de modo que, em um dado momento, ele pode, mediante o trabalho da ideologia, se desidentificar a FD que dominava seu discurso e se filiar a outra FD.

Com o enunciado, “***Eu acho que o foco pra mim é o ser feminino. Eu busco por isso sempre***” e ainda com a resposta de que ela não enxerga possibilidade de trânsito identitário, observamos a ilusão de autonomia do sujeito ao discursar sobre essa possibilidade de retorno ao padrão binário cisnormativo. Como afirmam Mariani e Magalhães (2013), trata-se da constatação de um sujeito que se afirma (ilusoriamente) como o dono do seu dizer, através da linguagem, e que, a seu turno, denuncia sua habitação por um inconsciente responsável por afetar esse dizer.

Existiria, pois, uma FD rígida e imune ao mecanismo ideológico de subjetivação do sujeito? Sabemos, todavia, com ancoragem na AD, que se trata de uma utopia, pois o sujeito é continuamente invadido por saberes de outras FDs e clivado pela ideologia. Não queremos aqui, todavia, questionar a afirmação identitária do nosso sujeito como transexual, mas sim seu discurso sobre tal rigidez (de orientação sexual e de identidade de gênero) que é reforçado com o detalhamento dos procedimentos estéticos que ainda deseja fazer. Esse detalhamento e necessidade de retirar traços masculinos de seu corpo pode significar sua desfiliação a uma FD masculina e também a noção de corpo enquanto corpodiscurso – no real da língua - em que há a constatação de uma incompletude do sujeito e seu contínuo desejo de atingir o real que é inatingível: “**Por isso que eu passo... almejo tanta cirurgia plástica**”. Desidentificada a essa FD, as cirurgias atestam uma necessidade de apagamento de uma identidade masculina indesejada (Figura 22) que ela ainda enxerga quando se observa no espelho e, também, o desejo pela passabilidade, enquanto mulher, para ocupar a posição-sujeito mulher sem que seja alvo de tantos preconceitos, como o que descreveremos mais adiante.

Figura 22 - Leo enxerga traços masculinos em seu corpo



Fonte: <http://vanessa.in/2017/09/21/auto-percepcao-o-homem-no-espelho/>.

O conflito com a autoimagem, ilustrado na imagem acima, significa a complexidade que é o estudo do corpodiscurso de um sujeito transexual como Léo.

Disso decorre a afirmação de Foucault (1969) de que o corpo é o ator principal de todas as utopias:

Corpo incompreensível, penetrável e opaco, aberto e fechado: corpo utópico. Corpo absolutamente visível – porque sei muito bem o que é ser visto por alguém de alto a baixo, sei o que é ser espiado por trás, vigiado por cima do ombro, surpreendido quando menos espero, sei o que é estar nu. Entretanto, esse mesmo corpo é também tomado por uma certa invisibilidade da qual jamais posso separá-lo. A minha nuca, por exemplo, posso tocá-la, mas jamais vê-la; as costas, que posso ver apenas no espelho; e o que é esse ombro, cujos movimentos e posições conheço com precisão, mas que jamais poderei ver sem retorcer-me espantosamente. O corpo, fantasma que não aparece senão na miragem de um espelho e, mesmo assim, de maneira fragmentada (FOUCAULT, 1969, p. 3).

O corpo de Léo é, pois, desejante de uma feminilidade, incompreensível e opaco diante do espelho que só reflete o Outro que fora recalcado. Um fantasma de traços masculinos que lhe assombra desde a infância. É nessa fase de sua vida que ela descreve uma fantasia e sonho que nutria sobre seu corpo: ***“Naturalmente eu já me via uma menininha [...] mas... eu almejava sim... encontrar a fada azul e ela me transformar numa menininha de verdade como ela transformou Pinóquio em um menino de carne e osso. E aos poucos eu tô conseguindo fazer que a fada Azul me torne o que eu quero. Esse era meu sonho: me encaixar de verdade em mim mesma”***.

A afirmação de que já se via uma menininha, ecoa efeitos de sentido de uma incongruência de sua identidade de gênero com seu corpo. Daí, citamos novamente Foucault (1969, p.1) quando ele se refere ao corpo como uma forma de aprisionamento: “Meu corpo é uma jaula desagradável, na qual terei que me mostrar e passear. É através de suas grades que eu vou falar, olhar, ser visto. Meu corpo é o lugar irremediável a que estou condenado”. Era esse o sentimento que parece povoar os pensamentos de Léo, tanto que ela afirma que tinha o sonho de se encaixar em si mesma – ter um corpo condizente com aquilo que lhe significava desde a infância.

O desejo de se tornar uma menininha, que é resultado do trabalho dissimulador da ideologia a partir de um imaginário do feminino, produz efeitos de sentido de que uma menina de verdade é somente aquela tem vagina, seios e aparência física feminina, o que a fez nutrir a fantasia infantil de encontrar a fada

Azul do clássico filme “Pinóquio”. Via interdiscurso, a fadinha que deu vida ao Pinóquio, seria capaz de lhe tirar de um estado inanimado e lhe garantir uma condição com vida:

O país das fadas [...] é o país onde os corpos se transportam à velocidade da luz, onde as feridas se curam imediatamente, onde caímos de uma montanha sem nos machucar, onde se é visível quando se quer e invisível quando se deseja (FOUCAULT, 1969, p.1-2).

Esse país das fadas é a medicina. Cada médico com quem se consulta e com quem realiza uma cirurgia plástica é como uma fadinha que vai curando as feridas simbólicas, representadas por traços da anatomia masculina. Mais adiante, ela afirma a importância do sujeito trans passar por acompanhamento psicológico antes de se submeter aos procedimentos cirúrgicos: **“é importante passar por uma psicóloga, conversar direitinho pra você se descobrir realmente se é isso que você quer. Porque eu acho que não é necessário você fazer cirurgia pra ser uma trans. Tem meninas que se dão bem com o pênis, usam o pênis. Tem outras que não usam, mas se dão bem com o pênis. Chegar ao fato de... fazer a neovagina é algo bem drástico e a gente tem que ter realmente certeza. Eu sempre tive, mas tem outras pessoas que não. Então é necessário que cada um passe. Mesmo as que têm a certeza também”**.

Com isso, observamos sua identificação ao discurso médico que busca a “normalização” de corpos que se situam às margens da cisnormatividade. O contraditório sobre esse discurso se encontra na concordância de que há uma necessidade de acompanhamento pelo fato de ser um procedimento em que não há possibilidade de retorno. Ela, todavia, afirmou que sempre teve certeza sobre sua necessidade de fazer a cirurgia de transgenitalização, mas não questionou ter que ser acompanhada por especialistas que iriam intervir sobre seu processo decisório antes de se encontrar com “a fada Azul”.

Entrevistador: Quando você se descobriu mulher?

Entrevistada: “[...] eu sempre fui o que eu sou. Só não conseguia dar nomes pra aquilo. Eu sabia que eu era diferente. Eu sabia que eu não iria ser aquilo que eles queriam que eu fosse pra sociedade. Aquela coisa de: **fala como homem, é... olha essa mão... Eu era diferente. Eu não conseguia [...] cair num padrãozinho que a**

sociedade queria. Depois eu vim cair em gay. E também não conseguia cair num padrão gay [...]. Eu me sentia que eu era diferente [...]. Era complicado. É bem difícil de dizer assim: eu me descobri mulher. Não se descobre que você é mulher [...]. Você vai se tornando aos poucos e vai descobrindo que você é”.

Esse relato reforça, ainda, nossa construção teórica de que as identidades de gêneros são construções sociais que performam em um mecanismo de artificialidade para impor padrões de comportamento, de fala, de objetos e de posições sociais a serem ocupadas por homens e mulheres. Até sobre a marginalização social e preconceito, há todo um estigma e construção que se espera dos sujeitos LGBT. Via memória discursiva, já se constrói a imagem de que um menino com traços delicados e postura “feminina” seja homossexual. Não concretizada essa expectativa, esse sujeito passa por uma nova rejeição social que é a da não aceitação de sua transexualidade – que é caso observado na vivência de nossa entrevistada. Outro ponto ainda emergente é a orientação sexual: cria-se, no sujeito trans, uma expectativa de que sua orientação seja heterossexual, visto que há uma série de discursos cristalizados que tentam colar a sexualidade à identidade de gênero.

São vários os ciclos que o sistema binário tenta impor aos sujeitos para lhes “etiquetar” dentro de certas normas. O “diferente” é o que mais sofre com essa tentativa de rotulação, pois cada sujeito é diverso por si próprio e se subjetiva – corpo, sexualidade e identidade – por caminhos fluidos e que dispensam uma roteirização. Dada essa complexidade, Léo revisita, via interdiscurso, a célebre frase de Simone de Beauvoir: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher,” para responder ao nosso questionamento sobre sua descoberta como mulher. Trata-se, nessas condições, de um “vir a ser” mulher e não de uma transformação que seja consequência de uma escolha objetiva ou de uma descoberta abrupta.

Ainda sobre questões envolvendo preconceito, Léo descreve um relato que remete a uma violência simbólica sofrida por parte de outras mulheres trans no espaço de acolhimento onde frequenta. Vejamos.

Entrevistador: Existe alguma forma de preconceito em meio às transexuais no espaço de acolhimento?

Léo: “*Existe. Bastante. Tem meninas que fazem a cirurgia e que se acham cis e aí humilham as meninas que não querem fazer a cirurgia*”.

Entrevistador: **Já aconteceu essa experiência contigo?**

Léo: “*Comigo não, porque eu já sou operada [...] mas de sofrer preconceito sim, por eu ter traço masculino, por eu não ser passável [...] Eu já passei aqui por dois casos de transfobia de usuárias: **uma é operada e a outra não é operada** [...]. **Tem uma mesmo que é operada** e vive me tratando pelo masculino de propósito [...]. Eu sempre tratei ela como ela, mas **ela faz questão de me tratar, pelas costas, de ele** pra me afrontar porque ela acha que eu não sou é... criou até uma história que eu tinha me arrependido de fazer a cirurgia. **Tem outra que é superfeminina**, que chegou agora há pouco da Europa – **eu acho que ela se prostitui** - e quando ela ficou sabendo que eu já tinha feito a cirurgia [...] ela achou um absurdo. Disse que o espaço tinha errado, **que eu não era uma transexual, que eu não era uma mulher pra ter feito vagina**, que eu deveria ter ficado no rabo da fila [...]. **É bem complicado a cabeça de algumas trans. Elas são bem transfóbicas, principalmente as que são operadas. Não todas mas tem umas que são operadas que gostam de humilhar as que não querem fazer a cirurgia**”.*

Vejamos as condições de produção desse discurso: Léo convive com outros sujeitos transgêneros em um espaço voltado para atendimento de pessoas trans em um renomado hospital do Recife. Nesse espaço, há terapias de grupo e também consultas com médicos e psicólogos para dar todo suporte aos transexuais nos momentos pré e pós-operatórios da cirurgia de redesignação de gênero. Além disso, trata-se de um espaço voltado para um cuidado integral com a pessoa trans, mesmo que não haja a necessidade de realização de procedimentos cirúrgicos. É nessa cena discursiva que se apresentam duas mulheres transexuais que apresentam posicionamentos diferentes ao enunciar: uma operada e outra não operada “**que é superfeminina**”. Logo, não basta ser feminina, ter que ser superfeminina, o que atesta o imaginário do feminino em funcionamento.

A condição física de cada uma delas legitima a posição-sujeito que ocupam, a ver a significação e produção de efeitos de sentido de seu corpodiscurso. Ambas apresentam um discurso notadamente transfóbico, mesmo estando na mesma posição-sujeito que Léo (mulher trans) e usufruindo do mesmo local de acolhimento. A divergência da posição que legitima tal discurso transfóbico encontra embasamento no fato de se apropriarem de discursos transfóbicos que rejeitam

sujeitos que se reconhecem como mulheres, mas que não apresentam a feminilidade padrão exigida pela sociedade para que sejam “passáveis”.

Com o enunciado “***É bem complicado a cabeça de algumas trans. Elas são bem transfóbicas, principalmente as que são operadas***”, observamos o fenômeno da heterogeneidade discursiva onde se estabelecem, segundo Cazarin (1999, p.8), “relações de diferença e de divergência e emergem diferentes posições de sujeito” no interior de uma mesma FD, além do que já descrevemos, segundo Cazarin (2005), sobre pensar a heterogeneidade no interior de uma mesma posição-sujeito.

A violência verbal por parte de duas transexuais, notadamente transfóbicas, gera uma revolta em Léo que não aceita ser agredida por sujeitos que se encontram filiados a uma mesma FD trans e que ocupam a mesma posição-sujeito (mulher trans operada ou não-operada). Ocorre, pois, um efeito necessário de ilusão de homogeneidade, tanto da FD como da posição-sujeito, para que os sujeitos trans convivam nessa região de tensão. Para Cazarin (2005), esse efeito de unidade discursiva abre possibilidade para a existência da diferença no interior de uma mesma posição-sujeito que, no presente relato, classificamos como divergência, já que “apresentam-se como discordantes entre si, isto é, como posições de sujeito que progressivamente se afastam” (CAZARIN, 1999, p.8).

Extrapolados os limites da posição-sujeito mulher trans operada ou não operada, há, por parte desses sujeitos, sua inscrição na posição-sujeito transfóbica, o que é motivada pela apropriação de saberes de uma FD binária transfóbica que atravessa seu discurso enquanto sujeitos trans. São sujeitos que são alvo de preconceito, mas que, de forma inconsciente, o reproduzem por serem atravessados pela ideologia dominante da dicotomia dos gêneros. Mesmo que a FD dominante desses sujeitos trans seja a mesma, a própria natureza da FD ser porosa e suscetível de ter seus saberes invadidos por elementos de outras FD, explica esse fenômeno onde ecoam efeitos de sentido de discursos de resistência LGBT, como também de humilhação: tratá-la no masculino, dizer que ela se arrependeu de ter feito a cirurgia e menosprezar outras que não queiram realizar certos procedimentos.

Sobre o exposto, pontuamos ainda algumas questões, não no sentido de discordar, mas de analisar o fluxo das FDs e das posições-sujeito de forma mais detalhada. Como o movimento dos sentidos é opaco na cadeia significativa, não há como prever a estabilidade do trânsito das FDs, de modo que o sujeito permaneça

sob a égide de uma mesma FD dominante. No caso da transexual já cirurgiada e que trata Léo Áquila no masculino, podemos questionar/refletir sobre sua permanência como identificada à FD trans e já a vislumbrar em um processo de contraidentificação a essa FD.

A mulher trans que a agride verbalmente e questiona, tanto sua feminilidade como sua identidade de gênero feminina, resgata, via interdiscurso, toda uma série de discursos machistas e transfóbicos em torno da manutenção e exaltação do binarismo dos gêneros. É a diferença, tal como descreve Cazarin (2005, p.8), sobre a apropriação, pela contradição, do discurso do outro, marcando uma diferença sobre a posição-sujeito, visto que “nem todos os sujeitos enunciativos que nela se inscrevem, se relacionam de forma idêntica”. Ao enunciar na posição-sujeito mulher cirurgiada, ela se apropria de saberes de uma FD binária transfóbica, já que se coloca na condição de mulher cisgênera, apagando ilusoriamente (via intradiscurso) o efeito de evidência sobre sua identidade enquanto transgênero.

Observamos também um movimento de migração/invasão da FD desse sujeito trans agressor: ora inscrito em uma FD trans (posição-sujeito mulher não operada), aparentemente, ele busca sua readequação de gênero mediante os procedimentos cirúrgicos. Quando os realiza, seu corpo passa a ressignificar sua identidade, agora como uma mulher trans cirurgiada, mas que passa a ter os saberes de sua FD invadidos pelos de uma nova FD: binária e transfóbica. Ela poderá, eventualmente, tornar-se a FD dominante de seu discurso, ao reproduzir discursos que reverberam efeitos de sentido de humilhação e que buscam rotular o sujeito como disfórico, um ser mal acabado e que não deveria ter tido direito imediato aos procedimentos cirúrgicos, já que ainda tem uma aparência masculinizada: “**deveria ter ficado no rabo da fila**”.

Vejamos a seguir, um quadro-resumo (Quadro 13) sobre a relação entre a posição-sujeito e a FD no discurso da nossa convidada:

Quadro 13 - FD e posição-sujeito do sujeito Léo

FD	Processo de inscrição e posição-sujeito
FD binária trans	Identificada a essa FD por buscar encaixar seu corpo dentro dos padrões binários. Ela ocupa a posição-sujeito mulher que almeja a perfeição estética de uma mulher cisgênero e deseja a passabilidade social já que os traços masculinos lhe causam incômodo/disforia.
FD binária transfóbica	Atribuímos essa FD à sua família, que censura sua inscrição em uma FD feminina ao tratá-la no masculino. Dentro de sua casa, em meio a esses familiares, podemos dizer que Léo se deixa silenciar por eles e ocupa a posição-sujeito de tio, de irmão e de filho fruto, dessa permissividade frente ao preconceito sofrido. A apropriação dos saberes dessa FD ainda é observada em dois sujeitos trans com os quais convive no Espaço Trans.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Prossigamos com a análise discursiva do último sujeito entrevistado, que apelidamos de Thammy Miranda. O nome faz referência ao transexual, famoso em todo Brasil, primeiramente por ser filho da cantora Gretchen, ganhando posterior notoriedade ao expor o trânsito de sua identidade de gênero, em meio a cada modificação física que realizava.

5.4 Sujeito entrevistado 04 – Thammy Miranda

Vejamos algumas informações biográficas sobre nosso quarto entrevistado para entendermos as condições de produção de seu discurso e de seu lugar de fala.

Quadro 14 - Sujeito Thammy

Idade	22 anos
Profissão	Estudante de educação física
Naturalidade	Recife/PE
Identidade de gênero	Homem trans

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

A entrevista foi feita na sala de jantar da casa da família do jovem Thammy. Nela havia um quadro, com dimensões médias de 1,5 m por 1,0 m, com uma grande foto de todos os membros da família: pai e mãe sentados, duas irmãs e irmão mais velho em pé, atrás dos pais, juntamente com seus pequenos filhos e havia também a filha mais jovem que se encontrava sorridente e curvada entre seus pais. O motivo de trazermos o quadro para nossa análise é porque ele se vincula à produção de efeitos de sentido do discurso do nosso sujeito analisado em vários momentos. A filha mais jovem na foto, que tinha 12 anos naquele registro, corresponde à antiga identidade do jovem antes de sua transição. Abaixo da fotografia da família, há uma inscrição bíblica (Salmo 128:3 – BÍBLIA, 2001) que trazemos na representação do quadro (Figura 23):

Figura 23 - Família tradicional



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

A representação do quadro nos remete a uma família tradicional cristã, inscrita em uma FD cristã evangélica que presa pelos valores familiares e que se orgulha de sua descendência. Quando sentamos para iniciar a entrevista, ele me fez o desafio de identificá-lo na fotografia e se ateu a descrever quem era cada pessoa, relatando detalhes de cada um deles sobre suas vivências familiares. A cada questionamento que trazia como resposta os valores familiares, os olhares eram voltados para a imagem a nossa frente. Tratava-se, pois, de uma representação imagética que denunciava a construção de sua identidade e de alguém que deixou de existir naquele momento fotografado. Iniciamos às análises do discurso sobre o corpo.

5.4.1 Questionamentos sobre o corpo

Entrevistador: O que representa a cirurgia de readequação de gênero? Você acredita ser importante fazê-la para se afirmar como homem trans?

Thammy: *“Já foi. Um dia já fez sentido pra mim fazer a cirurgia. Hoje em dia não, porque eu passei tanto tempo não me aceitando que eu parei e tentei me aceitar. Não que eu agora esteja me aceitando mas eu acho que 60% de aceitação já tem. [...] Às vezes eu fico frustrado de não ter o que eu gostaria de ter mas a cirurgia, pra mim, hoje não faz sentido”*

Aceitar que não é um homem biológico ainda representa uma dificuldade para Thammy. Esse conflito nos leva a observar os embates entre sua FD dominante – trans com os saberes de uma FD binária cisgênero. A afirmação de que sua autoaceitação tem aumentado, pode significar seu distanciamento dessa FD cisgênera e explicar sua falta de desejo em se submeter a determinados procedimentos cirúrgicos.

A ver a consideração seguinte sobre o planejamento de operar os seios, já inferimos que a cirurgia a que se refere Thammy é a de construção do órgão sexual masculino. Sua frustração reside, pois, na ausência do pênis e na não aceitação da vagina. A presença/ausência de uma genitália é o que lhe torna incompleto. Sua identidade conflituosa é construída, conforme afirma Woodward (2014), pela diferença a outras identidades: ele é aquilo que os homens cisgêneros não são. Ele não tem aquilo que os homens cisgêneros têm e isso lhe causa bastante angústia por estar inserido em práticas discursivas de uma sociedade heteronormatizada que é pautada em valores machistas e falocêntricos.

Sobre o significado da menstruação e dos seios femininos, Thammy afirmou o seguinte: *“Hoje em dia eu não menstruo mais por conta da hormonioterapia. Os seios ainda tenho. Acredito que vou fazer a cirurgia ainda esse ano. **Eu não tenho tanta disforia com os seios.** Em algumas situações, sim, eu fico frustrado, sem querer sair de casa. Não é tanto como **o órgão genital que é o que mais me incomoda.** Em relação à menstruação, eu... eu tive a transição de um hormônio pra outro em que, nesse período de um mês, **ela voltou [...]. E aí foi bem frustrante pra mim.** Eu fiquei numa situação bem complicada: eu não queria sair de casa, não queria conversar com ninguém. **Querida ficar só até isso terminar e eu voltar ao normal [...]. Querendo ou não, eu me senti menos homem.** Ser homem não é o que a sociedade impõe, mas de tanto que a gente vive nesse meio, nesse quadrado onde **as pessoas colocam coisas na nossa cabeça** tem coisas que você não consegue tirar com tanta facilidade.[...] Acontece isso às vezes: **de eu ser transfóbico comigo mesmo**, de... me fazer questionamentos que não fazem sentido. Mas é uma coisa bem disfórica”.*

Os efeitos de sentido que são produzidos com o enunciado **“Querida ficar só até isso terminar e eu voltar ao normal”** convergem para um processo de autocensura que o sujeito se submeteu por não aceitar ter que sangrar, isso porque

a menstruação simboliza um retorno indesejado à feminilidade e denuncia sua disforia com a anatomia feminina: ***Querendo ou não, eu me senti menos homem***". Voltar ao normal pode significar um retorno a sua masculinidade, à posição-sujeito homem que se encontrou fissurada com o sangramento, daí, ter se sentido menos homem. Provavelmente, ele teve que usar absorventes durante esse período, o que simboliza todo um ritual reservado a sujeitos que se encontram na posição-sujeito mulher que menstrua.

Mesmo negando que ser homem não significa toda uma série de imposições sociais, ele reproduziu o discurso da FD binária transfóbica ao se censurar e negar sua masculinidade por ter menstruado, vinculando os sentidos, pelo contraditório, de que uma identidade masculina está atrelada ao fator organicista binário – homens têm pênis, não menstruam. Se mulheres têm ovários e menstruam, significa que não menstruar é condição necessária para ser homem. Thammy ter menstruado lhe coloca na população de sujeitos que não são homens e que precisa dos cuidados e higiene que a sociedade customiza às mulheres. Com isso, o isolamento se fez necessário para que ninguém notasse algum resquício de uma identidade feminina que um sangramento tenta visibilizar/denunciar.

Sobre os embates entre as FDs, observamos que nosso sujeito encontra-se identificado a uma FD binária trans, já que busca enquadrar seu corpo dentro dos padrões cisgêneros que definem as características anatômicas dos homens. Ao mesmo tempo, ele se encontra contraidentificado à FD binária transfóbica por seu corpodiscurso afetado por uma rejeição a elementos que marcam a anatomia feminina e, sobre os quais, ele não consegue conviver com harmonia e simultaneamente se afirmar como homem trans. Esses elementos fragilizam a percepção sobre sua identidade de gênero masculina, o que faz com que se adjective como transfóbico. Por ação do inconsciente, esse seu gesto nos permite inferir que ele ainda é afetado pela ideologia dominante da dicotomia dos gêneros, apesar de já estar sob seu funcionamento às avessas – identificado a uma FD trans.

Todo esse fenômeno discursivo e efeitos de sentido produzidos no/sobre o corpodiscurso de Thammy podem ser explicados, como afirma Orlandi (2016), pelo fato do corpo ser atado ao corpo social em um discurso social que já o significa, via memória discursiva, e isso ocorre sob uma ilusão de controle do sujeito sobre ele. Isso explica a angústia do sujeito quando afirma que as pessoas colocam coisas na

sua cabeça, causando-lhe um conflito por não conseguir controlar esses ideais que chama de transfóbicas e que lhe causam disforia.

Ainda sobre os seios femininos e a necessidade de operar, ele argumenta que não se trata de uma necessidade de se afirmar, mas de: “**querer tirar uma camisa, de não gostar do que eu tô vendo no espelho, mas eu continuo sendo homem sem tirar...**”. Os sentidos sobre os seios femininos esbarram em uma disforia social que lhe acomete por não ter o corpo que gostaria de ter. O gesto de não poder tirar uma camisa é um entrave à vivência de uma masculinidade plena que ele tenta negar em seu intradiscursos. São as falhas vistas pelo espelho no corpo e que lhe causam um incômodo por não poder ser inserido em práticas discursivas legitimadas socialmente para homens:

De nada adianta negar, de nada adianta tentar tamponar essas falhas do corpo, que irrompem como sintomas sociais, como vestígios de historicidade. Assim como a língua não é um ritual sem falhas (como nos lembra Pêcheux), a ideologia também não o é e tampouco o corpo. Se os equívocos da língua irrompem no real da língua, e os equívocos historicizados se materializam na ideologia, podemos nos arriscar a dizer que o corpo seria o lugar de simbolização onde se marcariam os sintomas sociais e culturais desses equívocos – tanto os da língua quanto os da história (FERREIRA, 2013, p.78).

À errância dos sentidos e da falta que é constitutiva do sujeito, convergimos também para um real que é da ordem do corpo (FERREIRA, 2013) já que se trata de “um corpo atravessado de falhas, ou seja, submetido à irrupção interna da falta” (PÊCHEUX, 1998 [1982], p.54) e considerando ainda que “esse sujeito fura a língua porque os sentidos que se inscrevem no discurso não podem significá-lo” (SOARES, 2016, p.209). Leia-se, aqui, o discurso cisnormativo sobre o corpo. Vejamos a emergência desses sentidos quando questionamos nosso entrevistado sobre os órgãos sexuais masculinos:

Entrevistado: “*Pra mim, era um desejo de ter, não de ter pra mim, mas em mim. É... hoje eu sou meio frustrado relacionado ao pênis... é... que também não condiz com minha sexualidade. Então eu sou um homem pansexual, mas tenho alguns receios com relação ao genital, com o pênis, no caso. Eu acho que isso veio decorrente das figuras que eu tive em casa, dos homens... cis. Da ignorância, da falta de respeito com as mulheres... Então eu não só peguei a imagem masculina, mas também a genital como uma coisa [...] que não me faz bem [...]*”

*Eu tenho um certo receio [...]. Eu me pergunto: **mas seu eu tivesse, como seria? Eu seria igual a eles?** [...]. É uma coisa bem louca na minha cabeça: **às vezes eu rejeito, às vezes eu quero ter...** Por isso que eu não gostaria de fazer, no caso, a cirurgia...*

Thammy experimenta um conflito sobre ter ou não ter o órgão sexual masculino. Os efeitos de sentido que emergem da frustração de não ter o pênis residem na insegurança quanto ao seu desempenho sexual como homem pansexual: “**não condiz com minha sexualidade**”. Essa negativa, além de ferir sua masculinidade, também atesta uma tentativa de argumentar que o desejo de ter o pênis não é uma condição necessária para sua vida sexual enquanto homem pansexual, pois, como afirma Lacan “todo mundo sabe que há mulheres fálicas, e que a função fálica não impede os homens de serem homossexuais” (LACAN, 1982 [1975], p. 97). Com isso, nosso sujeito desvincula o papel do pênis para vivenciar o sexo com pessoas, independente do gênero com os quais elas venham a se identificar. Apesar dessa afirmação, Simões e Gonçalves (2018, p.15) afirmam que:

[...] a diversidade das performances de gênero, na atualidade, não se impõe sem estar submetida àquilo que se tem e àquilo que não se tem, seja no campo da sexualidade, do desejo ou do amor. E aquilo que se tem ou não se tem, bem como aquilo que faz aparência de se ter ou não, sempre passa pelo falo.

Dessa citação decorre também a justificativa de que os efeitos de sentido sobre seu corpodiscurso relacionam a presença do pênis a práticas discursivas machistas, sexistas e remetem a relações em que a mulher é colocada como inferior ao homem nos relacionamentos conjugais. Daí decorre o medo de ter o órgão sexual masculino e de reproduzir tais práticas que são socialmente legitimadas pela presença do falo: “**às vezes eu rejeito, às vezes eu quero ter...**”.

O conflito sobre o pênis nos revela o sujeito dividido, constituído em uma relação de alteridade – interdiscurso e inconsciente – onde o Outro (inconsciente) é “camuflado” pela ilusão do sujeito que detém autonomia sobre seu dizer a partir da marcação de seu discurso, sob a forma da heterogeneidade mostrada. Nessa cisão, ele é desejante,

[...] dividido entre o eu (moi) e aquilo que lhe escapa, entre o íntimo familiar e o estranho, entre a imagem de si e a imagem que o constitui vinda do outro. E para que esse campo do Outro tenha efeitos próprios de causa de desejo é necessário que o sujeito "admita", responda a essa alteridade esvaziando o Outro de sua plenitude, de sua garantia de gozo. Nessa perspectiva, há duas dimensões de alteridade que se recobrem na constituição do sujeito: primeiramente uma alteridade prévia constituinte, dada pela estrutura *a priori* da linguagem. E secundariamente, trata-se de uma estrutura constituída, isto é, resposta do sujeito a partir desse Outro constituinte. Nesse segundo tempo, *a posteriori*, cabe ao sujeito construir o Outro, inventá-lo para que ele, o sujeito, possa se tornar desejante e responsável diante daquilo que lhe causou (FREIRE, 2002, p.85).

Nesse contexto, a imagem que Thammy constrói de si é fruto da alteridade com a representação simbólica da masculinidade de seu pai e de seu irmão – “o outro” que é do interdiscurso e que ele tem a ilusão de controle sobre a negativa de ter o pênis para não reproduzir as práticas machistas de tais familiares: **“mas seu eu tivesse, como seria? Eu seria igual a eles?”** Eles simbolizam e também trabalham na construção do “Outro” que lhe é constitutivo (ação do inconsciente e da ideologia), resultado da ação dos AIE (mediantes relações de poder) e aquilo que acreditamos ser também um Aparelho repressor do Estado, pois suas práticas sexistas representam uma forma de agressão verbal que sempre reprimiu e buscou regular a identidade de gênero de nosso sujeito entrevistado dentro do enquadramento binário cisgênero.

Sobre o processo de hormonização para a readequação de gênero, nosso sujeito afirma o seguinte: **“pra mim, Thammy, foi essencial, mas existem homens trans que não usam testosterona e eles se sentem confortáveis tanto com o seio como com a genital... quanto com os traços, né? que continuam sendo o padrão feminino [...]. Já comigo não funcionaria. Eu não conseguiria seguir sem hormônio. Quando passa um mês eu já fico perturbado”**. Tal enunciado nos permite inferir que ele se encontra inscrito em uma FD binária trans. A hormonização é o processo que legitima sua posição-sujeito enquanto homem e sua identidade de gênero masculina fora do padrão dito feminino. Daí afirmar: **“Eu nunca gostei das curvas que eu tinha”**. Logo, manter o tratamento é uma condição necessária para que essas curvas não retornem. Trata-se, conforme Bento (2006, p.19), de “corpos inconclusos, desfeitos e refeitos, arquivos de história de exclusão”.

Na sequência, questionamos Thammy sobre acreditar se essa preocupação com procedimentos médicos, para a manutenção de uma aparência masculina, não corroborariam para o fortalecimento do binarismo social. A resposta foi a seguinte: “*Então... pra mim, a mudança não foi pra entrar num padrão ou [...] pra ter passabilidade pras pessoas não reconhecerem que é uma pessoa trans, mas sim uma questão pessoal. [...] Eu não gostava... eu não achava bonito em mim. Era uma coisa que eu ficava meio desconcertado. Eu não sabia se eu tava no lugar certo. Tinha alguma coisa errada ali. Mais... quando a gente passa por um certo tempo tomando hormônio, a gente acaba se enquadrando, querendo ou não, por mais que a gente não queira estar ali, mas a gente fica porque acontece a passabilidade porque ninguém vai perceber então você vai ser tratado como tal. Dependendo da tal passabilidade, tu não vai sofrer transfobia na rua. De certa forma, a gente chega sem querer.*”

A passabilidade é uma consequência da hormonização e, com ela, o sujeito acaba sendo tratado como cisgênero, um desejo que é aparentemente negado por nosso sujeito “*por mais que a gente não queira estar ali, mas a gente fica*”. Os efeitos de sentido desse enunciado revelam sua postura enquanto sujeito trans militante que não busca a passabilidade social, apesar de acabar se beneficiando disso: “*tu não vai sofrer transfobia na rua*”, o que pode denunciar um desejo do inconsciente de ser passável.

O corpo trans emerge em meio a efeitos de sentido daquilo que seria um erro, uma falha e uma incerteza sobre a forma física que melhor se adequaria a sua construção identitária: “*eu ficava meio desconcertado. Eu não sabia se eu tava no lugar certo. Tinha alguma coisa errada ali*”. Trata-se, como afirma Cavalcante (2018, p.74), de “um corpo que produz sentidos em uma determinada conjuntura, os quais não correspondem aos sentidos já estabilizados em uma sociedade cisnormativa” e, como afirma Ferreira (2013), trata-se, ainda, do corpo da falta e que se submete à falha:

O corpo entraria no dispositivo como constructo teórico e lugar de inscrição do sujeito. Esse corpo que fala seria também o corpo que falta, donde a inclusão da noção de real do corpo, ao lado do real da língua e do real do sujeito. A exemplo do que singulariza o registro do real, o real do corpo seria o que sempre falta, o que retorna, o que resiste a ser simbolizado, o impossível que sem cessar subsiste (FERREIRA, 2013, p.78).

Disso decorre o conflito apresentado por ele em não querer ser passável, mas que, simultaneamente, acaba fortalecendo o binarismo social que legitima apenas corpos de homens e de mulheres cisgêneros. Aqueles que se situam à margem disso, precisam ser excluídos ou então se adequarem, por meio da Ciência, para que possam ser agradáveis aos olhos dicotômicos que os veem. Para nosso convidado, a hormonização representa esse caminho que justifica ser de ordem pessoal e não de imposição social, todavia sua afirmação de que o tratamento lhe é indispensável, pode apresentar, como efeito de sentido, uma condição para que se signifique como transexual:

Esse processo de hormonização, o qual minimizaria ou apagaria os signos daquele gênero imposto socialmente ao nascer, é uma demanda do outro que, muitas vezes, só legitima como sujeitos trans, aqueles que fizeram a redesignação sexual e estão se hormonizando. Assim funciona a ideologia sobre os corpos, afirmando que apenas certas características corpóreas pertencem a tipos específicos de gêneros, reforçando, assim, o binarismo (CAVALCANTE, 2018, p.77).

Consequentemente, pelo viés do inconsciente, o discurso de Thammy, tem sua FD dominante invadida por saberes da FD binária cisgênero, de modo a buscar a adequação de seu corpo – curvas, traços, seios, pelos no rosto - a uma estabilidade de sentidos que recaem sobre corpos cis masculinos.

Prossigamos com os questionamentos sobre o nome social.

5.4.2 Questionamentos sobre o nome social

Nessa seção de nossa conversa, iniciamos com os seguintes questionamentos:

Entrevistador: Por que Thammy? Como esse nome performa na construção de sua identidade de gênero?

Thammy: “Foi um pedaço do nome civil – nome civil antigo – que esse agora é civil também, graças a Deus, é... do nome antigo feminino com o final do nome do meu irmão que eu tanto odeio e amo (fala com risos). *Aí eu saí juntando*”.

Sobre a performance do nome em sua identidade, ele afirma o seguinte: “*Em tudo! Eu acho que é uma coisa tão libertadora, você sair na rua, não que o*

nome te... afirma também, mas não necessariamente vai te tornar um homem por causa do teu nome. [...] *Pra mim foi incrível. Me afirmou porque tanto tempo eu escutei minha mãe falar que eu sou menina e eu nasci menina e vou morrer menina e que meu nome é tal tal tal. Depois eu sair na rua e ver que todo mundo tava me respeitando, chamando o meu nome de fato, o meu nome masculino pra mim foi incrível*".

Percebemos que o nome social construído e que ganha significação na identidade de gênero de Thammy, tem igual relevância aos atributos físicos masculinos por ele conquistados mediante a terapia hormonal: "**não que o nome te... afirma também, mas não necessariamente vai te tornar um homem por causa do teu nome**". Com tal enunciado, ele baliza, em pé de igualdade às mudanças físicas em seu corpo, que ter um nome masculino não é condição necessária para se colocar na posição-sujeito homem, mas no contraditório, afirma que isso foi incrível - "**uma coisa libertadora**". Logo, era necessário trocar o nome para ser socialmente livre, assim como se hormonizar para ajustar seu corpo à identidade de gênero:

A demanda de correção corpórea e o estofo desse ajuste por meio da legitimação jurídico-social não são acréscimos acessórios ao que se passaria psicologicamente com o sujeito transexual, mas, diferentemente disto, lhe são essenciais. Em outros termos, a demanda de intervenção na nomeação civil é pleiteada com a mesma tenacidade quanto a demanda de intervenção no corpo, pelos sujeitos transexuais (SIMÕES; GONÇALVES, 2018, p.17).

Assim como a aflição de que ter o órgão sexual masculino possa lhe levar a reproduzir o machismo de seus familiares, observamos que a construção de seu nome também ganha corporeidade na relação de alteridade com a figura masculina de seu irmão: "**Foi um pedaço do nome civil [...] do nome antigo feminino com o final do nome do meu irmão que eu tanto odeio e amo**". Conseqüentemente, seu atual nome de registro civil aponta para um contraditório que é a junção de uma parte do nome feminino, que não lhe representava, com a parte final do nome de seu irmão, que performa uma masculinidade que ele condena. Com isso, podemos inferir que as iniciais femininas marcam a ausência sempre presente da garota que um dia foi, e a parte final, de seu irmão, carregam

efeitos da luta que trava para não reproduzir suas práticas machistas. Vejamos a descrição de Cazarin (1999) sobre essa característica do sujeito:

O sujeito não-homogêneo e socialmente constituído não aceita o sujeito centralizado num “eu” monolítico, mas relativizado, com a forte “presença do outro, com quem divide o seu espaço discursivo. Assim, a heterogeneidade se faz presente na constituição do sujeito e isto comporta uma concepção de linguagem também heterogênea (CAZARIN, 1999, p.6).

A presença desse “outro” é marcada pelo irmão e, ainda, de forma constitutiva, pela menina que nunca foi mas que foi forçado a ser, até um certo período de sua vida. Essa percepção foi bastante intensa, pois sempre que se referia ao seu passado, ele direcionava sua fala e apontava para a fotografia presente, em nossa frente, onde se podia observar uma garota. Tratava-a como se fosse outra pessoa que ele nunca tivesse sido – sempre na terceira pessoa do singular, o que marca a heterogeneidade do sujeito e sua cisão: *“Eu tento acreditar que **aquela pessoa era eu antes**. Eu não consigo juntar as duas pessoas mas eu sinto como se eu fosse muito amigo daquela menina que tá lá e eu tivesse passado por tudo com ela. Tudo que ela passou eu tava lá junto [...]. eu vejo uma menina que foi um padrão que não se sentia confortável mas que não sabia que não podia sair dele. E que... quando descobriu o tamanho do universo... O tamanho da imensidão que poderia chegar. Conseguiu se afastar daquilo e buscar aquilo que realmente sentia. Eu digo que... aquela menina dali, **se não fosse ela, eu não seria quem eu sou hoje**”*.

A menina precisa estar sempre presente para que se lembre de que nunca poderá se tornar alguém que irá agredi-la – a imagem feminina – via misoginia, transfobia, sexismo. Ela é seu “outro”, agora ausente, mas sempre presente (marcada nas iniciais de seu novo nome) e que lhe afirma como um homem que precisa ser diferente de seu pai e de seu irmão, que sempre tiveram posturas machistas e sexistas dentro de sua família. Logo, a partir de nosso gesto de análise, inferimos que ela representa o outro que lhe é constitutivo: é parte dele, mas ao mesmo tempo não o é atualmente.

Quando afirma **“meu nome é tal tal tal”**, há o silenciamento de seu primeiro nome de registro, o que pode produzir efeitos de sentido de incômodo sobre a adjetivação que lhe fora dada em seu nascimento, em decorrência de seu sexo

biológico, tanto que é nisso que a fala de sua mãe é ancorada: nasceu menina e irá morrer como menina. Clivada pela ideologia dominante e, inscrita em uma FD cristã evangélica, ela resgata o interdiscurso bíblico sobre a dicotomia Adão e Eva e censura sua identidade transexual. E isso foi feito por um longo período – “**tanto tempo**”, o que revela não-ditos sobre os potenciais conflitos e tentativas de silenciamento que ela e demais membros de sua família promoveram para anular essa identidade “transviada” das expectativas que foram lançadas pela matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros que se segmenta, no caso de Thammy, na Igreja enquanto AIE.

Na sequência, perguntamos se ele se incomoda em ser rotulado com o prefixo trans. Ele afirmou que o sentimento é de orgulho (como aceitação de si, de resistência, tal como descrevemos sobre a bandeira do Orgulho trans) e isso o coloca na posição-sujeito homem trans militante, evidenciando a cisão do sujeito da AD: negar a passabilidade é necessário para sua militância LGBT, ao passo que também lhe é uma segurança à transfobia.

Questionamos também o que sente quando lhe perguntam sobre seu nome feminino de registro. Responder esse questionamento não foi fácil para nosso convidado. Ele apresentou leve desconforto na fala e segurou as palavras, em tom pensativo, para elaborar seu raciocínio: “*Eu... eu... costume dizer que é... **como se tivesse enfiado uma faca dentro de mim, sabe? Como se tivesse me pegado de surpresa... eu sinto... assim, coisas físicas, mesmo, assim... Eu começo a me arrepiar. Eu fico gelado, sem saber como agir. [...] Eu fico desconcertado***”.

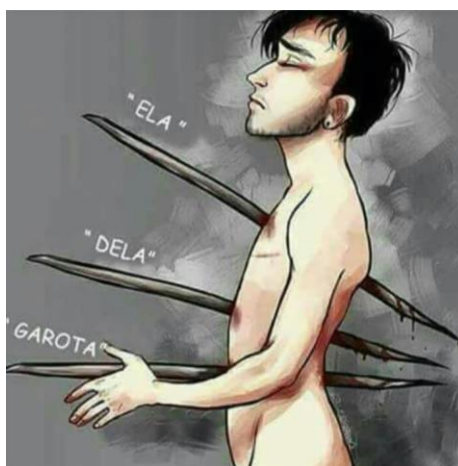
Os efeitos de sentido que são produzidos, em meio a esse relato, onde percebemos uma sensação de desconforto por parte do sujeito, evidenciam sua relação com o corpo “na medida em que o modo como se fala de seu sofrimento é constitutivo desse sofrimento mesmo” (BALDINI, 2016). A descrição da dor e do sofrimento aos quais é acometido quando lhe questionam seu nome masculino de registro aponta para aquilo que a psicanálise de Freud e de Lacan denomina como sintoma e que tem relação direta do sujeito com o sofrimento:

Pensar o sintoma para além de uma simples descrição de um comportamento observável [...] nos permite toma-lo como o lugar de uma relação dos sujeitos com o sofrimento, um lugar em que política e dizer podem ser observados e relacionados aos corpos falantes, na medida em que os modos de narrar o sofrimento são elaborados sobre este, são tentativas de cerzir aquilo que é da ordem do

inominável e que se inscreve no corpo como algo a se ler, ouvir, se narrar (BALDINI, 2016).

Via interdiscurso, seu desconforto ao falar, parece reproduzir a sensação das dores que sente quando lhe que perguntam seu antigo nome feminino ou, ainda, sobre eventuais momentos em que era por ele tratado, por sua família, ou tinha sua identidade masculina negada. Para Baldini (2016) nomear o sintoma, em AD, é “permitir ao sujeito uma experiência subjetiva produtiva [...] numa relação com a memória e as condições de produção que determinam os modos de reconhecimento e designação do sofrimento”. São adjetivações e questionamentos que o machucam por dentro (Figura 24) e que fazem emergir um conteúdo recalçado do sujeito do inconsciente - com manifestações físicas. Elas são uma representação de uma violência verbal que o agride e nos permitem compreender as condições de produção de seu discurso a ver seu contexto familiar de negação de sua identidade de gênero masculina.

Figura 24 - Homem trans ferido por palavras



Fonte: Desconhecida compartilhada em redes sociais como *Instagram*.

Ainda sobre lhe questionarem seu nome feminino de registro, indagamos se a passabilidade não o isentaria do sofrimento relatado. Em resposta, ele afirma o seguinte: “às vezes eu me sinto incomodado com isso, tu acredita? [...] Antes, quando eu **aparentava o gênero oposto**, eu passava na rua e **os olhares eram diferentes. É... as pessoas falavam**, mas eu sentia que eu estava militando ali de estar passando naquele espaço, de mãos dadas com uma menina, e que **aquele**

era meu espaço e pronto. Hoje em dia eu passo, tipo e nada! Eu achava legal, porque eu tava confrontando as pessoas, mostrando que aquilo ali existia. Hoje, eu tenho que dizer: sou trans e tal... [...] Eu não tenho problema de esconder... de tentar me passar como cisgênero. Eu tenho orgulho de levantar a bandeira”.

Apresentar o gênero oposto e se sentir observado pelo outro com um olhar diferente era algo que lhe dava orgulho. As pessoas, eventualmente, criticavam sua condição transitória de identidade de gênero e, por andar de mãos dadas com sua namorada, havia o condicionamento de ser tratado como uma mulher lésbica masculinizada. Confrontar as pessoas, ao transitar em um espaço que chamava de seu, marca sua posição-sujeito enquanto homem trans militante. A não passabilidade, por si só, representava um ato político de militância LGBT contra toda forma de preconceito: **“mostrando que aquilo ali existia”**. Mostrar que ele existia enquanto sujeito trans produz efeitos de sentido de uma quebra de expectativas da sociedade cisnormativa e binária de que corpos trans não possam transitar em espaços públicos e promover demonstrações de afeto.

Os olhares diferentes representavam uma denúncia de que havia uma falha na regulação e no silenciamento desses corpos – eles deveriam ser anulados, escondidos ou silenciados. Para esses sujeitos, o espaço público não pode ser ocupado por transgêneros. Isso afronta sua construção de valores pautados na matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros.

Hoje, a passabilidade de Thammy não lhe permite militar através de seu corpo, pois todas as mudanças anatômicas que tem sofrido, de uma forma ou de outra, silenciam, ao olhar do outro (que é condicionado, via memória discursiva, a conviver harmonicamente com corpo cis), sua condição enquanto sujeito transexual. Disso decorre um sentimento de incômodo e necessidade de se afirmar verbalmente para a sociedade como tal: **“Eu tenho orgulho de levantar a bandeira”**.

Passemos aos questionamentos sobre objetos discursivos.

5.4.3 Questionamentos sobre objetos discursivos

Entrevistador: Você falou que desde os cinco anos de idade já se sentia um menino. Nesse contexto, existem objetos do universo masculino que marcam sua identidade de gênero masculina?

Thammy: *“Foi a cueca. Eu roubava do meu irmão. Minha mãe descobriu e rasgou todas. [...] Então, eu pegava as roupas do meu irmão. Ninguém sabia, né? Tem uma bermuda dele que inclusive eu apertei e segurei pra mim [...]. A primeira roupa que eu peguei foi uma cueca porque minha mãe tinha achado três que eu tinha comprado – ela rasgou todas - e quando eu cheguei ela tava com a tesoura olhando pra minha cara e chorando. Então, foi a pior coisa da minha vida, tipo ela sabia, mas não aceitava porque já sabia. [...] Eu tinha uns 14 anos”.*

Entrevistador: O que representava a cueca naquele momento?

Thammy: *“É uma coisa que ninguém vê, né? Porque só você sabe que tá usando, né? Então... era uma coisa que representava pra mim e não era uma coisa que eu mostrava as pessoas. Mas era uma coisa que me afirmava sem ninguém precisar ver. Eu sabia que estava ali e que eu fui muito tempo forçado a usar calcinha. Hoje em dia eu não tenho problema nenhum mas antes... [...] eu me sentia ofendido. [...] Pra mim era constrangedor. Por mais que ninguém tivesse vendo, mas eu sabia que estava lá”.*

Considerando a construção teórica do nosso primeiro capítulo, observamos o papel da memória social, no entrecruzamento entre a cultura, com o simbólico e a história, que ocorre a partir da ação de objetos simbólicos. Eles ganham ressignificação a partir do regime de repetibilidade, visando produzir um efeito simbólico, como afirma Pêcheux (2015 [1999]). O relato de Thammy evidencia dois objetos: a bermuda de seu irmão e a cueca. Ambos com forte carga simbólica e socialmente legitimados como trajes masculinos, eles se tornam alvo de desejo por parte do sujeito do inconsciente, a partir de uma ação da ideologia que atravessa a significação dessas peças de roupa.

Como lugares de memória e objetos discursivos, a bermuda e, sobretudo, a cueca fazem parte do processo de ressignificação da identidade de gênero e da identificação da FD do sujeito trans a uma FD binária trans. Elas marcam seu pertencimento (mesmo que parcial) e realização de um desejo (sujeito desejante do inconsciente) de se afirmar como um homem: *“era uma coisa que representava pra mim e não era uma coisa que eu mostrava às pessoas. Mas era uma coisa que me afirmava sem ninguém precisar ver”* – corpo masculino hormonizado, identidade de gênero masculina e a incorporação de trajes íntimos que lhe afirmam

como tal. Daí a importância desse objeto discursivo para ele, em detrimento do uso da calcinha.

Ter que usar a roupa íntima feminina produzia em Thammy um efeito de humilhação: **“pra mim era constrangedor”, “eu fui muito tempo forçado a usar calcinha”**. Como afirma Orlandi (2016, p.219), trata-se da humilhação enquanto discurso, logo, como uma prática social onde há o confronto do simbólico com o político, resultando na segregação do sujeito e colocando-o em “uma posição em que progressivamente ele perde sua identidade, sua estima e o respeito de si. [...] Ele perde seus direitos estabelecidos, recebe desprezo” (ORLANDI, 2016, p.224). Sua mãe/família, enquanto AIRE (família), faz da tesoura um objeto silenciador da sua identidade masculina quando rasga as cuecas na sua frente: **“foi a pior coisa da minha vida”**. Seu ato de humilhar não somente despreza e desrespeita sua identidade de gênero masculina, como também “toca o sujeito em profundidade: em seu ser, sua identidade, seu próprio sentimento de existência. [...] na constituição do sujeito e no seu modo de individua(liz)ação” (ORLANDI, 2016, p.219).

Avancemos com questionamentos que remetem aos discursos de preconceito social.

5.4.4 Questionamentos sobre preconceito e sociedade

Entrevistador: Quem você é hoje? Quem se tornou? Quem queriam que você fosse?

Thammy: “Pela minha família, eu estaria agora na igreja, acredito que no grupo de irmãs... [...] Estaria no coral, usando saia, vestido, inclusive eu odeio saia. Muito desconfortável. Mas eu seria essa pessoa: padrão igual a eles. Eu seria racista, uma pessoa LGBTfóbica. Uma pessoa que se menospreza porque se eu estivesse antes, teriam uma mulher. Então... seria uma pessoa que baixaria a cabeça pra tudo que acontece. Mas... quem eu sou hoje...eu sou totalmente o inverso. Eu sou pelo avesso do que gostariam do que eu fosse. Hoje, por mais que eu não acreditasse naquele tempo, hoje eu tô me formando. [...] Hoje eu consegui sair de casa. Hoje eu tenho uma pessoa que me ama que por muito tempo minha mãe me fez acreditar que ninguém me amaria. [...] Hoje eu tento ser a melhor versão de mim em tudo. Claro que a gente tem preconceito. Querendo ou não a gente é machista em alguma ocasião. Eu prefiro saber que eu sou, dizer

que eu sou, mas que tô tentando mudar. Porque a gente cresce num padrão... o natural é você fazer o que o outro gênero fazia”.

Dos três questionamentos, Thammy começa respondendo sobre quem queriam que ele fosse. O já esperado era que seguisse a orientação e doutrina da Igreja frequentada por todos os membros da família e que viesse a reproduzir os discursos pré-construídos que segmentam a doutrina bíblica sobre perseguir e condenar os LGBT.

Ser padrão, via interdiscurso, é ser binário, machista, antifeminista e submisso à voz masculina por ser do gênero feminino: **“Uma pessoa que se menospreza”, “seria uma pessoa que baixaria a cabeça pra tudo que acontece”.** Diversamente disso, observamos aquilo que tanto já esmiuçamos em nossas análises anteriores sobre o funcionamento da ideologia às avessas: **“Eu sou pelo avesso do que gostariam do que eu fosse”.** Nessas condições, ele representa um mau sujeito, pois questiona e confronta todos os saberes da FD binária cristã e transfóbica de sua família. Apesar de seu distanciamento dessa FD, ele ainda é atravessado por esses saberes quando afirma **“Querendo ou não, a gente é machista em alguma ocasião”, “Porque a gente cresce num padrão... o natural é você fazer o que o outro gênero fazia”.** Logo, ele reproduz os discursos pré-construídos a partir da projeção do outro – simbolizado por seus familiares – e também pelo Outro – enquanto AIE/ARE que o condicionava a ser uma menina doutrinada em valores cristãos para ser uma esposa obediente e que também lhe penalizava (já quando estava em transição) sobre um futuro incerto e sem amor: **“minha mãe me fez acreditar que ninguém me amaria”.** Essa análise aponta, pois, para aquilo que Cazarin (1999) descreve como a dupla constituição do sujeito: o outro do interdiscurso mais o Outro do inconsciente.

Ainda sobre o preconceito familiar, ele afirma que o sofre de forma mais intensa do que em ambientes públicos: **“é bem pior do que na rua. Eu sofro em casa. Na rua não, por conta da passabilidade [...] Mas a família é o de maior peso. Eu já escutei minha mãe falar coisas terríveis [...]: ‘você não é homem. Homem é seu irmão que tem pênis. Você é mulher. Eu acredito que minha frustração com a genital vem daí”.**

A necessidade de ter um pênis não é somente para si, mas para se autoafirmar como homem para sua mãe, o que marca a alteridade em sua

subjetivação, enquanto homem trans desejante da genitália masculina para ser homem tal como seu irmão o é. Novamente, recorreremos à figura 24 para ilustrar o sofrimento psíquico e físico aos quais ele é acometido quando apresenta a seguinte narrativa: “A *questão do nome civil, o anterior, que **minha família chamava constantemente onde** eu estivesse, em qualquer lugar, principalmente dentro de casa. Eu chamava um amigo pra vir... há **num sei quem** vem cá... **era bem constrangedor**”.*

O termo “*num sei quem*” aponta para o apagamento de seu nome feminino sob o mecanismo da autocensura de uma identidade que não mais lhe significa, todavia é o canal que marca todo um histórico de agressões verbais e de humilhação. Além da vontade de humilhar, sua família – na representação de seu irmão – também partia para a agressão física: “***eu fui agredido pelo meu irmão. Isso.. eu não usava hormônio antes. [...] Ele ficava me ameaçando, dizendo que ia me matar. Aí eu cheguei pra ele e disse – ‘pelo amor de Deus! Me mata logo que eu não tô mais aguentando’.** Eu passei três anos sendo ameaçado e no quarto ele me agrediu. Eu me recusei a dar parte pela lei Maria da Penha. De jeito nenhum!*”.

Sua condição enquanto sujeito não-cisgênero era, aparentemente, a única justificativa da qual se munia seu irmão para lhe proferir ameaças e agressões físicas. Apesar da agressão física partir apenas dele (tal como relatou), há um silenciamento sobre a omissão de seus demais familiares que, direta ou indiretamente, consentiram com sua postura ameaçadora e violenta. Isso nos leva a reforçar o papel da família não somente como AIE, mas também como ARE – agindo por meio da força física para tentar corrigir os ‘desvios’ e falhas na identidade de gênero transviada de Thammy ou, ainda, partir para sua anulação mediante um assassinato. Outro detalhe que nos chamou atenção nesse episódio sobre a agressão, é sua negativa sobre procurar a polícia, mediante a Lei Maria da Penha, para denunciar seu agressor: “***De jeito nenhum***”. Tal negativa marca sua posição-sujeito enquanto homem trans e sua desidentificação à FD binária feminina.

Quando tratamos sobre mercado de trabalho, observamos que a passabilidade social enquanto homem foi um fator importante para não sofrer preconceitos para conseguir um emprego: “*depois que eu saí daqui eu já tava tomando testosterona. Então as pessoas não conseguiam identificar. Daí era mais uma questão do nome. E quando chegava o nome, eles...tudo bem! **Porque é***

aquela coisa – eles olham, ninguém vai perceber, então tá bom”. Logo, a condição para não perder uma oportunidade de trabalho era não aparentar ser transexual – clivado pela ideologia dominante . Caso os olhares o denunciassem como trans, tal oportunidade lhe seria negada, o que mostra o preconceito e a marginalização que sofrem transexuais para ocupar espaços de trabalho por um não enquadramento binário.

Mais adiante, Thammy relata uma experiência na faculdade sobre o constrangimento em expor seu corpo para fazer uma aula de natação: *“eu disse à professora – eu não quero entrar – só que ela não entendeu muito bem... aí eu... sabe de uma coisa pessoal, [...] é o seguinte – eu não quero entrar na piscina porque **eu não me sinto confortável com meu corpo. Eu sou um homem trans... Então eu não quero passar por esse constrangimento [...] E foi aí que as pessoas souberam e houve vários comentários, [...] mas era uma frase chata – nem parece**”*.

Afirmar que não se sente confortável com seu corpo produz, como efeitos de sentido, a disforia de gênero que se materializa em sua estrutura anatômica – ele precisa, pois, manter-se em oculto do olhar do outro que poderá perceber a ausência do pênis que é uma marca fisiológica da masculinidade cisgênero. Com isso, fez-se necessário comunicar a todos sobre sua identidade de gênero enquanto homem trans como justificativa para não se expor na aula de natação. Todavia, o que mais lhe incomodou foi o comentário: **“nem parece”**. Os efeitos de sentido deslizam sobre esse comentário, podendo significar “parece cisgênero”, “não parece uma mulher” ou ainda “parece um homem de verdade”. Como afirma Soares (2017, p.205):

A identidade de gênero pouco importa diante das evidências que se inscrevem no corpo desses sujeitos. Nem mesmo a cirurgia de redesignação sexual é capaz de reinscrever nos seus corpos outros sentidos além dos que os já o identificavam: mulher/homem trans. Sempre acompanhado do adjetivo (trans) que faz deslizar outra vez para o biológico. Nunca homem ou mulher: porque é preciso mais do que o anatômico. O sexo precede o sujeito. O lugar desse sujeito já foi dado, ele já se inscreveu, há, portanto, uma predeterminação ideológica [...], todos os rituais [...] reforçando um já dito sobre ele (SOARES, 2017, p.205).

Ser trans é, pois, um adjetivo colado a esses sujeitos. Sempre serão marcados por uma anatomia anterior, inclusive, ao registro na ordem do simbólico, e

por uma indefinição – nem homem nem mulher – sempre trans. Um meio termo que marca uma indefinição e uma errância sobre seus corpos, por mais que eles já estejam modificados pelos bisturis. Sigamos com a entrevista.

Entrevistador: Já sofreu preconceito religioso?

Thammy: “Com certeza. Na época eu tava bem andrógino [...]. Eu subi num ônibus. Foi uma coisa que me marcou muito. Quando eu passei **tinha uma irmã do lado** [...] e ela fez – **‘sangue de Cristo tem poder! Misericórdia!’** [...]. Tinha sido a primeira vez que eu tinha passado por isso.[...]. Mas igreja... tipo de você ir e as pessoas ficarem te olhando... [...] **Aí, tipo, as pessoas vêm pregar, vem falar, quando me conhecem, já vêm com a coisa pronta. Veja – Adão e Eva – aquela coisa... Quando não me conhecem a pregação é outra** [...]. Inclusive eu fui e a irmã que é amiga da minha mãe que não me reconheceu disse – ‘por que não você não fica aqui nos jovens? [...] Eu olhei pra cara dela... **Aí irmã, seria até legal se vocês me aceitassem. Mas por que não aceitaria? Porque eu sou trans. Aí ela ficou sem entender e eu expliquei a ela. ‘Mas Jesus tem um plano na sua vida’**” (afirmou a irmã - Grifo nosso).

Inscrita em uma FD cristã evangélica, essa irmã apresenta, via interdiscurso, toda uma série de discursos pré-construídos que alicerçam sua fé/preconceito sobre sujeitos transexuais. Sua exposição exclamativa representou uma forma de humilhação e de reprovação daquilo que seus olhos estavam vendo: um sujeito não binário. Em sua FD, binária e transfóbica, isso merecia a intervenção do Sangue de Jesus para lavar Thammy de seus pecados e lhe devolver ao binarismo adâmico: **“as pessoas vêm pregar, vem falar, quando me conhecem, já vêm com a coisa pronta. Veja – Adão e Eva”**.

Ser conhecido em uma igreja que visita faz toda diferença para o direcionamento do sermão, colocando-o em duas condições: se for passável, será tratado como garoto cisgênero que precisa apenas da conversão e aceitação dos dogmas religiosos; caso tenham conhecimento de sua identidade pregressa, ele é colocado na posição-sujeito homem trans pecador que precisa, além da salvação, da libertação da natureza transviada que não é condizente com a “Imagem e semelhança de Deus”.

Com a afirmação “**Mas Jesus tem um plano na sua vida**”, podemos recorrer às formações imaginárias (ORLANDI, 2015), tal como fizemos na análise do sujeito Léo sobre o tratamento recebido por religiosos cristãos, sobretudo evangélicos. Logo, quem é a irmã para que lhe fale assim? Ela se coloca na posição de porta-voz da Salvação. Ela é alguém que já experimentou a mudança divina, é detentora da salvação e hoje busca trazer jovens como Thammy para o caminho da Luz. E quem é Thammy para que ela lhe fale assim? Ele é um pecador que precisa ser alcançado pela graça divina e ter sua identidade de gênero cisgênera restaurada para ser aceito como uma menina dentro da igreja.

Apesar de todos os percalços e preconceito decorrentes da vivência religiosa de sua família, ele não nega sua aproximação com o Cristianismo: “*Eu acredito que existe um ser supremo e eu **dou o nome dele de Deus**. Eu conheço a história de Jesus [...]. Tenho um respeito enorme. Talvez... **eu tenha um pouco do Cristianismo porque eu fui criado lá**, mas não é uma coisa que hoje me pesa tanto*”. Esse destaque em negrito nos permite inferir sua contraidentificação à FD cristã evangélica, até se analisarmos as próprias condições de produção de seu discurso – nascido e criado em um lar evangélico e frequentador de espaços como igrejas de onde ele apresenta os relatos.

Mais adiante, ele relata a experiência sobre o uso de banheiros sociais. Diferentemente dos demais sujeitos, dada sua passabilidade (mesmo antes da hormonização), ele nunca enfrentou problemas em usar um sanitário masculino: “*Aconteceu o oposto. [...] Eu entrei num banheiro feminino com a minha namorada e... a faxineira mandou eu sair. Aí minha namorada foi explicar a ela [...]. ‘Puxa que legal! Dá próxima vez eu vou no masculino’.* **Eu já tinha vontade, mas tinha medo**”. Observamos que o medo recorrente residia na interdição simbólica de Thammy, via censura, em poder frequentar um banheiro voltado para o gênero com o qual se identifica.

Passemos à última seção de análises sobre questionamentos em torno da identidade de gênero, sexualidade e discurso médico/jurídico.

5.4.5 Questionamentos sobre identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico/jurídico

Os questionamentos sobre o que é ser transexual e sobre seu retorno à identidade de gênero feminina tiveram respostas similares às que já analisamos anteriormente. Na sequência, questionamos Thammy se sente incômodo quando lhe perguntam sobre sua orientação sexual: *“Então, me incomoda quando as pessoas reagem quando eu digo o que eu sou. Porque eu digo que **eu sou pansexual...** hoje eu tô noivo... mas se eu não estivesse noivo **talvez eu ficasse com homens, talvez eu ficasse com mulheres, com mulheres trans, que pra mim não tem diferença nenhuma do cis e do trans.** Mais... me incomoda quando eu digo que sou pansexual e as pessoas questionam – **‘virou homem pra gostar de homem também?’**. Eu digo – **‘eu não virei homem. Eu sou homem e eu tenho o direito de gostar do que eu quiser [...]. Então... esqueça que eu sou trans. Eu sou um homem que gosta de pessoas.**”*

Analisemos essa sequência discursiva sob a ótica da psicanálise de Freud. Thammy define sua orientação sexual como pansexual e lhe causa incômodo a reação das pessoas sobre essa questão: *‘**virou homem pra gostar de homem também?’***. Via interdiscurso, esse questionamento carrega uma série de discursos pré-construídos que remetem à classificação de Freud ao homossexuais como invertidos sexuais. Tal questionamento também produz como efeito de sentido uma obrigatoriedade: tornar-se cisgênero é ter que se tornar heterossexual e se encaixar dentro do padrão binário de congruência sexo anatômico – gênero – sexualidade.

A pansexualidade, por ele definida, reverbera efeitos de sentido de poder se relacionar sexualmente e afetivamente com pessoas, independentemente de seu gênero ou orientação sexual, o que causa incômodo nas pessoas que o julgam, primeiramente por ser transexual, e depois por frustrar uma segunda expectativa, que é o desvio tanto em relação ao alvo como ao objeto. Retomando a explanação de Freud (1967 [1905]), os homossexuais são considerados invertidos e que se desviam do objeto – por se relacionarem com pessoas do mesmo sexo – e do alvo por praticarem sexo além da relação entre pênis e vagina (o que marca aquilo que denomina como perversão).

Alicerçada na questão organicista, a acepção de Freud (1967 [1905]), sobre a homossexualidade faz com que transgêneros como Thammy sejam classificados como perversos, já que não se enquadram dentro do modelo cisgênero e são desviantes do objeto. Nessas condições, a transexualidade seria, metaforicamente, uma inversão, pois o sujeito transexual, como já afirmamos

anteriormente, sempre é lembrado pelo adjetivo trans que marca uma falha em seu corpo: nem é homem, nem é mulher originalmente. Logo, sempre será questionado sobre sua orientação sexual, que antes de tudo, deverá ser heterossexual. O desvio em relação ao alvo e ao objeto sempre serão presentes no julgamento do outro em uma tentativa de regular sua sexualidade.

Com o enunciado: ***‘eu não virei homem. Eu sou homem e eu tenho o direito de gostar do que eu quiser [...] Então... esqueça que eu sou trans’***. Diante desse apelo feito por Thammy, observamos que há um recorrente julgamento das pessoas que é centralizado em sua condição enquanto transexual. São, pois, sentidos que nunca podem ser esquecidos, uma memória que nunca se esquece e como afirma Soares (2017), uma memória que não se pode resistir. O prefixo trans é colado à sexualidade do sujeito e pode marcar sua caracterização como homossexual e, para o caso de se afirmar como heterossexual, essa homossexualidade sempre lhe será algo intrínseco:

Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual porém como natureza singular (FOUCAULT, 1988, p. 42).

Logo, toda classe LGBT encontra-se reduzida a essa economia sexual - ao seu sexo, a sua sexualidade. Os sentidos são estabilizados em cada um deles como desvios da norma heterossexual que é o padrão a ser seguido por toda sociedade, o que torna irrelevante o pedido de esquecimento de Thammy sobre sua transexualidade.

Sobre acreditar que a identidade de gênero também pode ser desconstruída, ele afirmou que isso é também possível, porém sua argumentação convergiu para a questão do trânsito da sexualidade. Vejamos a sequência discursiva: *“Sim. Isso foi o que aconteceu comigo. Antes de começar a transição [...] eu me denominava lésbica. Depois que eu comecei a transição, eu ainda continuei dizendo ‘eu sou heterossexual’. Eu gosto de mulher. Eu gosto de mulher. Então, aí, depois de um tempo, quando eu vi as mudanças [...] eu comecei de fato a abrir espaço pro que eu sentia, deixar de ser rude comigo, **deixar de ser***

preconceituoso. Eu não gostava só de mulher. Eu gostava de tudo. Quando eu passei a enxergar, eu como homem, estando com outro homem, eu me senti atraído, mas com a imagem que eu via antes, eu não conseguia me permitir sentir alguma coisa". Logo, descobrir a atração sexual por homens estava condicionado a sua reconfiguração física como homem trans, para então se despir do preconceito que nutria sobre se relacionar com pessoas, independente do gênero com o qual elas se identificam. Primeiramente, Thammy acreditou ser apenas uma mulher lésbica, já que não entendia o que era a transexualidade, para então compreender que havia algo a mais que não se encaixa em sua identidade.

Em meio aos relatos, ele afirmou que percebeu que havia uma incongruência de sua identidade de gênero, com o modo como se sentia, por volta dos 12 anos. Foi o momento em que percebeu que não era apenas lésbica, mas sim um homem: **"Eu entendia que tinha alguma coisa de errado. Eu não gostava apenas de mulher na época, mas eu também não era. Eu não dizia isso pra mim na época porque eu não sabia que eu poderia [...] A palavra trans não existia na minha vida**". Daí, percebemos o fluxo de identificação das FDs no processo de subjetivação de Thammy: primeiramente contraidentificado (artificialmente) a uma FD binária – ocupando a posição-sujeito mulher lésbica, migrando para um processo de identificação à FD binária trans, ocupando a posição-sujeito homem heterossexual e, posteriormente, pansexual. Nesse processo, houve o momento de ter sua FD dominante atravessada por saberes de uma FD binária homofóbica, o que o levou a ter preconceito em vivenciar a sexualidade fora das amarras da heterossexualidade: **"eu comecei de fato a abrir espaço pro que eu sentia, deixar de ser rude comigo, deixar de ser preconceituoso. Eu não gostava só de mulher"**.

Mais adiante, questionamos nosso entrevistado sobre a importância de fazer tratamento psicológico para ter o direito de realizar os procedimentos de redesignação de gênero. Em resposta, ele afirmou que é importante fazer o tratamento, mas que deve haver uma ponderação: **"Sim, mas eu acho que não deveria ser [...] tão pesado quanto é. Porque chega a ser desnecessário... [...] atendimentos que a pessoa fica tentando mudar sua opinião, tipo: 'tu tem certeza?', entendeu? E sim porque é uma coisa delicada. Tu vai usar hormônio. Então, futuramente, se você perceber – 'poxa, eu não sou trans. Eu pensei que eu era'. Isso pode acontecer, óbvio. Tem pessoas que destransicionam e dizem que**

*isso é balela. Mas não é. Tipo a pessoa não é trans. Eu sou homem trans e não vou destransicionar. Tem essa questão. Você vai por modinha [...]. Então eu **acredito que sim**, que é válido os atendimentos psicológicos.*

Nesse momento da entrevista, o relato de Thammy aponta para aquilo que já descrevemos em nosso terceiro capítulo (BENTO, 2009) sobre a infantilização da transexualidade: “**Porque chega a ser desnecessário...** [...] **atendimentos que a pessoa fica tentando mudar sua opinião, tipo: ‘tu tem certeza?’**”. Nesses tratamentos, o discurso médico, geralmente proposto por heterossexuais, tenta silenciar vozes e experiências de sujeitos transexuais, na tentativa manipular seus corpos e construções identitárias. Daí nosso sujeito ponderar a relevância do acompanhamento psicológico, porém afirma ser necessário para garantir que somente pessoas convictas sobre sua transexualidade tenham acesso aos procedimentos clínicos. Com isso, ele associa o destransicionar a pessoas que não tenham convicção sobre a transexualidade, afirmando que sua identidade de gênero masculina é definitiva. Todavia, isso é algo que não lhe é garantido, pois ele continua sendo clivado pela ideologia em um processo ilusório de autonomia sobre seu dizer.

Vejamos os quadros, a seguir, referentes à análise do discurso desse último sujeito:

Quadro 15 - FD e processo de inscrição

FD	Processo de inscrição
FD binária trans	Contraidentificado a essa FD, pois questiona o fortalecimento do binarismo social que ele também reproduz.
FD binária cisgênera	Invade os saberes de sua FD binária trans que é sua FD dominante e lhe permite tirar proveito da passabilidade social.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 16 - Funcionamento da ideologia

Funcionamento da ideologia	
Ideologia dominante	Cliva Thammy, via inconsciente, e lhe dá o efeito de autonomia sobre sua vontade de se harmonizar para se afirmar como sujeito trans
Ideologia dominante – às avessas	Contrariando as expectativas binárias sobre ser uma menina, Thammy marca seu corpodiscurso, nome social e objetos discursivos diferentes daquilo que os AIE reservaram para uma garota cisgênero que foi anulada pelo funcionamento às avessas da ideologia em um processo de resistência.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Com esses dois quadros, podemos afirmar que o trabalho da ideologia, em seu funcionamento, às avessas, é parte integrante do trabalho de interpelação da ideologia dominante. Seriam, pois, faces opostas de uma mesma moeda que refletem o sujeito que é clivado, que acredita deter a autonomia sobre seu dizer e que precisa desejar e questionar aquilo que lhe constitui, em uma busca por uma completude inatingível.

DISCUSSÃO DAS ANÁLISES E EFEITOS DE CONCLUSÃO

Na discussão que desenvolvemos no último capítulo de nossa tese, buscamos analisar o movimento de embates entre as formações discursivas no dizer dos sujeitos transexuais sobre sua identidade de gênero, investigando sua inscrição em determinadas FDs, a ver, o funcionamento da ideologia. Discutimos também os efeitos de sentido que ecoam no dizer sobre seu nome social e sobre suas vestimentas e acessórios. Além disso, analisamos a produção de efeitos de sentido no processo de transição para a transexualidade, via procedimentos cirúrgicos e, ainda, na constituição da identidade transexual a partir dos embates entre as formações discursivas nas materialidades discursivas presentes nos relatos de histórias de vida.

Desenvolvidas as discussões, ratificamos nossa defesa de que os gêneros são construções culturais, sociais e, conseqüentemente, ficcionais. A genitália é, pois, um atributo que se faz insuficiente para classificar um sujeito como homem/mulher, visto que os graus de masculinidade, de feminilidade ou, do que flui além das fronteiras binárias, excedem questões hormonais e fisiológicas. Com isso, compreendemos o conceito de identidade de gênero como uma construção subjetiva e de apropriação de valores que podem ecoar efeitos de sentido no corpo, no nome social e em objetos discursivos. Logo, tal conceito faz referência ao modo como o sujeito performa sua identidade e se reconhece socialmente, em uma construção que lhe é subjetiva (do Outro – inconsciente) e, também, em referência ao outro, do interdiscurso.

Não podemos deixar de mencionar que, tanto a questão do gênero, como a da identidade de gênero, são, pela ação da ideologia dominante binária, engessadas e direcionadas para a vivência de uma sexualidade heterossexual. Com isso, a transexualidade e a possibilidade de comportamentos sexuais destoantes da matriz heteronormativa rompem com expectativas que são lançadas em momento anterior ao simbólico, causando todo um processo de segregação social, tal como vimos nos relatos dos sujeitos entrevistados. Logo, ser transexual é denunciar todo um sistema legitimado como o correto e desafiá-lo a desconstruir suas narrativas de hierarquização cisgênera sobre sujeitos que fluem para além das margens binárias.

A partir das análises desenvolvidas, é possível traçarmos paralelos comparativos para fins conclusivos sobre o discurso analisado dos sujeitos

entrevistados. Vejamos as questões referentes ao que qualificam como passabilidade social e como isso reflete na posição-sujeito por eles ocupada.

No caso do sujeito João, defendemos que há uma busca pela passabilidade, já que ocupa a posição-sujeito homem trans de favela. Ser denunciado como mulher, para ele, é correr risco de vida. Talvez por ser um morador de bairro de periferia, onde haja uma grande criminalidade e o preconceito, venha ser a justificativa para que sofra algum tipo de agressão. Ao mesmo tempo, ele toma o que chama de *lugar de fala* e se coloca na posição-sujeito homem travesti, para militar sobre a causa LGBT, no que se refere aos homens que não têm pênis e reivindicam tal identidade.

Já Thammy coloca-se na posição-sujeito homem trans militante, uma vez que tem orgulho de se apresentar socialmente como transgênero. Trata-se do Orgulho LGBT que se materializa em suas bandeiras de luta por igualdade de direitos sociais. Essa posição-sujeito lhe é facultada na contrapartida da de João, por questões de nunca ter sofrido violência física na rua e ter uma condição financeira privilegiada, mas que lhe inscreve em uma FD trans binária que se preocupa em não ser passável. Ele acredita que essa passabilidade lhe incomoda, tanto que faz questão de que saibam quem é ele como uma forma de militância política. Apesar disso, seus relatos também mostram os benefícios de uma eventual passabilidade, que vai, desde não ter dificuldades em usar um banheiro social, a não sofrer violência física em espaços públicos. Conseqüentemente, trata-se do sujeito clivado, dividido, que se afirma pelo contraditório que lhe é constitutivo.

Tanto Thammy como João resistem à ideologia dominante que poderia lhes inscrever em uma FD binária transfóbica e machista, ao se colocarem, respectivamente, na posição-sujeito homem trans militante e posição-sujeito homem travesti militante. Como os sujeitos são atravessados por várias FDs, acreditamos que suas identidades também são tangenciadas por discursos transversos, que ressignificam seus discursos, a ver a memória discursiva que sustenta seus dizeres. São, pois, os discursos machistas, sexistas e falocêntricos que estão sob a égide de uma FD binária transfóbica, regulada pela ideologia dominante da matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros. Essa FD atravessa o discurso dos dois sujeitos em questão, produzindo o efeito de resistência quando sofre o embate com sua FD dominante (FD trans binária). Em meio a essa resistência, produzem-se, ainda, efeitos de sentido de medo e vigilância para que suas masculinidades não venham a

reproduzir os padrões sociais binários e aceitáveis sobre o imaginário acerca do que é ser homem em nossa sociedade.

A ver as análises do capítulo anterior, observamos a heterogeneidade da FD trans binária e da posição-sujeito, em relação à questão acima, posta sobre o receio que nossos sujeitos trans masculinos têm de se colocar em práticas discursivas preconceituosas. No caso de João, subjetivar-se na posição-sujeito homem travesti, ecoa efeitos de sentido de resistência e de negação de padrões de masculinidade binários machistas e falocêntricos. Já Thammy, em seu processo de ressignificação de identidade, rumo a uma masculinidade, relatou que tomou atitudes machistas com sua esposa, momento em que se coloca na posição-sujeito homem machista, que é divergente da posição-sujeito homem trans/travesti militante. Essa divergência pode nos fazer inferir que, via memória discursiva, ocorreu o embate de FDs binárias transfóbicas e machistas com sua FD binária trans (dominante). Por uma ação do inconsciente, seu discurso é clivado por FDs binárias transfóbicas, que fazem materializar todo um preconceito do primado simbólico do falo sobre sua esposa. Seria a falta do falo o mecanismo propulsor de Thammy se encontrar, por um momento, inscrito em uma FD binária machista? Defendemos que sim. Através do trabalho do inconsciente, há um retorno do recalçado sobre a necessidade e incômodo que Thammy sente por não ter o pênis. Vejamos o quadro comparativo (Quadro 17) dos dois sujeitos sobre esse efeito de conclusão:

Quadro 17 - Posições-sujeito de Thammy e de João

FD trans binária (dominante)	
Thammy	João
Posição-sujeito homem trans machista na relação com sua esposa	Posição-sujeito homem trans militante que resiste a assumir a postura machista.
Em sua porosidade, o domínio de saber da FD dominante é atravessado	Mantém-se inscrito na FD trans binária, com a ilusão (afirmada) de que poderá nela permanecer com a

por uma FD binária machista.	desconstrução de sua masculinidade.
------------------------------	-------------------------------------

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quando analisamos conjuntamente o discurso de Rogéria e Léo sobre o nome social e sobre a passabilidade, também observamos uma heterogeneidade da posição-sujeito mulher trans. Rogéria assume uma postura rígida em defesa do respeito ao seu nome feminino, diferentemente de Léo, que não se importa em ser tratada no masculino por seus familiares. Ambas se encontram inscritas em uma mesma FD – binária trans. Todavia, a primeira não condiciona sua feminilidade à passabilidade, enquanto que a segunda afirma a necessidade de se enquadrar dentro dos padrões binários que definem o que é ser mulher para se subjetivar como tal.

O efeito de conclusão que tiramos, do acima exposto, é que há uma dupla quebra de expectativas binárias sobre os transgêneros que buscam modelar seus corpos ao gênero com o qual se identificam. Primeiramente, são sujeitos que resistem à ideologia dominante que tenta engessar seus corpos e identidades, de acordo com o sexo biológico. Na contramão disso, eles são interpelados pelo funcionamento da ideologia, às avessas, e se subjetivam pela negatividade do padrão binário, exigindo respeito a sua existência com um novo nome social, corpo, dentre outras questões que lhes sejam cruciais para se significarem como sujeitos.

Nesse movimento, de desfiliação a uma FD binária cisnômata, pode haver uma fluidez das identidades desses sujeitos – significando-se pela desconstrução, o que representa uma quebra com o binarismo das identidades de gênero. Todavia, no caso mais específico de Léo, com o funcionamento da ideologia, às avessas, ela retorna a produzir o padrão binário cisgênero, quando expressa grande preocupação com questões estéticas, a ponto de não se sentir plena como mulher, mesmo após alguns procedimentos cirúrgicos. Com isso, a referida entrevistada, passa a ser clivada novamente pela ideologia dominante. A partir desse ponto, apresentamos a segunda quebra com as expectativas binárias: a necessidade de se afirmar como mulher/homem mediante procedimentos, representa uma tentativa de ameaça e de fissura a tal ideologia dominante cisgênero.

Ser cisgênero é a ordem do natural. Buscar ser tal como eles (passáveis) significa quebrar a dicotomia cis x trans que sempre colocou os cisgêneros em uma posição de soberania, através das relações de poder, para julgar a veracidade da identidade desses sujeitos. Atingir esse patamar social de ser reconhecida sem a necessidade de utilização do prefixo trans, não somente quebra a hegemonia cisgênera, como também denuncia a falha do ritual ideológico, materializado em um sistema que busca anular o transito/fluxo identitário ao qual somos continuamente afetados.

A respeito dos rapazes trans, João Neri e Thammy, sobre a questão anteriormente elencada, ambos também se encontram inscritos em uma FD binária trans e encontram em seus nomes sociais, um espaço discursivo de subjetivação enquanto pertencentes ao gênero masculino e que performa na construção de suas identidades masculinas - posição-sujeito homem. Com isso, eles reivindicam o respeito à sua construção identitária que perpassa o reconhecimento das pessoas pelos seus nomes masculinos. Vejamos o efeito de conclusão adiante sobre a questão da passabilidade.

É com nossa defesa de que os processos de construção identitária são fluidos e incessantes, a ver o fluxo e porosidade das FDs, que acreditamos na ilusoriedade do afirmado por João de que sua desconstrução visa um controlável distanciamento da masculinidade cisfissurada. Vejamos mais um quadro (quadro 18), a seguir, tratando do fenômeno que já descrevemos como a heterogeneidade da posição-sujeito de sujeitos que se inscrevem em uma mesma FD. Observamos que essa posição-sujeito, por eles ocupadas, transita desde a diversidade sobre a questão da passabilidade, ao buscar o binarismo anatômico, como também parte para a questão da divergência, a ver aqueles que se sentem incomodados ao serem encaixados dentro dos padrões binários da matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros. Tal divergência pode levar esses sujeitos a se colocarem em outras posições-sujeitos, o que é resultado de sua inscrição em outra FD que passará a dominar seu interdiscurso.

Quadro 18 - FD binária trans dos quatro sujeitos entrevistados

FD trans binária			
João	Thammy	Léo Áquila	Rogéria
Posição-sujeito homem de favela travesti que busca a passabilidade	Posição-sujeito homem suburbano trans militante que não almeja a passabilidade (constitutivamente)	Posição-sujeito mulher trans que busca a passabilidade para se afirmar como mulher cis.	Posição-sujeito mulher trans militante que não busca a intervenção cirúrgica.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Logo, os corpos são produtores de efeitos de sentido e também o espaço material de inscrição de efeitos produzidos a partir da clivagem do sujeito pela ideologia que trabalha em sua subjetivação. Eles são, pois, marcados pela ação dos AIRE, enquanto Outro, resistindo às suas tentativas de esculpi-los à luz da cisgeneridade.

O inconsciente também atua quando há o retorno para o consciente, a partir de desejos e sofrimentos recalcados que também agem sobre esses corpos. São desejos de ter um pênis/não o ter, de ter a genitália feminina, de poder engravidar, de não menstruar, que ressignificam constantemente o discurso do sujeito trans na constituição de sua identidade. Logo, o corpodiscurso do transexual presentifica o contraditório de uma ausência sempre presente (a necessidade do falo) ou de uma presença que recalca como ausência necessária (o desejo de não ter o falo). Simbolicamente, esse conflito materializa o corpo como uma zona instável de tensão e de produção de (efeitos de) sentido que reverberam à revelia dos padrões binários esperados para corpos genuinamente machos e fêmeas.

Corpos errantes, faltantes, disformes, desafiadores e sempre dispostos a irromper em novas discursividades. É assim que enxergamos o corpodiscurso da transexualidade: sempre passível de talhar novas cicatrizes no modelo binário heterocisnormativo.

Com o exposto, verificamos que ambos os sujeitos trans masculinos atestam a necessidade de terem o pênis, só que de forma distinta. João nega a

iminente necessidade de realizar a cirurgia para ter o órgão, mas seu discurso é marcado pelo contraditório, que atesta o desejo recalcado de possuí-lo. Em contrapartida, Thammy marca, em seu intradiscurso, uma necessidade e angústia de não o ter. É, pois, o efeito do real do corpo que ganha materialidade no discurso analisado desses sujeitos.

Vejamos mais um quadro (quadro 19) que é fruto das análises sobre o preconceito religioso:

Quadro 19 - FD religiosa

FD Religiosa			
João Nery	Thammy	Léo Áquila	Rogéria
. Desidentificado a uma FD Cristã. Inscrito em uma FD ateísta.	Contraidentificado a uma FD cristã evangélica.	Identificada a uma FD de religião afrodescendente.	Desidentificada a uma FD Cristã. Inscrita em uma FD ateísta.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

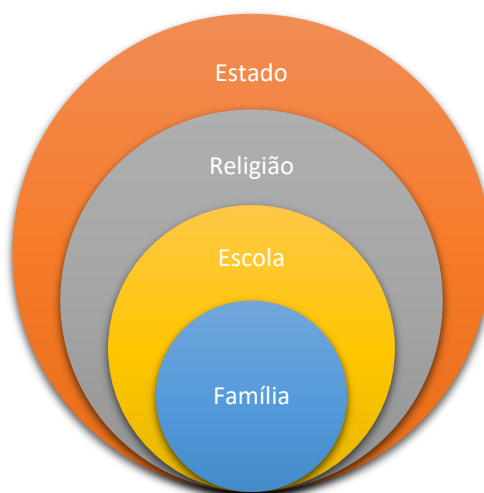
A partir da tabela acima, verificamos que Léo, João Neri e Rogéria são desidentificados à FD cristã ocidental. Os dois últimos são identificados a uma FD ateísta, colocando-se na posição de sujeitos ateus, o que pode ser consequência dos processos de humilhação e segregação que sofreram por parte de familiares e religiosos que os conheceram ainda enquanto pertencentes a um gênero oposto. A negativa de Deus pode também ser uma negativa e uma forma de resistência ao discurso religioso bíblico, que tem sua fundação na criação do homem e da mulher por meio da ação divina. Os efeitos de sentido que podem ecoar atestam seu posicionamento contra o sistema binário e suas consequências negativas sobre suas vidas que vão desde uma violência verbal à agressão física.

De forma similar, Léo também se encontra desidentificada à FD cristã, sobretudo evangélica, e marca sua inscrição em uma FD religiosa afrodescendente, onde encontrou acolhimento e respeito pela comunidade “Queto”. Já Thammy, por seu posicionamento militante, questiona os saberes da FD cristã evangélica, mesmo

sendo aparentemente aceito por essa comunidade (dada sua passabilidade). Daí, sua contraidentificação a essa FD que é fruto da rejeição a sua identidade de gênero masculina não ser consequência do sexo biológico.

Em síntese, o preconceito que acomete cada um dos transexuais analisados perpassa a seguinte construção ilustrada abaixo:

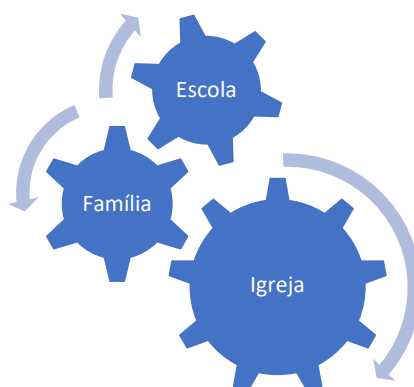
Figura 25: Preconceito e AIRE



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

Como pudemos observar a partir das análises das entrevistas, a primeira forma de preconceito reside na família (FD binária transfóbica), seguida da escola (FD binária transfóbica), religião (FD binária transfóbica e cristã evangélica), e desde sempre, o Estado que engloba cada uma delas e representa a Lei (o grande Outro) na interpelação que direciona os sentidos aos AIRE, a fim de assujeitar os indivíduos. Ponderamos, também, que há uma imbricamento entre os aparelhos Família, Escola e Religião que se manifestam em uma fronteira extremamente movediça, um regulando e agindo sobre o outro, e todos sobre o sujeito trans (figura 26).

Figura 26 - Imbricamento dos AIRE



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

Logo, todos podem ser classificados como Aparelhos Ideológicos que, muitas vezes, funcionam como Repressores do Estado, atuando no processo de assujeitamento e de construção da identidade de gênero dos sujeitos, em meio a processos de resistência. Cada um deles exerce um mecanismo de regulação, de controle e de punição às construções identitárias que performam para fora das bordas do modelo cisgênero. A punição vem através da humilhação, segregação e também sob a forma de violência física – seja em casa, no trabalho, na escola, em espaços públicos, como um banheiro. Ela é primeiramente verbalizada, chega ao físico para punir o corpo transviado da norma, e afeta a individuação do sujeito, de modo a lhe constituir pela alteridade em meio à resistência.

A respeito da orientação sexual dos sujeitos, observamos que, dentro de uma FD binária trans, os sujeitos ocupam diferentes posições-sujeito, a ver o quadro a seguir (quadro 20). Os sentidos sobre a sexualidade, a partir das análises desenvolvidas, nos levam a concluir que há todo um engessamento e ligação delas com o gênero dos sujeitos, de modo que há uma cobrança por parte da sociedade (regulada pela matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros) para que os sujeitos que se relacionam afetivamente/sexualmente com pessoas que sejam do gênero oposto. Com isso, transexuais como Rogéria, João e Thammy realizam uma quebra dupla de expectativas que denunciam as fissuras do sistema binário: primeiramente com relação a sua identidade de gênero e, na sequência, sobre sua orientação sexual.

Quadro 20 - Orientação sexual dos sujeitos entrevistados

FD trans – orientação sexual			
João Nery	Thammy	Léo Áquila	Rogéria
Contraidentifica-se à FD binária cisgênera ao assumir a posição-sujeito bissexual.	Posição-sujeito pansexual.	Posição-sujeito heterossexual.	Posição-sujeito pansexual/ bissexual.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Vejamos no quadro a seguir (quadro 21) a posição-sujeito que ocupam nossos participantes, a ver os efeitos de sentido produzidos pelos objetos discursivos. Para João e Rogéria, esses objetos representam uma camuflagem às ameaças transfóbicas que tentam censurar suas identidades. É uma incessante busca pela passabilidade social dentro dos padrões binários que definem acessórios e postura de homens e mulheres.

Quadro 21 - Posição-sujeito e objetos discursivos

Objetos discursivos			
João Nery	Thammy	Léo Áquila	Rogéria
Os trajes e trejeitos masculinos marcam sua posição-sujeito homem travesti/trans masculinizado de favela que busca a passabilidade.	Trajes masculinos tradicionais como bermudas e cueca marcam sua posição-sujeito homem trans que reproduz os padrões binários sobre estereótipos.	O sutiã marca sua posição-sujeito mulher. Já a barba representa um objeto discursivo que denuncia uma masculinidade que é apenas traço da fisiologia masculina que lhe causa incômodo.	Objetos como batom e bolsa e trejeitos femininos marcam sua Posição-sujeito mulher feminina que resiste à transfobia e busca a passabilidade.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Logo, os sentidos atribuídos aos objetos não são estanques, variando conforme a FD em que se inscrevem os sujeitos e as posições-sujeito que eles ocupam. Tais objetos são ressignificados pelos sujeitos de modo que representam uma necessidade de afirmação, posicionamento e resistência diante do processo de humilhação e de negação de seu uso pela matriz de inteligibilidade cultural dos gêneros. Primeiramente rotulados pela ideologia dominante, com uso destinado apenas para homens e mulheres cisgêneros, eles fazem reverberar novos efeitos de sentido, quando incorporados ao corpodiscurso dos nossos sujeitos entrevistados, o que expõe a falha no ritual ideológico e marca seu funcionamento às avessas. Podemos refletir também sobre um contraponto que é o fato de tais objetos, ao serem utilizados por esses sujeitos, atestarem a reprodução de valores da ideologia dominante, o que denuncia que esses sujeitos ainda são atravessados pela FD

binária no que tange a necessidade social de usá-los para se afirmarem como homens/mulheres. Com isso, acreditamos que um movimento de rompimento com essa FD seria mais facilmente observado no corpodiscurso de sujeitos que se afirmam como não-binários ou agêneros.

Quando tratamos do trânsito identitário e questionamos o momento em que nossos entrevistados passaram a perceber que não pertenciam ao gênero a que foram designados em seu nascimento, nossas análises convergiram para aquilo que chamamos de contraidentificação artificial a uma FD binária, uma vez que cada um deles não teve a escolha de ocupar a forma-sujeito do discurso, enquanto homem/mulher cisgênero. Isso lhe foi imposto desde a descoberta do sexo biológico. Como já discutimos sobre o caráter artificial dos gêneros, não há como delimitarmos e afirmarmos que esses sujeitos se encontravam apenas questionando saberes de uma FD binária, visto que cada um deles já apresentava uma identificação a elementos tradicionais dos universos masculino e feminino desde tenra infância: João, jogando futebol com os meninos e sem camisa, Rogéria, pintando as unhas com esmalte e Thammy, usando as cuecas do irmão. Mas se cada um desses objetos corresponde a lugares de memória que legitimam o caráter artificial dos gêneros, conseqüentemente, podemos inferir que esse processo de contraidentificação dos sujeitos a uma FD binária estaria mais para uma resistência a tal FD, do que, propriamente, a um simples questionamento de seus saberes.

A respeito do discurso médico/jurídico, concluímos que há uma heterogeneidade da posição-sujeito do sujeito transexual (quadro 22), a ver os processos de (des) identificação e contraidentificação à FD binária transfóbica, que nele encontra sustentação, quando nos referimos à necessidade de acompanhamento psicológico para realizar procedimentos cirúrgicos específicos:

Quadro 22 - Discurso/médico jurídico dos sujeitos entrevistados

Discurso médico/jurídico			
João Nery	Rogéria	Léo Áquila	Thammy
Desidentificado ao discurso médico/jurídico que busca legitimar a ação sobre os corpos trans.	Contraidentificada ao discurso médico-jurídico, ela concorda com a intervenção psicológica para que o sujeito trans receba o parecer adequado sobre poder realizar a cirurgia de adequação do órgão sexual ao gênero com o qual se identifica.	Tem sua FD identificada ao discurso médico-jurídico por concordar com a intervenção de um especialista para que tenha autorização para intervir clinicamente em seu corpo.	Tem sua FD desidentificada ao discurso médico/jurídico, afirmando que os especialistas ignoram as experiências e autonomia dos sujeitos trans sobre seus corpos.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Logo, os sujeitos trans masculinos são mais enfáticos na crítica sobre não concordarem com a necessidade de intervenção psicológica para poderem realizar intervenções em seus corpos. Isso nos remete a um processo de resistência ao lugar de fala que legitima alguém cisgênero ter o poder de decisão final sobre poderem ou não passar por tratamentos hormonais ou cirúrgicos. Com isso, observamos que a narrativa dos sujeitos trans sobre seus corpos encontra uma regulação do binarismo dos gêneros (sustentado na língua de madeira). Ela se camufla no discurso médico com o argumento de que o sujeito precisa ter um acompanhamento por questões de preservação de sua integridade física, mas

também se respalda no discurso jurídico para legislar sobre os direitos de transexuais em questões como o banheiro e o nome social.

O detalhe negativo, segundo relatos de alguns transgêneros, como João e Thammy, é que tal poder legislativo sobre seus corpos e direitos sociais tem origem e controle em pessoas cisgêneras que falam de um lugar que desconhece suas vivências, sofrimentos e reais necessidades. E muitas vezes, como também vimos nos capítulos desenvolvidos e nas análises, esse poder e ação dele decorrente, recebe as influências de discursos pré-construídos em uma recorrente transfobia sustentada, como já analisado, no discurso religioso. Disso decorre que a legitimação do lugar de fala é algo que merece uma reflexão a partir das entrevistas realizadas. Há, pois, uma heterogeneidade da posição-sujeito transexual, que pudemos perceber a partir dessa legitimação que, ora autoriza o discurso médico/jurídico agir sobre seus corpos, ora o questiona, ora lhe resiste.

Como pesquisadores, sentimos dificuldade e resistência por parte de alguns sujeitos transexuais para conceder as entrevistas. A alegação de cada um deles era justamente a de que não tinham interesse de conceder entrevista para pesquisadores cisgêneros, pois isso significava legitimar a fala de alguém que não sabe o que é ser trans e que já ocupa uma posição de hierarquia legitimada pela sociedade binária. Ou seja, ser cisgênero é uma condição privilegiada pela sociedade, para que se possa ter legitimidade para teorizar sobre os transgêneros. Com isso, acreditamos que a questão do lugar de fala também interdita vozes de sujeitos em outras posições que queiram falar sobre “x”. Ele também pode representar uma forma de censurar e silenciar vozes de quem também pode contribuir para o combate ao preconceito, como é nosso caso com esse trabalho.

Nas condições acima expostas, entendemos que é fundamental um exercício reflexivo por parte de quem quer falar a partir da exterioridade sobre as condições do outro, reconhecendo que, estar em uma condição cisgênera é estar no topo da cadeia social (como efeito do funcionamento da ideologia) de quem sempre já é legitimado a falar, teorizar, clinicar medicamente, juridicamente e politicamente sobre corpos transgêneros. Isso explica as rejeições observadas na posição-sujeito de pesquisador por parte de alguns sujeitos para conceder as entrevistas e também os questionamentos que os sujeitos trans participantes sofrem por parte de outros transexuais por colaborarem com um pesquisador cisgênero. É daí que, novamente, observamos a heterogeneidade da posição-sujeito dos sujeitos transexuais quanto a

sua militância política em torno da defesa de seus direitos. Nosso entrevistado Thammy, por exemplo, questionou a fragilidade do lugar de fala defendido por alguns homens trans sobre estarem em condições de vulnerabilidade social e isso dificultar seu acesso à escolarização. Ele afirma que por ter tido condições privilegiadas para estudar, já que sua família é bem estruturada financeiramente, sempre esteve inserido dentro de ambientes educacionais, o que não lhe dificultou ter oportunidades de trabalho.

Já João reivindica seu lugar de fala como homem trans de favela e não faculta a interferência do discurso de outros sujeitos trans que não tenham vivenciado experiências similares a sua. Com isso, seu discurso apresenta efeitos de sentido de buscar tornar ilegítimo o discurso de outros sujeitos trans, que tenham uma origem de vida diferente (como Thammy) da sua e que opinem sobre questões como oportunidades de emprego, pois se afirma como pobre, de favela e sem acesso à educação e saúde (direitos básicos que lhe são negados). Esses elementos construíram sua transexualidade por um viés divergente do de Thammy. Logo, temos dois sujeitos trans masculinos, ocupando a mesma posição-sujeito, mas de forma diversa – heterogeneidade da mesma posição sobre saberes e discursos que são (i) legítimos a partir do lugar de fala do sujeito.

Quanto às mulheres trans, Léo se mostra indiferente à questão de ceder entrevistas e à legitimidade do lugar de fala. Rogéria, todavia, tem um posicionamento que se aproxima do de João por se colocar na posição-sujeito de mulher trans, negra e de favela. A questão do lugar de fala é percebida a partir de seu interdiscurso quando reivindica o direito de fala e de construção teórica sobre suas vivências. Ela afirma que também não concede entrevistas. Fomos, por sorte, uma exceção.

Com a presente pesquisa, foi também possível compreender esses lugares de fala a partir da análise do discurso dos sujeitos entrevistados. E antes de nos colocarmos na posição de alguém que quer teorizar sobre o discurso dos transexuais, nosso objetivo maior foi compreender como esse discurso é (re) significado na atual conjuntura político-social em que vivemos. Colocamo-nos, pois, na posição-sujeito pesquisador que é cisgênero para compreender as questões da identidade de gênero e de identificação do sujeito com saberes que lhe significam e lhe subjetivam. Com isso, vislumbramos a equidade e respeito de gênero àqueles

que transgridam os sabres binários que nos foram impostos e que tanto sufocam, oprimem e legitimam a violência a tais transgressores.

O trabalho da ideologia, em subjetivar os sujeitos do discurso, é uma engrenagem que não funcionaria sem seu funcionamento na rotação inversa (às avessas), garantindo ao sujeito à ilusão de autonomia sobre seu dizer, como também a condição necessária para que ocorram a (des) filiação a novas FDs e a produção de efeitos de sentidos outros que ganham significação, em meio aos questionamentos do sujeito aos saberes da FD em que se encontra contraidentificado. Assim, nos referimos ao funcionamento da FD em um movimento contínuo, instável e que tende a fazer morada nos processos de contraidentificação. Não que isso seja uma regra, pois observamos, no decorrer das análises, vários processos de identificação dos sujeitos a determinadas FDs, mas como ideologia e inconsciente não cessam seu funcionamento, nada, nem ninguém poderá garantir que será plenamente e sempre identificado a uma FD.

Do exposto, decorrem nossas proposições iniciais de investigação de que o fenômeno da transexualidade, estudado a partir do funcionamento das FDs que atravessam o discurso dos nossos sujeitos analisados, não cessa com a transição do sujeito – corpo, nome social e demais atributos que constituem sua identidade de gênero. Eles podem irromper em novas discursividades e ressignificar, num contínuo sem fim, suas identidades, já que sempre serão desejantes e marcados pela falta (do inconsciente) e pela falha (da ideologia). Logo, tal constituição, bem como a orientação sexual de tais sujeitos, configuram-se em um fluxo contínuo no movimento de embates entre as formações discursivas, em determinadas formações ideológicas, que não cessam de produzir efeitos de sentido, em meio às materialidades discursivas que lhe são correspondentes. Trata-se, pois, de identidades em trânsito que são marca de resistência à ideologia dominante.

Observamos também que a construção da identidade de gênero de sujeitos transexuais ocorre em meio a sua subjetivação por ação da ideologia, via inconsciente, em um processo de alteridade. Nele, há um fluxo de embates entre formações discursivas que marcam a posição-sujeito ocupada, havendo a produção de efeitos de sentido não desejados pela ideologia dominante binária. Com isso, corpo, nome social e objetos discursos produzem efeitos de sentido na emergência de um discurso de resistência aos discursos hegemônicos preconceituosos,

denunciando tentativas de silenciamento da existência de identidades que fissuram padrões de uma inteligibilidade cultural de gêneros.

Ser trans é, pois, denunciar um sistema binário que é, por si, frágil e artificial. A transexualidade, nesse contexto, representa uma ameaça aos padrões heteronormativos e binários a que fomos habituados a seguir, expondo suas fragilidades, já que não se constituem como a única forma de vivenciar os gêneros e a sexualidade. Somente quando a sociedade reconhecer, mediante um despir-se de cargas de preconceitos que são segmentados em discursos pré-construídos, é que poderemos almejar a garantia de igualdade de direitos a seres humanos que, aos 35 anos de idade, são considerados idosos pelo simples fato de ainda estarem vivos no país que mais mata transgêneros no mundo.

Nessas considerações, nossa pesquisa expõe as fissuras de um binarismo que engrena, mediante ação da ideologia dominante, a matança física, emocional e psicológica de seres humanos que reivindicam, como João afirmou, o direito à humanidade.

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, C. L. GRIGOLETTO, E. Escrita, alteridade e autoria em análise do discurso. *Matraga*, rio de janeiro, v.15, n.22, p.145-156, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.pgletas.uerj.br/matraga/matraga22/arqs/matraga22a08.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.
- ALTHUSSER, L. (1971). *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ALTHUSSER, L. *Réponse à John Lewis*. Paris: Maspero, 1973. Edição em português: *In: Posições I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978 (Biblioteca de Estudos Humanos, Série Posições Ideológicas).
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do estado*. Presença, Lisboa, 1974.
- ALTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.19, p.25-42, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824/4545>. Acesso em: 1 mar. 2019.
- ALVES, D. *Damars: "Menino veste Azul e menina veste Rosa". Uma Nova Era?* 2019. 1 vídeo (35s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6myjru-e81U>. Acesso em: 3 Jan. 2019.
- ALVES, H. K (2013a). Autoempoderamento é um exercício diário. *Gênero à deriva*. Disponível em: <https://generoderiva.wordpress.com/2013/09/26/o-autoempoderamento-e-um-exercicio-diario/>. Acesso em 30 mar. 2019.
- ALVES, H. K (2013b). Tornar-se cis. *In: Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões trans*. Disponível em: <https://transfeminismo.com/tornar-se-cisgenero/>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- ANDRÉS, M, E. Condensação. *In: KAUFMANN, P. Dicionário enciclopédico de psicanálise*. O legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
- ANDRÉS, M, E. Significante. *In: KAUFMANN, P. Dicionário enciclopédico de psicanálise*. O legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
- ANDRÉS, M, E. Metáfora. *In: KAUFMANN, P. Dicionário enciclopédico de psicanálise*. O legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
- AZEVEDO, F. (2017). *Tudo novo de novo*. Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/pt-br/revista/tudo-novo-de-novo>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- BAGAGLI, B. P. Movimento de sentidos e constituição de subjetividade em discursos transfeministas. *In: FONTANA, M. G. Z.; FERRARI, A. J. (orgs.). Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia*. v.1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p.149-169.

BALDINI, L. J. S. Um caleidoscópio de novos. In: FLORES, G. G. B. et al. (orgs.). *Análise de Discurso em rede: Cultura em e mídia*. v. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

BAUDRY, F. Objeto. In: KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise*. O legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.19, n.2, p.548-559, Maio-agosto. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BENTO, B (2009). Socióloga Berenice Bento explica por que a transexualidade deve ser despatologizada. *Blog Coletivo Stonewall*. Disponível em: <http://coletivostonewall.blogspot.com.br/2009/04/sociologa-berenice-bento-explica-por.html>. Acesso em 01 de set. 2017.

BENEVIDES, B. *Cartilha trans*. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/01/gc3aanero.pdf>. Acesso em: 01 de fev. 2018.

BORBA-RODEGUER, P.L. O tangenciamento do real pelo ato da nomeação. In: INDURSKY, F. et al. (orgs.). *O acontecimento do discurso do Brasil*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

BORTONI, L. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. *Senado Federal*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL (2011). Ministério da Saúde, *Portaria número 2.836, de 1º de dezembro de 2011* – Institui no âmbito do SUS, a política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 19 de nov. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 29 abr. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. *O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: Conceitos e Legislação/Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará.* – 2. ed., rev. e atual. – Brasília: MPF, 2017a.

BRASIL (2017b). Ministério da Saúde. Processo transexualizador no SUS. *Ministério da Saúde*. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-transexualizador-no-sus>. Acesso em: 01 de nov. 2018.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. 1.ed. Brasília, 2018a.

BRASIL (2018b). Supremo Tribunal Federal. Ação direta de Inconstitucionalidade n.4275/DF – Distrito Federal. Relator: Ministro Marco Aurélio. *Portal STF*. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>. Acesso em: 16 de nov. 2018b.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 13.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASSANA, M. F. *O estranho corpo na Análise de Discurso*. VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO 1983-2013 – Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença. Porto Alegre, out. 2013. Disponível em: <http://analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/6SEAD/PAINEIS/OEstranhoCorpo.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

ÁVILA, L. (2017). Modelo mostra intimidade de um homem trans em ensaio fotográfico. *Catraca Livre*. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/entretenimento/modelo-mostra-intimidade-de-um-homem-trans-em-ensaio-fotografico/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

ÁVILA, L. (2018). Homem trans gay fala sobre sua experiência de amamentar o filho. *Catraca Livre*. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/homem-trans-gay-fala-sobre-sua-experiencia-de-amamentar-o-filho/>. Acesso em: 28 de ago. 2018.

CAVALCANTE, A. *Resistência e corpo trans: linguagem, sentidos, subjetivação*. In: *Anais do IX SAPPIL – Estudos de Linguagem*, UFF, n.1, p.74-82, 2018. Disponível em: <http://www.anaisdosappil.uff.br/index.php/IXSAPPIL-Ling/article/download/910/593>. Acesso em: 1 mar. 2019.

CAZARIN, E. A Heterogeneidade discursiva de uma posição-sujeito. *Anais do II SEAD*, 2005. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/sead2_simposios.html. Acesso em: 28 set. 2017.

CAZARIN, E. A representação do sujeito no discurso político de L. I. Lula da Silva. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.37, p.5-10, jul.dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636927/4649>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CID-10 - *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas* – Organização Mundial da Saúde. Tradução de Dorgival Caetano, Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CONTÉ, C. Borromeanos, nós. In: KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise*. O legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.

CORACINI, M. J. *A celebração do outro. Arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução*. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

COSTA, T.M. *et al.* Transexual – o terceiro gênero? In: ESCAPLES, E.A (org.). *Diversidade sexual: transformações e invariâncias*. v.1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

COURTINR, J.J. MARANDIN, J.M. (1981). “Quel objet pour lanalyse du discours?”. In: CONEIN, B. *et al.* *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires.

DSM-5. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. American Psychiatric Association. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* Revisão técnica de Aristides Volpato Cordioli *et al.* 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. ISBN 978-85-8271-089-0.

ELISE, J. Bissexual e pansexual são a mesma coisa? Entenda a diferença entre os dois. *Portal Uol Notícias*. Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/11/22/bi-ou-pan-entenda-o-que-sao-as-sexualidades-fluidas.htm>. Acesso em: 10 mai. 2019.

FERREIRA, M. C. L. *O caráter singular da língua no discurso*. *Organon. Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, v. 17, n. 35, p. 189-200, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30023/0>. Acesso em: 12 nov. 2018.

FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso, herança e filiações: uma questão mal resolvida. In: SARGENTINI, V. GREGOLIN, M. R. *Análise do discurso*. Heranças, métodos e objetos (orgs.). São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p.37-46.

FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso e suas interfaces. *O lugar do sujeito na trama do discurso*. *Organon. Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, v. 24, n. 48, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636/17316>. Acesso em: 01 jun. 2017.

FERREIRA, M. C. L. O corpo como materialidade discursiva. In: *Redisco*. Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/1996/1723>. Acesso em: 9 mar. 2019.

FERREIRA, M. C. L. Pelas mãos de uma memória do corpo em um beber meu olho entre seus lábios. In: GARCIA, D. A; SOUSA, L. M.; PRANDI, M.B.; BASTOS G.G.

(orgs.). *Quando o feminino frita no poético e no político*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

FINGERMANN, D; RAMOS, C (orgs.). *Lalíngua nos seminários, conferências e escritos de Jacques Lacan*. STYLUS: Revista de Psicanálise, n. 19, out. 2009.

FOUCAULT, M. (1966). *O corpo utópico*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cansada-de-ler-sobre-garotos-menina-reune-4-000-livros-com-garotas-negras/>. Acesso em: 29 mai. 2019.

FOUCAULT, M (1976). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. (1969). *A Arqueologia do Saber*. Forence Universitária. Rio de Janeiro, 2000.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FOUCAULT, M. (1978). Sexualidade e poder. In: M. B. Motta (Org.), *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Tradução de E. Monteiro e I.A.D. Barbosa. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2004b. p. 56-76.

FREIRE, A. B. A constituição do sujeito e a alteridade: considerações sobre a psicose e o autismo. *Estilos da Clínica*, v. 7, n. 13, p.78-91, 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v7n13/06.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos (II) e sobre os sonhos (1900)*. Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2016.

FREUD, S. *Os Chistes e sua relação com o inconsciente*. Edição Standard das Obras Completas. Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1905.

FREUD, S. *Conferências introdutórias sobre a Psicanálise*. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1915.

FREUD, S. (1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud, v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, S. (1935). *Lettre de Freud à Mrs N. N.: Correspondance de Freud 1873-1939*. Paris: Gallimard, 1967.

Freud, S. (1924). *A dissolução do complexo de Édipo*. Tradução de J. Salomão. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. v.20. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p.215-226.

FREUD, S. *Recalque* (1915). Tradução revista e modificada por Verlaine Freitas. Texto original: FREUD, Sigmund. "Die Verdrängung". *Gesammelte Werke*. v.10.

Frankfurt a.M.: Fischer, 1999, p.247-261. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/376239038/Freud-O-Recalque>. Acesso em: 12 ago. 2019. Edição Eletrônica das Obras Completas de Sigmundo Freud.

GADET, F. *et al.* (1990). Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada aos estudos do texto na França em 1969. In: GADET, F.; HARK, T (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5.ed.Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

GIUSTI, I (2013). Mulher barbada: cantora Conchita Wurst causa polêmica com visual andrógino. In: *Igay*. Disponível em: <https://igay.ig.com.br/2013-10-20/mulher-barbada-cantora-conchita-wurst-causa-polemica-com-visual-androgeno.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

GREGOLIN, M.R.V. A Análise do Discurso: Conceitos e aplicações. *Alfa*, n.39, São Paulo, p.13-21, 1995. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3967/3642>. Acesso em 10 jun. 2014.

GRIGOLETTO, M. Entremeios da análise do discurso: os desafios de novos objetos. In: GREGOLIN, M.R.; SARGENTINI, V. (orgs.). *Análise do discurso: Heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

GRIMM, É. (2016). A Violência Cisgênera E Suas Hierarquias. *Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões trans*. Disponível em: <https://transfeminismo.com/a-violencia-cisgenera-e-suas-hierarquias/>. Acesso em: 01 mar. 2019.

GONZAGA, J. A. A interincompreensão gera polêmica: alteridade e heterogeneidade nos discursos das cantoras Anitta e Pitty sobre comportamento sexual feminino. *Revista de estudos da linguagem*, v.25, n.1, p.381-409, jan. 2017. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10952>. Acesso em: 01 mar. 2019.

HANNA, W. CUNHA, T. Discriminação rouba de transexuais o direito de estudar. *Correio Braziliense*. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>. Acesso em: 24 jun. 2019.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita*. Língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

HERBERT, T. (1968). *Observações para uma teoria geral das ideologias*. Tradução de Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. Rua, n.1, Campinas, 1995. p. 63-89.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F. *et al.* (orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

JORDÃO, A. B.; PETRI, V. No entremeio da Análise de Discurso e da psicanálise: as bordas do Real. *In: Entremeios: Revista de Estudos do Discurso*, ISSN 2179-3514, v. 16, jan.- jun./2018. Disponível em <http://www.entremeios.inf.br>. Acesso em: 1 mai. 2019.

KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise*. O legado de Freud e Lacan. Editado por Pierre Kaufmann. Tradução de Vera Ribeiro e Maria Luiza de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

LACAN, J. RSI. *Le Seminaire*, 1974-1975.

LACAN, J. *Mais, ainda* (1975). O seminário XX. Editora: Jorge Zahar, 1982.

LACAN, J. (1977). Prefácio. *In: LEMAIRE, A. Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Campus, 1983, p.17-23.

LACAN, J. O Seminário. Livro 4: a relação de objeto. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995 [1956-1957].

LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. *In: LACAN, J. Escritos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1953]), p.238-324.

LACAN, J. (1953) *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. *In: LACAN, J. Escritos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1966]), p.96-103.

LACAN, J. (1972). Os complexos familiares na formação do indivíduo. *In: J. Lacan, Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003. p.29-90.

LACAN, J. (1957-1958). *O Seminário, Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LONGO, L. *Linguagem e Psicanálise*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LUCON, N. (2016). (+18) Youtuber Dash mostra “aquilo maravilhoso”. *N.Lucon*. Disponível em: <https://nlucon.com/2016/12/07/18-youtuber-trans-dash-mostra-aquilo-maravilhoso-na-rede/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

MARIANI, B. MAGALHÃES. Lacan. *In: OLIVEIRA, L.A. (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MILNER, J.C. *O amor da Língua*. Porto Alegre: Artes médicas, 1987

MILANEZ, N. Modos de enunciar a pele do corpo: quais os lugares de onde vêm a pele que habito de Almodóvar? *In: TASSO, I.; CAMPOS, J. (org.) Imagem e (em) discurso: A formação das modalidades enunciativas*. v. 8. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

MODESTO, E. Transexualidade/travestilidade: complexos desafios. In: ESCAPLES, E. A. (org.). *Diversidade sexual: transformações e invariâncias*. v.1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

NASCIMENTO, T.; COSTA, B.; As vivências travestis e transexuais no espaço dos terreiros de cultos afro-brasileiros e de matriz africana. *Espaço e cultura*, UERJ, RJ, n. 38, p.181-204, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29075>. Acesso em: 1 jul. 2019.

ORLANDI, E.P. O lugar das sistematicidades linguísticas na Análise de Discurso. In: D.E.L.T.A., v.10, n.2, p.295-307, 1994.

ORLANDI, E.P. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: *A escrita e os escritos: reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise*. MARIANI, B. (org.). São Carlos: Claraluz, 2006.

ORLANDI, E.P. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, E.P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E.P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E.P. *Discurso e leitura*. 9.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012b.

ORLANDI, E.P. Análise de discurso, ciência e atualidade. In: INDURSKY, F. et al. (orgs). *O acontecimento do discurso do Brasil*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

ORLANDI, E.P. *Princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, E.P. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

ORLANDI, E.P. *Eu, Tu, Ele. Discurso e real da história*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PAYER, O. Linguagem e sociedade contemporânea – sujeito, mídia e mercado. *RUA*, n.11, p.9-25, Campinas, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640774>. Acesso em: 1 set. 2019.

PÊCHEUX, M. (1982). Sobre a (des)construção das teorias linguísticas. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre: UFRGS, n. 4, 2.ed., out. 1998. p. 35-55.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.19, jul./dez. 1990. p.7-24

PÊCHEUX, M. (1982). Apresentação da AAD. In: GADET, F., HAK, H. *Por uma análise automática do discurso* (Uma introdução à obra de Michel Pêcheux). Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. Tradução Brasileira de GREGOLIN, M.R., mimeo, 2000.

PÊCHEUX, M. (1988). *Semântica e Discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Coordenação da tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. 288 p.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69) (1975). In: GADET, F.; HARK, T (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. FUCHS, C.A. A propósito da análise do discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HARK, T (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, M. (1999). Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução de J. Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PEREIRA, R.C. *Discurso e publicidade: dos processos de identificação e alteridade pela propaganda brasileira*. Niterói: Ed. UFF, 2008.

PETRI, V. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins*. Tese. Doutorado em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004.

REIS, T., (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.

RIBEIRO, D. Djamila Ribeiro quebra a internet falando sobre lugar de fala. Tema da Semana. Saia Justa. *Canal GNT*. 2017. 1 vídeo (8'38"). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AINEmjM4Ki4>. Acesso em: 1 abr. 2019.

SARGENTINI, V.M.O. Discurso, identidade e a fabricação. In: CORACINI, M.J. GHIRALDELO, C.M. (orgs.). *Nas malhas do discurso: Memória, imaginário e subjetividade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

SAUSSURRE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: E. Cultrix, 2006.

SCHERER, A.E. *et al.* (2018). *As cicatrizes de uma tortura: mulher, corpo e maternidade na resistência a um processo ditatorial*. REDISCO, Feira de Santana - BA, v. 13, n. 2, p. 23-37, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/8054/7782>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SILVA, T.T (org) et. al. *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. 15.ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2014.

SIMÕES, A.; GONÇALVES, G. A. G. Labirintos da sexualidade: convergências e dissonâncias entre a psicanálise e a teoria Queer na atualidade. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. XXI, n. 1, p.12-22, jan/abr 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/agora/v21n1/1809-4414-agora-21-01-12.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SOARES, A. Sem corpo, sem língua, num entrelugar: sobre os sujeitos transexuais na mídia. In: FLORES, G. et.al. (orgs.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. v.3. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

SOARES, A. Como resistir à memória que nunca esquece? – Dos médicos higienistas à AIDS, da doença como merecimento ao discurso da bancada evangélica. In: SOARES et al. (orgs.). *Discurso, resistência e...* Cascavel, PR: Edunioeste, 2015.

SPARGO, T. *Foucault e a teoria queer*. Seguido de *Ágape e êxtase: orientações pós-seculares*. Tradução de Heci Regina Candiani. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

STAROBYNSKY, J. *As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

STP. *Stop trans phatologization*. Manifesto. Disponível em: <http://stp2012.info/old/pt>. Acesso em 13 nov. 2017.

VIEIRA, L. L. F. As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 487-525, jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v9n2/06.pdf>. Acessos em 10 jan. 2017.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T (org) et al. *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. 15.ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2014.

APÊNDICE 01

As entrevistas foram feitas em cinco blocos para subsidiar as análises:

1 Questionamentos sobre o corpo:

- O que representa a cirurgia de readequação de gênero? É realmente importante fazê-la?
- O que representam os seios e a menstruação para você? (Homem-trans). O que representam os órgãos sexuais masculinos para você? (Mulher-trans).
- Você sente incômodos com a estrutura anatômica que possui?
- Como você enxerga o uso de hormônios no processo de readequação da identidade de gênero?
- Ao tornar-se anatomicamente homem/mulher, você não acredita que pode estar fortalecendo o binarismo social?

2 Nome social

- Por que você adotou esse nome social em sua nova identidade? Como ele performa na construção de sua identidade?
- Há algum incômodo em ser rotulado (a) com o prefixo TRANS mesmo após fazer todas as intervenções necessárias em sua identidade?
- Você se sente ofendido quando lhe perguntam seu nome de registro?
- Quais as consequências de ter um novo nome?

3 Objetos discursivos

- Nas relações binárias entre o que delimita ser de homem ou ser de mulher, existem objetos que marcam sua nova identidade?
- Que significados representa o uso de maquiagem, esmaltes e outros adereços femininos? (questionamento para mulheres transexuais)

4 Preconceito e sociedade

- Quem eu sou/me tornei? O que queriam que eu fosse? Você sente preconceito por parte da família?
- Você já perdeu oportunidades de emprego por ser transexual?
- Como foi/é ser uma pessoa transexual em ambientes de ensino/aprendizagem?
- Você sente preconceito a nível religioso? Professa algum tipo de fé?
- Você tem medo de sofrer violência física por ser transexual?
- Como o preconceito/violência lhe atingiu?
- A respeito do banheiro social, como isso lhe afeta?

5. Identidade de gênero, orientação sexual e discurso médico/jurídico

- O que é ser transexual? Já pensou na possibilidade de retomar a identidade anterior?
- Você sente incomodo quando recebe questionamentos sobre sua orientação sexual? Qual sua orientação sexual? Você já transitou na sexualidade? Acredita ser possível esse trânsito com relação à identidade de gênero?
- Quando você descobriu que era homem/mulher? Você tinha sonhos como menina (o) quando criança? Como foi esse despertar?
- Você acredita ser necessário passar pelos procedimentos cirúrgicos para se afirmar como transexual?
- Você acha necessário passar por exames psicológicos para ter o direito de realizar as intervenções cirúrgicas?
- A transexualidade acaba de ser retirada do catálogo internacional de doenças. O que isso representa? Você concorda com a antiga aceção patológica de “transtorno”?

ANEXOS

ANEXO 01

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “**Formações discursivas atravessadas e identidades em trânsito: uma análise discursiva de/sobre sujeitos transexuais**”.
2. Você foi selecionado **aleatoriamente** e sua participação não é obrigatória.
3. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.
4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição Universidade Católica de Pernambuco.
5. O objetivo deste estudo será: **analisar o movimento de embates entre as formações discursivas no dizer de sujeitos transexuais sobre a (re) constituição de sua identidade de gênero. Isso quer dizer que pretendemos estudar a inscrição social e como o discurso se produz quando tratamos do nome social, de questões da identidade de gênero que podem se tornar perceptíveis no corpo, nas vestimentas e nos acessórios utilizados por sujeitos transexuais.**
6. Sua participação nesta pesquisa consistirá em **ceder uma entrevista a respeito dos fatores relacionados à sua trajetória de vida como sujeito transexual tais como corpo, nome social, acessórios do uso cotidiano e sua relação com a sociedade.**
7. Os riscos relacionados com sua participação são **ligados ao constrangimento na resposta à entrevista.** Caso isso ocorra, tentaremos explicar melhor cada item trabalhado e conversaremos no sentido de tranquilizá-lo no processo.
8. Os benefícios relacionados com a sua participação estão ligados à **devolutiva que receberá da pesquisa em forma de apresentação e discussão. Pretendemos, ainda, realizar uma oficina sobre o tema, em que você será convidado a participar, se assim o desejar. Além disso, a temática ganhará maior visibilidade com a apresentação dos dados em congressos, seminários que, eventualmente, poderão ser publicados.**
9. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.
10. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Sua privacidade será garantida na medida em que se trabalhará com nomes fictícios. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)

Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo

Assinatura

Endereço completo

Telefone

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP, localizado na RUA DO PRÍNCIPE, 526 – BOA VISTA – BLOCO C – 3º ANDAR, SALA 306 – CEP 50050-900 - RECIFE – PE – BRASIL. TELEFONE: (81)2119-4041 ou 2119-4376 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep_unicap@unicap.br

Havendo dúvida / denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida ao referido CEP no endereço acima citado.

Recife, _____ de _____ de 2018

Sujeito da pesquisa (*)

**COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP
SRTV 702, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte
CEP: 70719-000 - Brasília-DF**

ANEXO 02

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO

Eu _____,
 CPF _____, RG _____, depois de
 conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios
 da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem
 e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
 (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores **Arthur de Araújo
 Filgueiras e Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo** do projeto de
 pesquisa intitulado **“Formações discursivas atravessadas e identidades em
 trânsito: uma análise discursiva de/sobre sujeitos transexuais”** a realizar as
 filmagens que se façam necessárias para colher meu depoimento sem quaisquer
 ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização desse depoimento para fins científicos e de
 estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da
 pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que
 resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do
 Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º
 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo
 Decreto N.º 5.296/2004).

_____, em ____/____/_____.

 Entrevistado

 Pesquisador responsável pela entrevista

ANEXO 03 - APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Formações discursivas atravessadas e identidades em trânsito: uma análise discursiva de/sobre sujeitos transexuais

Pesquisador: Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 04031118.6.0000.5206

Instituição Proponente: Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP/PE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.866.341

Apresentação do Projeto:

O projeto apresentado traz uma realidade que produz questionamentos, estudos ou ainda projetos de lei nos quais perpassam o preconceito e marginalização de pessoas transexuais, enquanto outros buscam sua inclusão social através de um discurso de resistência a um sistema que sempre buscou legitimar como certas ou erradas determinadas práticas, comportamentos e condições humanas. Nos últimos anos é possível observar uma crescente divulgação de relatos de homens e mulheres transexuais que passaram a adotar o nome social em seus locais de trabalho, de estudo ou, ainda mesmo, tiveram êxito na mudança de sua documentação de identificação em que conste seu novo nome e sexo a partir de políticas públicas inclusivas que ganharam forma de lei no Brasil tais como o Decreto Número 8.727/16. A pesquisa empregará metodologicamente a Análise de Discurso de linha francesa fundada por Michel Pêcheux a partir dos conceitos de formação discursiva, além da noção de sujeito do inconsciente trabalhada por Jacques Lacan em sua relação com a sexualidade. Como instrumento de pesquisa será utilizada uma entrevista semiestruturada que será respondida por seis dos doze sujeitos transexuais de ambos os sexos, os quais comporão o grupo focal que obedecerá critérios previamente definidos. Os sujeitos serão estudantes do Ensino Superior. O discurso de cada um deles será analisado a fim de buscar os efeitos de sentido que são construídos a partir da interdiscursividade e da heterogeneidade discursiva.

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.050-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2119-4041 **Fax:** (81)2119-4004 **E-mail:** cep_unicap@unicap.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



Continuação do Parecer: 2.898.341

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o movimento de embates entre as formações discursivas na (re)constituição da identidade de sujeitos transexuais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos éticos existentes para os sujeitos entrevistados referem-se a possibilidade de haver constrangimento na resposta à entrevista. "A possibilidade de constrangimento será contornada, na medida em que, explicaremos melhor cada item trabalhado e com uma conversa no sentido de tranquilizá-los no processo".

Benefícios:

Quanto aos benefícios, os sujeitos receberão a devolutiva da pesquisa, um a um, em forma de apresentação e discussão. Os autores pretendem ainda realizar uma oficina sobre o tema, para a qual todos serão convidados a participar, se assim o desejarem. Além disso, a temática ganhará maior visibilidade com a apresentação dos dados em congressos e seminários que, eventualmente, poderão ser publicados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa cujo tema trata de "Formações discursivas atravessadas e identidades em trânsito: uma análise discursiva de sujeito" destaca o campo dos estudos discursivos que alinha-se a Psicanálise e os estudos de gênero. A pesquisa proposta é relevante e o seu desenvolvimento trará contribuições para o PPGCL e para o campo teórico em que se inscreve. O estudo, trará contribuições sociais, ao voltar-se para a compreensão do discurso de sujeitos transexuais na atualidade. O TCLE traz todos os itens que precisam serem abordados de acordo com o modelo proposto pelo Comitê.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram apresentados.

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acompanha o parecer do relator.

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306
 Bairro: Boa Vista CEP: 50.050-900
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2119-4041 Fax: (81)2119-4004 E-mail: cep_unicap@unicap.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



Continuação do Parecer: 2.886.341

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_799529.pdf	19/07/2018 16:30:04		Aceito
Outros	ARTHUR_LATTES.pdf	19/07/2018 16:29:20	Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo	Aceito
Outros	Curriculo_NadiaAzevedo.pdf	19/07/2018 16:24:52	Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo	Aceito
Outros	AutorizacaoUsodeDepoimentos.doc	19/07/2018 16:24:14	Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo	Aceito
Outros	ARTHURENTREVISTASEMIESTRUTURADA.docx	19/07/2018 16:22:10	Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo	Aceito
Outros	ARTHURTermoConfidencialidade.docx	19/07/2018 16:21:38	Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo	Aceito
Outros	PARECER_02.pdf	19/07/2018 16:20:48	Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo	Aceito
Outros	PARECER_01.pdf	19/07/2018 16:20:06	Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo	Aceito
Outros	ANUENCIA.pdf	19/07/2018 16:18:09	Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ARTHURTERMODECONSENTIMENTOLIVREEESCLARECIDOTCLE.docx	19/07/2018 16:17:39	Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ARTHURPROJETODETESE.docx	19/07/2018 16:16:48	Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	19/07/2018 16:16:02	Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3ª Andar - Sala 306
 Bairro: Boa Vista CEP: 50.050-900
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2119-4041 Fax: (81)2119-4004 E-mail: cep_unicap@unicap.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



Continuação do Parecer: 2.888.341

RECIFE, 31 de Agosto de 2018

Assinado por:
Karl Heinz Efken
(Coordenador)

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306
Bairro: Boa Vista CEP: 50.050-900
UF: PE Município: RECIFE
Telefone: (81)2119-4041 Fax: (81)2119-4004 E-mail: cep_unicap@unicap.br